



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
ÁREA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**NAYARA GALENO DO VALE**

“UM RETRATO INTEIRIÇO E HARMÔNICO DA NAÇÃO”: IDENTIDADE DO  
HISTORIADOR E ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL NA OBRA DE PEDRO  
CALMON

NITERÓI  
2018

**NAYARA GALENO DO VALE**

**“UM RETRATO INTEIRIÇO E HARMÔNICO DA NAÇÃO”: IDENTIDADE DO  
HISTORIADOR E ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL NA OBRA DE PEDRO  
CALMON**

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Martins Venancio**

NITERÓI  
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

V149" Vale, Nayara  
"Um retrato inteiriço e harmônico da nação: identidade do historiador e escrita da História do Brasil na obra de Pedro Calmon / Nayara Vale ; Giselle Venancio, orientadora. Niterói, 2018.  
275 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.d>.

1. Pedro Calmon. 2. Intelectuais. 3. História do Brasil . 4. Brasileira. 5. Produção intelectual. I. Título II. Venancio, Giselle , orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

**NAYARA GALENO DO VALE**

**“UM RETRATO INTEIRIÇO E HARMÔNICO DA NAÇÃO”: IDENTIDADE DO  
HISTORIADOR E ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL NA OBRA DE PEDRO  
CALMON**

Material apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Martins Venancio** – Orientadora (UFF)

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Maria de Castro Gomes** – Arguidora (UFF)

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana de Freitas Dutra** – Arguidora (UFMG)

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marieta de Moraes Ferreira**– Arguidora (UFRJ)

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rebeca Gontijo Teixeira** – Arguidora (UFRRJ)

## **Agradecimentos**

Os agradecimentos são sempre a primeira parte que eu leio em todos os trabalhos acadêmicos, não só porque geralmente vêm em primeiro lugar, mas porque sou muito curiosa para descobrir o que se esconde por trás do nome na capa. Fico ansiosa para saber quem são as pessoas importantes para quem produziu aquele trabalho. Eu acredito, como diz a música de Gonzaguinha, que “toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”. E nesses quatro anos eu pude me aperfeiçoar na arte de identificar as marcas que tanto me ensinaram. Quero agradecer ao povo que vai comigo onde quer que eu vá, mesmo sob o risco de esquecer um monte de gente.

Em primeiro lugar, os meus pais (Luzinete e Amarildo) que me deram tudo que é essencial e continuam me dando até hoje. Aos meus irmãos (Thatá e Douglas) e cunhado Maurício pela companhia de todos os momentos.

Ao Jardel, meu lar, que ao longo desses mais de seis anos juntos sempre me compreende e ampara.

Ao João Vitor que há 13 anos, sem perceber, me ensina sobre o que é de fato importante.

A minha orientadora Giselle Martins Venancio, que me acolheu na UFF e me deixou à vontade para escrever em primeira pessoa, mas que também foi leitura assídua e criteriosa de tudo que eu escrevi e com suas sugestões certas sempre buscou tornar a forma mais compreensível e o conteúdo mais embasado e coerente.

À Giselle devo também o convite a participar do seu grupo de orientandos, o que tornou a minha aventura uffiana menos solitária. Agradeço a Mariana Tavares, André Furtado, Valério Negreiros, Christiano Rangel e a todos os outros membros do grupo pelas acaloradas discussões acadêmicas e nem sempre tão acadêmicas.

Às professoras Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, que participaram da banca de qualificação e cujas críticas e sugestões foram de grande valia para redefinir os caminhos deste trabalho. Agradeço-as também por aceitarem participar da banca de defesa e estendo a gratidão às professoras Eliana Dutra e Rebeca Gontijo.

Quando aceitei o convite para ser bolsista de iniciação científica da professora Marieta de Moraes Ferreira, no CPDOC-FGV, aos 18 anos, lá nos idos de 2005, não imaginava o que aquele simples convite me traria de experiências, conhecimento e

amizadas. Muito mais do que uma orientadora, Marieta se tornou uma amiga. Agradeço a sugestão do tema de pesquisa, as conversas sobre ele e o entendimento de que ao escolher cursar o doutorado na UFF, eu estava fazendo uma travessia que era necessária.

Por intermédio do estágio no CPDOC conheci pessoas incríveis que torcem por mim e que partilham comigo suas conquistas, embora não nos encontremos com tanta frequência. Esses são Camila Guimarães Dantas, Renato Franco e Daniela Baeta.

O pessoal do IFCS também foi, é e sempre será imprescindível para que tudo caminhe bem. Agradeço a partilha de bons momentos com as meninas Ana Paula Cabral Tostes, Danielle Ribeiro, Érica Mello e Taís Andrade da Silva, seus respectivos meninos e agora o Francisco, que chegou para alegrar os nossos programas. Agradeço também aos demais membros da turma Clio IFCS 2004/2, especialmente a Camila de Almeida Coelho e Janis Cassília. Também a Aline Santos Costa, que sempre se faz presente. Ainda a Vanessa Alves de Assis Vieira (*in memoriam*) outro presente do IFCS que estará para sempre no meu coração.

Ser professora me trouxe também vários colegas, conhecidos e experiências gratificantes. Por isso agradeço aos meus alunos de todas as turmas e colegas do Colégio de Aplicação da UFRJ e aos professores e direção da Escola Municipal Araújo Porto Alegre, locais nos quais eu trabalhei durante a feitura da tese. Agradeço, sobretudo, à *teacher* Fabíola Xavier pelos nossos teatros e conversas agradáveis que tornaram as coisas mais leves e a Ana Paula Sampaio Caldeira pelo incentivo em tentar o processo seletivo e pela leitura do projeto de pesquisa.

Aos funcionários da Fundação Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo da Academia Brasileira de Letras, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal, Academia Portuguesa da História e Instituto Camões. E especialmente aos funcionários do Centro de Memória da Bahia por sempre atenderem rapidamente as minhas solicitações de documentação do arquivo Pedro Calmon.

Em Lisboa gostaria de agradecer à professora Patrícia Ferraz de Matos pela orientação em Portugal, por ter me recebido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pela leitura criteriosa do projeto e dos trabalhos apresentados e por ter me dado dicas valiosas de pesquisa nos acervos portugueses.

Igualmente à Linda Candeias Duarte e sua sobrinha Margarida por terem transformado sua casa em meu lar por quatro meses. Ainda à minha família brasileira

em Portugal: Heloísa Afonso Ariano, seu filho Érico Ariano Gaio e Luís Fernando Costa Cavalheiro.

À Prefeitura do Rio, por me conceder licença para estudos. Ao CNPq pela concessão de bolsa que possibilitou que eu me dedicasse nos últimos dois anos apenas ao doutorado e à CAPES, que me concedeu a bolsa PDSE que me permitiu ficar por quatro meses em Lisboa.

Por fim, ao poder superior que age em nossas vidas, por poder me despedir dessa etapa da minha caminhada acadêmica com tranquilidade e a alegria do dever cumprido.

## **RESUMO**

Esta tese busca compreender a interpretação da história do Brasil veiculada em livros publicados por Pedro Calmon nas décadas de 1930 a 1950 e a construção de sua identidade como historiador a partir de sua escrita memorialística e de sua trajetória editorial. A proposta é analisar como se consolidou a área de estudos de história do Brasil nesse período partindo dos livros publicados por Pedro Calmon. Paralelamente, busca-se empreender uma reflexão sobre o ofício do historiador, sua produção e seu lugar social, a partir de algumas de suas obras publicadas pela coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional e pela José Olympio Editora. Busca ainda analisar os motivos pelos quais as interpretações de Pedro Calmon foram julgadas por seus pares como conservadoras e tradicionais em oposição a pretensos parâmetros que se afirmavam como modernos no que diz respeito à escrita da história do Brasil.

Palavras-chave: Pedro Calmon, intelectuais, historia do Brasil, Brasiliana, Companhia Editora Nacional, José Olympio



## **ABSTRACT**

This thesis seeks to understand the interpretation of the Brazilian history found in books published by Pedro Calmon from the 1930s to the 1950s, and the construction of his identity as a historian, based on his memoir writing and editorial career. The aim is to evaluate how the field of studies of Brazilian history was consolidated in this period by analyzing the books published by Pedro Calmon. At the same time, the study seeks to reflect on the work of the historian, his production and social position, based on some of his books published by the Companhia Editora Nacional in the Brasiliana Collection and by the José Olympio Editora. It also attempts to evaluate the reasons why the interpretations of Pedro Calmon were considered conservative and traditional by his peers, as opposed to alleged factors that asserted themselves as modern regarding the writing of Brazilian history.

Key words: Pedro Calmon, intellectuals, Brazilian history, Brasiliana, Companhia Editora Nacional, José Olympio

## **Lista de quadros**

Quadro 1- Autores mais publicados pela Brasileira nas décadas de 1930 e 1940	108
Quadro 2 – Documentos do período colonial publicados, citados por Pedro Calmon em HCB na parte referente à História Colonial (até a página 168)	120

## **Abreviaturas e siglas**

ABL – Academia Brasileira de Letras

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ESC – Espírito da Sociedade Colonial

FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil

HB (CEN) – *História do Brasil* publicada pela Companhia Editora Nacional

HB (JO) – *História do Brasil* publicada pela editora José Olympio

HCB – História da Civilização Brasileira

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MHN – Museu Histórico Nacional

UB – Universidade do Brasil

UDF – Universidade do Distrito Federal

## SUMÁRIO

Introdução	12
Parte I – Construção de si	23
Capítulo 1 – Estirpe, direito, história e letras	28
1.1 A formação	28
1.2 Um museu para a História do Brasil e uma história para a civilização brasileira	40
1.3 A casa da memória nacional	49
1.4 <i>Ad Imortalitatem</i>	54
1.5 Voltando às origens	61
Capítulo 2 – Portugal, reitoria e cátedra: investimentos de consagração	62
2.1 “Brasileiro pela graça de Deus e dos portugueses”	63
2.2 Um reitor “de direito”	75
2.3 O “reitor catedrático”: o concurso para o Colégio Pedro II	87
2.4 Capital político e científico: de professor “de direito” a “professor de História”	95
Parte II – Trajetória editorial	97
Capítulo 3 – Livros de síntese e coleção: a civilização e o espírito do Brasil na Brasiliana	101
3.1 Produzir livros, explicar a nação: Pedro Calmon e a Brasiliana	103
3.2 – A história de uma civilização mestiça	111
3.3 O “espírito” da História Social do Brasil	129
3.4 Livros que dizem muito	142
Capítulo 4 - Coleção como estratégia de consagração: as histórias do Brasil em muitos volumes	144

4.1 “A revisão integral da história brasileira”: a História do Brasil na Brasiliana	146
4.2 A “nossa casa”: Pedro Calmon e a José Olympio	161
4.3 “Um retrato inteiriço e harmônico da nação”	175
4.4 O que é um livro?	188
Parte III – Identidade do historiador	190
Capítulo 5 – Histórias gerais, histórias particulares	195
5.1 A historiografia brasileira nos anos 1950 e 1960: balanços e perspectivas	196
5.2 Ensino de História, mediação e inovação	211
5.3 Professores universitários de História: O Primeiro Simpósio (1961)	224
5.4 Uma história do Brasil histórica	237
Considerações finais	240
Fontes	244
Referências Bibliográficas	248
APÊNDICE A – Cronologia de Pedro Calmon	268
APÊNDICE B – Livros de Pedro Calmon	271
APÊNDICE C– Livros por década e tipo de produção	275

## Introdução

Em 16 de junho de 1985 morria aos 82 anos Pedro Calmon Muniz de Bittencourt (1902-1985).<sup>1</sup> O fim de uma vida é um ensejo propício para constituir relatos sobre a sua significação. A morte de um intelectual, na maior parte das vezes, torna-se um momento singular de consideração coletiva de sua vida e obra. As homenagens fúnebres tendem a selecionar pertencimentos e casos que julgam ser representativos da trajetória do homenageado, de forma a produzir um sentido para sua vida e demarcar o seu pretendido legado.<sup>2</sup> Regina Abreu afirma que “as homenagens póstumas recriam a pessoa no templo da memória”. Os contornos do falecido são assim, segundo a autora, delimitados a partir de construções *post mortem*, tais como discursos e biografias.<sup>3</sup>

Jornais de grande circulação publicaram homenagens a Pedro Calmon ressaltando certos aspectos de sua trajetória intelectual e profissional, notadamente, visando à construção de sua vida como um homem público.<sup>4</sup> Poucos escritos fizeram referência à sua vida pessoal e familiar. Os artigos publicados na imprensa carioca, por ocasião de sua morte foram preservados na hemeroteca do fundo do acadêmico, disponível para consulta na Academia Brasileira de Letras.<sup>5</sup>

Os jornais do Rio de Janeiro se limitaram a publicar pequenas notas e obituários. Tal desinteresse da imprensa carioca levou o baiano José Andrea, jurista, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia a afirmar que houve um quase silêncio acerca da morte de Pedro Calmon. Andrea asseverou que os jornais fizeram o registro da morte, simplesmente, mas sem a grandeza merecida pelo ilustre falecido. Tal silêncio deveria, segundo ele, ser compensado pelos jornais baianos.<sup>6</sup>

---

<sup>1</sup> Assinava apenas Pedro Calmon e assim me referirei a ele doravante.

<sup>2</sup> Para uma abordagem sobre o legado de Jorge Amado após a sua morte ver: CALIXTO, Carolina Fernandes. *Jorge Amado e a identidade nacional: diálogos político-culturais*. 2011. 171f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 33

<sup>3</sup> ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996. p. 67

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 84

<sup>5</sup> A sede da Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro disponibiliza no Arquivo Múcio Leão, localizado em sua sede, a consulta aos Arquivos dos Acadêmicos, que guarda documentação pessoal de todos os seus membros efetivos, patronos e sócios correspondentes. O acervo de Pedro Calmon conta com apenas 30 documentos textuais. Entretanto, a maior riqueza do fundo encontra-se em sua hemeroteca que guarda três caixas contendo recortes de jornais datados de 1936, ano em que Pedro Calmon entra para a Academia Brasileira de Letras, até o ano de 1995, quando se comemoram 10 anos de sua morte. Os recortes contêm notas publicadas na imprensa sobre Pedro Calmon, artigos de terceiros e do titular.

<sup>6</sup> ANDREA, José. Ecos da Morte de Pedro Calmon. *Última Hora*. 26 jun 1985. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

O silêncio da imprensa não deixa de ser significativo no momento em que o país estava saindo de uma longa ditadura militar, por meio de um processo de lenta transição para a democracia. A figura de Pedro Calmon foi associada ao regime ditatorial que estava sendo amplamente contestado, pois durante o período, ele ocupara cargos de grande relevância como a reitoria da Universidade do Brasil (até 1966), a vice-presidência do Conselho Federal de Cultura (1967-1968) e a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1968-1985).

Mesmo sendo uma instituição particular, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde a sua fundação, manteve estreitas relações com o Estado imperial e ulteriormente republicano. No período do regime militar isso não se deu de forma diferente. Todos os presidentes do período foram condecorados com o título de “Presidentes Honorários” da instituição e verbas federais destinadas à manutenção do instituto eram repassadas por meio de órgãos como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) ou o Conselho Federal de Cultura.<sup>7</sup> O governo Castelo Branco concedeu isenção fiscal à instituição e a atual sede do IHGB foi construída em 1972 com auxílio financeiro do governo de Emílio Garrastazú Médici.<sup>8</sup> Auxílio esse angariado por ninguém menos que Pedro Calmon.

Não é a toa que o intelectual, que ficou à frente do IHGB quase o período ditatorial inteiro e que possuía tantas relações e trânsito nos domínios do estado autoritário, fosse obliterado por ocasião de sua morte, com o enfraquecimento do regime. Sua obra foi relegada ao esquecimento e qualificada como reacionária, ultrapassada, conservadora, tradicionalista, obsoleta e superada, como a de muitos outros autores ligados ao IHGB.

Entretanto, recentemente, a historiografia tem voltado o seu olhar para os saberes e referências que informam as práticas da disciplina histórica. Trabalhos acadêmicos têm se questionado sobre o lugar ocupado (ou não) por determinados autores e obras, das primeiras décadas do século XX. Assim, a vida e a obra de intelectuais esquecidos ou minimizados até então pela historiografia, como João Ribeiro, Oliveira Lima, Afonso de Escagnolle Taunay, Octavio Tarquínio de Sousa, Rocha Pombo, Oliveira Vianna, Afonso Arinos de Mello Franco entre outros, têm sido

---

<sup>7</sup> TEVISAN, Ivan Rodrigo. *Os generais ditadores (1964-1985) como presidentes de Honra do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) 150f. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017. p. 65

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 50

objetos de pesquisas que mostram a diversidade e a abundância da produção historiográfica nesse período.<sup>9</sup>

Tais pesquisas têm demonstrado a necessidade de, para além dos preconceitos, investigar a obra de autores que foram vistos como conservadores. Essas obras, embora possam ter sido vistas *a posteriori* como “falhas”, ao passo que continham interpretações ditas tradicionais representaram contribuições relevantes para o campo da história em seu tempo.<sup>10</sup> Cabe destacar como justificativa para essa pesquisa a quase inexistência de trabalhos historiográficos que tratem da obra de Pedro Calmon e a relevância de refletir sobre ela entendendo-a como fruto de seu tempo e não em relação a um pretenso padrão de modernidade a ser seguido.

Esta tese busca compreender a interpretação da história do Brasil veiculada em livros publicados por Pedro Calmon nas décadas de 1930 a 1950 e a construção de uma identidade como historiador a partir de sua escrita memorialística e de sua trajetória editorial. A proposta é compreender como se consolidou a área de estudos de história do Brasil nesse período partindo dos livros publicados por Pedro Calmon. Paralelamente, busca-se empreender uma reflexão sobre o ofício do historiador, sua produção e seu lugar social, a partir de algumas de suas obras<sup>11</sup> publicadas pela Companhia Editora Nacional e pela José Olympio Editora.<sup>12</sup>

A trajetória de Pedro Calmon é muito diversificada e sua obra é vasta, de modo que todo o processo de construção deste trabalho foi acompanhado por uma dúvida constante a respeito do melhor recorte a se fazer para dar conta das questões levantadas. Sem dúvida eu poderia me debruçar sobre assuntos tais como os romances históricos escritos por Pedro Calmon, suas biografias, suas obras e atuação no campo do Direito, sua participação na Academia Brasileira de Letras e Museu Histórico Nacional, seu desempenho à frente da direção da Faculdade de Direito e posteriormente na reitoria da

---

<sup>9</sup> Para as referências detalhadas destes trabalhos, conferir o item Referências bibliográficas do projeto.

<sup>10</sup> FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel. (Org.) *Mitos, projetos e práticas políticas*: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 141-160. p. 159-160

<sup>11</sup> Enric Satué, utilizando definição da Convenção da UNESCO de 1964 afirma que se dá a definição de obra a um livro quando ele é formado por mais de um volume. Entretanto, geralmente se usa a palavra “obra” como sinônimo para livro, mesmo quando constituído por apenas um volume ou mesmo para designar o conjunto de livros publicados de um autor. Ver SATUÉ, Enric. *Aldo Manuzio*: editor, tipógrafo, livreiro. O design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2004. p. 17

<sup>12</sup> Rebeca Gontijo empregou semelhante perspectiva para analisar a construção da memória intelectual arquitetada em torno da figura e da produção de Capistrano de Abreu, tornado um autor “símbolo” da História do Brasil. Ver: GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano*: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

Universidade do Brasil, sua ascensão no IHGB, que culminou com a colocação por um período longo na presidência da instituição, suas relações com intelectuais e instituições portuguesas, dentre outros recortes possíveis. Cada um desses temas daria uma tese que ainda não foi escrita.

Poucos trabalhos acadêmicos se dedicaram a explorar a figura de Pedro Calmon. Alguns autores escreveram prestando-lhe homenagens ainda em vida ou postumamente, entretanto, poucos se aventuraram a discutir detidamente sua obra. Para o interesse específico da pesquisa privilegiei o diálogo com abordagens que para além de reconhecer a importância da obra de Pedro Calmon, buscaram interpretar sua produção do ponto de vista historiográfico.

José Carlos Reis associa Pedro Calmon a uma tradição de escrita da história do Brasil inaugurada por Varnhagen. Insere Calmon entre os “descobridores do Brasil”, corrente na qual também estariam incluídas além das obras de Varnhagen, as de Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Mello Franco e Oliveira Vianna. Esses “intérpretes do Brasil” enfatizavam a continuidade da história do país em relação à tradição e herança de Portugal, pois entendiam que os problemas desse passado se resolveriam sem necessidade de um rompimento brusco com a metrópole portuguesa.<sup>13</sup>

Em outra vertente estariam os “redescobridores do Brasil”, representados nas análises de Reis por Capistrano de Abreu, Manoel Bonfim, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Tais autores em suas obras demonstrariam preferência pela ruptura com o passado colonial, em detrimento da continuidade.

As correntes são divergentes quanto ao que caracterizaria identidade brasileira, principalmente no que concerne aos sujeitos da história do Brasil e aos seus desdobramentos. Reis afirma ainda que todas as interpretações são legítimas, na medida em que contribuem para o conhecimento de uma “verdade poliédrica” acerca da história do país. Nesse sentido, a interpretação de Pedro Calmon é considerada válida, desde que entendida “em sua época, perspectiva e circunstância”.<sup>14</sup>

Reis parte da questão: como Calmon entendia o trabalho do historiador? Busca responder a ela por meio da análise da obra *História da Civilização Brasileira*, publicada em 1933. O autor discute o “sentido” que Calmon atribuía à existência

---

<sup>13</sup> REIS, José Carlos. Introdução. IN: REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 16

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 18



brasileira no referido livro. Sua “interpretação construtiva do Brasil” exprimiria um otimismo ingênuo em relação à história do país. Ingênuo porque tenta a todo custo mostrar que o povo brasileiro era unido e que evoluía serenamente para o melhor que podia ser rumo à felicidade, porque a nacionalidade estaria consolidada no território e na alma desse povo.<sup>15</sup>

Apesar de afirmar que todas as interpretações são legítimas e estimular a leitura da obra de Pedro Calmon, Reis ao qualificá-lo como “descobridor do Brasil” coloca-o em uma posição inferior aos que seriam “redescobridores do Brasil”. Reis defende que o Calmon interpretou a história do Brasil de maneira ultraconservadora, na medida em que dissimulava os conflitos, as exclusões e as misérias do processo.

Para Reis, longe de ser neutra, a interpretação apaziguadora calmoniana mostra-se aristocrática, elitista e receosa em relação à República e ao povo brasileiro como sujeito da história. Ao partir apenas do livro *História da Civilização Brasileira*, Reis não busca compreender quais as motivações, circunstâncias e em quais redes de sociabilidade Calmon estava inserido de forma a buscar uma maior compreensão da interpretação de história do Brasil veiculada no texto.<sup>16</sup>

Seguindo uma perspectiva semelhante à de Reis, Arno Wehling afirma que Calmon adotou uma perspectiva historista, moralizante e hermenêutica inaugurada no Brasil por Varnhagen. Dessa forma, sua obra pareceu condenável aos herdeiros de uma concepção de história de natureza sociológica, que inspirou a tradição intelectual representada por Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.<sup>17</sup>

A ideia de compreensão também perpassa a interpretação de Wehling acerca da obra de Calmon. Embora o autor não tenha se debruçado a fundo sobre ela, busca uma compreensão para além dos julgamentos depreciativos e das críticas rasas. Wehling argumenta que a interpretação de Calmon estava filiada a uma tradição que delineou um entendimento que se prolongou durante muito tempo nos estudos da história do Brasil.<sup>18</sup>

José Carlos Reis e Arno Wehling associam Pedro Calmon a uma tradição de escrita da História do Brasil inaugurada por Varnhagen. Apesar de os autores não utilizarem diretamente a palavra influência, fica claro que a partir desse entendimento,

---

<sup>15</sup> REIS, José Carlos. Civilização Brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo): Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. In: REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 33-86. p. 39

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 43

<sup>17</sup> WEHLING, Arno. A história em Pedro Calmon – uma perspectiva historista na historiografia. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 160 (404): 605-612, jul/set, 1999. p. 91

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 87; 91

Pedro Calmon teria sofrido influência de Vanhagen. Melhor, no entanto, seria pensar de que maneira Pedro Calmon mobiliza aspectos da escrita da história de Varnhagen para constituir a sua própria escrita, de que maneira Pedro Calmon olha para a obra de Vanhagen de forma a extrair elementos pertinentes às suas intenções e que leituras faz do autor do século XIX. O termo influência não parece muito adequado para qualificar tal relação, na medida em que estabelece uma direção unilateral para as trocas intelectuais, que afluem em todos os sentidos e são complexas.<sup>19</sup>

Francisco Falcon ao escrever sobre a obra *A História Social do Brasil* não filia Pedro Calmon a nenhuma tradição e afirma que é importante que a historiografia também se dedique a considerar as continuidades, pois costuma enfatizar as rupturas.<sup>20</sup> Tais rupturas transformam-se em “pontos de partida”, tendendo a ignorar ou a menosprezar o que em sua cronologia veio “antes” do marco escolhido como fundador de uma fase ou de uma perspectiva, geralmente qualificadas como “novas”.

Ao traçar um panorama sobre os livros de Calmon, Falcon afirma que uma parte muito importante de seus escritos constitui-se por “obras de síntese” da História do Brasil. Sobre tais escritos, Falcon observa que deveriam ser:

Sínteses documentadas com rigor, mas escritas de modo a fazer de sua leitura uma tarefa agradável e atraente. Ser lido, apreciado pelo público letrado, exigia o abandono da erudição pesada e inacessível.<sup>21</sup>

Como livros de síntese Falcon destaca as obras de Calmon *História da Civilização Brasileira* (1933), *História Social do Brasil* (1935, 1937 e 1939) e a *História do Brasil* (1959), em sete volumes publicada pela José Olympio editora. Neste trabalho considere também essas obras, acrescidas da *História do Brasil* (1939-1954) em cinco volumes publicada pela Companhia Editora Nacional, entendendo-as como obras de síntese, pois assim eram qualificadas pelo autor. Espero que ao longo do trabalho a compreensão da noção de síntese para o autor e para minha análise se torne mais clara.

A escolha por esses livros se deu a partir da observação a respeito do fato de Calmon enxergar uma correlação entre eles no conjunto de sua produção. Era necessário

<sup>19</sup> Aproprio-me aqui da reflexão sobre a noção de influência empreendida por Michel Baxandall. Ver BAXANDALL, Michael. Digressão sobre a noção de influência. In: BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 102 e p. 105.

<sup>20</sup> FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. In: BORGES, Jafé Teixeira. (Coord.) *Anais do curso Pedro Calmon*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1999. pp. 15-27. p. 16

<sup>21</sup> FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. *op. cit.* p. 17

também selecionar no vasto conjunto de sua obra alguns livros para acompanhar mais de perto, pois não seria possível nos limites deste trabalho considerar toda a sua obra publicada, mesmo no que diz respeito às suas produções classificadas como obras de História.

Apesar do seu esforço para fugir das classificações e entender o significado da obra de Calmon “em seu próprio tempo”, Falcon também se utiliza, como Wehling e Reis apenas dos escritos impressos de Pedro Calmon, como se refletissem fielmente a ideias do autor e seus propósitos.

O próprio Falcon em ocasião mais recente denominou essa tendência dos trabalhos sobre a escrita da História de “idealista”, pois parte da “hipótese de que as ideias possuem existência própria e uma dinâmica que lhes é imanente, uma história, em suma”.<sup>22</sup> Em meu entender a análise historiográfica deve ir além do mero inventário das obras publicadas em determinado tempo para buscar compreender as tensões e disputas em torno da escrita sobre o passado. Para isso, faz-se necessário investigar “os lugares, as instituições, as determinações extracientíficas que definiriam as condições de produção do discurso da história”.<sup>23</sup>

A dissertação de Marielle Araújo destaca-se como um trabalho acadêmico que avança na compreensão dos livros de Pedro Calmon, pois se propõe a discutir de forma detida a obra historiográfica do autor a partir não apenas das ideias “contidas” em suas publicações, mas também de outros tipos de fontes como jornais, livros e revistas da época, depoimentos de contemporâneos, charges e algumas correspondências guardadas no arquivo pessoal do autor, depositado na Fundação Cultural da Bahia.<sup>24</sup> A partir dessa documentação e de dois livros de Pedro Calmon publicados em 1933, Araújo investiga o espaço social destinado aos negros no discurso de construção da nacionalidade brasileira por intermédio da produção do intelectual.

A autora discute os conceitos de raça e miscigenação presentes na *História da Civilização Brasileira* e no romance *Malês: a insurreição das senzalas*. A proposta de história de Calmon, segundo a autora, estaria filiada a um projeto de nação concebido

---

<sup>22</sup> FALCON, Francisco José Calazans. Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959-1969 -1968-1969. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, DE FREIXO, Adriano, VENTAPANE, Jacqueline (Orgs.) *Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, Contraponto, 2008. pp. 37-61. p. 38

<sup>23</sup> MALERBA, Jurandir. Teoria da História e da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir. *A História Escrita: Teoria e História da Historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 15

<sup>24</sup> ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33*. Dissertação (Mestrado em História). 155f. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

pelas elites brancas, na tentativa de impedir o acesso dos negros ao exercício de uma cidadania à qual começavam a reivindicar nos anos 1930. Na visão de Araújo, os discursos racialistas presentes nos livros de Calmon tornam-se úteis para que se possam compreender as ideias compartilhadas pelas elites letradas do período acerca da posição do negro na sociedade brasileira.

Para a autora, a escrita de Pedro Calmon era a de um emergente que discursava para a elite e não a partir dela enunciando uma história do Brasil que essa elite desejava constituir. Sua produção historiográfica era uma forma de recuperar uma posição perdida por sua família no interior da elite. Dessa forma, Calmon arquitetou sua interpretação acerca da formação do caráter nacional buscando “manipular” os leitores e convencê-los de sua versão.

Ao condicionar os escritos de Pedro Calmon ao seu pertencimento às elites, Araújo se aproxima de uma corrente de análise que busca uma relação direta entre a ideologia política, a posição de classe e os escritos dos historiadores. Dessa forma, a utilização da documentação descrita se faz no sentido de corroborar conclusões definidas *a priori*, sem exercício de crítica documental e confronto com a bibliografia. As reflexões de Mariele Araújo foram fundamentais para o meu trabalho, entretanto, busquei outros elementos para constituir minha análise, de forma a considerar outros aspectos como a relação de Calmon com as editoras e com outros intelectuais.

Nesta tese não busco fazer uma “história das ideias” de Pedro Calmon e nem situar seus escritos em uma determinada tradição “de acordo com a sua significação intrínseca no âmbito da própria historiografia”.<sup>25</sup> Busquei compreender os livros de Pedro Calmon como “artefatos culturais” que estão ligados a “conflitos, negociações e apropriações pessoais e institucionais”.<sup>26</sup>

Considerarei, sempre que possível, o papel dos editores, dos intelectuais, das instituições, dos leitores e dos críticos sobre tais escritos, buscando observar os circuitos de comunicação no interior dos quais tais obras circulavam. Bem como, o fato de repercutirem tensões, conflitos e projetos não apenas de seu autor, mas oriundos das relações dele com outras figuras envolvidas em seu processo de produção e circulação.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959-1969-1968-1969*. *op. cit.* p. 38.

<sup>26</sup> GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-261, dez. 1991. p. 244. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2323>>. Acesso em: 03 Fev. 2018.

<sup>27</sup> Sobre a ideia de circuitos de comunicação ver DARNTON, Robert. *Os Best-Sellers proibidos da França Pré-Revolucionária*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Para dar conta dos objetivos propostos este trabalho foi organizado em cinco capítulos divididos em três partes. A primeira parte intitulada **Construção de si** é constituída por dois capítulos. O primeiro capítulo intitulado **Estirpe, direito, história e letras** segue a trajetória intelectual de Pedro Calmon, considerando a formação em Direito e sua ascensão profissional, a partir do ingresso em importantes instituições do campo intelectual brasileiro, tais como o Museu Histórico Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras.

O segundo capítulo é intitulado **Portugal, reitoria e cátedra: investimentos de consagração**. Nele analiso os investimentos profissionais de Pedro Calmon: o estabelecimento de relações com intelectuais portugueses e sua ascensão à direção da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1938 e posteriormente à reitoria da Universidade do Brasil, em 1948 e, por fim, o concurso realizado para a cátedra do Colégio Pedro II que durou de 1950 a 1955.

Nesta parte me utilizei como principal fonte, das *Memórias*<sup>28</sup> de Pedro Calmon, publicadas em 1995, dez anos após a sua morte. Busquei cotejá-las com outros documentos, tais como recortes de jornais, artigos de periódicos, discursos e bibliografia secundária.

Na segunda parte da tese intitulada **Trajetoária Editorial** trato de alguns livros que Pedro Calmon publicou pela Companhia Editora Nacional e pela José Olympio. A parte é também composta por dois capítulos. No terceiro capítulo intitulado **Livros de síntese e coleção: a civilização e o espírito do Brasil na Brasiliana** considero os livros *História da Civilização Brasileira* e *Espírito da Sociedade Colonial*, primeiro volume da série *História Social do Brasil*. Ambos foram publicados pela coleção Brasiliana, da Companhia Editora Nacional.

O quarto capítulo foi intitulado **Coleção como estratégia de consagração: as histórias do Brasil em muitos volumes**. Nele pude comparar algumas perspectivas e questões presentes no conteúdo e alguns condicionamentos editoriais da *História do Brasil* em cinco volumes publicada também no interior da Brasiliana da Companhia Editora Nacional e da *História do Brasil* em sete volumes publicada por Pedro Calmon em 1959.

Como fontes utilizei as próprias obras, recortes de jornais pesquisados no fundo Pedro Calmon da Academia Brasileira de Letras contendo críticas e notícias sobre os

---

<sup>28</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

livros, correspondências e documentos editoriais do fundo Pedro Calmon da Fundação Cultural da Bahia e documentação do fundo José Olympio da sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Por fim, a terceira parte foi intitulada **Identidade do Historiador** e é composta pelo quinto capítulo **Histórias gerais, histórias particulares**. A partir dele me propus a compreender como as dimensões da escrita de si e da trajetória editorial confluíram para a gestação da identidade de Pedro Calmon como historiador. O capítulo pretende elucidar os mecanismos de legitimação do autor como um intelectual que se dedicou à História e busca compreender os motivos pelos quais as interpretações de Pedro Calmon foram julgadas por seus pares como conservadoras e tradicionais em oposição a pretensos parâmetros que se afirmavam como modernos no que diz respeito à escrita e ao ensino da história do Brasil.

Como fontes para o último capítulo, utilizei-me dos anais dos dois primeiros encontros que estão disponíveis na página da Associação Nacional de Professores Universitários de História e de alguns balanços historiográficos publicados na forma livros ou artigos de periódicos e de bibliografia secundária.<sup>29</sup>

Virgínia Woolf em seu livro “O sol e o peixe: prosas poéticas” aponta que “nossa primeira obrigação para com um livro é que devemos lê-lo pela primeira vez como se o tivéssemos escrevendo.” Cada livro, para a autora “representa um esforço para criar algo”. Logo, o leitor teria obrigação de “tentar entender o que o escritor está fazendo, desde a primeira palavra com que compõe a primeira frase até a última com que termina o livro.”<sup>30</sup> Karina Kushnir ao mencionar o trecho acima em uma postagem do seu blog, diz que o mesmo poderia valer para a escrita ou leitura de uma tese.<sup>31</sup> Por isso, busquei nesta introdução e nos textos de abertura de cada uma das partes esclarecer ao leitor quais foram os caminhos que escolhi, deixando claro o porquê da escolha deles e não de outros.

Não quero dizer com isso que o leitor necessita ser complacente com as falhas e problemas desta tese e sim que quando se é capaz de compreender as possibilidades e escolhas do autor, a leitura por certo se torna mais proveitosa e agradável. Como leitora,

---

<sup>29</sup> *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. São Paulo: FFCL-USP, 1962. e *II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1962. Disponíveis em: <http://anpuh.org/anais/> (Acesso em 27 jun 2015)

<sup>30</sup> WOOLF, Virgínia. *O sol e o peixe: prosas poéticas*. Seleção e tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 35

<sup>31</sup> KUSHNIR, Karina. Ler muda o mundo – sobre “O sol e o peixe” de Virgínia Wolf. Disponível em <https://karinakushnir.wordpress.com/2017/12/21/ler-muda-o-mundo/> (Acesso em 30 jan 2018).

foi o que tentei fazer com os escritos de Pedro Calmon. Como historiadora, espero ter sido capaz de ir além do que ele diz em seus escritos, escapando dos artifícios da orientação que quis imprimir à sua trajetória intelectual e à sua produção editorial.

## Parte I – Construção de si

Philippe Lejeune no clássico texto *O Pacto Autobiográfico* define a autobiografia como um “relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz da sua própria existência, conferindo ênfase em sua vida individual e, em particular, na história de sua personalidade”.<sup>32</sup> Diferentemente da autobiografia entendida como um gênero *stricto sensu*, o gênero “memórias”, tal como é referido pelo autor, não pressupõe que o memorialista trate exclusivamente de eventos de sua própria existência, podendo vincular o relato sobre si a eventos históricos ou a acontecimentos importantes no cenário político nacional ou internacional que ocorreram no período abrangido.<sup>33</sup> Ainda assim, Lejeune afirma que a autobiografia guarda muitas semelhanças com outros gêneros da escrita autorreferencial, dos quais as fronteiras são tênues.

Pedro Calmon produziu um relato de sua vida publicado sob o título “*Memórias*”. Embora a sua narrativa siga uma ordem cronológica iniciada com o seu nascimento e tenha como fio condutor acontecimentos de sua vida pessoal, seus escritos foram qualificados como pertencentes ao gênero memorialístico e não como uma autobiografia. Talvez isso se explique pelo fato de que, Calmon almejava que tais escritos pudessem ser entendidos como um “meio-termo” entre a objetividade e a subjetividade, como intermediários entre suas vivências e os acontecimentos relevantes para a história recente do país.

As *Memórias* escritas por Pedro Calmon e transformadas em livros dez anos após a sua morte são uma expressão da escrita autorreferencial do intelectual, um registro de sua “escrita de si”. Pretendo nessa primeira parte da tese utilizá-las cotejando-as quando possível com outros escritos do autor e com outras fontes, tais como correspondência pessoal e institucional, discursos e bibliografia secundária.<sup>34</sup>

Contardo Calligaris, afirma que a verdade contida no “ato autobiográfico”, consiste na postura do sujeito autobiógrafo em conferir a si mesmo significado, credibilidade e coerência. Omissões, complementos, escolhas são vistas como peças que ajudam a montar um quebra-cabeça que é o relato da vida. Tais trocas, propensões e

<sup>32</sup> Tradução livre da definição presente em LEJEUNE, Philippe. *El Pacto Autobiográfico*. In: LEJEUNE, Philippe. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Madrid: Megazul-Endimion, 1986. pp. 49-88. p. 50.

<sup>33</sup> LEJEUNE, Philippe. *El Pacto Autobiográfico*. In: LEJEUNE, Philippe. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Madrid: Megazul-Endimion, 1986. pp. 49-88. p. 51

<sup>34</sup> Sobre o termo “escrita de si”, cf. GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 7- 24.



preferências não tornam o relato menos verdadeiro, se entendemos verdade não como fidedignidade factual, mas como sinceridade.<sup>35</sup> Ao produzir um relato sobre sua vida, o memorialista produz um arranjo, assume o compromisso de selecionar os eventos mais relevantes para a narrativa que deseja produzir de si, a tarefa de editar a sua própria vida.<sup>36</sup>

A partir das *Memórias* de Pedro Calmon, pode-se perceber que ele não foi o único que assumiu essa “tarefa editorial”. Seu irmão mais novo, o jornalista e historiador Jorge Calmon, parece ter se imbuído do trabalho de ser o guardião de sua memória *post mortem*. Ele nos conta em artigo do jornal *A Tarde*, de Salvador de 25 de junho de 1995, que o livro contendo as memórias de Pedro Calmon não demoraria a ser editado. O material gráfico já havia sido entregue pelos seus sobrinhos, filhos de Pedro (Maurício Calmon e Pedro Calmon Filho), ao diretor da editora Nova Fronteira.<sup>37</sup>

Jorge Calmon ainda faz uma advertência aos leitores desavisados, que poderiam acorrer ao livro esperando encontrar detalhes da vida pessoal do irmão mais velho: “Mas não esperem, no livro, revelações escandalosas sobre o comportamento de pessoas, ou a tardia denúncia de segredos comprometedores. Nas *Memórias* não há nada disso.”<sup>38</sup> Complementa ainda que:

não são um livro de caráter pessoal. Longe disso, o livro vale como testemunho e interpretação de muitos acontecimentos que marcaram a vida nacional desde cerca de 1912 até a época recente, assim como pela recordação – em breves descrições da aparência e das maneiras – de figuras que alcançaram projeção naquele tempo, as quais Pedro pôde reconhecer de perto.<sup>39</sup>

A partir desse aviso de Jorge Calmon, pode-se perceber que Pedro pretendia se representar como um “intelectual” referendado não apenas por sua capacidade de fazer análises históricas, mas que tinha ele mesmo feito parte da história que testemunhara.<sup>40</sup> A escolha do gênero memorialístico se deu porque, mais do que uma autobiografia, ele pretendeu escrever uma escrita romanceada de sua vida. Como um historiador, Calmon

<sup>35</sup> CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-58, jul. 1998. p. 53. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071>>. Acesso em: 03 Fev. 2018.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 51

<sup>37</sup> CALMON, Jorge. As “memórias” de Pedro. *A Tarde*. Salvador, 27 jun 1995. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> Baseio-me aqui na análise que Ângela de Castro Gomes empreendeu sobre os escritos memorialísticos de Santiago Dantas. GOMES, Ângela de Castro. Memória e história nos escritos autobiográficos de San Tiago Dantas. In: RAMOS, Alcides F.; PATRIOTA, Rosângela e PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *Imagens na História*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2008, v. 1, p. 181-196. p. 183

tencionava “produzir uma justificativa de sua vida/atos, por meio da reflexão sobre o contexto maior em que viveu”.<sup>41</sup>

No artigo, Jorge aponta que o livro sairia com apresentação de Josué Montello, amigo de Pedro Calmon. A partir da leitura das *Memórias*, pode-se perceber que além da apresentação de Montello, intitulada “O memorialista Pedro Calmon”, temos ainda uma segunda apresentação intitulada “O historiador conta a sua história”, de Jorge Calmon, ambas buscando direcionar a leitura que se deveria fazer da obra.

Jorge afirma em sua apresentação que as *Memórias* tratavam-se de um projeto antigo de Pedro Calmon e que foram escritas inicialmente em momentos livres e retomadas mais tarde, quando Calmon se aposentou. Seu intento era escrever até o fim, entretanto, a doença o impediu de dar continuidade aos escritos e o levou à morte, aos 82 anos.

Naquela última visita, três dias antes do falecimento, tendo ido da Bahia quando avisado da nova operação a que se submeteu, conversamos sobre estas *Memórias*. Perguntei até aonde havia chegado e ele me respondeu que “até 70”. Não esclareceu se até seus 70 anos de idade, ou se até 1970. Como a autobiografia só se refere a acontecimentos passados até cerca de 1962, é possível, portanto, que além dos originais cujo manuseio me foi confiado, para as providências de editoração, uma parte final ainda venha a ser localizada, cobrindo os anos que faltaram até 1970 ou 72.<sup>42</sup>

Pedro Calmon não teve tempo para organizar seu relato memorialístico e conferir-lhe um sentido a partir de uma apresentação ou introdução para a obra. O intuito de construir uma autorrepresentação e orientar a leitura do relato autobiográfico ficou prejudicado.<sup>43</sup> O irmão mais novo possivelmente foi eleito pela família como guardião de sua memória e organizador de seus escritos e materializou também as considerações introdutórias ausentes, garantindo assim que o propósito de Calmon ao elaborar o relato autorreferencial não fosse desvirtuado.

Não é descartável o papel que tem a família, personificada na figura de Jorge Calmon, no sentido de controlar os relatos memorialísticos publicados em forma de

---

<sup>41</sup> GOMES, Ângela de Castro. Memória e história nos escritos autobiográficos de San Tiago Dantas. *op. cit.* 183

<sup>42</sup> CALMON, Jorge. O historiador conta a sua história. In: CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. pp. 13-19. p. 16-17

<sup>43</sup> Sobre prefácios como forma de autorrepresentação ver VENANCIO, Giselle Martins. A utopia do diálogo: os prefácios de Vianna e a construção de si na obra publicada. In: GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pp. 173-188.

*Memórias*. Afinal, quem melhor para falar de Pedro Calmon do que alguém que conviveu tão intimamente com ele?

Jorge Calmon descreve as *Memórias* como expressivas de dois gêneros: autobiografia e depoimento. Segundo suas palavras, o primeiro destes aspectos:

A autobiografia narra o caso de um jovem pobre que emigrou da província para a cidade grande e nesta se afirmou e venceu. (...) O jovem anônimo que desembarcara no Rio de Janeiro aos 19 anos, já aos 33 ingressava na Academia Brasileira de Letras.<sup>44</sup>

Afirma ainda que o convívio nos meios culturais e políticos é que teria possibilitado ao irmão mais velho “o conhecimento de tantas figuras influentes como de fatos importantes na vida do país”.<sup>45</sup> A partir desses trechos fica claro que a apresentação de Jorge Calmon pretendia reiterar que Pedro Calmon venceu por seus próprios méritos e sendo um “jovem anônimo” não contou com privilégios e patrocínios na capital. Confrontarei o relato contido no texto dos capítulos das *Memórias* para compreender em que medida o fato de pertencer a uma família cujo nome era muito conhecido nos meios políticos nacionais contrasta com essa percepção.

Por outro lado, Jorge reitera a visão que Pedro veicula a respeito do tipo de relação que este como reitor desenvolvera com os estudantes, atribuindo a isso a durabilidade no exercício da função (18 anos). Ao se reportar ao modo como Pedro Calmon tratava os jovens, mostra o irmão mais velho como “tolerante, compreensivo”.<sup>46</sup> Não se sabe que espécie de relação Jorge tinha com Pedro, mas seu relato indica que talvez estivesse projetando a imagem do irmão reitor no tipo de relação fraterna que estabeleceu com ele, uma vez que Jorge era o caçula do casal Calmon, sendo 13 anos mais novo que Pedro.

Jorge também foi bacharel em Direito e seguindo os passos do irmão mais velho, tornou-se historiador e professor titular de História da Universidade Federal da Bahia. Em seu texto introdutório, Jorge ainda aponta que Pedro, como diretor da Faculdade de Direito e reitor, foi “expectador” de diversas reviravoltas na história política recente brasileira:

da ressonância que foi tendo no Brasil e no seio do governo a divisão ideológica do mundo entre totalitarismo e democracia, gerando as hipóteses de sobrevivência ou fim do Estado Novo. Extinto este, assistiu à

---

<sup>44</sup> CALMON, Jorge. O historiador conta a sua história. *op. cit.* p. 14

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 14

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 14

reconstitucionalização, o governo Dutra (Pedro Calmon no Ministério da Educação), a volta triunfal de Getúlio, encerrada com o remate trágico do suicídio, Juscelino e suas botas de sete léguas, Jânio e Jango...

É interessante ressaltar dois aspectos: quando trata de assuntos da política, Jorge se refere a Pedro como um simples espectador, alguém que teria testemunhado os acontecimentos de fora, quando se sabe que pelos cargos que ocupou e pelas relações que estabeleceu, mais que um mero espectador, ele foi um agente que se portou com destreza, sendo capaz de continuar nos cargos a despeito dos revezes políticos.

O segundo aspecto é que o irmão de Pedro Calmon não se refira ao golpe de 1964 e ao regime militar. O próprio Pedro Calmon só menciona acontecimentos até o ano de 1963, não se sabe se, em virtude da doença que o apanhou antes que pudesse avançar no tempo das *Memórias*, ou de algum tipo de seleção feita previamente em seus escritos, uma vez que o irmão menciona a possibilidade da existência de uma continuação que avançaria no tempo. O último capítulo em que trata de um evento específico de sua trajetória é o capítulo intitulado “O Colégio Pedro II”, no qual menciona o concurso que prestou para a instituição. No capítulo seguinte, intitulado “O ano político” são tratados acontecimentos que vão de 1954, ano em que foi candidato ao governo da Bahia, até 1962 sem muita sistematização.

Minha hipótese é que em suas *Memórias* Pedro Calmon busca desvelar sua trajetória intelectual como um cenário para a sua trajetória editorial. O título de catedrático do Colégio Pedro II, conquistado em 1955 mostra-se importante para ele, na medida em que é utilizado como título em seus livros publicados a partir dessa data e corresponde a um capítulo inteiro de suas *Memórias*. Conscientemente ou não é com ele que Calmon coroa a sua trajetória, já que no último capítulo das *Memórias* são tratadas viagens que fez e acontecimentos políticos, sem um esforço de conferir-lhes uma coerência no conjunto do relato.

Parece-me que, na narrativa das *Memórias*, o capítulo intitulado “O Colégio Pedro II” coroa em sua trajetória o desejo projetado no passado de ser um autor reconhecido, a “hora do livro” da qual falarei mais a respeito no primeiro capítulo deste trabalho. Procurei ainda tratar de experiências que foram importantes na trajetória de Pedro Calmon, na medida em que nos informam acerca das posições ocupadas por ele no campo intelectual, de forma a perceber como a legitimidade cultural de seus escritos como historiador estava ligada à sua atuação em tais instituições e às relações pessoais e intelectuais que estabeleceu por meio delas.

## Capítulo 1 - Estirpe, direito, história e letras

Neste capítulo considero a trajetória intelectual de Pedro Calmon a partir da sua origem familiar, que pode ter facilitado a inserção nas instituições do campo intelectual e em cargos públicos nos anos 1920 e 1930. Busco também compreender de que maneira sua integração em importantes instituições do campo intelectual do país, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras, bem como a atuação profissional no Museu Histórico Nacional, possibilitaram colocação nas áreas de produção histórica e literária, visto que, respaldado por essas instituições, publicou as primeiras obras que são utilizadas como fontes para este trabalho e que serviram de aportes para a consagração nos meios intelectuais.

A partir da análise da formação e de seus primeiros anos de atuação intelectual, intenta-se perceber de que forma origens familiares, o curso de Direito, as letras e a escrita da História se entrecruzaram em sua trajetória e marcaram sua produção cultural.

### 1.1 A formação

Pedro Calmon publicou, ao longo de toda sua vida, cerca de 50 livros.<sup>47</sup> A maior parte de suas publicações é reconhecida como pertencente à área de História, sejam os seus livros classificados como de história do Brasil, biografia ou literatura histórica. Também dedicou parte de sua produção como autor ao Direito, área na qual atuou durante décadas como professor universitário.<sup>48</sup>

A compreensão do que era característico da nacionalidade brasileira e das bases de sua formação foi uma preocupação dos jovens intelectuais dos anos 1930. Pedro Calmon entende-se como parte dessa geração e buscou o caminho mais comum entre os intelectuais de seu tempo: a instrução jurídica.

Apesar das faculdades de Direito não se configurarem como único espaço possível de formação dos intelectuais brasileiros, os “bacharéis” formados por elas se mostraram atuantes como intelectuais em diversos campos do saber como a História, a Geografia, a Literatura e o Jornalismo, engajando-se na política partidária e em instituições relevantes para a formação ideológica brasileira. Por esse motivo, o discurso

---

<sup>47</sup> Livros editados em vários volumes foram registrados apenas como uma publicação. A contagem foi feita a partir de DOYLE, Plínio. Biobibliografia de Pedro Calmon. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 147, n. 351, pp. 585-614, abr./jun. 1986.

<sup>48</sup> BORJA, Célio de Oliveira. Pedro Calmon e o Direito. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 164 (420): 93-98, jul./set. 2003.

jurídico torna-se fundamental para a compreensão dos projetos de construção da “nação” nas primeiras décadas do século XX.<sup>49</sup>

A compreensão da inserção de Pedro Calmon no campo jurídico relaciona-se à sua participação no campo de produção intelectual brasileiro e à elaboração de suas interpretações acerca da história do Brasil veiculadas por meio de sua produção editorial.

Nascido em 1902, na cidade de Amargosa, na Bahia, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt era filho de Pedro Calmon Freire de Bittencourt, comerciante e coronel baiano cujos negócios faliram alguns anos antes do nascimento do seu filho homônimo. Sua mãe era Maria Romana Moniz de Aragão, nascida em Petrópolis, descendente de senhores de engenho e criada pelo avô, mordomo da Casa Imperial. Após a falência dos negócios, a família se mudou para Salvador, o pai se tornou funcionário público e a mãe, professora.<sup>50</sup>

Apesar das dificuldades econômicas de sua infância, seus pais eram descendentes de famílias tradicionais no cenário nacional, sobretudo na época imperial. Por sua origem, Pedro Calmon fazia parte de uma pretendida “nobreza brasileira”. Regina Abreu aponta que o que caracteriza a nobreza é que todos os indivíduos partilham um *status* alcançado pelos membros de maior renome do grupo. A distinção alcançada por um elemento ou por uma família poderia se estender a todos os outros. Dessa forma, os membros da nobreza buscavam a preservação dos vínculos e glórias fundadas na tradição.<sup>51</sup>

No primeiro capítulo das *Memórias*, intitulado “Meus Pais”, Calmon traça uma extensa genealogia de sua família, chegando a seus antepassados nobres, como se, para se alcançar o entendimento de sua vida, fosse necessário reportar toda a sua ascendência. O autor enumera com detalhes os casamentos dos seus antepassados, designando todos os títulos de marqueses, barões e baronesas que seus bisavós, avós e tios-avós angariaram para a família e que os distinguiria dos membros de famílias “não-nobres”. Apesar da condição financeira desfavorável da família nuclear em sua infância, o memorialista parecia ter clareza do pertencimento a uma linhagem reconhecida.<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. 2 ed. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 65

<sup>50</sup> ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita*. *op. cit.* p. 31

<sup>51</sup> Ver ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal*. *op. cit.* p. 58

<sup>52</sup> Cf. CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* Capítulo 1. “Meus pais”.

Sérgio Micelli denomina esses intelectuais de “primos pobres” da oligarquia.<sup>53</sup> E, segundo o autor, a formação jurídica era um caminho comum para os que almejavam um futuro como intelectuais produtores de conhecimento em diversos campos do saber. Afrânio Garcia Júnior considera os investimentos no sistema escolar como uma estratégia frequente de reconversão para membros de famílias aristocráticas empobrecidas. Garcia mostra que os intelectuais originados de tais famílias, fundamentando-se em sua formação, buscaram, por meio de seus escritos, delimitar e valorizar o que era tido como a cultura nacional. O curso de Direito era o mais procurado para proporcionar tal cabedal.<sup>54</sup>

A intelectualidade brasileira na virada do século XIX para o XX era composta fundamentalmente por “bacharéis”.<sup>55</sup> Alicerçado por sua formação empreendida em conceituados colégios baianos, Pedro Calmon afirma não ter encontrado dificuldades em ingressar na Faculdade de Direito da Bahia, que, em suas palavras, foi a primeira faculdade a quebrar o monopólio das Faculdades de Direito de São Paulo e Recife.<sup>56</sup>

Em suas *Memórias* Calmon recorda o período em que cursou Direito em Salvador. Rememora alguns colegas de curso, com destaque para Hermes Lima, que causava-lhe admiração justamente por ser descrito como sua antítese: “Era eu católico displicente, ele agnóstico irônico. (...) Sentia-me escritor; ele crítico ou filósofo”.<sup>57</sup>

Dentre os docentes dos primórdios do curso de Direito na Bahia, Alberto Venâncio Filho cita o professor Leovigildo Filgueiras, de Filosofia e História do Direito, formado em Recife. Segundo Venâncio Filho, o professor fazia parte de um grupo de pensadores atuantes na Bahia, que teria preservado a orientação da Escola do Recife e que manteve a inspiração dos estudos filosóficos distanciados dos modelos

---

<sup>53</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 105

<sup>54</sup> GARCIA JUNIOR, Afrânio. *Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 98, n.º 1, pp. 20-33, 1993.

<sup>55</sup> NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil. op. cit.* p. 181

<sup>56</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 81

<sup>57</sup> Idem, p. 87. Hermes Lima posteriormente tornou-se livre-docente da cadeira de direito constitucional da Faculdade de Direito da Bahia, depois foi para São Paulo, onde se tornou livre-docente em direito constitucional da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e mais tarde transferiu-se para o Distrito Federal, onde ocupou o lugar de professor da cadeira de introdução à ciência do direito da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1935, quando Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal, foi convidado a dirigir a Faculdade de Direito da instituição. COUTINHO, Amélia. Hermes Lima. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-calmon-muniz-de-bittencourt> (Acesso em 03 fev 2018)

escolásticos. Também como integrante desse movimento, cita Virgílio de Lemos, de quem falaremos mais adiante.<sup>58</sup>

Apesar do êxito do curso da Faculdade de Direito da Bahia em seus primórdios, a instituição não agradou de todo a Calmon, que teceu críticas à sua incapacidade de se desenvolver ao longo dos anos, uma vez que, segundo ele “continuava com uma trintena de calouros e as instalações mesquinhas, ao bater-lhes às portas em 1920”.<sup>59</sup> Possivelmente, essa avaliação feita retrospectivamente é representativa do fato de que ao redigir suas *Memórias*, o memorialista já tinha clareza de que o curso baiano não atenderia plenamente às suas expectativas de ascensão profissional.

Pedro Calmon estava ligado aos jovens intelectuais baianos que ascenderam nas décadas de 1930 e 1940 por laços de parentesco e amizade, casamento ou apadrinhamento, pela formação escolar e religiosa, por cargos e filiações partidárias ou credos políticos, a ponto de fazer parte do que Paulo Santos Silva denomina uma “geração”. Trilhou ainda o percurso comum para a socialização e integração dos intelectuais que alcançaram destacados postos na política baiana nas décadas em questão, tendo cursado o secundário em um dos mais tradicionais ginásios da capital baiana, ingressado cedo no jornalismo conduzido por parentes e amigos influentes, e iniciado o curso superior ainda na Bahia.<sup>60</sup>

Apesar dos vínculos com as elites de seu estado natal, Pedro Calmon deixou-o ainda no início dos anos 1920, como também o fizeram Anísio Teixeira, Afrânio Coutinho, Hermes Lima, João Magabeira e Jorge Amado. Todos eles desempenharam papel destacado em suas respectivas áreas de atuação. Calmon, apesar de sua ligação com a política de seu estado de origem, afastou-se dos interesses regionais nos anos seguintes, buscando constituir uma carreira no serviço público da capital federal. Continuou a cultivar relações favoráveis com os intelectuais baianos e a ser cultuado nos ambientes letrados por seus conterrâneos. A imprensa local noticiava suas conquistas, celebrava suas publicações e abria espaço para seus escritos, fazendo com que fosse visto como um “patrimônio da terra”. Resguardado pelos cargos públicos que ocupou na capital, escreveu seus livros.<sup>61</sup>

---

<sup>58</sup> VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982. p. 185

<sup>59</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 81

<sup>60</sup> SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico da Bahia (1930-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2000. pp. 79-99

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 105



A opção pelo Direito é explicada, *a posteriori*, por menção a um pretensão “destino de bacharel apontado pela mania da História”.<sup>62</sup> A ideia de que se tratava de “destino” é reforçada pelas referências feitas à sua “propensão para a oratória” ensinada pelos padres do colégio Antônio Vieira, fundado por jesuítas portugueses, no qual estudou até a sua entrada no Ginásio da Bahia no ano de 1914. O diretor do colégio era o padre Luís Gonzaga Cabral. Calmon afirma que não foi aluno de Cabral, mas que ia “ouvir-lhe a prédica, no seminário tomista”, juntamente com outros alunos, dentre os quais, Anísio Teixeira, a quem o padre Cabral preparou para ser o seu sucessor na Companhia de Jesus.<sup>63</sup>

Dentre seus professores da faculdade de Direito, Calmon destaca Homero Pires, professor de direito constitucional, que sobrecarregava os alunos com jurisprudência norte-americana e argentina, apontado também como “ruísta”, pois conhecia toda a produção de Rui Barbosa. Recorda também os lentes Filinto Bastos, de direito romano “idoso e católico, um monge” e oposto a ele o alagoano Virgílio de Lemos, já mencionado, que “acumulava o pendor pela polêmica”, “animava-se a inovar a filosofia do direito” e negava a Providência, se configurando como um “inimigo do dogma”.

Afirma que Hermes Lima levou as lições de Virgílio de Lemos para São Paulo e para o Rio de Janeiro. Estabelece uma comparação afirmando ser Hermes Lima o “corajoso Sílvio Romero do novo Tobias”.<sup>64</sup> Faz uma menção a Tobias Barreto, a quem os biógrafos de Sílvio Romero atribuíram uma influência profunda sobre suas ideias, apesar de Sílvio Romero negar que Tobias Barreto tenha representado para ele a figura de um “mestre”. Segundo Romero, Tobias foi um contemporâneo nos estudos acadêmicos e não seu professor.<sup>65</sup>

Tobias Barreto e Sílvio Romero foram responsáveis por se opor ao tomismo e ao catolicismo conservador na produção intelectual brasileira e por buscar introduzir o racionalismo científico nos estudos jurídicos. Por esse motivo, foram precursores do movimento que viria a ser conhecido como “Escola do Recife”.<sup>66</sup> Romero, sobretudo, trabalhou pela implantação de um espírito laico no pensamento brasileiro.

---

<sup>62</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 55

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 53-54

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 90

<sup>65</sup> Ver MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Sílvio Romero, sua formação intelectual, 1851-1880*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 61.

<sup>66</sup> Ver PAIM, Antonio. *A Escola do Recife: Estudos complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil*. Vol. 5. Londrina: Editora UEL, 1997. e RAGO, Maria Aparecida de Paula e VIEIRA, Rosa Maria. *Escola do Recife*. In: ABREU, Alzira Alves. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica> (Acesso em 12 jan 2015)

Em 1939, Hermes Lima publicou pela coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional a biografia “Tobias Barreto (A Época e o Homem)”, dedicada à memória de Virgílio de Lemos, a quem apresenta como “O professor de minha geração na Faculdade de Direito da Bahia”.<sup>67</sup> Pedro Calmon é mais cauteloso ao falar dos professores de sua geração, afirmando que os três por ele citados “indicaram os rumos da ciência: o imenso Virgílio pela crítica, o devoto Filinto pelas Institutas, o aplicado Homero pela democracia.”<sup>68</sup>

Pode-se perceber assim que Calmon, a *posteriori*, projeta na sua formação a importância dos três aspectos, encarnados nas personalidades dos três professores rememorados: a crítica; as Institutas, que se referem à instrução, que nesse caso era uma instrução católica; e a democracia, representada pelas jurisprudências norte-americana e argentina. A crítica não poderia ser exercida de maneira totalmente livre imponderada, mas deveria ser referenciada na religião e nos pressupostos da democracia, entendida como o conhecimento e respeito às leis.

Entretanto, Calmon não terminou o curso de Direito na Bahia. Como aponta em suas *Memórias*, seu maior desejo projetado no passado era ser “autor”. A mudança para o Rio de Janeiro, apesar de representar um rompimento com o percurso que vinha traçando na cidade de origem, trouxe novas perspectivas.

Em Salvador, o jovem já era jornalista. Estreara em 26 de dezembro de 1920, escrevendo no Correio do Bonfim, “festejando o Advento de Jesus”. Em suas palavras: “para o escritor o artigo é o prefácio do livro, que em regra aí acaba, gota d’água em que morre a corrente que não correu.”<sup>69</sup>

Jornais e revistas no início do século eram veículos não apenas de notícias, mas de escritos literários, como a crônica e o ensaio e também de textos de conteúdo histórico ou antropológico, propagando ideias. Conferiam projeção a escritores neófitos, propiciando sua inserção em redes tramadas por todo o país, possibilitando que suas carreiras fossem construídas em seus estados de origem.<sup>70</sup> No entanto, ao olhar retrospectivo de Calmon sobre sua trajetória, parecia que o jornalismo não se mostrava suficiente para a construção de uma sólida carreira, pois lhe faltava ainda o seu nome estampado na capa dos livros, algo que só a capital lhe permitiria alcançar.

---

<sup>67</sup> LIMA, Hermes. *Tobias Barreto: a época e o homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

<sup>68</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 90

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 93

<sup>70</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

A mudança para o Rio de Janeiro é percebida na construção memorialística de Pedro Calmon como uma inflexão em sua carreira futura, pois possibilitou a ele publicar livros. Calmon *a posteriori* legitima que a mudança para a capital mudou a sua posição no campo intelectual possibilitando-lhe somente a conjuntura apropriada para tornar-se “autor”, uma vez que a vocação ele já possuiria.

Nos anos 1920, o país oferecia um quadro pouco animador no que diz respeito às possibilidades editoriais. O público leitor era pequeno, as tecnologias para a produção de livros antiquadas, havia baixo investimento no setor, o que fazia com que o preço dos livros fosse elevado e sua circulação se reduzisse a grupos restritos.<sup>71</sup> A preocupação do jovem Calmon se justifica quando consideramos as desigualdades regionais em relação à produção editorial nas décadas de 1920 e 1930. Micelli aponta que, em 1929, seis em cada dez livros editados no país eram provenientes da capital federal, enquanto dois saíam São Paulo e um do Rio Grande do Sul.<sup>72</sup> Tais dificuldades levaram Hermes Lima a afirmar que editar livros no Brasil nessa época “era façanha pessoal e rara”.<sup>73</sup> Ainda assim, Calmon parecia disposto a tentar.

Ele era o “primo pobre” e afilhado de Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), sobrinho homônimo do Marquês de Abrantes. Político influente, o primo ocupou cargos de destaque na política brasileira, chegando a senador e ministro no período da Primeira República.<sup>74</sup> Apadrinhado pelo primo ilustre, Pedro Calmon parte para o Rio de Janeiro com uma indicação para secretariar a Comissão Nacional dos Congressos da Independência, que coordenava a organização das comemorações relativas ao centenário da emancipação política brasileira. Deixava na Bahia a família, os amigos e o curso de Direito iniciado em 1922.

Retoma sem prejuízos o curso jurídico na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, instituição criada a partir da reunião de duas escolas anteriormente existentes, a Faculdade de Ciências Sociais e a Faculdade Livre de Direito.<sup>75</sup> A Faculdade Livre de

---

<sup>71</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. FCRB, UFF/PPGCOM, UFF/LIHED. 2004. p. 4

<sup>72</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. *op. cit.* p. 151

<sup>73</sup> LIMA, Hermes. *Travessia (Memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. p.38 apud ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita*. *op. cit.* p. 27

<sup>74</sup> Sobre Miguel Calmon du Pin e Almeida ver: ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal*. *op. cit.*

<sup>75</sup> Em 1882, durante a vigência do período monárquico, se cogitou a criação de uma escola de Direito na Corte. Naquele momento, entretanto, o esforço se limitou à composição de uma ata assinada por signatários reunidos pelo advogado Fernando Mendes de Almeida, idealizador do empreendimento. O projeto só saiu do papel em 1891, quando foi promulgada a Reforma Benjamin Constant. Em 19 de maio o grupo fundador reuniu-se no salão do Liceu de Artes e Ofícios e declarou “organizada e instalada

Ciências Jurídicas e Sociais funcionou no prédio do Ginásio Nacional até 1915, quando conseguiu sede própria na Rua do Catete. Ao comentar a relação dos membros do corpo docente, Pedro Calmon, em livro publicado em 1945, salientou o ecletismo de orientações ideológicas dos que a formavam:

era uma elite acadêmica de alta reputação intelectual, que assumia a responsabilidade de incorporar, impor, defender um instituto universitário digno da capital do país. Vultos do passado e jovens homens públicos, que faziam brilhantemente as primeiras armas na imprensa, no livro, na tribuna; antigos ministros e bacharéis recentes; gente da Monarquia e republicanos de pensamento e ação; sábios e literatos; humanistas e advogados de intensa atividade profissional. Mesmo representantes de correntes opostas, como José Higino e Sílvio Romero a propósito da “Escola do Recife” e Fernando Mendes e Afonso Celso, a respeito do regime... A amálgama, no caso e na época, favorecia os créditos de que necessitava a instituição.<sup>76</sup>

Também em 1891 foi criada no Rio de Janeiro a Faculdade Livre de Direito pelo Dr. Carlos Antônio França Carvalho, que passou a funcionar em uma sala do mosteiro de São Bento. A instituição também contava com Sílvio Romero como professor. No ano seguinte, o ministro Campos Sales decretou a transferência das instalações da faculdade para o prédio da Escola Normal. Anos mais tarde, a escola se instalou em uma casa na praça da República, onde ficou até sua fusão com a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais.<sup>77</sup>

Assim, entre os anos de 1891 e 1920 coexistiram dois cursos de Direito em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de ter sido cogitada anteriormente a ideia da fusão das duas faculdades, somente em 1919 foram propostas medidas objetivas para que ela se concretizasse. Em 24 de abril de 1920, as congregações se reuniram e firmaram um acordo. Um mês depois, os estatutos da nova instituição foram aprovados e foi definido como diretor o conde Afonso Celso e como vice-diretor Fróis da Cruz, antigo diretor da Faculdade Livre de Direito.<sup>78</sup> Nascia, assim, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, às portas da qual Calmon bateu em 1922 visando concluir o curso iniciado na Bahia.

---

definitivamente a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, iniciada em 1882”. Na ocasião foram relacionados os membros do corpo docente para ser submetido à aprovação do Governo Federal. Cf. VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 113

<sup>76</sup> CALMON, Pedro. *História da Faculdade Nacional de Direito*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F., 1945. p.37-38

<sup>77</sup> VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. op. cit. p. 129-130

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 132-133

Segundo Pedro Calmon o nome de Afonso Celso representava uma “garantia de estabilidade e progresso da instituição na sua fase nova”.<sup>79</sup> Na juventude, Afonso Celso havia sido abolicionista e republicano. Com a proclamação de República, partiu para o exílio acompanhando o pai, Visconde de Ouro Preto. Ao voltar dedicou-se ao ensino, à advocacia e ao jornalismo.<sup>80</sup> Ao que tudo indica, Afonso Celso também representava certa garantia de estabilidade para Calmon no Rio de Janeiro, uma vez que o visconde de Ouro Preto, pai de Afonso Celso, era amigo do bisavô de Pedro Calmon e sua mãe convivera com o conde na infância. Por esse motivo, Calmon considerou Afonso Celso como uma espécie de “protetor natural”.<sup>81</sup>

Diversamente do que fizera em relação ao curso iniciado na Bahia, Calmon em suas *Memórias* não menciona os professores da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Cita apenas o referido diretor Afonso Celso, o secretário Max Fleiuss e o “douto” Rodolfo Garcia, a essa época funcionário da secretaria, afirmando que o receberam com bondade. Afirma que o Conde era “um grande homem”. Sobre Fleiuss diz que era um “esplêndido secretário” e sobre Garcia declara que

cachimbava no arquivo, mexendo papéis, com pressa de voltar ao Instituto Histórico, onde os classificava, sábio pobre, antes de o descobrirem para a direção do Museu [Histórico Nacional] e da Biblioteca Nacional.<sup>82</sup>

Na construção da aspiração profissional projetada em seu passado, a figura erudita de Garcia não correspondia ao seu ideal. Apesar de ter estabelecido ulteriormente boas relações com Garcia, Calmon parece deixar claro que a primeira impressão que teve foi a de um mero “classificador”, um “sábio pobre”, pois não escrevia nada original, apenas anotava e classificava a documentação.

Veremos mais adiante que Calmon se baseou nos escritos e pesquisas de Garcia de forma a obter informações para compor suas próprias obras e que o reputou em outras ocasiões como portador de um vasto saber e um anotador profícuo. Entretanto, Rodolfo Garcia, foi cobrado por não ter sido capaz de escrever uma obra de conjunto própria.<sup>83</sup> O Calmon da maturidade, da escrita das *Memórias*, projeta no jovem

<sup>79</sup> CALMON, Pedro. *História da Faculdade Nacional de Direito*. op. cit. p. 235-236

<sup>80</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. op. cit. p. 64

<sup>81</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. op. cit. p. 104

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 104-105

<sup>83</sup> Pedro Calmon prefaciou a obra de Rodolfo Garcia *Escritos avulsos*, publicada em 1973, por ocasião da comemoração do centenário do autor. Sobre a relação de Pedro Calmon com Rodolfo Garcia e sobre a sua qualificação como um erudito consulte BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. *Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). 142f. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2015. p. 29

estudante de Direito o desígnio de escrever a história do Brasil, de ser “autor” contrapondo-se à imagem de Rodolfo Garcia, um “sábio pobre”, pois não escrevia, apenas classificava os documentos.

Quando Pedro Calmon decidiu cursar Direito nos anos 1920, homens com formação jurídica distinguiam-se nas funções de pensar a organização da sociedade brasileira e apontar os rumos que esta deveria seguir. Gizlene Neder afirma que tais agentes atuavam de forma a apresentar uma organização para a sociedade brasileira “pensando no futuro de uma jovem nação”.<sup>84</sup> A autora define como “bacharéis” todos os formados em Direito e como “juristas”, aqueles que alcançaram reconhecimento e notoriedade. Juristas e bacharéis tiveram grande relevância na constituição da intelectualidade na virada do século XIX para o XX. Pedro Calmon quando saiu de Salvador para o Rio de Janeiro, possivelmente, almejava não ser apenas um bacharel, mas também um jurista reconhecido.<sup>85</sup>

Calmon pretendeu que o curso de Direito proporcionasse uma formação humanística, que lhe permitiria “pensar o Brasil”. O ato de escrever a história do Brasil, ligava-se ao pensamento acerca do futuro da nação. A História escrita nos anos 1930 auxiliaria na projeção do porvir nas sociedades em formação, como a brasileira.<sup>86</sup> Era necessário compreender a constituição dessa sociedade no que ela tinha de mais característico,<sup>87</sup> de modo a poder divulgar tais pensamentos na forma de escritos, principalmente livros. Bacharéis e juristas foram agentes importantes na elaboração de representações no âmbito da cultura, atuando não apenas na advocacia, mas também como polígrafos na imprensa e na elaboração do chamado “pensamento social”.<sup>88</sup>

Existia grande coesão dos juristas como um grupo tradicionalmente pertencente à elite e com legitimidade para exercer cargos políticos e intervir no controle dos rumos do país. Mariana de Moraes Silveira defende que a concepção do direito como uma atividade “superior”, associada muitas vezes a valores, vocábulos e conteúdos religiosos e compreendida como um “culto” à ordem jurídica, trabalhou como um elemento fundamental para essa coesão.<sup>89</sup>

---

<sup>84</sup> NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil. op. cit.*, p. 231

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 181

<sup>86</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 60

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 178

<sup>88</sup> SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. 391f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013. p. 110-111

<sup>89</sup> SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas. op. cit.* p. 106.

Neder afirma que a formação acadêmica e a introdução dos “bacharéis” nas relações sociais eram permeadas por elementos cerimoniais que concediam prestígio e demarcavam o pertencimento dos indivíduos a determinado grupo social. Assim, segundo a autora, rituais e costumes eram mantidos, reproduzindo protocolos das universidades medievais.<sup>90</sup> Entretanto, qualificados como portadores de um saber excessivamente erudito, os “bacharéis” passaram a sofrer críticas, embora seu título universitário continuasse a ser uma fonte de reconhecimento.

Silveira aponta que a partir da década de 1930 pode-se perceber uma transição que se verifica em termos simbólicos nas críticas ao “bacharelismo”, isto é, à natureza ornamental dos cursos superiores, considerado um empecilho ao sistema meritocrático que se almejava implantar no país após o advento da República. Tornava-se cada vez mais premente a formação de elites especializadas para dirigir os diversos setores de atividades. Nesse contexto, os ensinos secundário e superior ganham uma importância estratégica, uma vez que deveriam formar esses “quadros técnicos especializados”.<sup>91</sup> Com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, diversifica-se a oferta de formações superiores disponíveis no Brasil.<sup>92</sup>

Ainda assim, a despeito da pluralização das ofertas de cursos e das apreciações negativas dirigidas ao “bacharelismo”, a formação jurídica permaneceu como um meio de ingresso à atuação em diversas áreas, além de servir de passaporte para instituições de consagração intelectual.<sup>93</sup> Pedro Calmon ingressou no campo jurídico, possivelmente vendo-o como meio de acesso à carreira jornalística, ao serviço público e ao reconhecimento da autoria. O campo jurídico, entretanto, também possuía uma lógica específica duplamente determinada, como afirma Bourdieu:

por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras

---

<sup>90</sup> NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. op. cit. p.223.

<sup>91</sup> SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas*. op. cit. p. 112. Cf. SCHUARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.

<sup>92</sup> Em 1934 foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que passou a oferecer cursos de licenciatura em Filosofia, Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Naturais, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas e Letras. Em 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Apesar da sua curta existência (foi extinta em 1939), a universidade ofereceu os cursos de professor de matemática, física, química, história natural, geografia, história, sociologia e ciências sociais, língua latina, línguas estrangeiras e português e literatura.

<sup>93</sup> SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas*. op. cit. p. 123-124

jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas.<sup>94</sup>

No Brasil, a formação jurídica desempenhou ao longo dos séculos XIX e das primeiras décadas do século XX um papel semelhante ao dos cursos de filosofia na Europa, constituindo-se em uma matriz a partir da qual outros saberes foram tornando-se progressivamente autônomos.<sup>95</sup> Ao que tudo indica, o curso de Direito iniciado na Bahia não correspondeu às expectativas de Calmon, pois não foi capaz de propiciar uma rede de relações que lhe permitisse se destacar nas lutas de concorrência em seu incipiente ingresso no campo de produção intelectual. Dessa forma, os professores citados em suas *Memórias* foram aqueles que lhe proporcionam uma instrução, sobretudo, acadêmica.

Por outro lado, o curso de Direito da Faculdade do Rio de Janeiro mais do que ilustração, propiciou-lhe o convívio com elementos da intelectualidade carioca que lhe abriram as portas das mais tradicionais instituições de consagração em funcionamento na capital. Assim, as figuras mencionadas por Pedro Calmon em seu relato memorialístico são o seu diretor e os altos funcionários da instituição, com os quais estabeleceu relações.

Não se sabe até que ponto a concepção católica de História de Afonso Celso inspirou a percepção da história do Brasil de Pedro Calmon. Entretanto, ao que tudo indica, a figura de Afonso Celso teve forte influxo sobre a trajetória e a carreira do jovem Calmon, sendo citado recorrentemente em suas *Memórias*.

O termo influência não parece adequado para qualificar essa relação.<sup>96</sup> Dessa forma, estaríamos negando a intencionalidade e a operação do olhar que Calmon direciona a figura de Afonso Celso e outras citadas por ele, como Max Fleiuss e Rodolfo Garcia. Tais personalidades são tomadas como referências afetivas e letradas para o jovem que pretendia ingressar no campo intelectual e ser reconhecido como autor, bem como provavelmente o tomavam como um jovem promissor, um potencial continuador de sua obra referendado pelo sua formação e origem.

---

<sup>94</sup> BOURDIEU, Pierre. A força do Direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. pp. 209-254. p. 211.

<sup>95</sup> SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas*. op. cit. p. 111.

<sup>96</sup> BAXANDALL, Michael. Digressão sobre a noção de influência. In: BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção*. op. cit. p. 102



## 1.2 Um museu para a História do Brasil e uma história para a civilização brasileira

De posse de seu diploma em Direito, Pedro Calmon foi nomeado para o cargo de terceiro oficial do Museu Histórico Nacional<sup>97</sup> no ano de 1925. O museu havia sido inaugurado em 1922, ao final da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Foi dirigido, com pequenos interregnos, desde sua criação até o ano de 1959 por Gustavo Barroso e seu projeto buscava valorizar a tradição e mantê-la “viva”, de forma que pudesse orientar os caminhos da nação moderna.<sup>98</sup>

Além dos propósitos de conservar, proteger e divulgar o acervo, a instituição deveria também se prestar a um papel altamente educativo: apresentar aos visitantes a História da nação.<sup>99</sup> As festas do centenário da independência evidenciaram para o governo a necessidade de se criar uma instituição que contemplasse os acontecimentos notáveis do passado. A proposta do museu fugia da perspectiva científica, enciclopédica e evolutiva que caracterizava os três maiores museus brasileiros existentes: o Museu Paraense (fundado em 1885), o Museu Paulista (fundando em 1893) e o Museu Nacional (fundado em 1818).<sup>100</sup> As instituições anteriormente citadas podem ser caracterizados como “museus ateliês da ciência”, na terminologia de Dominique Poulot.<sup>101</sup>

Como primeiro diretor do MHN, Gustavo Barroso foi também o seu principal idealizador. Regina Abreu aponta que a categoria “tradição” mostrava-se fundamental no pensamento barroseano, associada ao passado e às origens. Barroso percebia-se como legatário de figuras precursoras da nacionalidade brasileira, grandes homens que contribuíram para a formação nacional. A origem familiar constituía para ele uma grande distinção, uma vez que representava a tradição conferindo legitimidade a determinado grupo social. A nação se constituía respaldada pela tradição originada no passado, do qual o tempo presente, no caso, o período republicano, seria continuador.<sup>102</sup>

---

<sup>97</sup> Doravante denominado MHN.

<sup>98</sup> Ver OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). 118f. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003. p. 53.

<sup>99</sup> SANTOS, Myriam Sepúlveda. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006. p. 20

<sup>100</sup> ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal*. op. cit. p. 164

<sup>101</sup> POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. [eBook Kindle]. p. 42

<sup>102</sup> ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal*. op. cit. p. 169-170

O passado concedia autenticidade aos objetos que testemunharam a ação de grandes homens, construtores do progresso e da integridade da pátria. As peças eram mobilizadas para atribuir legitimidade a um grupo social que era qualificado em termos de nobreza e fidalguia. Dessa forma, as bases da nação teriam sido alicerçadas em um passado remoto, do qual a história contemporânea seria legatária. Na linha do tempo da história nacional o período imperial era visto como uma época áurea, de esplendor, e a República como sua sucessora.<sup>103</sup>

A história nacional contada no MHN buscava ressaltar que a nação brasileira, a despeito de sua independência política, continuou ligada a Portugal. A preocupação de Barroso consistia em veicular uma ideia de nação baseada no culto às tradições instituídas a partir do “modelo centralizado e hierárquico do Estado Imperial implantado por Portugal no Brasil”.<sup>104</sup> Em paralelo, distinguia das elites, herdeiras do Estado Imperial, o povo brasileiro, mestiço, constituído a partir da mescla entre as raças. A representação cultural do povo se daria a partir do folclore, que não tinha lugar no MHN, destinado à guarda de peças pertencentes aos membros das elites, integrantes de uma pretensa nobreza brasileira.<sup>105</sup>

O acervo da instituição se constituiu durante o período em que Barroso esteve à frente da direção. O diretor chamou de “culto da saudade” o relacionamento estabelecido com o passado a partir de uma experiência sensorial. Os objetos autênticos, transformados em relíquias, teriam a função de evocar o passado ao qual pertenceram. A função evocativa tornava-se assim um critério para a aquisição de peças que possibilitassem a experimentação da história da nação na concepção barroseana.<sup>106</sup>

Tais relíquias vinculadas aos heróis e acontecimentos da História do Brasil assumiam a função de educar o povo a amar o passado. Dessa forma, buscava-se a coesão nacional a partir de referenciais comuns concebidos como autênticos e capazes de amalgamar grupos bastante diferenciados culturalmente.<sup>107</sup>

---

<sup>103</sup> ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal. op. cit.* p. 168; 170

<sup>104</sup> SANTOS, Myriam Sepúlveda. *A escrita do passado em museus históricos. op. cit.* p. 40

<sup>105</sup> No plano museológico de Barroso estava prevista a criação de um Museu Ergológico Brasileiro, destinado à guarda de objetos provenientes da cultura material, entendidos como expressões do folclore brasileiro. Tais objetos não eram entendidos como históricos por Barroso, mas como expressivos da cultura popular. OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória. op. cit.* p. 43. O segundo capítulo da dissertação intitulado “Cada Brasil no seu museu...” trata dos planos de criação desse museu.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 41

<sup>107</sup> ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal. op. cit.* p. 180

Os fragmentos idealizados como relíquias foram transformados em documentos de maneira a conferir legitimidade ao passado contido no museu, compreendido não apenas como tempo pretérito de um grupo ou de determinados grupos no interior do país, mas como a história de todos os brasileiros.<sup>108</sup> O MHN enquadra-se na definição de “museu romântico” de Poulot. Nesse tipo de museu “o passado parece narrar-se a si mesmo em uma encenação da cor local”.<sup>109</sup>

Myrian Sepúlveda, baseando-se na definição de memória de Pierre Nora, defende que o MHN pode ser qualificado como um “museu-memória”, pois segundo ela, nessas instituições a história, como uma construção laica e intelectual encontra-se subjugada à “dialética da lembrança e do esquecimento presente na memória”.<sup>110</sup> Para a autora, o território da memória é o domínio do afetivo. O principal empenho do MHN era determinar os marcos de uma nacionalidade com a qual todos os brasileiros pudessem se identificar, embora a responsabilidade em relação à autenticidade das fontes estivesse sempre presente.<sup>111</sup>

Em 1925, Pedro Calmon passou a trabalhar no museu sob as ordens de Gustavo Barroso. Descreve o chefe como um “prodigioso trabalhador” que buscou transformar o acervo da instituição em um “florilégio da História Pátria”.<sup>112</sup> O museu, para Calmon era uma “casa de pura brasilidade”.<sup>113</sup> A “brasilidade” estaria expressa na guarda de relíquias de um passado que se mostrava como “herança da colonização europeia”.<sup>114</sup>

O fato de pertencer a uma família tradicional foi um fator relevante para que o jovem alcançasse a vaga. Em suas *Memórias*, Pedro afirma que foi indicado por seu padrinho Miguel Calmon, que morreria alguns anos depois. O afilhado retribuiria a confiança do ilustre parente intermediando, em 1936, as negociações entre a família e Gustavo Barroso para que a coleção particular do padrinho – composta por joias, móveis, livros, quadros, fotografias, porcelanas, vasos, etc. – ficasse no MHN.

Apesar do aparente despropósito da conservação de uma coleção privada de grandes dimensões em um museu público, Regina Abreu afirma a importância tanto

<sup>108</sup> OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória*. *op. cit.*, p. 42

<sup>109</sup> POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. *op. cit.* p. 39

<sup>110</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda. *A escrita do passado em museus históricos*. *op. cit.* p.46

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>112</sup> O dicionário Priberam da Língua Portuguesa define a palavra “florilégio” como : 1. Coleção de flores. 2. [Figurado] Compilação literária. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/florilegio> [consultado em 23-02-2018].

<sup>113</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 143

<sup>114</sup> ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal*. *op. cit.* p. 179

para Alice Calmon, viúva de Miguel, quanto para o MHN, de mostrar que o titular fora ao mesmo tempo, proveniente de uma família aristocrática e um notável homem público e servidor do Estado republicano. Miguel Calmon foi capaz de “empreender a reconversão de seu capital social e de seu capital político em capital escolar e capital profissional”.<sup>115</sup> Pedro Calmon parecia disposto a seguir os passos do primo/padrinho e o cargo no Museu Histórico Nacional serviu-lhe como uma espécie de plataforma para alcançar voos mais altos, ao mesmo tempo em que buscava assegurar a continuidade do nome de sua família entre as mais destacadas na história do Brasil.

Além das dimensões comemorativa e histórica, o museu assumiu também um viés educativo presente em vários projetos idealizados por Gustavo Barroso e levados a cabo por ele e pelas equipes da instituição ao longo dos anos de sua gestão. Uma dessas ações foi o Curso de Museus, que tinha por objetivo preparar profissionais qualificados para o trabalho em instituições museológicas brasileiras.<sup>116</sup> Até então, os funcionários de museus eram generalistas, cuja formação geralmente era em Direito (caso de Pedro Calmon, Edgar Romero e do próprio Gustavo Barroso) ou em Medicina, Botânica ou Zoologia, quando se tratava dos museus de ciências ou História Natural. Não existia capacitação específica para o trabalho nessas instituições.<sup>117</sup>

A criação de um curso técnico destinado a formar profissionais para atuar em instituições de pesquisa – chamados de conservadores ou amanuenses – em conjunto com o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional estava prevista no decreto de fundação do MHN, datado de dois de agosto de 1922. Apesar disso, a implementação do curso só deu dez anos depois, em 1932, durante o período em que o MHN esteve sob a direção de Rodolfo Garcia.<sup>118</sup> A proposta do diretor em exercício da instituição ao Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, apresentava o Curso como uma

---

<sup>115</sup> MARTIN, Monique de. Apresentação. In: ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal. op. cit.* p. 18

<sup>116</sup> FARIA, Ana Carolina Gelmini de. *O caráter educativo do Museu Histórico Nacional*. Dissertação (Mestrado em Educação), 234f. Porto Alegre: Programa da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. p. 79

<sup>117</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus. In: *Cadernos Tramas da Memória 2011*. Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto; Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - nº 1 (mai. 2011) – Fortaleza: INESP, 2011. pp. 9-27. p. 11

<sup>118</sup> No período de novembro de 1930 a 1932 o MHN foi dirigido por Rodolfo Garcia, pois Gustavo Barroso foi afastado da direção da instituição pelo Governo Provisório por ter apoiado a candidatura do opositor de Getúlio Vargas, Júlio Prestes. Cf. BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. *Um ofício polivalente. op. cit.* p. 12

oportunidade de suprir as necessidades técnicas da instituição e ao mesmo tempo possibilitar o acesso à cultura, destacando a importância educacional do MHN.<sup>119</sup>

Qualificado como uma especialização, o curso tinha a duração de dois anos. Os funcionários do museu ministravam as disciplinas sem receber nenhuma gratificação além dos seus salários.<sup>120</sup> A principal disciplina era “Técnicas de Museus”, que sistematizava noções de “organização, arrumação, catalogação, restauração, além de cronologia, epigrafia, bibliografia, diplomática, heráldica e iconografia”.<sup>121</sup> Além das disciplinas instrumentais para o trabalho em instituições museológicas, os alunos diplomados na primeira turma, já em 1933, fizeram também o curso de “História política e administrativa do Brasil (período colonial)” no primeiro ano e “História política e administrativa do Brasil (até a atualidade)” no segundo ano.<sup>122</sup>

O primeiro foi ministrado por Rodolfo Garcia, em 1932, diretor em exercício do MHN e o segundo por Pedro Calmon, em 1933, que acumulou com a função de secretário do curso.<sup>123</sup> O ato de lecionar no curso de museus motivou Rodolfo Garcia e a maioria dos professores a escrever sobre os assuntos das disciplinas sob suas responsabilidades. Os professores partiam do questionamento acerca da definição de Brasil.<sup>124</sup> Se a questão que os movia era comum, as conclusões a que chegaram eram bem diversas. Em 1933, Calmon publicou seu livro *História da Civilização Brasileira* na Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional.

Gustavo Barroso foi reconduzido à direção do MHN em novembro de 1932, passados sete meses da inauguração do curso. Ao retornar a seu posto, após ter sido afastado por motivos políticos, Barroso encontra o museu subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública e ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. À época de seu afastamento, a instituição era submetida ao Ministério de Justiça e

---

<sup>119</sup> BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. *Um ofício polivalente. op. cit.*, p. 63

<sup>120</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus. *op. cit.* p. 12

<sup>121</sup> *Ibidem*, p.15

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 15

<sup>123</sup> Grade curricular do curso de museus e corpo docente. Disponível em: SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). 178f. Rio de Janeiro: Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, 2009. p. 171

<sup>124</sup> BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. *Um ofício polivalente. op. cit.* p. 80

Negócios Interiores.<sup>125</sup> Após sua saída do MHN, Rodolfo Garcia foi indicado pelo governo para assumir a direção da Biblioteca Nacional.<sup>126</sup>

Provavelmente, Rodolfo Garcia, na condição de diretor, imprimiu à formação museológica ministrada no MHN determinada orientação no currículo da primeira turma formada. Entretanto, já no ano de 1934 o Curso de Museus sofreu algumas mudanças, sobretudo na terminologia e composição das disciplinas oferecidas. Também foi aprovada a possibilidade de professores de fora do quadro funcional da instituição ministrarem atividades como cursos e conferências, supervisionados pelo diretor, embora a composição do corpo docente permanente continuasse limitada apenas a funcionários vinculados ao MHN.<sup>127</sup>

No currículo de 1934, a nomenclatura da disciplina “História Política e Administrativa do Brasil” foi substituída pela designação de “História da Civilização Brasileira” (Período Colonial no primeiro ano e até a atualidade no segundo ano). Ao que tudo indica, a disciplina seguia a nomenclatura que havia sido adotada a partir da reforma do ensino secundário de Francisco Campos, instituída em 1931. A reforma abolira as cadeiras de História do Brasil e História Geral no ensino secundário, substituindo-as pela cadeira unificada de História da Civilização.<sup>128</sup> Não se pode afirmar que a mudança tenha sido motivada por ser Calmon o professor da cadeira, entretanto, talvez tenha se dado para se adequar ao título do livro por ele publicado no ano anterior para servir de referência ao curso.

A mudança de nomenclatura da disciplina no MHN não garantiu, segundo Aline Magalhães, alteração significativa no seu conteúdo, que continuou atrelado à história dos grandes homens, fatos e datas comemorativas. O próprio Gustavo Barroso, em carta enviada a Mário de Brito, Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP, em 1942, discordou da mudança argumentando que havia proposto o estudo de História do Brasil, “nunca o de História da Civilização Brasileira. Esta designação está hoje condenada

---

<sup>125</sup> SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978. op. cit.* p. 26. OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória. op. cit.* p. 78

<sup>126</sup> Rodolfo Garcia. In: <http://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/biografia> (Acesso em 22 dez 2016)

<sup>127</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus. *op. cit.*, p. 16

<sup>128</sup> Para mais detalhes acerca da extinção da cadeira de História do Brasil e da criação da cadeira de História da Civilização, ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. pp. 28-32 e VALE, Nayara Galeno. *Delgado de Carvalho e o Ensino de História: livros didáticos em tempos de reformas educacionais*. Dissertação (Mestrado em História Social). 211f. Rio de Janeiro: Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. p. 52

pelos cultores da História Pátria.”<sup>129</sup> Na mesma carta, critica ainda o fato do estudo da História da Civilização se iniciar no primeiro ano do curso secundário, antes da História do Brasil. Para Barroso, não teria sentido cobrar do aluno entendimento a respeito “ciclos culturais ou econômicos” se eles não tinham o conhecimento da “história nos seus fastos, episódios, personagens e datas”.<sup>130</sup>

A extinção da cadeira de História no Brasil no ensino secundário foi combatida por intelectuais, professores e instituições (como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), que enxergavam na cadeira um das bases da constituição da nacionalidade brasileira. No mesmo ano em que a carta foi enviada por Barroso, questionando a orientação dada às disciplinas do Curso de Museus, uma nova reforma do ensino modificou novamente os currículos, reestabelecendo a História do Brasil como disciplina autônoma e conferindo-lhe uma carga horária igual à de História Geral.

Alguns autores visaram construir uma interpretação que caracterizasse a identidade nacional diante do imperativo trazido pelo progresso de integrar-se na “marcha da civilização” e que, paralelamente, superasse as teorias que proclamavam que o Brasil estaria fadado ao fracasso, em decorrência da miscigenação. Privilegiando o aspecto cultural, buscaram as singularidades do processo de formação brasileira.<sup>131</sup>

Além da publicação do livro *História da Civilização Brasileira* e de ter ministrado a disciplina homônima no curso de Museus do MHN, Calmon descreve sua experiência como professor da cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade do Distrito Federal, que é chamada em suas *Memórias* de “a universidade de Anísio Teixeira”. Na UDF, Hermes Lima havia assumido o posto de diretor da Escola de Economia e Direito, na qual funcionava o curso de História.<sup>132</sup> O convite para Calmon lecionar na cadeira certamente partiu de Lima.

Pedro Calmon ficou pouco tempo à frente da cadeira de História da Civilização Brasileira da UDF. Já em 1936 quem ministra a cadeira é Afonso Arinos de Melo Franco.<sup>133</sup> No ano anterior, Calmon assumira o cargo de deputado federal pela Bahia e talvez por esse motivo, não continuou a dar aulas na UDF. Outra possibilidade é que

<sup>129</sup> Apud MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus. *op. cit.* p. 20

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 20

<sup>131</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 30

<sup>132</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício. op. cit.* p. 22

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 141

tenha se afastado voluntariamente em virtude dos problemas que a universidade enfrentou, já em fins de 1935.

A repressão à tentativa fracassada de insurreição comunista atingiu duramente a UDF. Anísio Teixeira foi substituído no Departamento Municipal de Educação por Francisco Campos. Hermes Lima foi preso, Afrânio Peixoto, reitor da UDF, e vários professores foram afastados de seus cargos. Encarando diversas dificuldades e muita oposição por parte da intelectualidade católica, a UDF permaneceu em funcionamento até o ano de 1939, quando foi extinta. A universidade municipal concorria com plano de governo federal de criar na capital de uma instituição centralizada em âmbito nacional. O projeto se concretizou em 1937 com a constituição da Universidade do Brasil a partir da reunião de faculdades já existentes como a de Direito, a de Medicina e a de Engenharia.

Calmon conta que foi convidado pelo próprio Anísio a lecionar “história da civilização brasileira” e que aceitou prontamente com dupla satisfação: “porque era ‘minha’ (consolidando a iniciativa de 1932, no Curso de Museus) e porque me proporcionava a oportunidade de ser, afinal, fora desse curso restrito, professor da matéria que me apaixonava”. Ressalta o caráter inovador da instituição e do seu corpo docente, destacando dentre os professores Gilberto Freyre e Cândido Portinari. “Constituíamos os lentos, uma congregação de inovadores”.<sup>134</sup>

Afirma que na universidade desejava “reestruturar a história didática, fazendo-a ‘social’ e atraente.”<sup>135</sup> Fazia isso por meio do ensino a partir da evocação do passado e de seus “tipos”:

Divertia-me, esboçando no quadro-negro, em fortes traços de giz, casas, engenhos de açúcar, vestiário, utensílios, armas, insígnias, coisas – que, melhor do que as datas, tornavam o passado contingente e vivo. Sentia-me na obrigação de ressuscitá-lo (em vês de enumerá-lo) em recortes nervosos de um ‘presente’ sucessivamente transformado. Interessava-me a economia, fugia à memória, recorria aos tipos (tipos de trabalho, tipo de vida, tipo de pensamento, tipo de governo), convencido de que era preferível ensinar como eram do que como se chamavam, os antepassados.<sup>136</sup>

O pouco tempo em que ficou à frente da cadeira na UDF é desproporcional ao entusiasmo com que o acontecimento é narrado em suas *Memórias*. Ao ressaltar que fez parte do corpo docente da universidade colocando-se entre os “renovadores”, Calmon se

<sup>134</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 213

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 214

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 214.



justifica para a posteridade no momento em que escreve. Quiçá não quisesse ser enxergado como um tradicionalista. A UDF, mesmo que tenha durado pouco tempo cumpre o papel de instituição inovadora em seu relato. Ter feito parte dela, ainda que por pouco tempo, possibilitou-lhe pôr em prática uma abordagem que julgava pioneira no ensino de História.

A inovação para Calmon deveria se dar a partir do ensino da História do Brasil. O ensino da história nacional deveria ser feito por meio do cotidiano, da materialidade, de um enfoque social. As relíquias serviriam para tornar esse cotidiano dos fundadores da nação mais palpável para as novas gerações. Para isso, fazia-se imprescindível um maior conhecimento da arqueologia histórica, entendida como fonte de relíquias que tinham um grande poder evocativo para se conhecer de maneira não apenas intelectual, mas sensorial, o passado da nação.

Tal forma de se relacionar com o passado a partir dos sentidos era cara às práticas do colecionismo antiquário. O projeto do MHN, concebido por Gustavo Barroso, recriava tal tradição de forma a recompor o passado por meio de peças que, segundo tais práticas, eram capazes de evocá-lo.<sup>137</sup> Para os antiquários, “os objetos falavam pelas épocas em que tinham sido fabricados”.<sup>138</sup> O antiquário “torna o passado uma presença materializada nos objetos que o circundam”.<sup>139</sup>

Os antiquários valorizavam os objetos do passado *per se*. Seus desígnios se diferenciavam sobremaneira dos propósitos de sujeitos comprometidos com os esforços de construção simbólica das nações.<sup>140</sup> A partir do século XIX, os objetos pretéritos – as antiguidades – passaram a ser enxergadas a partir de um olhar, concebido modernamente, que visava integrá-los como fragmentos de uma tradição e de um passado nacionais.<sup>141</sup>

Manoel Salgado chama a atenção para o processo de “silenciamento” ao qual foram submetidas as práticas eruditas próprias ao trabalho dos antiquários a partir da constituição de uma memória disciplinar que tendeu a privilegiar as rupturas em

<sup>137</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...* Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 – 1937). Dissertação (Mestrado em História Social). 152f. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. p. 60

<sup>138</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru SP: EDUSC, 2004. p. 89

<sup>139</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000. p. 116

<sup>140</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...* *op. cit.*, p. 60

<sup>141</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Reinventando a Tradição. *op. cit.* p. 116

detrimento das continuidades.<sup>142</sup> Dessa forma, saberes que anteriormente foram considerados essenciais para a compreensão das sociedades passadas e para o preparo de futuros historiadores como a arqueologia, a cronologia, a numismática, a diplomática e a paleografia passaram a ser consideradas “auxiliares” à História em seu trabalho de compreender o passado de forma verdadeira.<sup>143</sup>

O MHN, ao almejar formar conservadores incorporou tais saberes na forma de disciplinas integrantes do projeto pedagógico do Curso de Museus. Materializou a tradição antiquária, transformando as práticas eruditas em conhecimentos especializados capazes de legitimar os objetos pertencentes aos acervos do museu como representativos da história que se queria contar por meio de suas exposições.<sup>144</sup>

### 1.3 A casa da memória nacional

Quem passa atualmente em frente ao número oito da Rua Augusto Severo, no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro, certamente reparará na sigla disposta na fachada, informando ser o edifício de doze andares a sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Poucos transeuntes e motoristas, entretanto, absortos em seus afazeres e preocupações, passando por um dos cruzamentos mais movimentados do centro da cidade, notarão que o prédio tem um nome: “Edifício Pedro Calmon”.

Pedro Calmon deu nome ao prédio, pois a sua construção só foi possível graças a um empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal na sua gestão como presidente da instituição. Calmon esteve à frente da presidência entre os anos de 1968 e 1985, ano de sua morte. A inauguração do edifício se deu em cinco de setembro de 1972 e contou com a presença do presidente da República Emílio Garrastazú Médici.<sup>145</sup> Em 1970, Pedro Calmon escrevera a Médici pedindo auxílio financeiro para o término das obras da sede do IHGB.<sup>146</sup>

O período de sua presidência à frente do Instituto fuge às balizas cronológicas deste trabalho, entretanto, é importante ressaltar que Pedro Calmon alcançou o cargo

<sup>142</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Reinventando a Tradição. *op. cit.* p. 112

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 119 e CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). 362f. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2015. p. 224

<sup>144</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... op. cit.* p. 47

<sup>145</sup> Site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. <https://ihgb.org.br/ihgb/historico/as-sedes.html> (Acesso em 18 jan 2017)

<sup>146</sup> Carta de Pedro Calmon a Emílio Garrastazu Médici. Data: 14 jul 1970. Código: PC 5116. Arquivo Pedro Calmon, Fundação Cultural da Bahia.

mais elevado na administração da instituição. Chamou-lhe de “casa da memória nacional”, título incorporado pelo IHGB e utilizado até os dias de hoje para se autorreferir.<sup>147</sup> Fato é que o jovem Calmon também encontrou no Instituto uma casa.

Levado pelas mãos do padrinho ilustre Miguel Calmon, Pedro adentrou o IHGB em 1922, como proponente de uma tese ao Congresso Internacional de História da América. O primo era sócio efetivo da instituição. Em suas *Memórias*, olhando retrospectivamente para a sua juventude, Pedro afirmou ter encontrado lá o seu lugar.<sup>148</sup> Um lugar que era seu possivelmente por herança, já que o marquês de Abrantes, seu parente ilustre e distante “fora um dos primeiros [sócios]” e seu bisavô Nogueira da Gama pertencera ao Instituto por mais de cinquenta anos.<sup>149</sup>

Calmon era considerado um historiador de futuro e em sua tese ao congresso de 1922, intitulada “A América não pode viver de sua própria história: a influência francesa na Conjuração Mineira”, buscou estabelecer conexões entre a história do Brasil e a história das Américas. Sua conclusão foi de que apesar das pretensões republicanas, o movimento mineiro inspirara-se nas ideias francesas.<sup>150</sup>

Pronunciou sua primeira conferência no IHGB no ano de 1925, acerca da restauração da Bahia, trabalho de caráter literário que no ano seguinte seria editado sob o título de “Armas Floridas”.<sup>151</sup> Apesar da proteção recebida diretamente do presidente da Instituição, ao se propor para sócio efetivo em 1926, com apenas 24 anos, não foi eleito. A justificativa para sua proposição afirma que, a despeito de sua pouca idade, era um “nome já vantajosamente conhecido no meio intelectual brasileiro, vasta (...) é a sua obra, da qual justificando a proposta, damos a seguinte relação”.<sup>152</sup> Contava então com cinco títulos publicados de História, três no prelo e um em andamento. Acrescenta-se ainda uma menção a títulos de Direito e Literatura.

<sup>147</sup> RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo Histórias e Memórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817*. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). 298f. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. p. 95

<sup>148</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 104

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 103-104

<sup>150</sup> GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 217-230, dez. 1997. p. 224. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2057/1196>>. Acesso em: 03 Jan. 2017.

<sup>151</sup> IPANEMA, Cybelle Moreira. Pedro Calmon e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 164, n. 420, pp. 99-106, jul./set. 2003. p. 101

<sup>152</sup> Ata da 7.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, realizada em 11 de outubro de 1926. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 99, Vol. 153, 1.<sup>o</sup> de 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. p. 440-441

Os títulos não eram muito expressivos. Dentre os cinco títulos de História apresentados, apenas dois foram publicados na forma de livros: “Noticia Biographica do Marquez de Abrantes”, pela Typographia do Jornal do Commercio e a referida conferência “Armas Floridas”, pela editora Pongetti. Os outros títulos eram um prefácio ao livro “Memória sobre o plantio de Bosques”, de José Bonifácio, uma separata da *Revista do Instituto Histórico* e as teses apresentadas ao referido Congresso Internacional de História da América, de 1922.<sup>153</sup>

Talvez pela inexpressividade de sua produção, Calmon só foi efetivado no ano de 1931, na mesma sessão em que foi efetivado Gustavo Barroso, que também tivera sua candidatura negada em 1921.<sup>154</sup> Diante da negativa não deixou por menos. Continuou a publicar e em 1931, já contava com um título de História publicado pela Imprensa Nacional (A conquista: História das Bandeiras Baianas, 1929), uma pela imprensa Oficial do Estado da Bahia (Os libertadores, 1928)<sup>155</sup>, uma pela editora Leite Ribeiro (História da Bahia: das origens à atualidade, 1928) e duas pela editora Melhoramentos (Anchieta – o santo do Brasil, 1930; O crime de Antônio Vieira, 1931<sup>156</sup>).

Alguns de seus escritos que tinham sido originalmente estampados nas páginas de periódicos, foram publicados posteriormente na forma de livro, como era tradição entre os intelectuais da época.

Como aponta em suas *Memórias*, seu maior desejo, projetado *a posteriori* no passado era ser “autor”:

Lembro-me que parei estático diante da vitrina da Livraria Catilina, olhando o volume exposto. Idealizei-o, como se fosse o meu livro, o nome luzente na capa, apresentado ao povo que acima de poderosos e ricos punha reverentemente o autor: porque, afinal, era o meu supremo desejo; o que o Rio me daria: a oportunidade que não teria na província; a hora do livro.<sup>157</sup>

<sup>153</sup> Em 1926 o autor se propôs para sócio efetivo comprovando como produção cinco títulos de História publicados, três no prelo e um em preparo. Cf. Ata da 7.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, realizada em 11 de outubro de 1926. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 99 (153), 1.<sup>o</sup> de 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. p. 440-441

<sup>154</sup> Assembleia geral extraordinária (2.<sup>a</sup> convocação). Realizada aos 22 de agosto de 1931. “Que sejam nomeados os sócios EFETIVOS os srs. Gustavo Barroso, Pedro Calmon e José Mattoso Maia Forte (já propostos) e mais os senhores...” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. n.164, 2.<sup>o</sup> de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933. p. 436

<sup>155</sup> Discurso proferido no Instituto Histórico da Bahia.

<sup>156</sup> Publicado anteriormente no Jornal do Commercio em 1929.

<sup>157</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.*, p. 90

Outra observação relevante a se fazer a respeito de seus primeiros escritos é a de que também conferências proferidas por Calmon oralmente foram publicadas na forma de livros. Antônio Carlos Villaça, por ocasião das homenagens prestadas a Calmon no IHGB pelo 10.º aniversário de seu falecimento (1995), retrata-o como, sobretudo, um orador e historiador: “Calmon reuniu oratória e história. O seu estilo era de orador. Os seus discursos estavam impregnados de história. Eram discursos de historiador.”<sup>158</sup>

A colocação de Villaça é feita em um momento em que possivelmente tinha que defender que o título de historiador se aplicava a Calmon, já que ele também atuou em outras frentes, como o Direito. Entretanto, pelo título de “orador”, decerto ele foi reconhecido. Foi eleito orador oficial do IHGB em 1938, função da qual sairia apenas em 1968 para se tornar presidente da instituição. O orador tinha a incumbência de elaborar e proferir os discursos oficiais e os elogios dos sócios falecidos.

O discurso proferido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa no ano de 1838, por ocasião da fundação do IHGB, propunha à instituição o trabalho de “dar vida a beneméritos”. Esse trabalho, segundo Maria da Glória Oliveira, foi concretizado a partir do segundo número da revista trimestral do Instituto, por meio da seção *Biografias de Brasileiros Distintos por Letras, Armas e Virtudes*. Como “beneméritos” eram reputados homens ilustres, capazes de grandes feitos em benefício da pátria.<sup>159</sup>

Inicialmente, o Estatuto do IHGB previa a existência de três classes de membros: os efetivos, os correspondentes e os honorários. Em 1890, uma emenda criou a classe dos “sócios beneméritos”, que dispensava a comprovação de “suficiência literária”. Tal medida visava assegurar a sobrevivência da instituição nos primeiros anos do regime republicano, após a perda do mecenato imperial, uma vez que cada sócio benemérito deveria fazer uma generosa doação ao Instituto.<sup>160</sup>

Tal medida vigorou por pouco tempo, pois em 1906 o novo estatuto da agremiação modificou a categoria dos sócios beneméritos, limitando-a a um máximo de dez membros. A partir de então, só poderia ingressar nessa classe quem possuísse no

---

<sup>158</sup> VILLAÇA, Antônio. Pedro Calmon: orador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro n. 393, p. 1075-1080, out/dez, 1996. p. 1078

<sup>159</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história: A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 15

<sup>160</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1889-1938*. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2006 p. 25

mínimo 20 anos de serviços notáveis à instituição. Paralelamente, foi criada a categoria dos sócios benfeitores, que reuniria candidatos dispostos a fazer donativos ao IHGB.<sup>161</sup>

Os letrados da instituição se identificavam com a imagem de beneméritos, entendidos a um só tempo como pessoas notáveis por seus feitos e também pela própria condição de “homens de letras”. Tal expressão servia para designar, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, um conjunto amplo de escritores denominados polígrafos, que se dedicavam ao jornalismo, ao magistério e a outras atividades como aos debates políticos, à crítica literária ou à literatura e à escrita da história.<sup>162</sup> Ao se proporem a salvar do esquecimento os “homens ilustres”, os membros do IHGB buscavam eternizar a vida daqueles que enxergavam como seus pares. Dessa forma, buscavam também criar um panteão no qual pudessem figurar ulteriormente, garantindo sua própria perpetuidade.<sup>163</sup>

Ao longo dos anos 1920 e 1930 podem-se encontrar, na produção de Pedro Calmon, inúmeros trabalhos de cunho biográfico. Os elogios fúnebres possuem familiaridade com o gênero biográfico, entendido como uma especialidade da escrita da história. Diversos historiadores que publicaram no referido período e nas décadas ulteriores, ficaram conhecidos por escrever história por intermédio da narrativa biográfica. A percepção desse fenômeno levou editores e críticos literários a afirmar a existência de uma “epidemia biográfica” associada a uma “renovação” do gênero.<sup>164</sup>

Entretanto, apesar de sua proximidade com o gênero biográfico, o elogio fúnebre proferido no IHGB enseja a obrigatoriedade do encômio. O orador assumia uma responsabilidade memorialística para com o morto e, principalmente, para com os demais sócios.<sup>165</sup> Nos seus anos como orador do IHGB, Calmon proferiu o elogio fúnebre para mais de 150 sócios falecidos. Em 1938 assumiu o lugar de Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, que desempenhara a função desde 1912.

---

<sup>161</sup> HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1912)*. Dissertação (Mestrado em História). 233 f. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2007. p. 41

<sup>162</sup> GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano. op. cit.* p. 43

<sup>163</sup> COSTA, Lucas La Bella. *Monumentos de papel: a poética da morte nos necrológios de Manuel de Araújo Porto Alegre (1839-1857)*. Dissertação (Mestrado em História); 89f. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. p. 34

<sup>164</sup> Márcia Gonçalves discute esse fenômeno, questionando o que os contemporâneos qualificaram como “renovação”. Cf: GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. Cf. também TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de tinta e papel: Cultura e Política na produção Biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). 233f. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

<sup>165</sup> COSTA, Lucas La Bella. *Monumentos de papel. op. cit.* p. 51

Ramiz Galvão constitui, juntamente com Afonso Celso e Max Fleuiss, o que Lúcia Paschoal Guimarães denomina a “Trindade do Silogeu”. Tais intelectuais estiveram à frente do Instituto entre os anos 1912 e 1938, o primeiro como secretário, o segundo como presidente e o terceiro como orador perpétuo. Dentre as características desses intelectuais, aponta-se que eles possuíam atributos correspondentes ao perfil traçado por Jacques Le Goff para o intelectual do século XIX. Eram patriotas e acreditavam no futuro do país. Almejavam reformá-lo sem romper com as tradições – dentre as quais a religião católica e a herança do passado português.<sup>166</sup> Colocar Calmon no lugar que pertencera ao Barão de Ramiz foi, certamente, uma forma de afirmar não apenas a sua capacidade oratória, mas o reconhecimento da conformidade de sua prática e concepções com os princípios que regiam a instituição em fins dos anos 1930.

Em 1938, ano em que Pedro Calmon assumiu a posição na tribuna do IHGB, ocorreram as comemorações pela passagem do primeiro centenário da instituição. Foi realizado o Terceiro Congresso de História Nacional em outubro do mesmo ano. Lúcia Paschoal Guimarães mostra que mesmo sem Ramiz Galvão e Afonso Celso, que haviam morrido no primeiro semestre do ano, o evento aconteceu e houve uma mobilização dos intelectuais reunidos em torno do congresso para formalizar um protesto contra a supressão da cadeira de História do Brasil nos programas do ensino secundário.<sup>167</sup>

Por ocasião deste congresso, Guimarães afirma que a leitura dos anais aponta que uma “nova geração de historiadores já estava às portas do Instituto, a exemplo de José Honório Rodrigues, de Américo Jacobina Lacombe e de Artur Cezar Ferreira Reis” e intitula essa geração de “*jovem guarda* de 1938”.<sup>168</sup> Ao assumir o posto de orador, Pedro Calmon marca o seu lugar nessa nova geração, que tal como a anterior, permaneceria por muitos anos à frente da instituição ditando o que e quem nas narrativas da história do Brasil deveriam ser lembrados ou esquecidos.

#### **1.4 Ad Imortalitatem**

Em 1936, Pedro Calmon foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL) na cadeira de número 16, que tinha por patrono Gregório de Matos e foi ocupada anteriormente por Araripe Júnior (membro fundador) e pelo jornalista e poeta Félix

---

<sup>166</sup> GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu. op. cit.* p. 62-63

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 189-190

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 62-63.

Pacheco. Após a morte de Calmon, a cadeira passaria a ser ocupada por Lygia Fagundes Telles, o que não deixa de ser irônico, uma vez que ele se posicionara em ocasião anterior contra a presença de mulheres na agremiação.<sup>169</sup> A academia contava então apenas com as presenças femininas de Rachel de Queiroz e Dinah Silveira de Queiroz. Quase 30 anos depois de seu discurso, dentre as quarenta cadeiras da instituição, apenas cinco são ocupadas por mulheres, das quais uma delas pela própria Telles.<sup>170</sup>

Em seu discurso de posse, proferido em 12 de maio de 1987, Lygia descreveu Calmon como um “bem comportado orador do século XX”, em oposição ao patrono da cadeira Gregório de Matos “o Boca do Inferno, liberto e libertino”. Ela afirmou também que quando era estudante na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco assistiu hesitante a uma conferência de Pedro Calmon sobre Castro Alves. “Os jovens desconfiam sempre das celebridades de outra geração, mas eu estava em disponibilidade, e esse era um programa.”<sup>171</sup> Diz ter saído fascinada a ponto de enviar ao conferencista seu primeiro livro de contos com uma dedicatória emocionada.

Calmon para ela era “uma celebridade de outra geração”, uma geração que não era favorável à ocupação das cadeiras da ABL por mulheres. Em seu discurso de posse, Telles proclama ainda o desejo de tornar a academia uma instituição menos elitista e menos solene. Nas palavras de Telles, Calmon tinha três tribunas prediletas: a da ABL, a do IHGB e a da Faculdade de Direito. Ele era o “líder da elite nas universidades e academias”, em oposição a Gregório de Matos, “o líder da ralé”.<sup>172</sup>

Ao se colocar como produto de seu tempo, Telles afirma parafraseando Rachel de Queiroz “Não quero um trono. (...) Quero apenas esta Cadeira.” Ao ressaltar a posição “vanguardista” da ABL ao admitir mulheres antes de sua congênere, a Academia Francesa, a escritora afirmou estar vivendo em um tempo que estaria “mais para Gregório de Matos do que para Pedro Calmon”.<sup>173</sup> Sutilmente, “alfinetou” a posição tradicionalista e retrógrada em relação às mulheres do ocupante anterior da cadeira.

---

<sup>169</sup> FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese (Doutorado em História). 387f. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2009. p. 270

<sup>170</sup> Membros. In: <http://www.academia.org.br/academicos/membros> (Acesso em 01 fev 2017)

<sup>171</sup> TELLES, Lygia Fagundes. Discurso de Posse. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/lygia-fagundes-telles/discurso-de-posse> (Acesso em 01 fev 2017)

<sup>172</sup> *Ibidem.*

<sup>173</sup> *Ibidem.*



Estaria a ABL preparada para esse novo tempo? A tirar pelo reduzido número de mulheres que ainda ocupam suas cadeiras, a resposta é não. Mas a julgar pela finalidade com que fora criada, os propósitos da instituição desde a sua fundação, em 1897, foram de conservação, pois visavam à guarda e a proteção da língua e da literatura brasileira e também para a glorificação e imortalização dos “homens de letras”.<sup>174</sup>

Descrita por João Rodrigues como “um salão de boas maneiras e de convívio agradável entre os pares” dificilmente a ABL acolheria um escritor com as características de Gregório de Matos conforme descritas por Lygia Fagundes Telles. Seus membros buscavam reconhecimento oficial, aquiescendo com os princípios da “alta cultura” das elites republicanas.<sup>175</sup>

O reconhecimento e a consagração como intelectual e escritor nas primeiras décadas republicanas passavam pelo alcance da “imortalidade”, patamar máximo que poderia almejar um “homem de letras” no país. Pedro Calmon projeta no seu passado a partir de suas *Memórias* um “desejo supremo” de se tornar um autor reverenciado acima da aspiração de riqueza e poder. Para ele, tal desejo se concretizou anos depois de sua chegada à capital, em 1936, com a entrada para a Academia Brasileira de Letras (ABL). Podemos perceber que o título de “imortal” era caro a Calmon e que tal título vinha logo abaixo de seu nome nos livros publicados posteriormente. O estatuto da imortalidade, conferido pela Academia indica que todos os membros da associação teriam seu nome e obra glorificados e projetados para as gerações posteriores.<sup>176</sup>

Em carta enviada a Calmon por um primo que se identifica apenas como Frank, podemos perceber que o “imortal” enviava suas cartas em papel timbrado da “Academia Brasileira” com a inscrição em latim “*Ad Imortalitatem*”. Mesmo a carta sendo datada do ano de 1950, portanto, quase 15 anos depois da eleição de Calmon para a ABL, o título ainda é motivo de orgulho e admiração por parte de Frank, que é enfático em parabenizar o primo: “Que mais belo título se pode desejar? Tòdos desaparecem diante dêste.”<sup>177</sup>

<sup>174</sup> FAR, Alessandra El. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 119-134, jul. 2000. p. 120 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2109/1248>>. Acesso em: 03 Fev. 2018.

<sup>175</sup> RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História). 262f. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 23

<sup>176</sup> EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes. *Op. Cit.* p. 120

<sup>177</sup> Carta de Frank [?] a Pedro Calmon. Data: 30 jul 1950. Código: PC 3254. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Alguns historiadores estavam presentes na fundação da instituição como patronos de suas cadeiras ou como fundadores das mesmas. O próprio Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado o “pai” da história no Brasil foi patrono da cadeira de número 39, fundada pelo também historiador Oliveira Lima.<sup>178</sup> Da mesma forma, a eleição de intelectuais ligados à produção de obras históricas, antropológicas e sociológicas durante os anos 1920 e 1930 tornou a definição de “homens de letras” mobilizada pela Academia menos associada aos que se dedicavam exclusivamente à literatura.<sup>179</sup>

Nesse contexto de definição das fronteiras disciplinares visualizamos algumas tensões e embates sobre quem estaria apto a ingressar na ABL. Algumas eleições tornaram-se alvo de polêmica na imprensa por suscitar suspeitas de que a escolha de novos acadêmicos se fazia mais por critérios políticos e pela rede de relações que o candidato podia mobilizar do que pela sua atuação reconhecida no “mundo das letras”.<sup>180</sup>

Pedro Calmon entrou para os quadros da instituição, tornando-se “imortal”, ajudado por Afonso d’Escragnolle Taunay, que teria articulado com Max Fleiuss, Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Gustavo Barroso os votos favoráveis à eleição do jovem para a agremiação.<sup>181</sup> João Paulo Lopes, afirma que Calmon era apadrinhado de Xavier Marques, jornalista, político, romancista e poeta baiano e um dos acadêmicos mais antigos da casa.<sup>182</sup> Seja Taunay ou Xavier Marques quem tenha articulado o conchavo, o fato é que as eleições da ABL estavam sendo alvo de críticas na imprensa, por privilegiar aspectos políticos em detrimento dos méritos literários dos candidatos.

Apesar da pouca idade e do fato de sua eleição ter sido feita por meio de um acordo, o nome de Calmon foi bem celebrado pelos jornais, por ocasião de sua entrada na academia. Um dos jornais que tece críticas aos nomes que entravam na instituição é o *Jornal da Manhã* de Porto Alegre, que em sua edição de 18 de abril de 1936 critica os

<sup>178</sup> Biografias de Francisco Adolfo de Varnhagen. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/francisco-adolfo-de-varnhagen/biografia> (Acesso em 03 fev 2018) e Biografia de Oliveira Lima. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/biografia> (Acesso em 03 fev 2018)

<sup>179</sup> VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara. op. cit.* p. 70-71

<sup>180</sup> Sobre as polêmicas suscitadas pelas eleições à ABL na imprensa ver LOPES, João Paulo. *A Nação (I) mortal: Identidade Nacional e Política na Academia Brasileira de Letras. (1931-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). 188f. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

<sup>181</sup> Carta de Pedro Calmon a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1936, Arquivo Público do Museu Paulista/Fundo Museu Paulista. In: ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.p. 215.

<sup>182</sup> LOPES, João Paulo. *A Nação (I) mortal. Op. Cit.*p. 51.

“espécimes estranhos da nossa fauna arqueológica” que teriam conseguido “penetrar ali [na academia] pela porta fácil das proteções escandalosas para provocar à ilustre companhia o descrédito e o escárneo dos que se preocupam com as coisas do espírito”. Apesar de parecer crítico à eleição de Calmon, o artigo afirma que “a eleição do Sr. Pedro Calmon é um índice alentador de que nossa intelectualidade ascende às esferas superiores da arte e cultura”.<sup>183</sup>

Os jornais, sobretudo os do Rio de Janeiro e Bahia, louvaram a escolha da ABL e os méritos das obras de Calmon, a despeito de sua pouca idade. Ele era chamado por muitos jornais de “Benjamim”, sinônimo de caçula, de mais jovem do grupo, pois foi eleito para a ABL com apenas 33 anos.<sup>184</sup> Fato é que, assim como fizera com o IHGB, Calmon também começara a se aproximar da ABL anos antes de sua eleição para a agremiação. Sua obra “O Tesouro de Belchior” foi premiada pela instituição na categoria “Contos e Novelas” no ano de 1929. Talvez por se tratar de um escrito literário, que de certa maneira referendava a eleição de Calmon, o livro recebeu bastante destaque no discurso de recepção ao acadêmico, feito por Gustavo Barroso.

O jornal *Correio Paulistano* por meio do cronista que assina apenas como Y, coloca em cheque a idoneidade dos pleitos acadêmicos, afirmando que

devido à influência política nas escolhas dos candidatos, a Academia Brasileira, de alguns anos para cá, começou a preferir os escritores de posição em detrimento dos que escrevem fora dos influxos do poder. Por isso mesmo foram eleitos para as vagas abertas, ministros, senadores, secretários da presidência da República contra homens de letras de valor provado.<sup>185</sup>

No caso de Calmon, o jornal elogia sua escolha, ressaltando que “desta vez não influiu a política e os acadêmicos não quiseram enfeitar a sua companhia com um medalhão vistoso, de origem”.<sup>186</sup> Podemos perceber que além da celebração de seus méritos literários, é enfatizada também sua origem. O cronista ressalta que um de seus antepassados foi o Marquês de Abrantes, de quem Calmon parece ter herdado “a

---

<sup>183</sup> “O sr. Pedro Calmon na Academia”. *Jornal da Manhã*. Porto Alegre: 18/04/1936. p. 02. *Apud* LOPES, João Paulo. *A Nação (I) mortal. op. cit.* p. 20

<sup>184</sup> ORICO, Osvaldo. O Benjamim da Academia. *Careta*. Rio de Janeiro. 6 jun 1936 e Será o benjamim dos immortaes, *Diário da Bahia*, Salvador, 21 abr 1936. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

<sup>185</sup> “Cartas Cariocas”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 23/04/1936. p. 02. *Apud* LOPES, João Paulo. *A Nação (I) mortal. op. cit.* p. 51

<sup>186</sup> *Ibidem*.

oratória brilhante e pomposa”.<sup>187</sup> Afirma ainda que “a academia, com suas preferências, não acrescentou o valor do Sr. Pedro Calmon, pode-se afirmar. Ele é quem acrescentou a Academia, pois esta, de onde em onde deve eleger um homem de letras”.<sup>188</sup> Apesar da maior parte de seus escritos serem considerados históricos, o autor é festejado como um legítimo “homem de letras”.

Pode-se perceber que os historiadores eram tidos, na década de 1930, como “homem de letras”, apesar de quererem se afirmar como “homens de ciência”. Tais denominações estavam nesse momento em disputa, pois se buscava delimitar com maior clareza os ambientes literários e científicos e as esferas de atuação de cada um deles. Os “homens de ciência” se definiam em oposição aos “homens de letras”, pois, enquanto os primeiros se enxergavam como intelectuais engajados no progresso científico do país contestavam os segundos, enxergados como distanciados das questões contemporâneas.<sup>189</sup>

Em suas *Memórias*, Calmon conta que antes do início do seu discurso, o conde de Afonso Celso, um dos membros fundadores da ABL teria se levantado e dito ao presidente da casa Laudelino Freire que se encontrava no recinto “uma senhora da mais alta hierarquia”. Teria também pedido ao presidente que a convidasse para se sentar em uma das poltronas reservadas aos acadêmicos. O pedido foi aceito. Essa senhora era a mãe de Calmon, D. Maria Romana.<sup>190</sup>

O pertencimento de Calmon à ABL estava referendado não apenas por seus méritos literários e por sua afirmação como “homem de letras”, mas também por suas origens nobres. Barroso fez questão de salientar que a academia que recebia o jovem era “uma Casa tradicionalista e ordeira, por princípio e instinto de conservação.” Como tal, “ela somente pode viver, à sombra da ordem e da estabilidade.”<sup>191</sup> O discurso de Barroso denota certa preocupação com a manutenção das tradições resguardadas pela ABL. Esperava-se que o jovem Pedro Calmon pudesse levar adiante essa tradição e ajudasse a propagar a ordem e a estabilidade dentro e fora da instituição. O orador

<sup>187</sup> Cartas Cariocas”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 23/04/1936. p. 02. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

<sup>188</sup> *Ibidem*.

<sup>189</sup> Sigo aqui a distinção de VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 111-137. p. 115

<sup>190</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. op. cit. p. 247

<sup>191</sup> BARROSO, Gustavo. Discurso de Recepção ao Acadêmico Pedro Calmon. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=6818&sid=213> (Acesso em 18 ago 2013)

afirma que sendo a cultura brasileira cristã e livre, Pedro Calmon seria um dos soldados na defesa do “patrimônio espiritual” da nação.<sup>192</sup>

Os discursos eram parte importante da solenidade, pois por meio deles estabelecia-se uma ligação entre o passado e o presente, afiançando-se o pertencimento do novato à estirpe da Academia. Por meio desses discursos era constituída uma linhagem acadêmica que partia do patrono e do fundador da cadeira, passando pelos antecessores até chegar ao novo acadêmico, estabelecendo assim uma sucessão e um parentesco literário entre os antigos e novos membros.<sup>193</sup>

Como no IHGB, Calmon também galgou posições na ABL exercendo funções em suas mesas diretoras. Em 1937 aparece como segundo secretário, em 1939, como bibliotecário, de 1941 a 1943 exerceu as funções de segundo ou primeiro secretário e em 1945 alcançou a presidência.<sup>194</sup> Tais dados permitem entrever que sua presença na instituição era efetiva e não apenas alegórica ou simbólica. A instituição, por outro lado, necessitava de membros moderados como Calmon para veicular a representação de um grêmio apolítico, sem fraturas e polêmicas internas.<sup>195</sup>

O artigo “O Benjamim da Academia” do escritor Osvaldo Orico, que seria admitido na ABL apenas dois anos depois de Calmon, faz uma comparação entre Calmon e outro Benjamim, o Barão de Ramiz Galvão, que contava então com 90 anos “eminente mestre do espírito e cultura brasileira”.<sup>196</sup> Afonso Celso, Gustavo Barroso e Rodolfo Garcia também estavam na ABL e provavelmente viam em Calmon alguém referendado para continuar sua obra, como alguém pertencente a uma nova geração que, assim como afirma Lúcia Guimarães a respeito do IHGB, assumiria postos nessa instituição e levariam adiante o seu legado, garantindo a continuidade e a estabilidade da mesma.

Ao se demonstrar mais inclinada ao estilo de Gregório de Mattos, que ao de Pedro Calmon, Lygia Fagundes Telles quebra, ainda que de maneira discreta o protocolo da academia, descartando a linhagem que lhe era oferecida. Ao parafrasear Rachel de Queiroz referendando que queria apenas uma cadeira e não um trono, Lygia

<sup>192</sup> BARROSO, Gustavo. Discurso de Recepção ao Acadêmico Pedro Calmon. *op. cit.*

<sup>193</sup> EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 100

<sup>194</sup> CF. LOPES, João Paulo. *A Nação (I) mortal. Op. Cit.* Anexo I Mesas Diretoras da ABL – período 1931-1943 e <http://www.academia.org.br/academicos/presidentes> (Acesso em 2 fev 2017)

<sup>195</sup> RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras. op. cit.* p. 27

<sup>196</sup> ORICO, Osvaldo. O Benjamim da Academia. *Careta*. Rio de Janeiro. 6 jun 1936 e Será o benjamim dos immortaes, *Diário da Bahia*, Salvador, 21 abr 1936. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

Fagundes Telles queria marcar sua posição como mulher e como escritora no interior da ABL. Ao mesmo tempo, faz uma crítica a Pedro Calmon, ao deixar subentendido que preferia uma academia na qual o mérito literário contasse mais que os sobrenomes “aristocráticos” e os conluíus, na qual o discurso “da ralé” tivesse lugar.

## 1.5 Voltando às origens

O pertencimento de Pedro Calmon à ABL e ao IHGB estava referendado não apenas por seus méritos intelectuais ou literários, mas também por suas origens nobres, pela formação e as relações que estabelecera em seu curso de Direito (iniciado na Bahia e retomado no Rio de Janeiro) e pela sua atuação como funcionário do MHN e como um dos responsáveis pelo Curso de Museus.

A entrada e permanência nessas instituições conferiu ao jovem autor a recuperação de um *status* para sua família, que perdera sua posição econômica, mas lutava para recuperar o seu prestígio e sua posição junto às elites. Da mesma forma, tais academias buscavam atrair para o seu interior personalidades que pertencessem a famílias que possuíssem uma reputação condizente com suas convenções e princípios.<sup>197</sup>

A sua interpretação da história do Brasil, veiculada nos livros que almejava escrever, deveria ser condizente com o que se esperava de um jovem membro de uma prestigiosa família e obrigar-se-ia a fomentar a imagem de uma pátria ordeira e estável. As tradições e hierarquias pertencentes ao passado necessitavam ser preservadas por meio da escrita de uma história apropriada ao que se esperava de um país civilizado que buscava marcar o seu lugar no concerto das nações.

---

<sup>197</sup> EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade. op. cit.* p. 108

## Capítulo 2 – Portugal, reitoria e cátedra: investimentos de consagração

Ao tentar desvendar os mecanismos de funcionamento do campo científico, Pierre Bourdieu aponta a existência de dois tipos diferentes de poder, correspondentes a duas naturezas de capital científico. O primeiro está relacionado a um aspecto político e se manifesta na ocupação de postos relevantes em instituições científicas, como cargos de direção e pertencimento a comissões. O segundo se baseia no reconhecimento dos pares e no princípio de que o detentor contribuiu significativamente para o progresso da ciência.<sup>198</sup>

Neste capítulo busco analisar alguns dos investimentos de consagração intelectual feitos por Pedro Calmon, que o possibilitaram alcançar posições em importantes instituições, tornando-se indubitavelmente detentor de um poder oriundo da primeira forma de capital científico descrita por Bourdieu.

A partir de sua formação e inserção em importantes instituições do campo intelectual da capital, como o IHGB e a ABL e de sua atuação no MHN, Pedro Calmon estabeleceu também relações com instituições e intelectuais portugueses que impactaram a sua escrita da história do Brasil. Foi catedrático e diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e reitor da mesma instituição. Assumiu a reitoria em 1948 e ficou até 1950, quando ocupou por um breve período a pasta de Educação e Saúde. Retornou ao cargo de reitor em 1951, permanecendo nele até o ano de 1966. Por fim, prestou, na década de 1950, concurso para o Colégio Pedro II, tendo conquistado a vaga de catedrático, embora não tenha de fato assumido a cadeira na instituição.

Por meio dessas três experiências busco analisar de que forma Calmon se posicionou no campo intelectual nos anos 1940 e 1950 e como sua escrita da história do Brasil se beneficiou dessas posições por ele alcançadas. Minha hipótese é que o autor almejava converter a primeira forma de capital aventada por Bourdieu na segunda forma de capital descrita pelo autor, embora sempre queira dar a impressão de que suas conquistas se deram mais por mérito que pela sua rede de relações pessoais.

Busco empreender uma reflexão sobre o ofício do historiador, sua produção e seu lugar social. Considero Pedro Calmon paralelamente como “autor” e “ator”, pois ao

---

<sup>198</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed.Unesp, 2004. p. 35

mesmo tempo em que o identifico como produtor de bens simbólicos (seus livros sobre a história do Brasil), também o interpreto como partícipe de instituições que competem pela prerrogativa de estabelecer a legitimidade cultural no campo intelectual. Tais instituições disputaram de maneira acirrada a competência para regular e qualificar a produção intelectual em determinada área.<sup>199</sup>

A escolha desses três momentos se deu em virtude da importância que Pedro Calmon confere a eles em suas *Memórias*, dedicando-lhes capítulos de sua escrita autorreferencial para produzir uma versão de tais acontecimentos, mesmo que à primeira vista a importância de tais eventos ou processos se apresente como reduzida no conjunto de sua biografia. Tais movimentos foram significativos para que Calmon se visse como alguém habilitado a escrever não apenas a respeito da história do Brasil, mas o que julgava ser a mais completa obra sobre a história do Brasil no fim da década de 1950.

## 2.1 “Brasileiro pela graça de Deus e dos portugueses”<sup>200</sup>

Por ocasião das homenagens póstumas a Pedro Calmon, falecido em 1985, em sessão realizada na Câmara dos Deputados do Brasil, o deputado Celso Peçanha ressaltou que, diferente de outros que atribuíram à herança portuguesa o atraso do país, Calmon voltou-se para a valorização da colonização lusa com vistas à compreensão da formação brasileira. Nas palavras de Peçanha:

Enquanto alguns perdiam tempo a procurar vícios e defeitos nos arquivos e no sangue e mostravam-se incapazes de uma palavra de louvor à herança da colonização, Pedro Calmon fazia exatamente o contrário: punha em destaque os patrimônios recebidos do passado, exibia a potência das matrizes lusíadas e com o entusiasmo e o fervor de um apóstolo abria os braços e proclamava: “Sou brasileiro, por graça de Deus e dos portugueses”.<sup>201</sup>

<sup>199</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: política e literatura: um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 19

<sup>200</sup> Uma versão preliminar do texto desse tópico foi apresentada em sessão do Grupo de Investigação Culturas, Identidades e Vulnerabilidades do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, coordenado por Marta Rosalles e Chiara Pusseti, no dia 16 de junho de 2017. Agradeço as críticas e sugestões dos presentes.

<sup>201</sup> PEÇANHA, Celso. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS, Homenagem Póstuma ao Dr. Pedro Calmon, ex-deputado federal, professor e historiador. A requerimento do Dep. João Alves de Almeida. Sessão do dia 16 out 1985. Brasília, 1985. p.16. *Apud* ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita*. op. cit. p. 140



A percepção do autor da homenagem é acurada, na medida em que permite apreender que a interpretação da nacionalidade brasileira feita por Pedro Calmon baseava-se na projeção da imagem de um país arquitetado a partir de uma tradição ibérica, sobretudo, portuguesa.

Conforme foi mostrado no capítulo anterior, Calmon desempenhou funções públicas e atuou na área do Direito. Em uma placa da rua lisboeta da Freguesia de Alcântara, que leva o seu nome, lê-se a seguinte inscrição: “Pedro Calmon (1902-1985). Historiador e amigo de Portugal”. Foi de fato como historiador que ele mostrou mais perfeitamente a sua amizade para com Portugal. As relações que estabeleceu com o país impactaram a sua escrita da história.

Além das relações institucionais e intelectuais, Calmon também manteve relações pessoais no país que colaboravam nas suas pesquisas em arquivos – nomeadamente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – enviando levantamentos e transcrições de documentos para o Brasil que eram anteriormente utilizadas nas suas obras.<sup>202</sup>

O entusiasmo de Pedro Calmon por Portugal e as redes que teceu em suas viagens ao país, algumas vezes a convite do governo brasileiro, outras a convite do governo português, valeram-lhe os títulos de sócio correspondente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPA), da Academia Portuguesa da História, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Academia das Ciências de Lisboa e o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra.

Em 1937, Calmon partiu em sua primeira viagem para a Europa. Por ocasião desta viagem, escreveria em suas *Memórias*: “Disse a Afrânio, que passava a amar Portugal, não por o que tinha de magnífico, mas por que tinha de Brasil.” Sua companhia era o médico legista brasileiro que se destacou como estudioso de Camões, o também baiano e filho de portugueses Afrânio Peixoto. Em meio às festividades foi oferecido a Peixoto o título de Doutor *Honoris Causa* em Medicina pela Universidade de Coimbra. Pedro Calmon afirma que o considerava como um “mestre”.<sup>203</sup>

---

<sup>202</sup> No arquivo pessoal de Pedro Calmon encontrei de 1945 a 1979 diversos envios de transcrições de documentos feitas por Maria Isabel de Albuquerque. Em Lisboa conheci Luísa Schmidt, socióloga e investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sobrinha de Maria Isabel. A correspondente veio ao Brasil para participar do IV Congresso de História Nacional, representando o Arquivo Colonial de Lisboa, em 1949. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 48, p.145-170, 2004. p. 152

<sup>203</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 257

De forma a aproveitar o ensejo da visita, foi reinaugurada a “Sala do Brasil” na Universidade de Coimbra. O espaço havia sido aberto em meados dos anos 1920, mas nos anos 1930 encontrava-se em estado de abandono. A reinauguração da “Sala do Brasil”, em meio às festividades do quarto centenário conimbricense, além de uma iniciativa no sentido acadêmico também se configurava como uma estratégia simbólica dos governos ditatoriais de Vargas e Salazar. O governo brasileiro almejava exibir o país como civilizado e culto, ainda que jovem, e o português buscava atestar a eficiência civilizatória de sua pátria refletida na antiga colônia sul americana, em um período no qual a capacidade de gestão de seus domínios ultramarinos era posta em dúvida por outros estados imperialistas.<sup>204</sup>

De acordo com a narrativa de Pedro Calmon em capítulo de suas *Memórias* intitulado “Portugueses”, ele e Afrânio Peixoto foram recebidos e acompanhados pelo antropólogo português Mendes Correia<sup>205</sup>, que foi a mais importante personalidade da antropologia portuguesa até a década de 1950. Correia havia estado no Brasil em 1934 e 1937 e visitara diversas instituições proferindo conferências.<sup>206</sup>

O Brasil esteve presente na obra de Mendes Correia. Em sua visão, o país poderia ser enxergado não apenas como um caso exemplar do sucesso da colonização nos trópicos, mas como uma exibição da possibilidade da convivência harmônica entre pessoas de diferentes “raças”. Por ocasião da visita de Afrânio Peixoto e Pedro Calmon ao Porto, em 1937 – juntamente com a delegação que representou a Alemanha nas comemorações do quarto centenário da fixação da Universidade em Coimbra – Mendes Correia, na condição de presidente da Câmara Municipal do Porto, cargo que ocupou entre 1936 e 1942, propôs uma homenagem às delegações brasileira e alemã.<sup>207</sup>

Tenho razões para crer que as relações entre eles foram cultivadas antes mesmo dessa primeira visita de Pedro Calmon a Portugal e fortalecidas ao longo das décadas de 1930 a 1950. Dentre as razões está o fato de que Pedro Calmon cerca de um mês antes

---

<sup>204</sup> GUIMARÃES, Lucia Paschoal. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso: O sucesso da (re) inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940). In: GUIMARÃES, Lucia Paschoal. (Org.) *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. pp. 129-175. p. 150

<sup>205</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. op. cit. p. 256

<sup>206</sup> Sobre Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto Cf. MATOS, Patrícia Carla Valente Ferraz de. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Tese (Doutorado em Antropologia). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. p. 1; 28 e 182

<sup>207</sup> MATOS, Patrícia Ferraz de. Um olhar sobre as relações entre Portugal e o Brasil a partir da obra de Mendes Correia: desafios, pontes e interações. *População e Sociedade*. n. 21, CESEPE, Porto, 2013. pp. 53-69. p. 57

da visita a Portugal, fora proposto por Mendes Correia como sócio correspondente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE).<sup>208</sup> Sobre essas relações, Patrícia Ferraz de Mattos afirmou em sua tese de doutoramento ter encontrado diversos livros oferecidos por Pedro Calmon à Biblioteca do Departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto com dedicatórias do autor à biblioteca ou a Mendes Correia.<sup>209</sup>

Voltando à toponímia lisboeta, a sugestão de incluir o nome de Calmon na designação de uma das ruas da cidade partiu da Academia Portuguesa da História, instituição da qual Calmon se tornou membro em 30 de dezembro de 1937. A entidade havia sido reinaugurada por Antônio de Oliveira Salazar em 19 de maio de 1936 e era considerada legatária oficial e sucessora da Academia Real da História Portuguesa, fundada por D. João V em 1720.<sup>210</sup> No quadro de membros da instituição, dez das cinquenta vagas foram reservadas para brasileiros e todas foram ocupadas por sócios do IHGB.<sup>211</sup>

A cooperação entre os historiadores brasileiros e portugueses não era recente. Desde a época de sua fundação (em 1838), o IHGB trocava correspondências com instituições científicas lusitanas, tais como a Academia das Ciências de Lisboa. Portugueses ingressavam como sócios correspondentes ou honorários do Instituto e por vezes se tornavam interlocutores de sócios brasileiros.<sup>212</sup> Por esse motivo, não é de se estranhar que os integrantes brasileiros da Academia Portuguesa da História fossem selecionados entre os membros da instituição congênere brasileira.

Voltando ao contexto de aproximação de Pedro Calmon com os portugueses, nos anos 30 e 40 do século XX, as tensões aumentavam no cenário europeu, culminando na eclosão de conflitos. Portugal, entretanto, buscava mostrar ao mundo representações coloniais positivas, participando de exposições internacionais ou organizando

---

<sup>208</sup> Carta da SPAEE a Pedro Calmon. Porto, 8 de novembro de 1937. Arquivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Agradeço a Patrícia Ferraz de Matos o envio da reprodução e a orientação em Lisboa por ocasião do recebimento da bolsa PDSE da Capes.

<sup>209</sup> MATOS, Patrícia Carla Valente Ferraz de. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto*. op. cit. p. 74

<sup>210</sup> COSTA, Luiz Mário Ferreira da. *Os "intelectuais-heróis" e as mitologias políticas contemporâneas: a história da produção intelectual de Alfredo Pimenta, Gustavo Barroso, Plínio Salgado e Rolão Preto*. Tese (Doutorado em História). 198f. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015. p.97.

<sup>211</sup> Os escolhidos foram o Conde de Afonso Celso, Max Fleiüss, Afonso d'Escragnole Taunay, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Francisco José de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Júlio Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Pedro Calmon e Rodolfo Garcia. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência. In: *Convergência Lusíada*. n.º 24. Rio de Janeiro. 2.º semestre, 2007. pp. 256-264. p. 260

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 260

celebrações, como as chamadas Comemorações Centenárias que ocorreram em 1940 para celebrar as passagens seculares da fundação do Reino (1139) e da Restauração (1640).

Na década de 1930, Pedro Calmon passou a se corresponder com Marcelo Caetano. Na primeira carta que encontrei no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) destinada a Caetano, datada de 31 de dezembro de 1937, Calmon refere-se a uma carta acompanhada de livros enviada anteriormente por Caetano à qual estaria respondendo.<sup>213</sup> Afirma que Marcelo Caetano se referiu com “excessiva generosidade” ao segundo volume de sua coleção *História Social do Brasil*, intitulado *Espírito da Sociedade Imperial*, publicado no mesmo ano pela coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional. Ao que parece, a iniciativa de entabular a correspondência foi do próprio Marcelo Caetano, embora esta primeira carta não tenha sido preservada no fundo documental de Pedro Calmon.

A partir desse primeiro contato, Caetano – que também tinha formação em Direito e foi catedrático em Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – passou a acompanhar com entusiasmo a produção de Calmon nos campos do Direito e da História. No ano seguinte, o português enviou ao brasileiro uma carta na qual o parabeniza pela publicação do livro “Curso de Direito Público Constitucional”.<sup>214</sup> Encontrei no fundo de Marcelo Caetano, na Torre do Tombo, cartas de Pedro Calmon datadas até o ano de 1974. A última é de 20 de março deste ano, cerca de um mês antes da queda do governo no qual Marcelo Caetano ocupava a presidência do Conselho de Ministros, cargo à frente do qual esteve no período de setembro de 1968 a abril de 1974.

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, também conhecida como Revolução dos Cravos, Marcelo Caetano viveu por seis anos exilado no Brasil, período no qual contou com grande ajuda e amizade de Pedro Calmon.<sup>215</sup> Para além do seu papel no aparato político e ideológico do regime estadonovista português, Caetano também foi “professor de Direito” e historiador, constituindo o grupo que reinaugurou a Academia

---

<sup>213</sup> Carta de Pedro Calmon a Marcello Caetano. Data: 31 dez 1937. Código: PT/TT/AMC/12-227/00001. Marcello Caetano, cx. 19, Correspondência/CALMON, Pedro, n.º 1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>214</sup> Carta de Marcelo Caetano a Pedro Calmon. Data: 26 de junho de 1938. Código: PC 4228. Arquivo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>215</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Marcello Caetano: confidências no exílio*. Lisboa: Verbo, 1985. p. 7

Portuguesa da História, chegando a ser seu vice-presidente.<sup>216</sup> Pertenceu a uma geração de historiadores originários do Direito, da qual Manuel Paulo Merêa, que foi professor de História do Direito nas universidades de Coimbra e Lisboa, foi o precursor. Tal geração, nas palavras do politólogo José Adelino Maltez, recuperou para as Faculdades de Direito o lugar mais destacado na historiografia portuguesa.<sup>217</sup> Também Pedro Calmon era formado em Direito, como boa parte dos intelectuais que se dedicavam à história no Brasil, em sua época.

Conforme mostrei no primeiro capítulo, apesar das faculdades de Direito não se configurarem como único ambiente possível de formação dos intelectuais brasileiros, os “bacharéis” formados por elas se mostraram atuantes como intelectuais em diversos campos do saber como a História, a Geografia, a Literatura e o Jornalismo mostrando engajamento na política e na formação ideológica brasileira. Por esse motivo, o discurso jurídico também se torna fundamental no Brasil para a compreensão dos projetos de construção da “nação” na primeira metade do século XX.<sup>218</sup>

Pedro Calmon intentava por meio da aproximação com intelectuais e instituições portuguesas constituir uma perspectiva a respeito da história do Brasil que ressaltasse a aproximação entre os dois países e o fortalecimento de uma identidade brasileira fundada em referências partilhadas. Para esse empreendimento, um grande momento foram as já mencionadas Comemorações Centenárias, realizadas em 1940.

Na sessão da Academia Portuguesa da História do dia 21 de dezembro de 1938 foi lido o ofício de Pedro Calmon, datado de três de dezembro do mesmo ano, no qual ele comunicava que os acadêmicos brasileiros combinariam a colaboração que pretendiam dar às Comemorações Centenárias. Calmon afirma que preparava monografias referentes à restauração no Brasil e que oportunamente enviaria os títulos dos seus trabalhos.<sup>219</sup>

As Comemorações Centenárias foram uma das maiores expressões da chamada “política do espírito”, investida de instrumentalização da cultura idealizada por Antônio

---

<sup>216</sup> BRITO, Ricardo de. Marcelo Caetano, historiador e professor. In: “*Historiografia e Memória*”, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 307-329. p. 312

<sup>217</sup> MALTEZ, José Adelino, «História do Direito Português (1140 -1495) de Marcello Caetano», in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. 26, 1985, pp. 611-617. Apud BRITO, Ricardo de. Marcelo Caetano, historiador e professor. In: “*Historiografia e Memória*”, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 307-329. p. 308

<sup>218</sup> Apesar dessa importância, poucos estudos se dedicaram a pensar os currículos das faculdades de Direito. Cf. NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil. op. cit.* p. 65 e VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo. op. cit.*

<sup>219</sup> *Boletim da Academia Portuguesa de História*. Primeiro e segundo ano (1937-1938). Lisboa: APH, anos 1 e 2. 1937-1938. p. 152

Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional e posta em prática no governo autoritário de Salazar. Os festejos foram marcados por três grandes acontecimentos: o Cortejo do Mundo Português, a Exposição Histórica do Mundo Português e os Congressos do Mundo Português. Os referidos congressos foram organizados em oito jornadas científicas, dentre elas o “Congresso Luso-Brasileiro de História”. A convocação deste evento foi enviada ao IHGB e à Academia Brasileira de Letras (ABL), ainda em 1938.<sup>220</sup>

Os convites deixavam claro que o governo português arcaria com todas as despesas dos congressistas brasileiros. Nos últimos meses do ano de 1938 foi formada uma comissão constituída por membros da ABL e do IHGB, encarregada de “estudar a cooperação brasileira no futuro congresso”.<sup>221</sup> Pedro Calmon fazia parte dessa comissão e informava à Academia Portuguesa da História, por meio de ofício lido na sessão referida acima, o andamento dos trabalhos.

A participação brasileira no congresso foi pouco expressiva. O fiasco do evento deveu-se às interferências do governo brasileiro nas negociações que antes eram realizadas diretamente entre as instituições brasileiras envolvidas e o governo português. Dos inúmeros intelectuais inicialmente convidados por Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva dos Centenários, poucos nomes foram aprovados pelo governo brasileiro.

Pedro Calmon, que nessa época era Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil estava entre os delegados ao Congresso Luso-Brasileiro de História, juntamente com os presidentes do IHGB, José Carlos de Macedo Soares, da ABL, Antônio Austregésilo Rodrigues Lima e de Gustavo Barroso, Diretor do Museu Histórico Nacional, mas não chegaram a comparecer. A instabilidade da situação internacional decorrente da guerra serviu de justificativa para que os delegados brasileiros não viajassem, tendo o país sido representado apenas por quatro delegados que já se encontravam em Portugal.<sup>222</sup> Lucia Paschoal Guimarães afirma que o governo

---

<sup>220</sup> GUIMARÃES, Lucia Paschoal. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso. *op. cit.* p. 153

<sup>221</sup> Júlio Dantas. Ofício de 9 de novembro de 1938 a Manoel Cícero Peregrino da Silva, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção do Instituto Histórico, lata 569, pasta 34 *apud* GUIMARÃES, Lucia Paschoal. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso. *op. cit.* p.143-145

<sup>222</sup> GUIMARÃES, Lucia Paschoal. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso. *op. cit.* p. 168

acabou por dar prioridade à participação brasileira na Exposição do Mundo Português.<sup>223</sup>

Uma oportunidade para Calmon retornar a Portugal surgiu em meados da década de '40. Apesar da frustração causada pelo Congresso Luso-Brasileiro, no ano de 1941 uma missão cultural chefiada por Júlio Dantas foi ao Brasil. Como produto dessa visita, foi assinado, em quatro de setembro desse ano o Acordo Cultural Luso-Brasileiro entre o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por Antônio Ferro, em Portugal e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido por Lourival Fontes, no Brasil. Para garantir o cumprimento do acordo foi estabelecida a criação de uma Seção Brasileira no SPN e de uma sessão portuguesa no DIP.

O Acordo visava à cooperação cultural entre os dois órgãos que tinham atribuições semelhantes, uma vez que eram organismos oficiais de padronização e controle da propaganda dos regimes dos dois países e selava o relacionamento entre eles. Dentre as ações previstas no âmbito do acordo estavam a promoção de conferências, concertos e exposições, publicações de artigos promovendo as relações entre os dois países em jornais portugueses e brasileiros, a edição de livros, a recepção de personalidades brasileiras em Portugal, dentre outras.<sup>224</sup>

Em março de 1942 no interior do SPN foi criada a Subsecção de Intercâmbio Luso-Brasileiro, mais tarde elevada à Secção. O órgão tinha por finalidade o estreitamento das relações culturais entre os dois países. Em 1944, o SPN foi substituído pelo Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular (SNI), com as mesmas atribuições, mantendo o diretor Antônio Ferro. O acervo da secção brasileira encontra-se no fundo do SNI, no ANTT, onde é possível encontrar em sua maior parte correspondências recebidas e expedidas pelo secretariado ou para o secretariado sobre as relações luso-brasileiras.

Em meio a um volume imenso de correspondência sobre os mais diversos assuntos, encontrei menções à viagem de Pedro Calmon a Portugal em 1945, na condição de presidente da Academia Brasileira de Letras, compondo a delegação brasileira que trabalhou junto a uma comissão portuguesa para a assinatura da “Convenção Ortográfica Luso-Brasileira”, em Lisboa, a oito de dezembro de 1945.

---

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 165

<sup>224</sup> SERRANO, Gisella de Amorim. *Caravelas de papel: Política Editorial do Acordo Cultural de 1941 e o Pan-lusitanismo (1941-1949)*. Lisboa: Instituto Camões; Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2014. p. 74

Em 1931 a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia das Ciências de Lisboa haviam assinado um acordo para unificar as ortografias dos dois países e em 1943, fora redigida a primeira Convenção Ortográfica Luso-Brasileira. Entretanto, como não havia concordância entre os vocabulários publicados pelas duas academias, fez-se necessária a reunião de 1945.

No arquivo de Oliveira Salazar, também disponível no ANTT, encontrei um telegrama da embaixada de Portugal, expedido no dia 24 de abril de 1945. Nele, o embaixador relata a crise do governo brasileiro, que culminaria com o afastamento de Getúlio Vargas da presidência em outubro do mesmo ano e as pressões que Pedro Calmon estava enfrentando na condição de presidente da ABL e diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil para que se posicionasse contra o governo.

Por esse motivo, o embaixador relata que Pedro Calmon estaria “sem qualquer prestígio e evita mínima atitude que possa ser suspeita de colaboração com o Gôverno pelo que fugirá por todos os meios para ir à Lisboa”.<sup>225</sup> Calmon era visto como uma figura que colaboraria com os interesses portugueses e que via na missão uma rota de fuga de forma que a crise instaurada no governo não prejudicasse seus cargos.

Em telegrama sem data enviado a Calmon (provavelmente no ano de 1945), Mendes Correia o parabeniza por realizar o acordo ortográfico entre o Brasil e Portugal. Entretanto, apesar dos esforços empreendidos pelos representantes da ABL, a questão ortográfica continuou a suscitar polêmicas. Críticas foram publicadas na imprensa brasileira ao acordo de 1945, a maior parte delas ressaltando que os negociadores haviam sido demasiadamente influenciados pelos portugueses para aceitar uma ortografia que era “lusitanizante”.<sup>226</sup>

Por fim, relato uma última visita de Pedro Calmon a Portugal no ano de 1952, quando já ocupava o cargo de Reitor da Universidade do Brasil. Em 12 de março de 1952, Antônio de Faria, embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, por meio de documento confidencial, comunicava ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, que Pedro Calmon havia manifestado interesse em ser convidado pelo governo

---

<sup>225</sup> Telegrama recebido pela Embaixada de Portugal em Rio de Janeiro. Expedido em 23 de Abril de 1945, Recebido em 24 de Abril de 1945. Código: ANTT PT/TT/AOS/D-J/8/9/13. Arquivo Oliveira Salazar, PC- 8C, cx. 694, pt. 2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>226</sup> ARRUDA, Silvana Gomes de. *E agora Portugal...* O Novo Acordo Ortográfico – uma ponte entre o Brasil e Portugal ou uma batalha linguística? Trabalho de Projeto de Mestrado em Ciências da Linguagem. 122f. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 2011. p. 8



português ou pelas universidades portuguesas a visitar o país em meados de maio do mesmo ano. Faria pedia que o ministro considerasse o pedido, pois, em suas palavras

por mais estranhas que nos possam parecer sugestões tão diretas desta natureza, não seria possível uma atitude reticente da nossa parte. O Reitor da Universidade tem-se mostrado, na verdade, um amigo constante do nosso país. Está sempre disposto a aparecer em todas as cerimônias luso-brasileiras e tem dado o concurso valioso da sua eloquência e da sua posição oficial a qualquer iniciativa que se lhe apresente para o incremento das relações dos dois países.<sup>227</sup>

Calmon foi atendido em seu desejo e no ano de 1952 sob o amparo do governo português, visitou e proferiu conferências em diversas universidades portuguesas, como a Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto e a Universidade de Lisboa. No dia 8 de junho de 1952, foi agraciado com o título de Doutor *Honoris Causa* em Letras pela Universidade de Coimbra, igualando-se ao seu “mestre” Afrânio Peixoto. Alcançou o reconhecimento pelas relações que vinha cultivando antes mesmo de 1937, ano em que pela primeira vez pisou no solo português. Tais relações seriam ainda fortalecidas até o ano de sua morte e lembradas por ocasião dela. Como no discurso do deputado Celso Peçanha.

Ao pesquisar sobre o entendimento entre intelectuais brasileiros e portugueses, Tatyana do Amaral Maia aponta que tais relações se acentuaram a partir da década de 1930. A autora afirma que nos anos ‘30 e ‘40 do século XX prevalecera, nas iniciativas que celebravam o colonialismo português uma ideia de superioridade racial e de “missão civilizadora” do Estado português.<sup>228</sup> O Brasil foi considerado um caso paradigmático de sucesso do empreendimento colonial português. Após a Segunda Guerra Mundial, com os processos de independência das colônias africanas e asiáticas o regime salazarista se empenhou em manter as suas possessões coloniais. As discussões a respeito da constituição de uma comunidade supranacional luso-brasileira intensificam-se em torno do que a autora denomina uma “cultura histórica positiva compartilhada entre Brasil e Portugal”.<sup>229</sup>

As ideias do luso-tropicalismo, nos termos formulados por Gilberto Freyre que se baseava em representações da identidade nacional portuguesa como uma sociedade

---

<sup>227</sup> Carta de Antonio de Faria ao Ministro dos Negócios Estrangeiros: Data: 12 mar 1952. Código: PT/MNE/CICL/IC-1/01287/07. Documento 1. Arquivo do Instituto Camões.

<sup>228</sup> MAIA, Tatyana do Amaral. Uma comunidade de espírito e de cultura: a construção do ideário luso-brasileiro na Sociedade de Geografia de Lisboa (1956-1974). *Revista Maracanan*, n. 12, Julho 2015, pp.87-97. p. 89

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 89

multicultural, multirracial e fundamentada na religião católica, ganharam destaque em Portugal nos anos 1950 ao serem apropriadas pela política cultural do Estado Novo daquele país.<sup>230</sup> Entretanto, não eram a única formulação possível dentro do amplo debate que mobilizava intelectuais portugueses e brasileiros em prol da aproximação entre os dois países.

Mendes Correa, na ocasião diretor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, presidente da Junta de Investigações do Ultramar e da Sociedade de Geografia de Lisboa, em um texto que foi publicado como separata do boletim da última instituição, em 1956, apontou que Pedro Calmon havia apresentado em conferência na mesma ocasião “a tese de que existe no quadro das civilizações, individualizada e original, uma civilização luso-brasileira, ou melhor, segundo a expressão que preferiu, uma civilização lusíada.”<sup>231</sup>

Ao defender a formação de uma civilização única nos trópicos engendrada pela colonização portuguesa, a formulação de Pedro Calmon expandia a concepção de Freyre baseada sobremaneira na mestiçagem e na “ausência de prevenções raciais”.<sup>232</sup> A caracterização de Calmon é endossada por Mendes Correa, que afirma que colocar portugueses e brasileiros em comunhão não era fruto apenas de “um resultado psíquico de cruzamentos biológicos”, mais que o sangue os portugueses teriam legado aos brasileiros “o idioma, o patrimônio cultural (...) a índole destes, as suas virtudes anímicas”.<sup>233</sup> Tais virtudes seriam a doçura, a suavidade e a afetividade.

Embora Freyre tenha ido a Europa pela primeira vez em 1923, muitos anos antes de Pedro Calmon, sendo recebido em Portugal pelo historiador João Lucio de Azevedo, a primeira visita oficial do autor ao país e às suas colônias só se realizou em 1951.<sup>234</sup> Como Calmon, Freyre cultivou relações com intelectuais portugueses que resultaram em um reconhecimento de sua obra pelo governo do país.

Cláudia Castelo, ao fazer um mapeamento da correspondência de Freyre com intelectuais portugueses, depositada no arquivo documental do autor, na Fundação que

<sup>230</sup> MAIA, Tatyana do Amaral. Uma comunidade de espírito e de cultura. *Op. Cit.* p. 96

<sup>231</sup> CORREA, Antonio Augusto Mendes. A cultura luso-brasileira. A propósito de duas conferências de Pedro Calmon. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sociedade de Geografia de Lisboa, out./dez., 1956, pp. 347-357. p. 349

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 348

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 349

<sup>234</sup> CASTELO, Cláudia. Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre. *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios*, vol. 2. p. 422-444. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. p. 423

leva o seu nome, constata que entre 1923 e 1951 Freyre contou com apenas 14 correspondentes portugueses e que entre 1951 e 1954 juntam-se aos primeiros 43 correspondentes e ao longo da década de 1960, mais outros 42 correspondentes.<sup>235</sup> A autora conclui que esse movimento acompanha a consagração intelectual e editorial do autor em terras portuguesas.

Castelo encontrou em seu levantamento um total de 536 missivas enviadas a Gilberto Freyre por 142 autores no período de janeiro de 1923 a maio de 1987. Um levantamento semelhante feito por mim no fundo de Pedro Calmon da Fundação Cultural da Bahia, embora não tão exaustivo, encontrou um total de 171 correspondentes e 373 correspondências enviadas a Pedro Calmon por portugueses.

Nesse levantamento encontrei um total de 21 correspondências enviadas na década de 1930, 116 ao longo da década de 1940, 76 enviadas nos anos 1950, 36 enviadas na década de 1960, 70 enviadas na década de 1970, 31 enviadas na década de 1980 e 23 cartas com data não identificada. A partir do levantamento quantitativo, pode-se vislumbrar que a década mais profícua do envio de correspondências a Pedro Calmon por portugueses foi a de 1940, quadro diferente do que esboça Castelo em relação às correspondências enviadas a Freyre, que tiveram seu auge da década de 1950 em diante.

Ana Paula Barcelos da Silva, ao analisar as listagens de obras enviadas pelo Itamaraty a instituições argentinas e portuguesas nas décadas de 1930 e 1940, constata que as obras de Pedro Calmon aparecem em primeiro lugar, com o maior número de menções, juntamente com as obras de Joaquim Nabuco, com 16 menções, enquanto que as obras de Gilberto Freyre aparecem em terceiro lugar, com 11 menções.<sup>236</sup>

Freyre alcançou maior reconhecimento em Portugal nas décadas de 1950 e 1960, enquanto Pedro Calmon já era um intelectual reconhecido no país. Freyre também foi agraciado com o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra, mas apenas em 18 de novembro de 1962, dez anos depois de Pedro Calmon. O reconhecimento de Calmon em Portugal veio muito antes do de Freyre e uma hipótese para esse fato é que a formação do primeiro em Direito contribuiu para uma boa aceitação de sua obra e de sua pessoa nas instituições portuguesas das quais foi membro correspondente ou sócio e nos meios intelectuais.

---

<sup>235</sup> *Ibidem*, p. 426

<sup>236</sup> As obras de Calmon que aparecem nas listagens são: “*História da civilização brasileira*”, “*História Social do Brasil*”, “*O rei do Brasil*”, “*Pequena história da civilização brasileira*”, “*Resumo da história da literatura brasileira*”, “*História da casa da torre*”. In: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

Suas idas a Portugal possibilitaram-lhe também pesquisar nos arquivos daquele país. Calmon menciona em suas *Memórias* que no ano de 1945, por ocasião das discussões a respeito da assinatura do acordo ortográfico teve que ficar por três meses em Lisboa. Conforme apontado anteriormente, a situação política do Brasil não era das melhores e o motivo de Calmon ter ficado tanto tempo em Portugal talvez tenha sido político e não acadêmico, como quer fazer acreditar o leitor das *Memórias*. Diz que aproveitou esse tempo para fazer pesquisas na Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino e neste último foi ajudado por duas funcionárias.<sup>237</sup> Uma delas foi Maria Isabel de Albuquerque, que a partir de 1945 passou a enviar transcrições de documentos do arquivo para Calmon.

Afirma na ocasião ter lamentado que “Capistrano e Garcia não tivessem jamais ido a Lisboa, para explorar aqueles cartórios, ler aquelas coleções, percorrer aquelas galerias peçadas de verdade, a incontestada verdade dos papéis guardados.”<sup>238</sup> A partir de suas *Memórias*, Calmon firma seu mérito como historiador no fato de ter explorado os arquivos portugueses, diferente de seus citados antecessores. Declara ainda que as notas que tomou nesses meses seriam aproveitadas em seus livros ulteriores, em sua *História da Casa da Torre*<sup>239</sup>, nos quatro volumes de sua *História do Brasil* da Companhia Editora Nacional - dos quais veremos posteriormente que três foram publicados antes de 1945 - e em sua *História do Brasil* publicada em sete volumes pela José Olympio.

## 2.2 Um reitor “de direito”

Quem passa pelo número 250 da Avenida Pasteur, localizada no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, dificilmente ficará indiferente à fachada que carrega em letras maiúsculas um título que não condiz mais com o presente daquela instituição: UNIVERSIDADE DO BRASIL. Atualmente, o prédio acomoda algumas instalações da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os que se aventurarem a entrar poderão conhecer um pouco melhor a incrível arquitetura do chamado Palácio Universitário, que atualmente é composto pelo Fórum de Ciência e Cultura, pela Escola de Comunicação, pela Faculdade de Educação, pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, pela Faculdade de Administração e

<sup>237</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 326

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 327

<sup>239</sup> Certamente na segunda edição aumentada, publicada em 1958 pela editora José Olympio.

Ciências Contábeis, pelo o Instituto de Economia e pelo Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ.

O Fórum de Ciência e Cultura abriga em suas dependências a biblioteca Pedro Calmon, criada a partir do acervo da antiga Biblioteca Central da Universidade do Brasil e o belíssimo salão homônimo, que sedia eventos importantes do campus da Praia Vermelha.<sup>240</sup> O homenageado, foi o reitor que garantiu a posse do espaço para a universidade.

Pedro Calmon procurou construir para si em suas *Memórias* a imagem de um reitor que conseguiu a aquisição do espaço para a Universidade do Brasil. Tal episódio ajuda a constituir a imagem de Calmon como um reitor “de direito”, para além dos acordos e entendimentos políticos que o alçaram ao cargo e possibilitaram uma longa permanência nele.

Foi a partir de sua formação em Direito que Pedro Calmon obteve o cargo de professor na Universidade do Rio de Janeiro. A colocação de livre docente de Direito Constitucional veio mediante concurso, em 1934, na instituição na qual havia ele mesmo estudado. Ascendeu a catedrático e diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e a reitor da mesma instituição. Assumiu a reitoria em 1948 e ficou até 1950, quando ocupou por um breve período o cargo de ministro da Educação e Saúde. Retornou ao cargo de reitor em 1951, permanecendo nele até o ano de 1966.<sup>241</sup>

A ascensão à reitoria se deu após o fim do Estado Novo, quando os reitores passaram a ser selecionado pelo Presidente da República a partir de uma lista tríplice, ainda assim, as relações de poder mobilizadas por catedráticos que representavam alguns cursos ou grupos eram determinantes na seleção. O prestígio das grandes escolas fica patente no fato de que de 1920 a 1965 todos os reitores da Universidade do Rio de Janeiro e ulteriormente da Universidade do Brasil saíram das escolas de Medicina, Direito e Engenharia.<sup>242</sup>

Calmon relata que em 1934, quando prestou concurso para livre docente da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, a princípio ficou interessado na cadeira de “Introdução à Ciência do Direito”. Entretanto, Hermes Lima, que havia sido seu colega

---

<sup>240</sup> Salão Pedro Calmon. In: <http://www.forum.ufrj.br/index.php/espacos-culturais/salao-pedro-calmon> (Acesso em 19 nov 2017) e Biblioteca Pedro Calmon. In: <http://biblioteca.forum.ufrj.br/index.php/institucional/historia-da-biblioteca> (Acesso em 19 nov 2017)

<sup>241</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como officio*. op. cit. p. 53

<sup>242</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920-1965). In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa (Org.) *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007. pp. 13-42. p. 25

de curso na Bahia, o telegrafou de São Paulo pedindo-lhe que o inscrevesse para disputar a mesma vaga. Assim, desistiu da cadeira, contentando-se em prestar concurso para a cadeira de Direito Constitucional, cujo titular era Eusébio Queirós Lima, que havia publicado um livro chamado “Teoria do Estado”, em 1930 pela Livraria Freitas Bastos, especializada em livros jurídicos.<sup>243</sup>

Em 1937, Calmon publicou, também pela Livraria Freitas Bastos, um livro intitulado “Curso de Direito Constitucional Brasileiro”, que foi reeditado até 1956. No ano seguinte, já como catedrático, publicou pela mesma editora o livro intitulado “Curso de Direito Público (Programa universitário)”, que seria reeditado em 1942 como “Curso de Direito Público (Teoria Geral do Estado)”. Como catedrático Calmon tinha liberdade para reorientar a cadeira para a designação de Teoria do Estado.<sup>244</sup>

Tal mudança, segundo Célio Borja, foi motivada pela inexistência de uma Constituição no Brasil, já que as disposições da carta de 1937 não eram supremas e estavam subordinadas à autoridade do presidente da República. Segundo justificativa citada por Calmon e reproduzida por Borja, o governo pretendia desmembrar a cadeira de Direito Público e Constitucional em duas seções, “para melhor realce da organização política vigente”. Calmon teria sido consultado pelo Ministro Gustavo Capanema se preferia ficar com o Direito Público ou com a parte constitucional, sendo que a outra seção seria oferecida a quem “a ela se propusesse, menos pelo conhecimento especializado do que pela inclinação ideológica”. Dessa forma, Calmon teria preferido ficar com a parte de Direito Público, preferindo a designação de Teoria do Estado, pois era a especialidade e a forma que a designava Eusébio Queirós Lima, o catedrático anterior.<sup>245</sup>

Não se sabe se o relato é condizente com os motivos concretos da mudança, pois foi produzido muitos anos depois do ocorrido e nele Calmon talvez quisesse se justificar pela mudança da nomenclatura se colocando como um possível herdeiro e continuador de Queirós Lima, pois Borja ressalta que antes de seu livro sobre Teoria do Estado “antecedeu o de seu predecessor na cátedra”<sup>246</sup>. Entretanto, é significativo que nele

<sup>243</sup> SIQUEIRA, Gustavo Silveira. O parecer de Kelsen sobre a Constituinte brasileira de 1933-1934. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, vol. 06, n. 11, p. 348-374, 2015. p. 357

<sup>244</sup> BORJA, Célio de Oliveira. Pedro Calmon e o Direito. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 164 (420): 93-98, jul./set. 2003. p. 94

<sup>245</sup> CALMON, Pedro. Curso de Teoria Geral do Estado. Liv. Freitas Bastos S. A., 1964. p. 9-10. *Apud* BORJA, Célio de Oliveira. Pedro Calmon e o Direito. *op. cit.* p. 94

<sup>246</sup> BORJA, Célio de Oliveira. Pedro Calmon e o Direito. *op. cit.* p. 94

Calmon demonstre a consideração com que fora tratado por Gustavo Capanema. Tal apreço foi ratificado em suas *Memórias*.

No ano de 1935, como repressão à revolta comunista foram demitidos os professores Castro Rebelo, Leônidas de Resende e Hermes Lima. Figueira de Melo assumiu a direção da faculdade. Queirós Lima, o titular da cátedra faleceu e Calmon assumiu-a interinamente até 1938, quando foi aberto concurso para catedrático da cadeira de Direito Público e Constitucional da Faculdade de Direito, que havia sido incorporada no ano anterior pela Universidade do Brasil.

Calmon relata que o professor da Faculdade de Direito Irineu Machado arrumou-lhe um concorrente sem nenhuma expressão, “um bacharel que trabalhava na Central do Brasil”.<sup>247</sup> Segundo ele, Irineu era a contradição em pessoa, pois ao mesmo tempo em que combatia Getúlio Vargas, queria ser diretor da faculdade. Por essa passagem, pode-se perceber que Calmon estava ciente de que o cargo de direção da faculdade não implicava apenas uma questão de mérito, mas também de política e que ir contra o regime instituído significava uma possível interrupção em sua carreira ascendente. Machado havia sido um importante político carioca nos anos da Primeira República, tendo abandonado a política partidária após o movimento de 1930. Fazia parte do quadro docente da Faculdade de Direito desde 1894 e decerto não ficou satisfeito com o fato de um ainda jovem professor recém-empossado no cargo assumir a direção da mesma. Calmon foi nomeado catedrático e no mesmo ano se tornaria diretor da Faculdade.

A Universidade do Brasil (UB) fora instituída em 1937, inspirada em dois princípios: estabelecer um padrão para o ensino superior em todo o país e ser “uma instituição de significação nacional, e não local”.<sup>248</sup> A Universidade foi criada para formar não apenas profissionais e artistas, mas uma elite intelectual capaz de dirigir os rumos do país. Tal elite deveria idealmente ser selecionada a partir do ensino superior, por sua capacidade técnica.<sup>249</sup> Os propósitos da UB se coadunavam com a autoimagem que tinham as faculdades de Direito, referidas no primeiro capítulo deste trabalho, que buscavam constituir uma elite intelectual para o país. Dessa forma, a Faculdade de Direito da UB certamente continuaria a produzir bacharéis interessados não apenas em

---

<sup>247</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 263

<sup>248</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR, 2006. p. 27

<sup>249</sup> SCHUARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Ribeiro. *Tempos de Capanema, op. cit.* p. 222

exercer a advocacia, mas em constituir uma elite intelectual capaz de pensar os rumos do país e ocupar cargos administrativos.

Por se tratar de um projeto ambicioso, o governo procurava ter um controle estrito sobre a Universidade, sobrando pouco ou nenhum espaço de autonomia. A lei de criação da universidade dispunha que o reitor e os diretores dos estabelecimentos de ensino seriam selecionados dentre os catedráticos, pelo Presidente da República, e nomeados em comissão. Estabelecia também a proibição de quaisquer atividades de caráter político-partidário no interior da Universidade, além de vetar a utilização no interior da mesma de uniformes ou emblemas que fizessem alusão a partidos políticos.<sup>250</sup>

A UB passou a funcionar sob o sistema de cátedras, implementado no Brasil ainda no século XIX e de cunho fortemente centralizador. Os catedráticos eram “donos” de suas áreas de conhecimento, pois gozavam da chamada “liberdade de cátedra”, que garantia que o ensino da cadeira se pautasse irrestritamente pelos princípios do catedrático, sem espaço para questionamentos. Os catedráticos também selecionavam os professores que trabalhariam como seus assistentes e determinavam a maneira como eles deveriam ministrar seus cursos.<sup>251</sup>

Com a morte do diretor da Faculdade de Direito, Figueira de Melo, Calmon afirmou que foi formada uma corrente, capitaneada por Hanhemann Guimarães, catedrático de Direito Civil, que pedia ao governo sua elevação ao cargo de diretor. Sendo o mais novo catedrático, em sua visão, tinha o “dever” de pacificar os ânimos exaltados em virtude da instituição do Estado Novo. Afirmou ainda que Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública, o chamou, pois só ele poderia naquele momento dirigir a escola com tranquilidade.<sup>252</sup>

Não tenho informações sobre as disputas que tinham lugar na Faculdade de Direito naquele momento, entretanto, é importante considerar que Pedro Calmon ressaltou que foi indicado por unanimidade pelos companheiros.<sup>253</sup> Seu relato busca

---

<sup>250</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque e LIMA, Helena Ibiapina. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): origens, construção e desenvolvimento. In: MOROSINI, Marília. (Org.) *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. pp. 54-80. p. 69

<sup>251</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2. abr.-jun., p.611-636. p. 633

<sup>252</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.*, p. 267

<sup>253</sup> No fundo Pedro Calmon não encontrei muitos documentos do período em que ocupou a Direção da Faculdade. No entanto, encontrei correspondência entre Gustavo Capanema e Pedro Calmon desde 1933 a 1959. A correspondência trata de trocas de livros, artigos e favores pessoais entre eles, como nomeações e



fazer o leitor acreditar que para além da indicação política, ascendeu ao cargo por meio de seus méritos pessoais e da confiança que inspirava, apesar de ser mais novo professor da instituição em idade e tempo de serviço. Não se sabe se Calmon efetivamente possuía a aceitação que quer fazer o leitor de suas *Memórias* acreditar, ou se sua nomeação foi uma decisão unilateral de Capanema, autorizada pela lei de criação da Universidade do Brasil, fato é que ele esteve à frente da direção da Faculdade por dez anos de onde saiu apenas para assumir a vice-reitoria da UB.<sup>254</sup>

Calmon afirma ainda que seu sucesso como diretor se deveu ao acordo que obteve com Gustavo Capanema de aceitar que dentro da faculdade reinasse a liberdade e fora dela a ordem. Busca dissolver por meio de suas *Memórias* a imagem de um administrador ligado ao Estado Novo, que tinha por atribuição reprimir as contendas estudantis, para construir a personificação de um diretor mediador, que se interpunha entre os jovens estudantes e o governo. Um diretor incansável e paternal.

Procura mostrar que tinha para com os estudantes uma postura que denomina paternalista, uma vez que se colocava como “protetor efetivo” deles. Descreve a si mesmo como “o diretor que os disciplinava sem suspender ou expulsar ninguém, mantendo a ordem com a severidade (e a indulgência) do pai de família.”<sup>255</sup> Sua atuação é referida como um “paternalismo bem humorado” que se interpunha entre a ditadura e a oposição. Para que o equilíbrio fosse mantido, fazia-se necessário que o diretor estivesse sempre a postos para manter a efervescência contida dentro dos portões da faculdade. Afirma que se fosse estudante também bradaria em combate à ditadura, pois era contrário a ela.<sup>256</sup> Conforme a ditadura ou não, Pedro Calmon conseguiu resistir à queda de Vargas em 1945 e continuar à frente da direção da Faculdade de Direito.

Durante o período que Gustavo Capanema ocupou o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública (1934-1945) cogitou-se a construção de instalações mais adequadas para a então existente Universidade do Rio de Janeiro e posteriormente Universidade do Brasil. Em 1935 já era pensada a existência de uma “Universidade Nacional”, que pudesse ser sediada em uma cidade universitária, em local a ser

---

intercessões em favor de apadrinhados. Nenhuma correspondência trata da nomeação para a direção da Faculdade de Direito. No fundo Gustavo Capanema, guardado no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas também não há expressiva correspondência entre os dois intelectuais.

<sup>254</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 267

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 268; 270

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 270

definido.<sup>257</sup> Apesar dos planos do ministro, a construção da cidade universitária só começaria a sair do papel dez anos depois, em 1945, faltando poucas semanas para o fim do Estado Novo.<sup>258</sup>

Construir uma cidade universitária significava a possibilidade de equipar a UB com o que existia de mais moderno no que diz respeito a instalações, laboratórios e prédios. A UB deveria ser pioneira no que dizia respeito a modernizar o ensino universitário no país. Os arquitetos Marcelo Piacentini – italiano encarregado da edificação da cidade universitária da Universidade de Roma – e Le Corbusier – francês que inspirou grandes nomes da arquitetura brasileira como Lúcio Costa e Oscar Niemayer – foram convidados pelo governo brasileiro para apresentar suas propostas para o grandioso projeto.<sup>259</sup> Mesmo Lúcio Costa participou do processo, chefiando uma comissão de arquitetos autônomos nomeados pelo ministro para elaborar projetos e orçamentos para a futura obra.<sup>260</sup>

Pedro Calmon, na condição de diretor da Faculdade de Direito, participou da comissão que por meio de análises e estudos técnicos avaliou um conjunto de ilhas próximas a Manguinhos como localização propícia para a instalação da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, quando haviam sido cogitadas diversas localidades, como a Praia Vermelha, a Quinta da Boa Vista e até mesmo a Lagoa Rodrigo de Freitas. A cidade universitária deveria ser construída no terreno formado pela unificação das ilhas.<sup>261</sup> Tudo seria edificado a partir do zero, baseando-se nos princípios de uma arquitetura moderna. Uma vez concluída, a Cidade Universitária serviria de modelos às demais que viessem a ser edificadas em território nacional.

Escolhido o local, as obras de construção da ilha universitária só seriam iniciadas efetivamente em 1948, quando Calmon já se encontrava à frente da reitoria. No ano anterior, acumulara a direção da Faculdade de Direito com a vice-reitoria da UB.<sup>262</sup> Em fins de setembro de 1948, quando Clemente Mariani estava à frente da pasta

---

<sup>257</sup> OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Das ilhas à cidade – a universidade invisível*. A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950). Dissertação (Mestrado em História Comparada). 137f. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História, 2005. p. 65

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 14

<sup>259</sup> OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Das ilhas à cidade – a universidade invisível*. *op. cit.* p. 12

<sup>260</sup> CORDEIRO, Patrícia Cavalcante. *A cidade universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Preservação da arquitetura moderna*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 196f. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015. p. 46

<sup>261</sup> OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Das ilhas à cidade – a universidade invisível*. *op. cit.* p. 117

<sup>262</sup> COUTINHO, Amélia. Pedro Calmon. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em:

da Educação Saúde do governo Dutra, deixou a direção da Faculdade para assumir a reitoria da Universidade do Brasil sucedendo a Inácio Azevedo do Amaral. Sobre o antecessor, afirma que era um militar e que tinha um espírito disciplinador: “todos respeitavam o reitor, poucos lhe obedeciam”.<sup>263</sup>

Nas palavras de Calmon, uma contenda de Amaral com o médico Joaquim Martagão Gesteira, catedrático da Faculdade de Medicina e diretor do Instituto de Puericultura da UB, fez com que o ministro Clemente Mariani tomasse partido do segundo. Mariani era amigo de Calmon e ele frequentava o gabinete do ministro. Em suas palavras, a amizade tivera início por terem sido “colegas de faculdade, e com antepassados comuns”.<sup>264</sup>

Maria de Lourdes Fávero aponta que após o fim do Estado Novo foi sancionado o decreto-lei n.º 8.393, em 17 de dezembro de 1945, que concedia “autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à UB”. A partir desse decreto, o reitor passou a ser “nomeado pelo presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício ou aposentados, eleitos em lista tríplice e por votação uninominal pelo Conselho Universitário”.<sup>265</sup> Não mais seria “escolhido pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos”, como orientava a lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, que organizou a UB.<sup>266</sup> Não fica claro pela leitura dos dispositivos legais se, a partir de 1945, o pertencimento ao Conselho Universitário era obrigatório para o candidato à reitoria.

Calmon afirma que o presidente Eurico Gaspar Dutra tinha um candidato, um dos professores mais admirados da Faculdade de Medicina, o cardiologista João Capriglioni. Entretanto, por não pertencer ao Conselho Universitário o médico não poderia ser cogitado para assumir a reitoria. Mais uma vez, Calmon reitera ter sido eleito por unanimidade, o que mostra o seu desejo de ratificar que ao ser designado para os importantes cargos de direção que ocupou, o foi por sua competência e legitimidade junto aos colegas de profissão e não por sua rede de amizades com ocupantes de cargos políticos, como os ministros Capanema e Mariani.<sup>267</sup>

---

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-calmon-muniz-de-bittencourt>  
(Acesso em 03 fev 2018)

<sup>263</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 349

<sup>264</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 351

<sup>265</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *op. cit.* p. 27-28

<sup>266</sup> Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Op. Cit.*

<sup>267</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 352

Em 1949, a reitoria, que funcionava nas dependências de um prédio comercial no centro da cidade, se mudou para as dependências do antigo hospital de alienados Dom Pedro II. Construído no século XIX, o hospício funcionou no local até o ano de 1944. Quatro anos depois, o prédio em avançado estágio de degradação por intermediação de Pedro Calmon foi doado pelo governo federal à universidade.<sup>268</sup>

Calmon em suas *Memórias* produziu sua versão dos acontecimentos. Segundo seu relato, “foram retiradas do prédio cerca de duzentas famílias de indigentes, que o tinham transformado numa favela; e atirei-me à proeza de recuperá-lo”.<sup>269</sup> Reportando um diálogo supostamente reproduzido pelo Diário de Notícias de 25 de dezembro de 1948 no qual um jornalista teria feito alusão ao fato dos moradores do prédio terem sofrido muito ali, em vista do estágio de deterioração que se encontrava o lugar, Calmon teria retrucado: “Não há dúvida. (...) Mas também precisavam ser loucos para morar aqui...”<sup>270</sup>

O prédio, construído segundo princípios da arquitetura neoclássica, no momento em que foi edificado serviu a um projeto imperial que tinha um duplo viés: estético e civilizatório. Estético, pois visava impressionar, juntamente com outras construções de padrão neoclássico dispostas ao longo da orla da Baía de Guanabara, a quem chegasse na cidade por via marítima. Civilizatório porque o palácio foi construído para abrigar o hospício e “para ser um emblema da razão e da ciência, no caso a ciência médica que, na época, não deixava de elaborar diagnósticos sobre a sociedade e as cidades, examinadas como um corpo doente”.<sup>271</sup>

Calmon afirma não ter enxergado a dificuldade de recuperação do lugar, mas sim o seu potencial: “não era um monte de detritos, porém a casa-grande, que se restaurada seria, sim senhores! – a mais bela do país”.<sup>272</sup> Como “patriarca” da grande família que imaginara como a Universidade, Calmon tinha então a sua “casa-grande”, o seu palácio, ao mesmo tempo em que salvava uma construção histórica da destruição, conservando-a como patrimônio da universidade. A inauguração foi feita pelo

---

<sup>268</sup> HOIRISCH, Marisa e RIBEIRO, Rosina Tevisan Martins. Palácio Universitário – Materiais e técnicas construtivas. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. (Org.) *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007. pp. 43-57. p. 45

<sup>269</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.*, p. 354

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 354

<sup>271</sup> SANTOS, Afonso Marques dos. Entre a forma e o ideal: um emblema da civilização. In: CALMON, Pedro. *O palácio da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. Pp. 9- 14. p. 10

<sup>272</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 354

presidente Dutra e pelo ministro Clemente Mariani “com a solenidade e a concorrência que merecia o acontecimento”.<sup>273</sup>

Antônio José Barbosa se questiona a respeito do motivo da simultaneidade das obras, que gerou a fragmentação espacial que perdura atualmente na UFRJ, uma vez que, mesmo com as posteriores construção e inauguração da Cidade Universitária, alguns cursos encontram-se dispersos em outras instalações na cidade, como o referido *campus* da Praia Vermelha, a Faculdade de Direito e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Se a construção do que seriam as definitivas instalações universitárias já se encontrava em curso, por que se deu a incorporação do antigo hospício à universidade e a instalação da reitoria em um lugar que já sabia que seria provisório?

Quiçá Calmon desconfiasse que as obras para tornar um conjunto de ilhas uma cidade universitária ainda demandariam um investimento muito grande de tempo e dinheiro. Talvez quisesse se distinguir como reitor e deixar um legado para a universidade ao fim do seu mandato de três anos, que terminaria em 1951. Barbosa questiona a versão de que o antigo hospício seria destruído e aponta que o prédio seria reformado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e destinado ao Colégio Pedro II.<sup>274</sup> Pelo relato de Calmon fica claro que prevaleceram, na reforma do prédio, suas vontades em detrimento das orientações do SPHAN. Na condição de reitor, Calmon tinha liberdade para fazer valer suas disposições e considerou a aquisição do palácio uma conquista pessoal e institucional.

Em 1952, foi celebrado o centenário da construção do prédio e, por ocasião da comemoração, Pedro Calmon lançou o livro *O Palácio da Praia Vermelha (1852-1952)*. Ao escrever a história do antigo hospício de Pedro II, Calmon também inscreve no futuro do prédio o destino de pertencer à Universidade como sendo o mais natural e o mais correto, pois “com isto não desertaria o ensino as nobres galerias onde, desde o início, o ensino se associara à luta contra a doença, à reabilitação do espírito humano”.<sup>275</sup> Ao relatar as celebrações do centenário, diz que em cinco de dezembro de 1952, “o reitor proferiu nesta ocasião um breve discurso em que resumiu a história da casa, com os seus nomes patronímicos, a sua grandeza artística, a sua tradição

---

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 355

<sup>274</sup> OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. A casa de Minerva: entre a ilha e o palácio - A problemática dos discursos e lugares. *Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Fortaleza, 2009. p. 8

<sup>275</sup> CALMON, Pedro. *O palácio da Praia Vermelha*. *op. cit.* p. 59

intelectual”.<sup>276</sup> Tradição essa que foi requerida por Pedro Calmon como reitor para compor a UB.

Suas palavras demonstram que ele sabia que era só uma questão de tempo para que a Universidade deixasse o palácio – representação do projeto civilizatório imperial – que era seu vistoso legado à UB. As últimas palavras do livro denotam que Calmon, apesar de lamentar, sabia que a UB se mudaria para uma moderna, distante e concreta Cidade Universitária, que se encontrava em “plena construção” naquele momento.<sup>277</sup>

Em suas *Memórias* Calmon demonstra certa má vontade em relação ao processo de construção da Cidade Universitária, qualificando-o como lento e enervante. Diz que tentou persuadir Capanema de que o melhor lugar para abrigar as instalações universitárias seria de fato a Praia Vermelha, ao que o então ministro teria alegado precisar de um espaço maior. Barbosa aponta que em ata do Conselho Universitário datada de seis de maio de 1946, Calmon argumentava que a Praia Vermelha seria o local mais conveniente para a construção da sede da universidade, dado que no local já estava instalada a Faculdade de Medicina e órgãos institucionais a ela ligados.<sup>278</sup>

Calmon atribui o atraso das obras da Cidade Universitária, que levaram “vinte anos de trabalho moroso”, à disputa por verbas com as demais universidades federais que foram fundadas a partir de 1950, à burocracia do DASP e à desagregação causada pelo isolamento decorrente do sistema de cátedras (que perdurou na UB até o ano de 1968).<sup>279</sup> Afirma que em seu longo reitorado o governo mantinha um pensamento que considerava inadmissível: poupar nas escolas já existentes para construir a Cidade Universitária. “Significaria isso que não se consertariam os edifícios, nem os aparelharíamos para atenderem à geração atual, tendo em vista as gerações futuras. Seria eu o reitor da estagnação, enquanto os sucessores seriam os da prosperidade...”<sup>280</sup> Alega ter se revoltado contra isso, “largando” os planos da Cidade Universitária a cargo do DASP e resolvendo os problemas cotidianos.

Sob o reitorado de Calmon foram instauradas novas unidades na UB, como a Escola de Educação Física e as faculdades de Farmácia, Bioquímica Odontologia e

---

<sup>276</sup> *Ibidem*, p.60

<sup>277</sup> *Ibidem*, p. 61

<sup>278</sup> OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *A casa de Minerva: entre a ilha e o palácio: os discursos sobre os lugares como metáfora da identidade institucional*. Tese (Doutorado em Memória Social). 353f. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011. p. 250

<sup>279</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 360-361

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 361

Arquitetura,<sup>281</sup> todas postas em funcionamento no *campus* da Praia Vermelha. Durante sua gestão foi instituída também a Biblioteca Central, que funcionava junto à reitoria, cujo acervo constitui hoje a Biblioteca Pedro Calmon.

Embora a construção da Cidade Universitária tenha se iniciado em 1949 e sua inauguração só tenha se dado oficialmente em 1972, já no governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1953 foi instalada a primeira unidade na ilha, o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. Em foto da cerimônia de inauguração do referido instituto, em primeiro de outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas aparece discursando e ao seu lado estão as figuras de Martagão Gesteira, diretor e Pedro Calmon, reitor.<sup>282</sup>

A memória, de modo ardiloso, por vezes até mesmo inconsciente, compõe-se e recompõe-se em consequência do surgimento de novas configurações, questionamentos e vivências.<sup>283</sup> Ainda que Pedro Calmon quisesse se colocar como o administrador que conquistou para a UB o seu palácio universitário, desvencilhando-se das responsabilidades que sobre si recaíam como reitor durante o período de construção da Cidade Universitária, o intelectual dá nome a uma das principais avenidas que corta o lugar, onde atualmente funciona a reitoria da UFRJ.

Talvez Calmon não quisesse ser associado à memória do regime militar que inaugurou em 1972 a Cidade Universitária, ou não quisesse ser relacionado à perspectiva modernista que norteou a construção da mesma. O que sobressai no discurso de Calmon como reitor é a salvação do palácio construído por D. Pedro II como um importante ambiente para se propagar a educação e a civilização, mesmo que essa herança fosse provisória.

De certo modo, Calmon foi vitorioso, pois até a atualidade a fragmentação persiste e a Cidade Universitária moderna, concreta e distante não conseguiu incorporar todas as unidades em funcionamento da UFRJ. Mesmo a Faculdade de Direito resiste situada no centro da cidade, perto do Campo de Santana, antigo Palácio do Conde dos Arcos, para onde foi transferida do Catete em 1938, mesmo ano em que Pedro Calmon

---

<sup>281</sup> COUTINHO, Amélia. Pedro Calmon. *Op. Cit.*

<sup>282</sup> Acervo do IPPMG/UFRJ. Foto disponível em: BARBOSA, Antônio José de Oliveira. História, memória e instituições: algumas reflexões teórico-metodológicas para os trabalhos do Projeto Memória - SiBI/UFRJ. In: BARBOSA, Antônio José de Oliveira. (Org.) *Universidade e Lugares de Memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008. pp. 41-62. p. 52

<sup>283</sup> REIS, Daniel Aarão Reis. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. pp. 119-139. p. 119

tornou-se seu diretor. O *campus* da Praia Vermelha persiste mostrando em douradas letras maiúsculas que ali ainda funcionam partes da antiga Universidade do Brasil.

O ideal moderno pretendia um rompimento com a tradição e isso se traduzia na arquitetura buscando descontinuar um estilo característico das construções dos séculos XIX e XX para criar algo que fosse considerado inteiramente novo.<sup>284</sup> O movimento de Calmon nesse sentido é contrário, o de preservar uma construção do século XIX salvando-a de uma provável destruição. Ali edificou a casa da qual se imaginava um pai, mediando a relação dos estudantes com o regime ditatorial e estabelecendo a disciplina com uma proclamada moderação.

O monumento-palácio do período imperial foi ressignificado pela Universidade ganhando um novo uso sem perder de vista o seu histórico, que se fazia presente na construção do futuro. A tradição se mostrava como orientadora do caminho a seguir, a despeito da ameaça da modernidade. Ao disputar com o centenário Colégio Pedro II o espaço, Pedro Calmon o ganhara para a recente Universidade do Brasil. Entretanto, não ignorava o capital simbólico que recaía sobre a instituição e almejou para si e para sua produção o título de catedrático do Imperial Colégio.

### 2.3 O “reitor catedrático”: o concurso para o Colégio Pedro II<sup>285</sup>

Pode-se dizer que o Colégio Pedro II era uma das instituições de ensino mais tradicionais do país se não a mais tradicional. O colégio fora, desde sua fundação (em 1837), tido como estabelecimento oficial padrão para o ensino secundário. Constituído para servir como modelo, ao longo de sua existência, contou com favoráveis condições para seu funcionamento. Dentre tais prerrogativas, estava a de elaborar programas disciplinares que deveriam ser adotados pelos demais estabelecimentos situados em todo território brasileiro.<sup>286</sup>

O Imperial Collegio de Pedro II efetivou o desígnio do Governo Imperial de instituir um estabelecimento de ensino secundário público no Município da Corte. A iniciativa era inspirada no modelo de educação secundária humanística destinada a

<sup>284</sup> CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999. pp. 179-189. p. 188

<sup>285</sup> Uma versão preliminar do texto deste tópico foi apresentado no IV Seminário Fluminense de Pós-Graduandos realizado na Faculdade de Formação de Professores da UERJ (São Gonçalo). Agradeço as considerações do professor Luis Reznik e dos demais participantes.

<sup>286</sup> MASSUNAGA, Magda R. Pantoja. *O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro: (1930-1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação). 189f. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.



formar as elites, proporcionando a base para a ascensão aos cursos superiores e para o desempenho de funções públicas. O instituto deveria servir de padrão a ser seguido por todas as instituições de ensino secundário já constituídas ou que viessem a se constituir em todo o Império.<sup>287</sup>

O colégio nasceu como um lugar de referência do saber e assim se manteve ao longo de mais de cem anos por meio da constante evocação do seu passado glorioso, em rituais como a colação de grau anual, as sessões solenes da Congregação ou por ocasião do falecimento de um professor.<sup>288</sup>

Dessa forma, o prestígio se estendia a quem alcançasse o mais alto patamar na hierarquia do colégio, a cátedra. Além de Pedro Calmon, outras personalidades ilustres almejaram conquistá-la, como Abgar Renault, ex-ministro da Educação e Álvaro Lins, crítico literário. A indubitabilidade da competência dos catedráticos é algo que permanece ao longo do tempo como uma característica da instituição, apesar das transformações e revezes ao longo de sua história.<sup>289</sup>

Desde o surgimento do primeiro regulamento do colégio, no ano seguinte ao de sua fundação, o ensino de História se fez presente em seus currículos como disciplina obrigatória.<sup>290</sup> Essa determinação estava ligada à premência de fortalecimento do Estado Imperial, congregando os súditos em torno do Imperador e tendo como padrão a civilização europeia. Com o advento da República, surge uma nova necessidade: a de construir uma identidade fundamentada no reconhecimento dos membros da comunidade nacional como cidadãos, iguais perante a lei. Assim, novas temáticas, personagens e eventos ganham importância, bem como o ensino de História passa a ser enxergado como veículo dessa consciência patriótica.<sup>291</sup>

Calmon afirma em suas *Memórias* que o “Pedro II suprima, por um século, a falta de faculdade de filosofia” e que se submeteu ao concurso do Colégio Pedro II, “julgando que deixaria a reitoria em breve para ser professor do ‘colégio padrão’; como

<sup>287</sup> VECHIA, Ariclê e LORENZ, Karl Michel. O Collegio de Pedro II e a formação da mocidade brasileira. (1838-1889). *Cadernos de História da Educação*. v. 14, n. 1, p. 19-37, jan./abr. 2015. p. 21.

<sup>288</sup> MASSUNAGA, Magda R. Pantoja. *O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro*. op. cit. p. 128

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 162

<sup>290</sup> SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II. A década de 1970. Entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Tese (Doutorado em Educação). 293f. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. p. 68

<sup>291</sup> SILVA, Giovanna José. *O batismo de Clio: catolicismo, ensino de História e novas mídias em Jonathas Serrano (1908-1944)*. Tese (Doutorado em História). 345f. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2015. p. 20

Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Euclides da Cunha.”<sup>292</sup> Ao se reportar aos nomes de autores consagrados por terem escrito obras que contribuíram para a definição da nacionalidade brasileira, Calmon busca se filiar a determinada tradição de catedráticos, a dos que eram autores de obras icônicas sobre o Brasil.

Pode-se questionar se esse desejo foi mesmo legítimo, pois Pedro Calmon não se exonerou do cargo de reitor nem antes, nem depois do concurso. Mesmo aprovado em primeiro lugar, resolveu continuar à frente da reitoria a assumir a cátedra na instituição. Entretanto, pode-se perceber que em sua *História do Brasil* em sete volumes, publicada pela José Olympio em 1959, é utilizado na folha de rosto, logo abaixo do nome de Calmon, o título “Professor catedrático de História do Colégio Pedro II”.

Fernando Segismundo<sup>293</sup>, que escreveu o livro de memórias “Grandezas do Colégio Pedro II”, afirma que Calmon não chegou a lecionar no colégio e demonstra a estranheza que pode ter sido causada pelo fato do reitor da Universidade do Brasil se candidatar à vaga:

Obtido o lugar, satisfez-se em comparecer à Congregação ainda surpresa e honrada com a presença de sua figura distinta. E mais um dos nomes do magistério invocados pela Casa na exibição de seus talentos fartos. Mas não cresceram com ela; talvez dela se tenham valido à procura de mais status ou, por motivos outros. Ao Colégio, propriamente não serviram.<sup>294</sup>

É curioso que Pedro Calmon tenha comparecido justamente a uma sessão da congregação, órgão deliberativo das questões mais importantes do Colégio. Indica sua disposição de envolver-se com as instâncias políticas decisórias. Esse era o lugar de onde não pretendia sair naquele momento para ser um professor do colégio, ainda que um catedrático.

Apesar de não ter exercido a cátedra, Pedro Calmon recebeu de diversas pessoas e instituições correspondências de felicitações pela conquista da mesma. Por meio de tais cartas, é possível vislumbrar a recepção que a aprovação de Calmon para o cargo teve nos meios intelectuais dos quais o reitor fazia parte. São 122 cartas, telegramas e cartões felicitando-o pela conquista da cátedra, preservados no fundo documental Pedro

<sup>292</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. Op. Cit. p. 389. Capítulo “Explicação sobre Colégio Padrão”.

<sup>293</sup> Fernando Segismundo foi professor do colégio Pedro II da década de 1940 até a década de 1980. Cf. SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II. A década de 1970. Entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica*. op. cit. p. 137

<sup>294</sup> SEGISMUNDO, Fernando. *Grandezas do Colégio Pedro II*, Rio de Janeiro: Unigraf, 1996. *Apud* NUNES, Lucas Araújo Barbosa. Desmistificando o mito: Mário Pedrosa e a Missão Artística Francesa. *Mneme (Revista de Humanidades)*. Caicó, v. 16, n. 37, pp. 199-214, jul/dez. 2015. p. 206

Calmon da Fundação Cultural da Bahia. A conquista da cátedra do colégio Pedro II era enxergada como um coroamento de uma carreira na capital federal.

Apesar de o concurso ser para o preenchimento da cadeira de História Geral e do Brasil, Pedro Calmon se coloca como legatário de uma tradição de professores que inclui João Ribeiro, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha. Todos eles tinham em comum a origem nordestina e de alguma maneira contribuíram a partir de seus estudos, de suas pesquisas e de sua escrita para a definição da nação brasileira.<sup>295</sup>

João Ribeiro e Capistrano de Abreu foram catedráticos da cadeira de História do Brasil e Euclides da Cunha foi professor da cadeira de Lógica do colégio. A inclusão do nome do terceiro na lista provavelmente está ligada ao fato de Calmon querer ser associado a uma linhagem de intelectuais reconhecidos não apenas por sua atuação no estabelecimento, mas como intelectuais e autores expressivos. No caso de Euclides da Cunha, sua obra mais importante, *Os Sertões*, adquiriu ao longo das primeiras décadas do século XX o *status* de obra imprescindível para se conhecer o Brasil, uma verdadeira “bíblia da nacionalidade.”<sup>296</sup> Um paralelo pode ser feito com os escritos de João Ribeiro e Capistrano de Abreu para o caso da História, embora o último não tenha escrito muitos livros.

Pedro Calmon, no momento em que presta concurso para o colégio, diferentemente de João Ribeiro e Capistrano de Abreu era já um intelectual consagrado por sua obra publicada e atuação institucional. Possuía uma extensa rede de relações. A crônica de Ary da Matta, publicada em cinco de janeiro de 1950 no jornal O Globo e intitulada “O candidato Pedro Calmon”, afirma que ao se inscrever como “qualquer de nós no concurso de provas e títulos que lhe abrirá as portas de uma cátedra colocada entre as mais nobres e mais augustas de quantas há”, o intelectual o teria feito abandonando “prestígio político, relações sociais, projeção nacional e intercontinental”.<sup>297</sup> Mas será que ele conseguiria se despir de sua rede de relações para competir em pé de igualdade com os outros candidatos? E não era de poucos títulos que Calmon se despiria. Dentre os elencados pelo cronista estavam os de

professor universitário da Universidade Católica e da Universidade do Brasil, ex-diretor da Faculdade Nacional de Direito, ex-chefe de missões culturais no

<sup>295</sup> GASPARELLO, Arlete Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004. p. 149

<sup>296</sup> ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998. p. 24

<sup>297</sup> DA MATTA, Ary. O candidato Pedro Calmon. *O Globo*. 5 jan 1950. In: Pasta Concurso de História Geral e do Brasil (Internato). Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

exterior, membro da Academia Brasileira de Letras, Reitor Magnífico da Universidade do Brasil, embaixador dos portugueses no Brasil.<sup>298</sup>

Da Matta ainda cita prerrogativas conferidas não por seus cargos, mas por sua rede de relações que legava a ele de “reconhecimento imaterial” como o fato de Calmon ser

familiar de ministros, comensal de parlamentares e generais, benquisto no Banco do Brasil, panegirista de santos, de bispos e cardeais, privando da intimidade das embaixadas, figura indispensável nas assembleias internacionais e nas solenidades do Instituto Histórico.<sup>299</sup>

Por esse motivo, Ary da Matta afirma que Calmon poderia ser tentado a buscar uma nomeação por outras vias que não a do concurso e que não seria difícil justificá-la a partir de sua competência e títulos. Questiona-se ainda por quais motivos Calmon teria buscado a cátedra do Pedro II, se já era portador de tantas honrarias e qualificações. Em primeiro lugar, segundo a crônica, seria em virtude de o colégio proporcionar a Calmon ao mesmo tempo “participar (...) de uma congregação de especialistas e de ter um pretexto de prestar contas de sua admiração pelo velho imperador, de que é também um grande biógrafo”.<sup>300</sup>

Pedro Calmon teria também afirmado, segundo da Matta, ser antes de mais nada professor e que toda sua vida girava em torno da vocação do magistério. Ary da Matta diz concordar com o colega e afirma que seu verdadeiro “*Ad Imortalitatem*” estava na atividade docente. A entrada de Pedro Calmon na Academia Brasileira de Letras, em um momento em que as distinções entre a literatura e outras áreas como a História do Brasil, a Antropologia e a Sociologia não eram tão bem definidas, havia garantido aceitação para a sua obra a partir do sólido título de “imortal” conferido pela agremiação. Entretanto, na década de 1950 em que as fronteiras entre as disciplinas já se delimitava de forma mais marcada, a eleição para a ABL talvez não fosse suficiente para qualificar Calmon como um autor de livros de História do Brasil. Portanto, ele deveria buscar outras qualificações que mantivessem o seu reconhecimento, sua “imortalidade”.

<sup>298</sup> DA MATTA, Ary. O candidato Pedro Calmon. *O Globo*. 5 jan 1950. In: Pasta Concurso de História Geral e do Brasil (Internato). Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

<sup>299</sup> *Ibidem*.

<sup>300</sup> Livro de concursos. Núcleo de Documentação do Colégio Pedro II. 1949.

O *Diário de Notícias* de três de janeiro de 1950, ao tratar da inscrição de Pedro Calmon noticiou que o candidato “demorou-se bastante tempo em palestra com o diretor do estabelecimento, professor Vandick Lopes da Nóbrega, em cuja companhia almoçou no próprio internato”.<sup>301</sup> O edital do concurso havia sido publicado no Diário Oficial no dia 19 de dezembro de 1949, decerto, nos últimos dias úteis do ano.<sup>302</sup> Por essa nota, pode-se perceber que Calmon se inscreveu logo nos primeiros dias do ano seguinte, o que indica que talvez esperasse de longa data tal concurso. Por outro lado, a nota indica ainda que nem se quisesse, o “candidato” poderia passar despercebido. Aos olhos da imprensa, o fato de poder almoçar com o diretor do colégio ao qual prestava concurso, o colocava em vantagem em relação aos outros candidatos.

Seus concorrentes foram Joaquim Ribeiro e Mecenas Dourado. Ambos já eram professores do colégio. Sobre eles Calmon declarou em suas *Memórias*:

Cometi, porém o erro de não me informar sobre os concorrentes. Nem imaginei o perigo a que me expunha, entregando-me ao juiz de uma banca que poderia ter inclinações irreparáveis. Era natural (só o percebi às vésperas da prova) que preferisse ao estranho, que era eu, os docentes da casa. Mecenas Dourado e Joaquim Ribeiro, para quem a nomeação representaria a exata recompensa de seus serviços – e seus talentos.<sup>303</sup>

A experiência no estabelecimento, sem dúvida era um fator relevante, entretanto, um dos concorrentes mais do que a experiência também possuía um nome de peso. Joaquim Ribeiro era filho de João Ribeiro. Estudou no Colégio Pedro II e formado em Direito como o pai, atuou também como historiador, filólogo e folclorista.<sup>304</sup> Após a morte do pai, Joaquim dedicou-se à preservação de sua memória, buscando apoio para reeditar suas publicações esgotadas e para publicar obras ainda inéditas. Exemplo é a publicação póstuma *O elemento negro*, reunindo textos dispersos de João Ribeiro sobre linguística, folclore e história das populações negras brasileiras. Mais do que ser filho

---

<sup>301</sup> O reitor da Universidade do Brasil candidata-se a uma cátedra do Colégio Pedro II. *Diário de Notícias*, 3 de janeiro de 1950. Pasta Concurso de História Geral e do Brasil (Internato). Candidatos: Mecenas Dourado, Joaquim Ribeiro e Pedro Calmon. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

<sup>302</sup> Segunda Seção. *Diário de Notícias*, 4 de janeiro de 1950 p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 18 maio 2016)

<sup>303</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 389

<sup>304</sup> São de sua autoria os livros *Folklore dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1946; *Civilização Holandesa no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940. (Em co-autoria com José Honório Rodrigues) e o livro de memórias *9 mil dias com João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Record, 1934.

de João Ribeiro, Joaquim almejava ser visto como guardião do legado e da imagem do pai, um “herdeiro intelectual”.<sup>305</sup>

Para Joaquim Ribeiro, o colégio contribuía para a preservação da memória de seu pai, e por conseguinte, a de sua família. A partir do relato memorialístico de seu pai, da reedição de suas obras e da publicação de obras póstumas, Joaquim Ribeiro requeria para si uma “herança” e um capital simbólicos que poderia ser usado ulteriormente, como no caso do concurso para o Colégio Pedro II.

O outro candidato era Mecenas Pereira Dourado, paraense radicado no Rio de Janeiro, também bacharel em Direito. O nome de Mecenas aparece como docente livre do Colégio Pedro II, desde 1926.<sup>306</sup> Ao que tudo indica, ele permanecia nessa categoria em 1937, quando um grupo de docentes livres dirigiu uma petição ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino requerendo o reconhecimento do direito de continuarem exercendo a livre docência. Os docentes livres também eram selecionados por concursos prestados perante a Congregação.<sup>307</sup>

Segundo Jefferson da Costa Soares, “docente livre” era um título e não um cargo, entretanto, esses professores tinham um estatuto profissional aproximado dos catedráticos do ponto de vista hierárquico.<sup>308</sup> Não à toa, a posição era enxergada como um trampolim para ascensão à cátedra. Porém, Mecenas não a conseguiu, mesmo tendo tentado por duas vezes (1926 e 1950) e apesar de atuar por décadas como docente livre. As razões, segundo Fernando Segismundo, teriam sido políticas, já que Mecenas era liberal e agnóstico e se colocara contrário ao Estado Novo.<sup>309</sup>

Ao analisar a construção da identidade profissional dos professores do colégio Pedro II entre os anos 1925 e 1945, Costa constata a existência entre esses anos de diversas categorias de professores e conclui que dentre ocupantes das categorias hierarquicamente inferiores, alguns ascenderam a catedráticos e posteriormente a diretores nos anos ou décadas ulteriores.<sup>310</sup> Talvez a preocupação de Pedro Calmon,

<sup>305</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. Traços biográficos de João Ribeiro ou as muitas faces de João Viva a São João. *História* (São Paulo) v.32, n.1, p. 377-400, jan/jun 2013. p. 384

<sup>306</sup> DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*. Comissão de Atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997. p. 230

<sup>307</sup> SOARES, Jefferson da Costa. *Dos professores “estranhos” aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945)*. Tese (Doutorado em Educação). 281f. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014. p. 125

<sup>308</sup> *Ibidem*, p. 128

<sup>309</sup> SEGISMUNDO, Fernando. Professores de História do Colégio Pedro II (esboço). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. vol. 152, n. 370. pp. 151-192, jan./mar. 1991. p. 180

<sup>310</sup> SOARES, Jefferson da Costa. *Dos professores “estranhos” aos catedráticos*. *Op. Cit.* p. 231

mesmo que registrada em suas *Memórias* escritas muitos anos após o concurso, tivesse fundamentação na constatação desta tendência. Embora possa também se tratar de um recurso para justificar para a posteridade que a sua escolha para o cargo se deu, a despeito do fato dos concorrentes estarem em vantagem, mesmo diante de suas prerrogativas legadas pelo exercício de altos cargos administrativos no interior da estrutura educacional brasileira.

Ao se identificar com Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, professores que, apesar da notoriedade dos seus nomes, lecionaram pouquíssimo tempo no Colégio Pedro II, Calmon, diferentemente de Joaquim Ribeiro e Mecenas Dourado, não buscava ser reconhecido pela atividade docente e sim como legatário de uma linhagem de autores/professores que em algum momento de suas carreiras atuaram no colégio, obtendo mais um título para seus currículos. Homens que vieram de outros estados fazer carreira no Rio de Janeiro e ascenderam por seus próprios méritos e não por meio de suas relações pessoais.<sup>311</sup> Calmon queria passar tal imagem, pois a imprensa monitorou os seus passos no concurso e especulou sobre a possibilidade de favorecimento para sua pessoa em virtude de seus cargos, títulos e livros.

Ao mesmo tempo, Calmon buscava se legitimar perante o público que porventura viesse a consumir os seus livros, pois ao que tudo indica, o Colégio Pedro II, nos anos 1950 ainda era um espaço relevante de consagração intelectual. Talvez buscasse no ensino secundário um público para seus livros e certamente o pertencimento ao estabelecimento os referendariam como obra de um catedrático.

Calmon já era professor de instituições notáveis no campo intelectual da cidade do Rio de Janeiro como a Pontifícia Universidade Católica e a UB. É de se supor que diante de tal quadro, o nome de Pedro Calmon, seguido das qualificações “do IHGB” ou “da Academia Brasileira de Letras” ou mesmo “Professor do Curso de Direito” estampadas na capa de um livro, embora ainda tivessem grande valor, já não garantiam aceitação imediata para a obra. As razões para isso é que o mercado editorial, e os

---

<sup>311</sup> Em *O enigma de Os Sertões*, Regina Abreu mostra como a consagração de Euclides da Cunha como escritor está ligada à idealização feita por críticos como José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero, que o enxergaram como a personificação de qualidades como talento e mérito pessoal, tidos como elementos fundamentais para a constituição de um saber fundado em critérios científicos. Ao promoverem Euclides e sua forma de fazer literatura, os críticos também se promoviam como precursores de uma “moderna” crítica literária, fundamentada em critérios científicos. “Em certo sentido, o encontro com Os sertões teve para esses intelectuais também o sabor de autoconsagração.” ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões. op. cit.* p. 32. Rebeca Gontijo relata que os elogios fúnebres descreviam Capistrano como “um homem simples, sem vaidades ou interesses, que dedicou sua vida aos estudos, avesso a homenagens e elogios públicos”. Tais qualidades teriam contribuído para transformar Capistrano em um modelo de historiador a ser seguido. GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano. op. cit.* p. 38

mecanismos de legitimação no campo do ensino e da escrita da história do Brasil estavam se modificando.

Como catedrático do Colégio Pedro II, Pedro Calmon fechava em suas *Memórias* o ciclo iniciado em 1922, quando deixara a Bahia para ter o que denomina de “a hora do livro”, seu nome estampado na vitrine. Com esse título complementava o *Ad Imortalitatem* como autor, adquirido quando entrou para a ABL, sagrando-se como professor do Imperial Colégio, embora como afirma Fernando Segismundo, sua consagração não dependesse daquele título.

Se a sua legitimidade vinha da sua autoridade docente, como propunha Ary da Matta, então para escrever livros de história do Brasil, deveria ser professor da disciplina na instituição de ensino secundário mais tradicional do país, seguindo os passos de João Ribeiro, ainda que para isso tivesse que derrotar o seu filho e “herdeiro” intelectual.

## **2.4 Capital político e científico: de professor “de direito” a “professor de História”**

Pedro Calmon a partir de suas *Memórias* buscou empreender um arranjo de sua própria vida, de forma a ser considerado um autor e historiador “de direito”, bem como um homem público que poderia escrever a história do país porque tinha vivenciado parte dos acontecimentos dos quais tratara em seus livros. Dessa forma, suas relações com intelectuais e instituições portuguesas possibilitaram-lhe o contato com documentação original que não tinha sido conhecida nem usada por outros historiadores que escreveram anteriormente a respeito da história do Brasil.

Calmon tentou em suas *Memórias* construir um distanciamento em relação às questões políticas e a afirmação de que sua ascensão aos cargos que ocupou – ou não, no caso da cátedra do Colégio Pedro II – se deu mais por mérito do que por sua rede de relações pessoais. Apesar disso, podemos perceber que nos três casos aqui vistos, as relações com figuras ligadas à política como Marcelo Caetano, Gustavo Capanema, Clemente Mariani e Getúlio Vargas foram importantes para que Calmon ascendesse ou permanecesse em importantes postos ligados à administração universitária, como a direção da Faculdade de Direito e a reitoria da UB, cargo que ocupou por quase 18 anos ininterruptos.



Penso que de alguma forma, ao perceber que a peculiaridade de ser um historiador que produzia suas obras baseado em pesquisas realizadas nos arquivos portugueses e a autoridade oriunda de seus cargos não se converteria automaticamente em um reconhecimento de sua produção, Pedro Calmon intentou se reelaborar a partir da cátedra do Colégio Pedro II. Entretanto, não buscava de fato abandonar um cargo que lhe conferia prestígio político, como a reitoria.

Ao buscar ser um “professor de História”, ainda que aquela qualificação parecesse estar muito aquém dos seus títulos e qualificações, buscava também um lugar para a sua produção, já que os reflexos da criação dos primeiros cursos universitários de História se faziam presentes já nos anos 1950 na delimitação de um espaço para o profissional da área. Pedro Calmon por não ser um “professor de História” e sim um “professor de direito” talvez estivesse perdendo terreno.

## Parte II – Trajetória editorial

Em seu texto intitulado “A ilusão biográfica”<sup>312</sup>, Pierre Bourdieu esclarece o senso comum, que tende a acreditar que uma história de vida é um conjunto de acontecimentos de uma experiência individual cujo relato desses acontecimentos só pode ser feito de forma linear. A vida, de acordo com essa concepção, seria como um caminho, uma estrada que, como tal, tem um começo e um fim. Como alternativa, a noção de trajetória, definida pelo autor como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”<sup>313</sup>, se incorporou amplamente ao vocabulário dos trabalhos produzidos nas áreas das ciências humanas que de alguma forma se aproximam do gênero biográfico, tratando os produtos da escrita (auto)biográfica e essa mesma escrita como fontes ou objetos.

Abrindo-se mão da necessidade de coesão, ordem e linearidade que qualificavam as histórias de vida, pode-se conceber o indivíduo como fragmentado e inconstante, entendendo que seu percurso está sujeito a desvios, curvas, dúvidas e incertezas. Bem como se pode escolher observar uma faceta, um aspecto de sua vida em determinado período de tempo, sem perder de vista as conexões entre o público e o privado, ou entre o individual e o coletivo.<sup>314</sup>

Na primeira parte deste trabalho tratei de aspectos da trajetória pessoal e intelectual de Pedro Calmon. Na segunda parte, pretendo relacioná-los à sua trajetória editorial, esboçada a partir da análise de livros que publicou pela Companhia Editora Nacional e pela José Olympio Editora entre os anos de 1933 e 1959. Quero deixar claro que não tratarei de todos os livros do autor publicados pelas referidas editoras no período delimitado.

A escolha dos livros analisados se fez com base em uma seleção do próprio autor, que considerou em suas *Memórias* que sua trajetória editorial se consagrou com a publicação de sua *História do Brasil* em sete volumes, pela José Olympio Editora, em

---

<sup>312</sup> Publicado em 1986 nas *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, e traduzido no Brasil em 1998 no livro *Usos e abusos da História Oral* organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 183-191.

<sup>313</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 81

<sup>314</sup> SCHMIDT, Benito Bisso e GOMES, Angela de Castro. (Orgs.) *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 7

1959. Todas as outras obras tomadas para análise foram consideradas como “preparatórias” para o que seria a sua grande obra. Pedro Calmon estabelece assim um caráter cumulativo e ampliatório para o seu grande livro de síntese a respeito da história do Brasil.<sup>315</sup>

Explicarei melhor essa disposição de Pedro Calmon no texto dos capítulos que se seguem. Busco, de maneira geral, compreender o significado que Calmon conferiu a estes livros em sua trajetória editorial e como tais livros a compõem, entendendo-a como uma estratégia para sua consagração intelectual, pois a partir dela Calmon é reconhecido como historiador, professor e autor de livros de história do Brasil.

A obra publicada de um autor não corresponde à totalidade de seus escritos, mas apenas à parte que foi julgada digna de vir a público. O autor, ao decidir publicar um livro, reivindica sua autoria sobre ele. Por meio de sua obra publicada, o autor se representa no mundo intelectual.<sup>316</sup> Entretanto, nos capítulos seguintes, aponto, que o aspecto material de um livro, bem como as questões editoriais envolvidas em sua publicação não são resultado apenas das ideias e vontades do autor. É necessária a mediação do editor e de outros funcionários do mercado editorial para que um texto se torne livro.

Tendo em mente essas questões nos capítulos que se seguem trato dos seguintes livros publicados por Pedro Calmon: *História da Civilização Brasileira* (1933), *Espírito da Sociedade Colonial* (1935), *História do Brasil* (5 volumes-1939-1954) e *História do Brasil* (7 volumes-1959). As três primeiras obras foram publicadas como parte da coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional e a última pela José Olympio Editora, constituindo ela mesma uma coleção completa de livros para serem vendidos pelo sistema de prestações.

Para dar conta das questões propostas, observo o aspecto material das obras, embora não faça um relato minucioso de particularidades. Escolhi tratar de alguns elementos das obras que podem ser descritos como “paratextos editoriais”, nas palavras de Gérard Genette, definidos pelo autor como “produções, verbais ou não” que têm a

---

<sup>315</sup> Os caracteres ampliatório e cumulativo de suas obras são afirmados em suas *Memórias*. Mencionando a História da Civilização Brasileira: “Em alguns meses escrevi o compêndio, completado em 1935 pela História Social do Brasil. (1.º volume).” CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 191. Comentando acerca da sua primeira História do Brasil: “De 1939 a 1947, publiquei na Brasileira (da Companhia Editora Nacional) quatro tomos da minha História do Brasil. Constituíram o rascunho de obra maior; do descobrimento à atualidade; sete volumes, cuja edição devo a José Olímpio (com a minuciosa arte de Daniel Pereira): de 1959. Da primeira tiragem, extraio a promessa, que é a medula do trabalho: “já é possível a revisão integral da história brasileira”. *Ibidem*, p. 271

<sup>316</sup> VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. *op. cit.* p. 194-195

função de “apresentá-lo [o texto], no sentido habitual do verbo, mas também para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro.”<sup>317</sup>

Em outra passagem Genette define que “o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público.”<sup>318</sup> Seguindo essa definição, confesso que nos capítulos que se seguem não fiz uma análise de todos os elementos que poderiam ser considerados como paratextuais nas referidas obras de Pedro Calmon, pois isso demandaria um esforço que não caberia nos limites deste trabalho.

Privilegiei os elementos que conscientemente tiveram a função de apresentar as obras para o público, como as “Explicações” que se encontram no início de cada livro e que são produzidas em sua totalidade pelo autor. Apesar dessa escolha, em alguns momentos tratei de outros componentes como títulos, ilustrações e até mesmo as qualificações reportadas do autor na capa ou contracapa dos livros, quando julguei que eram relevantes para a análise a ser desenvolvida. Para isso, me utilizei como fontes de diferentes edições das referidas obras, às quais tive acesso no acervo da Biblioteca Nacional e em formato digital por meio do projeto Brasiliana Eletrônica UFRJ.<sup>319</sup>

De forma transversal também me utilizei, quando convinha à análise, de correspondências trocadas entre o autor e os editores das referidas obras, ou entre o autor e outras figuras envolvidas no processo editorial. O acesso a tais correspondência foi possibilitado a partir da pesquisa no já referido arquivo institucional de Pedro Calmon, depositado na Fundação Cultural da Bahia, no arquivo de Fernando Azevedo, depositado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo e nos arquivos da José Olympio Editora, depositados na Casa de Rui Barbosa e na Fundação Biblioteca Nacional.

A inspiração para a utilização das correspondências também veio das palavras de Genette, para quem se pode fazer uso da correspondência de determinado autor “como uma espécie de testemunho sobre a história de cada uma de suas obras”.<sup>320</sup> Assim pode-se a partir da correspondência obter maiores informações sobre a publicação, a recepção

---

<sup>317</sup> GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. p. 9

<sup>318</sup> *Ibidem*, p. 9

<sup>319</sup> O Projeto Brasiliana Eletrônica, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, digitalizou todo o acervo da Coleção Brasiliana editada pela Companhia Editora Nacional e o disponibiliza de forma gratuita e aberta no site <http://www.brasiliana.com.br/> (Acesso em 17 jan 2018)

<sup>320</sup> GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. *op.cit.* p. 329

por parte do público e da crítica e sobre a avaliação do autor a respeito das etapas desse processo. A meu ver, também se pode a partir da correspondência contestar as visões concebidas *a posteriori*, como a que Pedro Calmon cria para a sua trajetória editorial.

Espero, a partir da confrontação entre diversos tipos de documentos ter chegado a uma perspectiva menos ordenada da trajetória editorial de Pedro Calmon do que a que ele conferia à sua obra publicada. Espero, parafraseando Pierre Bourdieu, ter conseguido fugir da “ilusão editorial” que Calmon criou para si mesmo e para os seus leitores.

### Capítulo 3 – Livros de síntese e coleção: a civilização e o espírito do Brasil na Brasiliana

O semiólogo, linguista, filósofo, bibliófilo e escritor italiano Umberto Eco, em seu romance de estreia “O nome da Rosa”, publicado em 1980, criou o personagem Guilherme de Barkerville, frade franciscano inglês que no ano de 1327 é chamado a investigar estranhas mortes que ocorrem em uma abadia beneditina italiana notável por encerrar entre seus muros uma das maiores e mais completas bibliotecas do mundo cristão na época. Frei Guilherme é descrito por seu discípulo, o narrador da história, Adso de Melk, como alguém capaz de lhe ensinar a “reconhecer os traços com que nos fala o mundo como um grande livro”.<sup>321</sup> Em determinada passagem, Guilherme, em mais uma de suas inúmeras lições a Adso, afirma que “os livros não são feitos para acreditarmos neles, mas para serem submetidos a investigações. Diante de um livro não devemos nos perguntar o que diz, mas o que quer dizer...”<sup>322</sup>

Neste capítulo, chego aos livros de Pedro Calmon que nos servem de fonte e objeto de pesquisa e a afirmação acima servirá como uma espécie de guia. Exploro dois dos livros de Calmon publicados na década de 1930 pela coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional. No período em questão, Calmon publicou na referida subsérie o livro *História da Civilização Brasileira* (1933), a coleção *História Social do Brasil*, formada pelos volumes *Espírito da Sociedade Colonial* (1935), *Espírito da Sociedade Imperial* (1937) e *A Época Republicana* (1939) e a coleção *História do Brasil* em cinco volumes (1939-1956), além das biografias de D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II e da Princesa Isabel.

Optei por privilegiar a abordagem de Pedro Calmon a respeito do período colonial nas referidas *História da Civilização Brasileira* (HCB) e no primeiro volume da *História Social do Brasil*, intitulado *Espírito da Sociedade Colonial* (ESC). A princípio, pensei em trabalhar com as três obras publicadas pela Companhia Editora Nacional ao longo das décadas de 1930 e 1940, incluindo no escopo deste capítulo a obra *História do Brasil*, publicada em cinco volumes entre os anos de 1939 e 1956. No entanto, considereei que seria pertinente analisar mais a fundo os livros de Pedro Calmon nos quais ele se aproxima da tradição analítica, definida por Arno Wehling como aquela

---

<sup>321</sup> ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. 2. Ed. Trad. Autora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2012. p. 34

<sup>322</sup> *Ibidem*, p. 353

que dá ênfase à análise dos fenômenos sociais – ao invés de objetivar unicamente a sua interpretação – tomando de empréstimo referenciais conceituais de outras ciências sociais como a sociologia, a antropologia ou a economia.<sup>323</sup>

Também considere que as duas obras analisadas neste capítulo são complementares, pois, são expressivas de um momento em que o autor estava voltado para explicar uma suposta essência brasileira, o “espírito” que aparece nos títulos dos volumes que integram a coleção *História Social do Brasil*. Nas duas coleções intituladas *História do Brasil*, publicadas posteriormente, embora tal interesse ainda se faça presente, é negligenciado em prol do empreendimento de uma apreciação cronológica de toda a história brasileira, conforme explicitarei em momento oportuno.

Para fins deste trabalho, não foi possível fazer uma apreciação do conteúdo destes livros em sua integralidade. Optei então, por investigar a sua inserção no contexto da coleção. Para isso, examino mais a fundo as notas introdutórias e a divisão das páginas e capítulos. Algumas cartas guardadas no arquivo pessoal de Pedro Calmon também foram usadas para ajudar a esclarecer o papel do editor Fernando de Azevedo e dos outros profissionais na transformação dos textos em livros e para informar acerca da possível recepção das publicações. Trata-se de conceber o ato editorial como uma forma de enunciação integrada ao texto, que se traduz em sua apresentação material, nas operações intelectuais mobilizadas para o seu advento e em elementos paratextuais.<sup>324</sup>

A correspondência aqui não é usada para confrontar as informações presentes nos livros publicados, pois, tal como os livros, entendo que elas constituem a produção textual dos intelectuais do século XX, que as utilizavam como um meio de comunicação privilegiado. Entretanto, as correspondências podem nos indicar caminhos para atingir

---

<sup>323</sup> Arno Wehling afirma que Calmon adotou uma perspectiva historicista, moralizante e hermenêutica inaugurada no Brasil por Varnhagen, sendo esta concepção predominante na maior parte dos seus escritos. Desse modo, prevaleceria na obra de Calmon a renúncia da ideia de que a história é regida por leis e o autor abdica de qualquer tipo de determinismo, seja sociológico ou econômico. O historiador busca por meio dos métodos de pesquisa e de sua capacidade de análise a culminância do processo de construção do conhecimento histórico, a explicação, sintetizada por meio da ideia de compreensão. Entretanto, as obras analisadas nesse capítulo, que foram produzidas na primeira metade da década de 1930, são tidas por Wehling como as que mais se aproximam da tradição analítica, se utilizando de alguns referenciais das ciências sociais para engendrar explicações. WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 164 (420): 87-91, jul./set. 2003. p. 87

<sup>324</sup> OUVRY-VIAL, Brigitte. L'acte éditorial: vers une théorie du geste. In: *Communication et langages*, n°154, 2007. L'énonciation éditoriale en question. pp. 67-82. p. 77-78 e GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. op. cit.

“ideias, projetos, opiniões, interesses e sentimentos”<sup>325</sup> que foram expurgados dos livros publicados, onde não há espaço para as incertezas, os conflitos, as mudanças de percurso e os fracassos.

As questões que proponho são: o que tais livros queriam dizer no contexto em que foram publicados? Quais eram os seus objetivos editoriais, políticos, culturais e pedagógicos? De que forma a narrativa contida nos livros se coadunou aos objetivos da coleção Brasileira? De que forma Pedro Calmon se utilizava das fontes em seus livros para construir uma História do Brasil que estivesse integrada aos objetivos da coleção?<sup>326</sup>

Ao considerar a coleção como uma estratégia editorial, torna-se necessário também circunstanciá-la, objetivando compreender as expectativas de Pedro Calmon em relação à Brasileira e do editor da coleção Fernando de Azevedo em relação às suas obras. Busco perceber em que medida tais obras, ao integrarem a trajetória editorial de Pedro Calmon, conferem determinado sentido a ela.

### **3.1 Produzir livros, explicar a nação: Pedro Calmon e a Brasileira**

Partilhando da popular afirmação de Roger Chartier, considero que os autores não escrevem livros, “eles escrevem textos que outros transformam em objetos impressos”.<sup>327</sup> O mesmo autor salienta o fato de que a história do livro, da edição e da leitura deve se questionar acerca do processo por meio do qual “os diferentes atores envolvidos com a publicação, dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e leem”.<sup>328</sup> O papel dos editores e das casas editoriais no processo de transformação de impressos em livros mostra-se fundamental.

Na década de 1930, como parte das iniciativas empresariais de modernização e afirmação de um mercado do livro no Brasil, diversas editoras lançaram coleções destinadas a discutir temas nacionais. A subsérie Brasileira da coleção Biblioteca

---

<sup>325</sup> GOMES, Ângela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 51-75. p. 51-52

<sup>326</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. IN: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. FCRB, UFF/PPGCOM, UFF/LIHED, 2004.

<sup>327</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chintonni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 71

<sup>328</sup> CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 61



Pedagógica Brasileira (BPB), publicada pela Companhia Editora Nacional foi a pioneira e tornou-se a mais conhecida, servindo de referência genérica às coleções criadas por outras editoras, que também ficaram conhecidas como “brasilianas”.<sup>329</sup> O termo passou a designar toda coleção ou conjunto de livros que deveriam ser lidos para se conhecer o Brasil, uma alusão a uma “biblioteca” que possibilitasse uma visão geral de toda a cultura nacional.<sup>330</sup>

As primeiras décadas do século XX foram um tempo de formação do que comumente chamamos de pensamento social brasileiro. Nesse período, intelectuais, apesar da diversidade de perspectivas, buscavam identificar os problemas do país e as formas de solucioná-los. Havia um amplo consenso a respeito do valor e da necessidade do empreendimento de ações culturais voltadas para a educação e para a ciência. O acesso à leitura e aos livros se mostrava como uma condição imperiosa para a superação do diagnosticado “atraso” do país.<sup>331</sup>

Os intelectuais envolvidos em tais projetos políticos e culturais abraçaram sua execução como uma “missão”, se propondo a serem “pedagogos da nacionalidade” em um sentido amplo, estando suas ações não circunscritas às realizações no âmbito da educação formal.<sup>332</sup> A edição de livros era enxergada como parte deste esforço e o incremento da quantidade de leitores possibilitou o fracionamento do mercado editorial de maneira a aperfeiçoar e direcionar melhor os livros a seus respectivos públicos-alvo.<sup>333</sup>

Nesse cenário, são criadas coleções para publicação dos chamados “estudos brasileiros”, que almejavam desvendar os fundamentos da nacionalidade brasileira, de forma a orientar políticas que permitissem suplantar os antigos problemas que emperravam o desenvolvimento nacional. Tais coleções se mostraram espaços privilegiados de “circulação de ideias e consagração de autores”.<sup>334</sup>

Criada em 1931, a *Brasileana* da Companhia Editora Nacional foi pensada como parte de um amplo projeto editorial idealizado por Fernando de Azevedo e intitulado

---

<sup>329</sup> GOMES, Ângela de Castro. Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 6-15, jan -jun 2014. p. 6

<sup>330</sup> SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010. p. 28

<sup>331</sup> GOMES, Ângela de Castro. Educação, ciência e edição. *op. cit.* p. 7-8

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 8. A noção de “pedagogia da nacionalidade” aqui utilizada foi apropriada de DUTRA, Eliana de Freitas Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e cultura no Brasil dos anos 30. *op. cit.*

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 12

<sup>334</sup> *Ibidem*, p. 7-8

“Biblioteca Pedagógica Brasileira”. A BPB, como ficou conhecida, subdividia-se em cinco subséries distintas destinadas a fatias específicas do público leitor: Literatura Infantil, Atualidades Pedagógicas, Livros Didáticos, Iniciação Científica e Brasileira.<sup>335</sup> Tal como em uma biblioteca, os volumes publicados pela Brasileira eram agrupados em unidades que perfaziam campos temáticos e disciplinares como Antropologia e Demografia, Biografia, Educação, Folclore, Geografia, História, Política, Viagens, dentre outros.

A subsérie pretendia possibilitar uma reunião de conhecimentos e apreciações, alicerçados em parâmetros considerados científicos. A “leitura do Brasil” possibilitada pela Brasileira sugeria roteiros para uma “reescrita do Brasil” fundamentada em novas bases, ajustadas ao ideal de nação moderna, que buscava o seu lugar dentre os países civilizados.<sup>336</sup>

A história do Brasil ocupava um lugar central no projeto da Brasileira, pois era responsável pela recuperação de um passado nacional comum a partir de uma perspectiva evolutiva. À história dentro da coleção era atribuído um papel de responsabilidade no processo de formação nacional, tornando-a fundamento tanto das particularidades e conquistas do país, quanto de seus problemas.<sup>337</sup> Por outro lado, fazia-se necessário forjar um passado nacional que pudesse ser compartilhado coletivamente, de forma a eleger “imagens” e “signos identitários” tidos como adequados para traduzir a comunidade nacional em detrimento de outros que fossem considerados impróprios.<sup>338</sup>

Ao investigar as coleções editoriais francesas no século XIX, também chamadas de “bibliotecas”, Isabelle Olivero mostra que elas possuíam a missão “civilizadora”, de educar, instruir, formar o “homem e o cidadão”.<sup>339</sup> Investidas de um papel social, educativo, político e econômico, as coleções eram destinadas a públicos específicos.

---

<sup>335</sup> TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. Tese (Doutorado em Educação). 295f. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001. p. 66

<sup>336</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 305

<sup>337</sup> *Ibidem*, p. 307

<sup>338</sup> Sobre essa discussão Cf. VALE, Nayara Galeno do. “Ele quer acabar com o samba”. tradição, mestiçagem e história do Brasil na perspectiva de Pedro Calmon. *Revista Escrita da História*. Ano II – vol. 2, n. 3, abr./ago. 2015. pp. 54-72

<sup>339</sup> OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection: De la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIXe siècle*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1999. p. 267

Sua composição e organização implicavam na seleção de volumes, em um universo de todos os livros possíveis, que estivessem de acordo com a ideia de “biblioteca ideal”.

Incorporar um escrito em uma coleção implicava definir um público alvo, pelo menos pretensamente e o entendimento de que o escrito se adequava a um projeto intelectual e a um propósito educacional.<sup>340</sup> Os livros agregados às coleções compunham um produto editorial elaborado coletivamente e como tal deveriam refletir a concepção conjunta do projeto. Para os idealizadores de tais coleções, o livro e a leitura seriam instrumentos da cultura e serviriam ao aperfeiçoamento espiritual e moral e ao enriquecimento da consciência. O editor, segundo Olivero, se engajava em transformar o mundo por meio de seu trabalho.<sup>341</sup>

No século XIX, a figura do editor ganhou autonomia e se consolidou tal como a conhecemos atualmente. Esta atividade passou a ser desempenhada por pessoas capazes de aliar as características intelectuais às comerciais no desempenho de tarefas que incluíam obter textos para publicação, selecionar autores e monitorar o processo editorial desde a produção da obra até sua distribuição.<sup>342</sup>

A expansão das coleções acentuou ainda mais a importância atribuída ao editor. Tal importância manifestava uma tendência que visava o aperfeiçoamento e a profissionalização do campo editorial, por meio da divisão das funções nas tarefas da edição de livros e de uma política de popularização da leitura. O editor se erigia, assim, em um profissional incumbido de tarefas como configurar um perfil para a coleção e selecionar as obras que a integrariam a partir de certa orientação assumida pela casa editorial.<sup>343</sup>

Dessa forma, Chartier afirma que os editores desempenharam um papel fundamental “inventando as fórmulas capazes de associar repertório textual e capacidade produtiva”.<sup>344</sup> Munido de suas experiências, habilidades, relações pessoais e profissionais, e informado por suas convicções e preferências, o editor “filtrava” o que chegaria aos leitores, a partir de sua própria avaliação.<sup>345</sup>

---

<sup>340</sup> OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection. op. cit.* p. 269

<sup>341</sup> *Ibidem*, p. 270

<sup>342</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial; Editora UNESP, 1998. p. 50

<sup>343</sup> DUTRA, Eliana de Freitas Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e cultura no Brasil dos anos 30. *op. cit.* p. 6

<sup>344</sup> CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita. op. cit.* p. 75

<sup>345</sup> DARNTON, Robert. *A questão dos livros: presente, passado e futuro*. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 14

O educador, jornalista e escritor Fernando de Azevedo foi escolhido para desempenhar a função de editor da coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional.<sup>346</sup> Azevedo foi incumbido por Octalles Marcondes Ferreira, diretor da editora, de organizar a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB) e de dirigir sua quinta série, a Brasileira (à frente da qual ficou até 1946) e a sua segunda série, a de Livros Didáticos.

Segundo Eliana Dutra, a Brasileira ao oferecer e tornar disponível para um amplo público um material de reconhecida qualidade sobre os estudos nacionais, possibilitou a Fernando de Azevedo a realização de seu projeto pedagógico. Tal projeto consistia em formar elites competentes para guiar o país a partir de valores republicanos e de um ensino que fosse laico e gratuito. Dutra mostra que Fernando de Azevedo estava ligado a outros intelectuais por meio de vastas redes de sociabilidade construídas a partir dos livros.<sup>347</sup>

As recorrentes visitas de Azevedo a bibliotecas e livrarias, em busca de obras necessárias aos seus estudos e os encontros marcados nesses espaços com alunos, discípulos, jornalistas, professores ou escritores atestam isso.<sup>348</sup> Fazia-se necessário oferecer subsídios para as reformas educacionais postas em curso pelo poder público no país, a partir do amplo acesso a livros de qualidade, infantis e adultos, destinados não somente a professores e alunos, mas também a grupos diversificados.

Por meio das coleções, os editores tencionavam realizar uma espécie de “missão”, pois o trabalho de edição conquistou amplo alcance, legando assim, aos seus realizadores, aceitação e destaque nos meios ligados à cultura. Tal responsabilidade é enxergada não simplesmente como um encargo profissional, mas como um serviço em prol da divulgação, expansão e fortalecimento de uma “genuína” cultura brasileira.<sup>349</sup>

Os editores cumpriam uma função de mediadores culturais.<sup>350</sup> Estavam comprometidos não apenas com a gerência financeira de seus negócios, mas também com projetos político-pedagógicos que buscassem atingir um amplo público. Fazia-se

---

<sup>346</sup> Doravante intitulada CEN.

<sup>347</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros. *op. cit.* p. 304

<sup>348</sup> AZEVEDO, Fernando. História de minha vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. *Apud* DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros. *op. cit.* p. 304

<sup>349</sup> PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das “Coleções Brasileiras” nas Décadas de 1930, 40 e 50. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, pp . 56-89, 2.º semestre de 1988. p. 56

<sup>350</sup> Sobre a noção de mediadores culturais cf. : GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

necessário minorar a deficiência de políticas governamentais capazes de impactar positivamente a população.<sup>351</sup>

Se a partir da função editorial adquiria-se um *status* relacionado ao cumprimento de uma presumida obrigação para com o país, publicar um livro por uma prestigiada coleção, também se mostrava importante veículo de ideias e uma estratégia de consagração para autores<sup>352</sup>, fossem eles estreantes ou já conhecidos do grande público. Ao analisar os prefácios de Oliveira Vianna a seus livros publicados nos catálogos da coleção Brasileira, Giselle Venancio aponta que a edição ou reedição de seus livros na Brasileira possibilitou o reconhecimento de Vianna como um “leitor do Brasil” e que seu nome se tornasse uma referência obrigatória a se conhecer por quem desejasse explicar o país.<sup>353</sup>

Também as obras de Pedro Calmon, na época em que foram lançadas, foram reconhecidas como escritos fundamentais para se conhecer a história do Brasil.<sup>354</sup> Nos anos 1930 e 1940<sup>355</sup>, o autor foi o que mais publicou títulos na coleção Brasileira. Nessas décadas, a coleção foi bem produtiva tendo lançado 196 volumes entre 1931 e 1940 e 74 volumes entre 1941 e 1950. Na década de 1950, a coleção ficou bem aquém das décadas anteriores em número de títulos publicados, lançando apenas 37 títulos entre 1950 e 1961.<sup>356</sup>

#### **Quadro 1 – Autores mais publicados pela Brasileira nas décadas de 1930 e 1940<sup>357</sup>**

<b>Autor</b>	<b>Volumes e títulos na Brasileira</b>	<b>Ano da publicação</b>	<b>Edição na Brasileira</b>
<b>Pedro Calmon</b>	14 – História da Civilização Brasileira	1933	1. <sup>a</sup>

<sup>351</sup> GOMES, Ângela de Castro. Educação, ciência e edição. *op. cit.*, p. 12

<sup>352</sup> *Ibidem*, p. 12 e GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores: op. cit.*

<sup>353</sup> VENANCIO, Giselle Martins. Prefácios de Vianna na coleção Brasileira: estratégia de legitimação e construção da autoria. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 49-60, 2007. p. 59

<sup>354</sup> Como atestam comentários e notas publicadas na imprensa nos jornais de grande circulação publicados no Rio de Janeiro e em alguns outros estados brasileiros pesquisados na coleção Pedro Calmon da Academia Brasileira de Letras e Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

<sup>355</sup> A coleção existiu até 1993, mas a partir de meados da década de 1940 passou a dar prejuízos à Companhia Editora Nacional. Sua continuidade só foi possível em virtude dos subsídios dados pelo governo federal por meio do Instituto Nacional do Livro. Cf. VENÂNCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara. op. cit.* p. 254

<sup>356</sup> PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil. *op. cit.* p. 70 (Quadro N. 1)

<sup>357</sup> Informações obtidas a partir do site Brasileira Eletrônica UFRJ. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/> (Acesso em 10 mar 2018).

	40 – Espírito da Sociedade Colonial	1935	1. <sup>a</sup>
	83 – História social do Brasil: espírito da sociedade imperial – Tomo II	1937	1. <sup>a</sup>
	120 – O rei filósofo: vida de D. Pedro II	1938	1. <sup>a</sup>
	173 – História social do Brasil: a época republicana - Tomo III	1939	1. <sup>a</sup>
	176 – História do Brasil (5 volumes)	1939- 1956	1. <sup>a</sup>
	207 – A Princesa Isabel – a Redentora	1941	1. <sup>a</sup>
	226 – A vida de D. Pedro I, o rei cavaleiro	1943	2. <sup>a</sup>
	228 – O rei do Brasil: vida de D. João VI	1943	2. <sup>a</sup>
<b>Auguste de Saint-Hilaire</b> <sup>358</sup>	5 – Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)	1932	1. <sup>a</sup>
	58 - Viagem à Província de Santa Catarina (1820)	1936	1. <sup>a</sup>
	68 - Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 1. <sup>o</sup> v	1937	1. <sup>a</sup>
	72 - Segunda viagem ao interior do	1936	1. <sup>a</sup>

<sup>358</sup> O viajante e naturalista do século XIX Saint-Hilaire (1779-1853), foi o segundo autor mais publicado na *Brasiliana* nos anos 1930 e 1940. Até a década de 30 do século XX, os relatos de viajantes estrangeiros a respeito do Brasil eram conhecidos apenas por uma reduzida elite intelectual. O acesso a tais relatos era dificultado pelo fato desses viajantes terem deixado poucos exemplares das narrativas de suas viagens nas instituições brasileiras, ou pela dificuldade de leitura nas línguas originais. A tradução e publicação dos relatos de viajantes foi um dos objetivos da Coleção *Brasiliana*, que dedicou a eles uma de suas séries, na qual foram publicados ao todo 44 volumes. Além de Saint-Hilaire, foram lançadas na *Brasiliana* traduções de obras de Spix e Von Martius, Richard Burton, François Biard, dentre outros. Os textos dos viajantes estrangeiros, produzidos, sobretudo no século XIX, despertavam o interesse daqueles que buscavam contribuir para o delineamento de uma nova identidade nacional, ao passo em que eram enxergados como relatos científicos. Esse “olhar do outro” era percebido como um ponto de partida para se descobrir o Brasil “autêntico”, ainda pouco explorado, o “sertão”. Ver DUARTE, Regina Horta. Panoramas litorâneos, fronteiras e interiores brasileiros: Mello Leitão e os itinerários viajantes. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. (Org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 279-298. p. 279; RODRIGUES, Cristina Carneiro. Tradução anotada, autor-tradutor invisível: Richard Francis Burton na *Brasiliana*. *Revista Tradterm*, n.º 17, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010, p. 67-84; VENANCIO, Giselle. Dois anos de Brasil, de François- Auguste Biard: entre o tempo da escrita e o da publicação. *Outros Tempos- Pesquisa em foco*, vol. 11, n.18, 2014 p. 264-279.

	Brasil: Espírito Santo		
	78 - Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 2º vol.	1937	1. <sup>a</sup>
	126 – Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1	1938	1. <sup>a</sup>
	167 - Viagem ao Rio Grande do Sul	1939	2. <sup>a</sup>
	210 - Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil	1941	1. <sup>a</sup>
<b>Pandiá Calógeras</b> <sup>359</sup>	2 – O Marquês de Barbacena	1932	1. <sup>a</sup>
	15 – A política exterior do Império v. III - Da Regência à queda de Rosas	1933	1. <sup>a</sup>
	24 – Problemas de Administração	1933	2. <sup>a</sup>
	42 – Formação Histórica do Brasil	1935	2. <sup>a</sup>
	67 – Problemas de governo	1936	2. <sup>a</sup>
	74 – Estudos históricos e políticos	1936	2. <sup>a</sup>
	134 - As minas do Brasil e sua legislação	1938	2. <sup>a</sup>
<b>Francisco José de Oliveira Vianna</b> <sup>360</sup>	4 – Raça e assimilação	1932	1. <sup>a</sup>
	8 – Populações meridionais do Brasil	1933	3. <sup>a</sup>
	10 – Evolução do povo brasileiro	1933	1. <sup>a</sup>
	141 – O idealismo da Constituição	1939	2. <sup>a</sup>
	162 – O pau-brasil na história nacional	1939	1. <sup>a</sup>
	216 – Pequenos estudos de psicologia social	1942	3. <sup>a</sup>
	252 – Problemas de política objetiva	1947	2. <sup>a</sup>

<sup>359</sup> Pandiá Calógeras (1870-1934) e Oliveira Vianna (1883-1951) também foram nomes expressivos na Brasileira em termos de quantidade de livros publicados. Em relação a esses dois autores, pode-se perceber que a maior parte de suas publicações na Brasileira foi de obras reeditadas.

<sup>360</sup> Em relação a Oliveira Vianna, Giselle Venancio aponta que de seus sete livros publicados na década de 1920, três foram depois reeditados na Brasileira, o que denota uma boa aceitação de sua obra. VENACIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara. op. cit.* p. 254

A partir do quadro acima se pode visualizar que a maior parte dos livros publicados por Pedro Calmon na *Brasiliana* era de obras inéditas. Nos anos 1930, ele se mostrou um autor muito prolífico. O ano de 1933 lhe foi particularmente proveitoso em termos editoriais. A coluna “No mundo dos livros” do *Jornal do Brasil* de cinco de agosto de 1933 mostra que em seis meses Calmon tinha lançado os volumes *O Rei Cavaleiro*, *Marquês de Abrantes*, *Borges Carneiro: o general da República* e *História da Civilização Brasileira*.<sup>361</sup> O colunista, bem humorado afirma: “Como nos achamos, ainda no começo de agosto, é bem possível que, até o próximo São Sylvestre, o historiador baiano nos dê ainda outros trabalhos”.<sup>362</sup>

Ao contrário de seus livros de síntese que são usados como fontes para esse trabalho e eram publicações inéditas até seu lançamento na *Brasiliana*, algumas das biografias de Pedro Calmon foram reeditadas como parte da coleção. Essas biografias são *O Rei Cavaleiro*, publicado pela primeira vez em 1933 pela editora Saraiva e no mesmo ano pela Companhia Editora Nacional, embora não como volume da *Brasiliana* e *O Rei do Brasil: vida de D. João VI*, editado em 1935 pela José Olympio.

Para fins da análise que busco empreender, não considerarei as biografias escritas por Pedro Calmon por entender que o gênero é caracterizado como uma narrativa peculiar que pode ou não se coadunar à produção historiográfica. Adentrar tais questões demandaria um maior aprofundamento nas discussões sobre o gênero biográfico, o que foge ao escopo deste trabalho. Entretanto, considera-se que o fato de algumas de suas obras terem sido reeditadas na *Brasiliana* demonstra um profundo interesse dos organizadores da coleção em seus livros e uma boa recepção pelo público.

### 3.2 – A história de uma civilização mestiça

Ao escrever a HCB, Calmon pretendia fazer um resumo da evolução do país e da conformação do povo brasileiro. O livro foi lançado como o volume 14 da subsérie *Brasiliana*. Nas palavras de Arno Wehling, foi um sucesso editorial durante cerca de 30 anos. Contou com seis edições pela CEN, sendo a última delas publicada em 1958<sup>363</sup>,

<sup>361</sup> O primeiro e o último pela Companhia Editora Nacional, embora apenas o último pela Coleção *Brasiliana*, o segundo e o terceiro pela editora Guanabara.

<sup>362</sup> No mundo dos livros. *Correio da Manhã*. 5 ago 1933. p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/> (Acesso em 17 ago 2014)

<sup>363</sup> Arno Wehling aponta que a última edição pela Companhia Editora Nacional foi em 1963, entretanto, nos catálogos da Biblioteca Nacional e da rede de livrarias virtuais Estante Virtual só encontramos



uma edição argentina, uma edição italiana e uma edição comemorativa do centenário de nascimento de Pedro Calmon publicada em 2002 pelo Conselho Editorial do Senado Federal.<sup>364</sup> Foi o livro do autor que alcançou o maior número de reedições.

Arno Wehling aponta que a explicação para tal sucesso se deve ao fato de que a obra foi adotada “em diversas escolas de ensino médio, então chamadas secundárias, embora o autor destinasse a obra, também, aos estudantes de nível superior”.<sup>365</sup> A primeira edição conta com 277 páginas e traz uma periodização cronológica que se inicia com “O descobrimento e a posse do Brasil” e se encerra com a “Proclamação da Republica”. O conteúdo é dividido em 26 capítulos, sendo 168 páginas dedicadas ao período colonial, 96 dedicadas ao período imperial e apenas 12 dedicadas ao período republicano.

Segundo Arno Wehling, a concepção de “história da civilização” de Calmon compreendia “a organização política e administrativa, a economia, a vida social, ‘as letras e artes’, além do próprio processo de formação territorial e as vicissitudes de sua evolução como estado nacional”.<sup>366</sup> Sua narrativa seguia o intento de contemplar inúmeros fatores para dar conta de explicar o desenvolvimento do país. Fatores estes gestados, sobretudo, no período colonial.

Em carta a Pedro Calmon, Fernando de Azevedo afirma que a Companhia Editora Nacional estava inclinada a editar o manuscrito, desde que o autor concordasse com as sugestões do editor para melhorá-lo e conferir-lhe um caráter mais didático. A carta não deixa claro que sugestões foram essas. Essa foi a primeira carta encontrada no acervo de Pedro Calmon do editor destinada ao autor e demonstra bastante formalidade, o que indica que se tratava do primeiro contato entre ambos. Na missiva, Fernando de Azevedo, que se dirige a Pedro Calmon como “Prezado Dr.”, informa que seu livro seria editado, desde que o autor estivesse disposto a fazer alguns reparos que o tornariam melhor e lhe confeririam um caráter mais didático. Fernando de Azevedo sugere um encontro em São Paulo para “trocar ideias”. Provavelmente tal encontro

---

edições até 1958 pela mesma editora. WEHLING, Arno. Apresentação. In: *História da Civilização Brasileira*. 7 ed. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 15

<sup>364</sup> Com apresentação do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arno Wehling. Cf: WEHLING, Arno. Apresentação. In: *História da Civilização Brasileira*. 7 ed. Brasília: Senado Federal, 2002. pp. 15-24

<sup>365</sup> WEHLING, Arno. Apresentação. *Op. Cit*, p. 17

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 17

aconteceu e as sugestões foram efetuadas e incorporadas, visto que no ano seguinte o livro foi lançado pela Brasileira como o volume 14.º da coleção.<sup>367</sup>

Pergunto-me o que pode ter levado Fernando de Azevedo a se interessar a publicar o seu livro. Em carta enviada a Pedro Calmon em 18 de novembro de 1932, o editor, afirma ter examinado a obra “a pedido do diretor da [Comp]”. Azevedo afirma que o fez a pedido do diretor da Companhia Editora Nacional.<sup>368</sup> Não se pode saber ao certo de que forma o manuscrito de Pedro Calmon pode ter chegado às mãos do diretor. Decerto sua rede de relações pessoais foi fundamental para esse trânsito. O manuscrito passou também pelo crivo de Fernando de Azevedo, que na carta enviada a Calmon afirma ter apreciado “o plano nas suas linhas gerais, a orientação moderna que adotou e o gosto da exatidão, marcado pelo espírito crítico e pela riqueza de documentação.”<sup>369</sup>

Nos catálogos da editora o livro era recomendado como uma “obra confiável pela utilização rigorosa do método científico, pela análise segura da formação histórica do povo brasileiro e pelas sugestões sobre o Brasil”.<sup>370</sup> Baseada em dados de registros do Movimento das Edições da Companhia Editora Nacional, Dutra mostra que enquanto a média das edições da Brasileira era de 2.000 exemplares por edição, HCB teve em sua primeira e segunda edições a tiragem de 10.000 exemplares.<sup>371</sup>

O que não fica bem claro é porque a Companhia Editora Nacional investiu em uma tiragem tão significativa para um livro cujo autor se não era um desconhecido, ainda podia ser considerado um estreante no mercado editorial. Possivelmente, fatores tais como as redes de relacionamentos, *status* do autor no campo intelectual, interesse econômico pela obra e adequação aos objetivos editoriais da Brasileira tenham predominado na decisão por editar o livro e pela expressiva tiragem.

Em quatro de dezembro de 1934, Fernando de Azevedo escreveu novamente a Pedro Calmon. O tom da missiva é decerto muito diferente do tom empregado na primeira carta endereçada ao autor. Nessa carta, Azevedo dirige-se a Calmon como “Ao caro amigo”, informando-lhe “ter falado com o mais vivo interesse ao Octalles, sobre a 2.ª ed. da ‘História da Civilização Brasileira’, que o amigo pode ir preparando”.<sup>372</sup>

---

<sup>367</sup> Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 18 nov 1932. Código: PC 13799. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>368</sup> Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 18 nov 1932. Código: PC 13799. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>369</sup> *Ibidem*.

<sup>370</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros. *op. cit.* p. 308

<sup>371</sup> *Ibidem*, p.309

<sup>372</sup> Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 4 dez 1934. Código: PC 15071. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Podemos perceber que mesmo com a tiragem expressiva para a primeira edição, o livro não enalhou nas prateleiras e teve boa vendagem, ao passo que em apenas um ano já era cogitada uma futura segunda edição. A missiva nos fornece uma pista sobre a boa aceitação que a HCB encontrou no mercado editorial brasileiro.

Destinada a princípio aos estudantes de ensino superior, a obra foi concebida como fruto da disciplina ministrada pelo autor no Curso de Museus, do MHN.<sup>373</sup> Em carta enviada a Rodolfo Garcia em 27 de março de 1932, Calmon afirmava estar preparando um programa de “arqueologia brasileira” e estudando vários problemas que se propusera, tais como “a casa colonial, a vida doméstica nos primeiros tempos, transportes, alfaias, armamentos, e daí por diante.” Quiçá tais pesquisas fossem a gênese do trabalho que viria a publicar no ano seguinte. Parecia não estar obtendo muito sucesso na empreitada, pois afirmava “a matéria é vasta, as fontes esparsas, a novidade tão grande como a incerteza, porém que considero estímulo de uma pesquisa proveitosa”.<sup>374</sup>

Ao que parece, Calmon não chegou a ministrar a disciplina, entretanto, é curioso que cite dentre os “problemas” concernentes a um programa de arqueologia “a casa colonial” e “a vida doméstica nos primeiros tempos” e não contemple as sociedades indígenas nativas.<sup>375</sup> Se a necessidade era conhecer melhor os primórdios da nação, a lógica envolvida em tal delineamento, é que se privilegiasse o estudo das “reliquias”, como os objetos e construções do período colonial, que permitiriam, por si sós, a contemplação desse tempo passado.

Apesar de ter sido concebida para utilização dos alunos do curso de Museus, a HCB encontrou boa aceitação no ensino secundário. Em 16 de abril de 1934, O. F. da Rocha, Diretor do Departamento Editorial da Companhia Editora Nacional escreveu a Pedro Calmon enviando-lhe uma carta endereçada à CEN, contendo menções ao livro. A carta foi remetida do bairro do Engenho Novo e não se encontra assinada, entretanto acredita-se que tenha sido enviada por um nome expressivo, pois de outra forma, talvez não tivesse sido reportada a Calmon.<sup>376</sup>

---

<sup>373</sup> Ver Capítulo 1 deste trabalho.

<sup>374</sup> Carta de Pedro Calmon para Rodolfo Garcia, 27 de março de 1932. In: DAMASCENO, Darcy (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1970. p.86-87

<sup>375</sup> *Ibidem*, p.86-87

<sup>376</sup> Falta a última página da carta na cópia a que tive acesso, pertencente ao arquivo Pedro Calmon da Fundação Cultural da Bahia.

O remetente afirma que afora alguns erros de ortografia e pequenas incoerências, a obra é “estupenda, magnífica, completa”. Apesar de reconhecer que não é uma obra didática, pois contém diversos capítulos desnecessários para os alunos, como os capítulos sobre o açúcar e o fumo, o autor da carta afirma que estaria faltando à verdade e à justiça se não adotasse a obra em seu colégio, “dando eu para os alunos, os apontamentos necessários do que o livro não contiver”.<sup>377</sup> Dessa forma, ao que tudo indica, a carta é de um professor entusiasta da obra de Calmon, que mesmo apontando sua incompletude, pretendia utilizá-la com os seus alunos do curso primário, secundário ou superior.

Também Afonso Taunay destaca o livro de Pedro Calmon como uma “tentativa digna de todos os encômios”, embora com alguns problemas tais como o fato de ser um manual incompleto. Em sua visão, o livro deveria incorporar outros capítulos e apresentava capítulos deslocados.<sup>378</sup> Taunay inaugurara, em 1934, a cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ao produzir no mesmo ano um texto intitulado “A propósito do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”, o autor fornece diretrizes para os alunos e seleciona autores e obras que em sua concepção buscaram “ventilar os aspectos inéditos” da História do Brasil, dentre elas estava a HCB de Calmon.<sup>379</sup>

Em correspondência a Calmon, Taunay afirmou indicar a HCB a seus alunos até o último ano em que ministrou o curso homônimo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Calmon agradece pela indicação, se afirmando como “amigo e discípulo muito sincero” em carta datada de 18 de maio de 1937.<sup>380</sup>

Ao adotar para o seu livro e para a disciplina que ministrava tal nomenclatura, Calmon assumia que a melhor maneira de se escrever e ensinar a História do Brasil era a partir da “História dos Costumes” apregoada por Taunay no direcionamento de sua cadeira<sup>381</sup> e não a partir de uma história que fosse “política e administrativa”, como a nomenclatura anterior da disciplina ministrada no MHN deixava transparecer.

---

<sup>377</sup> Memorandum de O. F. da Rocha a Pedro Calmon. Data: 16 abr 1934. Código: PC 13796. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>378</sup> ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira. op. cit.* p. 67

<sup>379</sup> *Ibidem*, p. 67

<sup>380</sup> Carta de Pedro Calmon a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1937, Arquivo Público do Museu Paulista, Fundo Museu Paulista (3.ª Entrada), pasta 296. *Apud* ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira. op. cit.* p. 68

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 64

Em 1931, a reforma do ensino secundário que levou o nome do novo Ministro da Educação, Francisco Campos, aboliu as cadeiras de História do Brasil e História Universal, anteriormente existentes nos currículos do ensino secundário produzidos pelo Colégio Pedro II e unificou-as na cadeira de História da Civilização. A orientação baseava-se em uma crítica ao privilégio da dimensão política e ao culto dos chamados “grandes personagens” no ensino de História. Buscava-se a valorização do estudo dos aspectos culturais e social visando à promoção da convivência entre os povos e o fim dos nacionalismos que incitavam a concorrência entre as nações a partir do ensino da história pátria.<sup>382</sup> A partir dessa reforma, os programas de ensino passaram a ser elaborados por comissões designadas pelo Ministério da Educação e não mais por estabelecimentos de ensino.<sup>383</sup>

Em sua dissertação sobre livros didáticos de História do Brasil de 1931 a 1945, Luis Reznik aponta que o incremento da produção didática para o nível secundário foi proporcionado pela expansão desse segmento de ensino na década de 1930 e pela efetivação das diretrizes da Reforma de Francisco Campos. Antes dela, era comum a utilização de manuais estrangeiros em suas línguas originais, sobretudo em francês, para a maior parte das matérias do curso secundário. A implantação de uma seriação mais rígida, com conteúdos definidos para cada ano de escolarização, dificultou tal prática.<sup>384</sup>

A princípio, Pedro Calmon não objetivava produzir um manual escolar. Almejou produzir um texto destinado aos estudantes de ensino superior e professores. A designação “*História da Civilização Brasileira*” pressupõe que o livro pretendia alcançar os estudantes de ensino superior, os do secundário, bem como seus professores. Para isso, fazia-se necessário observar regras para uma escrita disciplinada. Era fundamental citar de onde tirara tais e quais informações por meio de notas de rodapé. Ao longo das 277 páginas da HCB, encontram-se 288 notas referenciando a diversos autores e menções à utilização de variados documentos.<sup>385</sup>

Alguns capítulos e assuntos são mais providos de referências que outros. Para se ter uma ideia, a parte que trata de assuntos referentes ao período colonial tem 162

---

<sup>382</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício. op. cit.* p. 29

<sup>383</sup> Sobre os programas de História produzidos pela reforma de ensino de Francisco Campos Cf. ABUD, Katia. O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. E VALE, Nayara Galeno do. Delgado de Carvalho e o ensino de História. *op. cit.*

<sup>384</sup> REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã: a história do Brasil no ensino secundário, programas e livros didáticos 1931-1945.* Dissertação (Mestrado em História). 300 f. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1992. p. 154

<sup>385</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. p. 3

páginas e conta com 254 referências. Uma média de aproximadamente 1,56 referências por página, enquanto a parte referente ao período imperial conta com 95 páginas e apenas 28 referências. A média cai assim para cerca de apenas 0,29 referências por página. A parte referente ao período republicano conta com apenas 12 páginas e seis referências, ou seja, 0,5 referências por página.<sup>386</sup>

A aceitação no secundário ocasionou o convite da editora para Pedro Calmon adaptá-la à utilização nas escolas primárias. Em outra correspondência da CEN para o autor, datada de quatro de junho de 1934 e com assinatura não identificada, o correspondente questiona Calmon sobre a adaptação. A *Pequena História da Civilização Brasileira para a escola primária* foi publicada pela CEN em 1939 na Série Livros Didáticos da Biblioteca Pedagógica Brasileira, e teve mais duas edições (1941, 1944).<sup>387</sup>

Embora Fernando de Azevedo tenha sugerido modificações para conferir-lhe um caráter mais didático, a HCB não foi concebida como um livro para ser usado em sala de aula. O livro não traz recursos como ilustrações ou exercícios. Talvez a aspiração tenha sido publicar um livro que servisse de fonte de consulta a alunos e professores do ensino secundário. Tal orientação é confirmada logo na primeira frase da Explicação à primeira edição: “Esse livro não é um compêndio, nem é um tratado”.<sup>388</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, os historiadores, como homens de letras, individualmente ou reunidos em instituições, empreendiam calorosos debates visando definir o que poderia ser considerada uma história “moderna”. As discussões passavam pela consideração de que para adquirir um *status* de cientificidade, a história deveria dialogar com as chamadas ciências sociais, sobretudo com a sociologia, vista como a ciência “rainha” naquele momento.<sup>389</sup>

---

<sup>386</sup> Em seu livro *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé, Anthony Grafton investiga o advento das notas de rodapé como uma prática presente na historiografia ocidental a partir do século XVII. Segundo Grafton a forma moderna da “arquitetura narrativa” histórica pressupõe que o historiador fundamente o seu relato expondo ao leitor suas fontes de informação, sejam elas primárias ou bibliográficas e suas aprovações e discordâncias em relação aos autores em cujas obras se embasaram. GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Trad. Enid Abreu Dobranszky. Campinas: Papyrus, 1998. p. 20

<sup>387</sup> “P.S. E a História da Civilização Brasileira para as escolas primárias?” Carta de remetente não identificado a Pedro Calmon em papel timbrado da Companhia Editora Nacional. Data: 4 jun 1934. Código: PC 15067. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia. Cf também: DOYLE, Plínio. *Bibliografia de Pedro Calmon. op. cit.* p. 590

<sup>388</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira. op. cit.* p. 3

<sup>389</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009, p.

O estabelecimento de um corpo de saberes e de um perfil profissional mobilizava os que se dedicavam à escrita da história. Ângela de Castro Gomes aponta a existência de uma forte ligação entre o delineamento de um saber erudito e sua utilidade pedagógica ou pragmática. Os que escolhiam se dedicar à história – ou em suas percepções, eram escolhidos por ela – viam-se como imbuídos da responsabilidade de desenvolver e reforçar o amor pela pátria dentre os imaginados cidadãos. São destacadas pela autora as relações de tais intelectuais com a educação, por meio da escrita de compêndios que, embora não fossem produzidos com a finalidade de utilização em sala de aula, tinham um fim claramente pedagógico.<sup>390</sup>

Ao publicar a HCB, Pedro Calmon contribuía para a definição de uma identidade disciplinar para a história, praticada por “homens de letras” – com formações bastante diversas (embora a formação em Direito fosse a mais comum), em geral, oriundos das fileiras do jornalismo e do magistério – conformando sua escrita aos parâmetros de cientificidade existentes, ao combinar “procedimentos de pesquisa em arquivos (...) erudição bibliográfica e narrativa literária cuidada”.<sup>391</sup> De maneira associada, buscava contribuir para a elaboração de uma história nacional fundamentada em princípios “modernos”, digna de uma nação civilizada.<sup>392</sup>

Nesse ponto a obra de Pedro Calmon encontra-se com as finalidades da coleção Brasileira. Eliana de Freitas Dutra, ao investigar a coleção e suas subséries incluindo a série História sobre a qual se debruça, aponta que devem ser consideradas as conexões da Brasileira com o que se concebia como conhecimento científico. A autora atenta que se deve levar em conta as diferentes acepções conceituais vigentes nas distintas áreas do conhecimento e os movimentos em prol da delimitação de tais áreas.<sup>393</sup> No que concerne à história, Dutra sustenta que se fazia necessário reescrevê-la se a partir do instrumental científico em diálogo com autores que Fernando de Azevedo considerava referendados pela ciência, a exemplo de Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Tavares Bastos, Manuel Bonfim, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, dentre outros.<sup>394</sup>

Interessa-nos saber de que forma Calmon empreendeu a utilização de tais procedimentos, com quais autores dialogou de forma a amparar a sua síntese da

---

<sup>390</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB. Op. Cit.* p. 10-11

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 14

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 14-15

<sup>393</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. História e Historiadores na Coleção Brasileira: o presentismo como perspectiva? In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente.* (Org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 47-76. p. 49

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 51-52

formação da nacionalidade brasileira, quais estratégias narrativas utilizou e quais critérios de legitimação ou de cientificidade pôs em prática.

Em correspondência a Pedro Calmon, de 1938, que acreditamos ser do professor português Rui Enes Ulrich<sup>395</sup>, o missivista escreve de Lisboa para comentar a obra e tece elogios afirmando que “é vastíssima e parece que nela figura tudo o que se pode saber sobre o passado do Brasil”. Afirma ainda que Calmon

não se contentou com os inúmeros livros e artigos publicados, mas lhes juntou ainda a pesquisa de documentos inéditos. O que é notável, porém, é que o peso de tantos conhecimentos não sobrecarrega o leitor.<sup>396</sup>

Calmon se utiliza de documentos manuscritos da Biblioteca Nacional e do IHGB e cita um documento do arquivo ultramarino português, mas suas fontes são principalmente provenientes de publicações. Provavelmente o correspondente teve acesso já à terceira edição (1937), que segundo o texto introdutório “Duas palavras sobre a 3.<sup>a</sup> edição”, foi “atualizada com a conveniente revisão bibliográfica”. A introdução enfatiza que “em pouco tempo duas edições do livro se esgotaram” e que era necessário “salientar os esplendidos resultados didáticos que a nossa orientação, na maneira de explicar e compreender a história brasileira tem obtido nas classes de instrução secundária do país”.<sup>397</sup>

O texto introdutório “Duas palavras sobre a 3.<sup>a</sup> edição” mostra que a maior aceitação do livro se deu no ensino secundário. Calmon atribui o sucesso de sua obra nesse segmento à evolução do ensino, que segundo ele não vivia mais

estranho às conquistas e novidades da ciência social, desprendido de suas realidades, fiel aos métodos arcaicos, infestado de velhas crônicas, de fria nomenclatura, de minuciosas datas e pitorescos pormenores, cuja trama escondia – amofinando as jovens inteligências – o conjunto amplamente humano da evolução nacional.<sup>398</sup>

Fazia-se necessário unir “às conquistas e novidades da ciência social” o empenho patriótico para legar às novas gerações “a boa aprendizagem da nossa história”

---

<sup>395</sup> Ulrich foi professor da Faculdade de Direito de Coimbra, tendo se demitido em 1910 após a proclamação da República em Portugal. A partir de 1936 foi reintegrado à universidade de Coimbra, assumindo o cargo de diretor da Faculdade de Direito. Cf. [parlamento.pt](http://parlamento.pt) Link: [goo.gl/hczbsa](http://goo.gl/hczbsa) (Acesso em 20 set 2016)

<sup>396</sup> Carta de R. Enes Ulrich a Pedro Calmon. Data: fev 1938. Código: PC 4247 Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>397</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 4.<sup>a</sup> Ed. Aumentada. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940. p. 9

<sup>398</sup> *Ibidem*, p. 9



e a “popularização dela” para que os estudantes tivessem consciência do “conjunto amplamente humano da evolução nacional”.<sup>399</sup> O texto introdutório da terceira edição confirma que a destinação pretendida por Fernando de Azevedo para a obra em questão foi cumprida.

A boa vendagem da primeira e segunda edição se deve ao sucesso, nas palavras de Calmon, que sua “maneira de explicar e compreender a história brasileira, tem obtido nas classes de instrução secundária do país”.<sup>400</sup> Observamos uma mudança na orientação do público-alvo, pois na explicação da primeira edição, o autor afirmava que seu estudo se destinava aos estudantes dos cursos superiores, estando as remissões bibliográficas direcionadas aos professores.<sup>401</sup>

Pedro Calmon se reporta a diversos autores da tradição historiográfica brasileira, como Varnhagen, Capistrano de Abreu e Calógeras e contemporâneos, como Alfred Ellis Júnior, Afonso Taunay e Oliveira Lima. Além disso, faz referências a fontes, geralmente obtidas em publicações periódicas. Faz questão de ressaltar quando as fontes são inéditas, embora nem sempre fique clara para o leitor a procedência delas. Dentre as citações de fontes, pode-se vislumbrar que a mais referenciada nos capítulos que tratam do período colonial é a crônica *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, anotada por Capistrano de Abreu, embora outras também tenham sido recorrentemente citadas.<sup>402</sup>

#### **Quadro 2 – Documentos do período colonial publicados, citados por Pedro Calmon em HCB na parte referente à História Colonial (até a página 168)<sup>403</sup>**

<b>Autor</b>	<b>Obra</b>	<b>Edição/Ano/ Editora</b>	<b>Anotado ou prefaciado por:</b>	<b>Quantidade de citações</b>

<sup>399</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p. 13

<sup>400</sup> *Ibidem*, p. 13

<sup>401</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p. 3

<sup>402</sup> A “História do Brasil” de Frei Vicente anotada por Capistrano de Abreu (Melhoramentos, 1931) é citada 22 vezes na parte de História da Civilização Brasileira que trata do descobrimento e do período colonial (página 1 a 168 da 1.ª edição de 1933). CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. *op. cit.*

<sup>403</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937.

Frei Vicente do Salvador	História do Brasil	3. <sup>a</sup> ed, 1931, Melhoramentos	Capistrano de Abreu Rodolfo Garcia <sup>404</sup>	23
Ambrósio Fernandes Brandão (atribuído)	Diálogo das Grandezas do Brasil	3. <sup>a</sup> ed, 1930, Publicações da Academia Brasileira	Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia <sup>405</sup>	10
Padre Antonio Vieira	Cartas	Ed. Ilustrada para Portugal e Brazil, 1885, Emp. Litteraria Fluminense, Typ. Elzeviana		9
Pedro [sic] de Magalhães Gandavo	Tratado da Terra do Brasil – História da Província de Santa Cruz	1924, Anuário do Brasil; Academia Brasileira de Letras	Capistrano de Abreu Rodolfo Garcia	6
Gabriel Soares de Sousa	Tratado Descritivo do Brasil em 1587	2. <sup>a</sup> ed, 1879, Typographia de João Ignácio da Silva	Francisco Adolfo de Varnhagen	6

<sup>404</sup> Capistrano de Abreu se dedicou por anos à anotação da obra e buscou mobilizar os seus contatos em Portugal para encontrar o códice com o qual Varnhagen teria se deparado na Biblioteca da Ajuda, contendo os capítulos que faltavam à cópia que se encontrava na Torre do Tombo. A crônica foi publicada juntamente com a introdução de Capistrano no volume 13 dos Anais da Biblioteca Nacional, no ano de 1888. Apesar da dedicação de Capistrano à tarefa de encontrar a versão integral, o historiador não obteve sucesso. A segunda edição da obra foi publicada incompleta, com os comentários de Capistrano, em 1918, pela casa editorial Weiszflog irmãos. Calmon provavelmente utiliza a terceira edição (1931), que foi publicada pela editora Melhoramentos e organizada por Rodolfo Garcia, preservando os prolegômenos e as notas de Capistrano. ANDRADE, Luiz Cristiano de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador. (c. 1630)*. Dissertação (Mestrado em História Social). 220f. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. p. 67; 64

<sup>405</sup> O também citado “Diálogo das Grandezas do Brasil”, atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão, foi publicado como livro em 1930, pela Academia Brasileira de Letras, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia. Alguns capítulos já haviam sido publicados em 1900 no Diário Oficial. SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009. p. 196; p. 202

		[provavelmente]		
Fernão Cardim	Tratado da Terra e Gente do Brasil	1925, J. Leite e Cia	Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Baptista Gaetano <sup>406</sup>	4
Manoel da Nóbrega	Cartas do Brasil: 1549-1560	1931, Publicações da Academia Brasileira de Letras	Valle Cabral e Nota Preliminar de Afrânio Peixoto	3
Hans Staden	Viagem ao Brasil	1930, Publicações da Academia Brasileira de Letras	Theodoro Sampaio	3
Antonil	Cultura e Opulência do Brasil	1923, Companhia Melhoramentos de São Paulo	Affonso Taunay	2
Heitor Mendonça de Furtado	Denúncias da Bahia (1591-1593)	1925, Editora Paulo Prado	Capistrano de Abreu	1
Saint Hilaire	Viagem ao interior do Brasil em 1820	1931, J.B. Groff	David Carneiro	1

<sup>406</sup> O “Tratado da Terra e Gente do Brasil”, do padre Fernão Cardim, foi publicado em 1925 pela editora J. Leite e Cia anotado e prefaciado por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Baptista Gaetano. Disponível em: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788> (Acesso em 06 fev 2018) (Foi reeditado em 1939 como o volume 168 da coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional).

Nas notas da HCB, Pedro Calmon faz questão de mencionar que utilizou as edições da Academia Brasileira de Letras. Tais volumes eram constitutivos da Biblioteca de Cultura Nacional, projeto iniciado em 1923, pelo presidente da ABL Afrânio Peixoto, destinado à publicação de obras “raras e preciosas” classificadas nas séries história, literatura, “dispersos” e “biobibliografia”. As edições eram destacadas com introduções bibliográficas e notas elucidativas de “confrades” de Peixoto “que tiveram pendor por esse gênero de estudos”. A anotação da obra, nesse caso, enseja o reconhecimento de certa “autoridade” em distinguir os documentos que eram importantes para a escrita da história do Brasil.<sup>407</sup>

Luiz Cristiano de Andrade, ao se debruçar sobre a leitura de Capistrano de Abreu acerca da *História do Brasil* de Frei Vicente, toma a fortuna crítica capistraneana como um problema historiográfico. Para Andrade, da mesma forma que outros textos do período colonial, o documento de Frei Vicente chegou ao presente a partir de uma leitura “condicionada pelos programas nacionalistas de ‘invenção de tradições’”.<sup>408</sup> Segundo sua interpretação, Capistrano, de maneira teleológica, buscava vestígios das origens da nascente nação brasileira no século XVI. Como as abordagens conferidas por Capistrano aos documentos coloniais que anotou foram consideradas exemplares pelos seus sucessores, transformaram-se em leituras “canônicas”, ficando, por muito tempo, intocadas.<sup>409</sup>

Pedro Calmon foi caudatário dessa orientação. Em suas citações, Frei Vicente aparece como uma espécie de “profeta” da nacionalidade brasileira. A partir de informações de Frei Vicente, Calmon afirma que a “unidade” territorial do país teria sido adivinhada pelos indígenas: “Um conto tupinambá dizia que o Brasil era o pombo, cujo coração ficava na Bahia”. Segundo Calmon, Frei Vicente teria dito ainda que o Brasil coincidia com a “figura de uma harpa”.<sup>410</sup> Calmon projeta geograficamente no relato de Frei Vicente que o território brasileiro já estava constituído no período colonial, tendo sido vislumbrado pelos grupos indígenas.

A raça – entendida por Calmon como uma unidade étnica e cultural – e a terra são defendidas como elementos da singularidade nacional, como fora antes por outros

---

<sup>407</sup> BATALHONE JUNIOR, Vitor Claret. *O cavalo de Troia da nação: tempo, erudição, crítica e método em Capistrano de Abreu (1878-1927)*. Tese (Doutorado em História). 175f. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. p. 23

<sup>408</sup> ANDRADE, Luiz Cristiano de. *A narrativa da vontade de Deus. op. cit.* p. 56

<sup>409</sup> Cf. ANDRADE, Luiz Cristiano de. *A narrativa da vontade de Deus. op. cit.* Capítulo 1.

<sup>410</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p. 34; 35.

autores, como Euclides da Cunha em *Os Sertões*.<sup>411</sup> No entendimento de Calmon, no período colonial teria se constituído a nacionalidade, sob a condução dos portugueses e teria se dado a formação do tipo “brasileiro”, a partir do amálgama entre o elemento branco e o elemento indígena cujo fruto seria o mamaluco<sup>412</sup>, ou sertanejo, cujas características físicas não são aludidas, mas que em sua concepção habitava o sertão brasileiro conservando muitos hábitos indígenas de outros tempos. No período colonial também já se teria vislumbrado a vastidão territorial brasileira.

O autor se utiliza de documentos para referendar a sua concepção a respeito da formação da identidade nacional, da qual localiza o início nas guerras holandesas do século XVII, ou seja, ainda no período colonial. Essas guerras, segundo ele, “tiveram a virtude de argamassar num tipo, até então desconhecido, os elementos díspares da colonização.”<sup>413</sup> As guerras holandesas possibilitaram o surgimento de um “tipo” resultante da mescla das três raças. Em virtude desse episódio, branco, índio e negro, “aliados para a repulsa do intruso”, segundo o autor, estavam “acomodados no seu amor á terra adotiva ou do berço, como se o dever de defendê-la já fosse ‘patriotismo’”.<sup>414</sup>

Pedro Calmon, em sua obra, buscou elementos para estudar a constituição do povo brasileiro a partir do que chamou de “troca de influências” entre as raças, fazendo menção sempre ao processo de mestiçagem e à convivência benéfica entre os três tipos formadores da sociedade brasileira, o português, o negro e o índio. Visualizou a partir dessa convivência a formação de um “indivíduo médio”, o mestiço e uma “sociedade média”, mestiça e enxergou nessa “média” a explicação da evolução nacional, que resultou um país harmonioso etnicamente e equilibrado. Ao buscar analisar a formação do povo brasileiro, Calmon opta por recorrer à clássica fórmula da composição das três

---

<sup>411</sup> VELOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp. 353-385. p. 356.

<sup>412</sup> Eduardo França Paiva aponta que os termos “mamaluco” e “mameluco” já eram utilizados desde as primeiras décadas do século XVI para se referir aos mestiços, mas não é possível identificar o pioneirismo de um dos termos. Varnhagen afirma que “mameluco” designava em algumas partes da Península Ibérica os filhos de cristãos com mouras. Capistrano de Abreu, por outro lado, afirmou que os jesuítas se referiam à “gente de São Paulo” como mamalucos, isto é, “filhos de cunhãs índias”. PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Tese de Professor Titular apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. 286f. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. p. 203 e 205. Em HCB é utilizado a forma “mamaluco”, em “Espírito da Sociedade Colonial” é utilizado “mameluco” e no primeiro tomo da História do Brasil da Companhia Editora Nacional a forma “mamaluco” é novamente empregada. A escolha por um ou outro termo não é justificada em nenhum dos casos.

<sup>413</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p.

59

<sup>414</sup> *Ibidem*, p. 59

raças proposta por diversos autores ainda no século XIX.<sup>415</sup> Da congregação dessas três “culturas” formou-se o tipo “brasileiro”, um “novo homem” que fez da colonização desta “nova terra” um empreendimento de tipo associativo e expansivo.

Ao privilegiar a formação cultural brasileira, Calmon apresenta uma conformação para o brasileiro no século XVII tornando-o agente de sua própria civilização mestiça, quando a mestiçagem ainda carregava um forte estigma. As elites das décadas iniciais do século XX temiam um futuro pouco promissor para o país miscigenado. A esperança dessas elites era a imigração europeia. Se a mistura das raças havia condenado o país, também haveria de salvá-lo.

Diante da necessidade de se conviver com a mestiçagem, Pedro Calmon buscou uma saída positiva para a questão. Ao criar uma sociedade composta por indivíduos “médios”, resultado das interações entre o branco, o negro e o indígena, mostrou que o Brasil também era capaz de se constituir sobre as bases da “civilização” e do “progresso”.<sup>416</sup> Ele idealiza a miscigenação de uma forma que lembra o indianismo do século XIX. A imagem romantizada do “encontro” do indígena com o português é mobilizada pelo autor como um recurso compensatório pela crueldade da investida portuguesa contra a “raça” assimilada ou “eliminada”. Entretanto, na sua análise foi o índio que influenciou o português e não o contrário. Em sua visão “ao invés de «europeizar-se» o selvagem, foi o branco que se «indianizou»”. Menciona o sertanejo como exemplo de permanências da cultura indígena no caráter brasileiro.<sup>417</sup>

Alicerçando-se no argumento de que os portugueses eram ainda um povo “embebido em medievalismo”, Calmon, encontra espaço para inserir o africano na formação do brasileiro. A princípio usado apenas como “braço” na empreitada colonial, o negro não teria despertado o interesse cultural do português. Cita as “lendas e crenças” como elemento de influência do negro sobre o português, porque este teria um espírito ainda medieval.<sup>418</sup>

O europeu, perante a necessidade de se adaptar à vida nos trópicos, absorveu aspectos utilitários selecionados da cultura indígena, conduzindo o processo de colonização do território. Mariele Araújo mostra que localizando a formação do povo

---

<sup>415</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p. 30-31. e ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita*. op. cit. p. 69-70

<sup>416</sup> ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita*. op. cit. p. 79-80

<sup>417</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p. 30 e ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita*. op. cit. p. 83

<sup>418</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p. 132

brasileiro no século XVII, Calmon praticamente invalida a participação negra na formação do caráter nacional. Seu mestiço era o português indianizado. Seu “tipo” brasileiro foi formado antes que as grandes levas de africanos assomassem nos portos brasileiros nos séculos ulteriores.<sup>419</sup>

Ao fazer uma análise dos artigos publicados na Revista do IHGB entre os anos de 1839 e 1930, Lilia Schwarcz mostra que disciplinas como a antropologia e etnologia assumem importância crescente nas páginas do periódico e como a partir das lentes dessas duas disciplinas pensou-se a questão racial. O projeto de civilização levado a cabo pela instituição envolvia considerar também aqueles que não se adequavam a ele: os indígenas e negros.

A autora afirma que as visões a respeito dessas duas categorias no interior do IHGB não eram coincidentes. Enquanto os indígenas motivavam opiniões heterogêneas a respeito da sua capacidade de assimilar a civilização, dando margem até mesmo para um olhar romântico que os percebia como personificação da identidade nacional, os negros eram enxergados a partir de uma perspectiva determinista em relação à limitação do seu potencial civilizatório. A interpretação de Karl Friederich Phillip von Martius, ganhador do concurso promovido pelo IHGB em 1844, mostrava os negros como grande empecilho à civilização, afirmando que o país teria um destino muito diferente não fosse a introdução dos “miseráveis escravos negros”.<sup>420</sup>

A perspectiva de existência de uma “hierarquia” entre as raças se perpetuou ao longo do tempo, se fazendo presente nos escritos de Pedro Calmon ainda na década de 1930. Ao branco caberia ao papel civilizador, o indígena cumpriu o seu papel fornecendo elementos étnicos e culturais para a formação do mestiço, característico brasileiro e ao negro, impossibilitado de se adaptar, portador de forte estigma, restava a completa eliminação no amálgama formador da população brasileira.

De qualquer forma, o Brasil marcharia rumo à prosperidade e autonomia, pois já existiria uma “unidade” política (a partir da criação do Governo Geral), geográfica e linguística, consolidada no desenvolvimento da nacionalidade. Como postula o autor “nenhuma das atuais nações da América foi assim homogênea nos seus começos; e continuou homogênea na sua evolução”.<sup>421</sup> Tal “unidade espiritual” entre as diversas

---

<sup>419</sup> ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita*. op. cit. p. 132

<sup>420</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 112

<sup>421</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p. 34

partes do território brasileiro não poderia ser quebrada, apesar das mudanças de regimes políticos.<sup>422</sup> Em HCB, Pedro Calmon cita Sílvio Romero pontualmente para referendar a unidade territorial como “dádiva da natureza”.<sup>423</sup>

Entretanto, as elaborações formuladas por Calmon nos anos 1930, a respeito das raças que haviam formado a nacionalidade brasileira guardam muitas similitudes com os escritos do sergipano, produzidos algumas décadas antes. Tais similitudes ficam mais explícitas no segundo livro *Espírito da Sociedade Colonial*, do qual tratarei no próximo tópico.

A denominação “civilização brasileira” foi privilegiada pela intelectualidade brasileira a partir dos anos 1930 tornando-se “nome de editora, de disciplina de curso superior e de livros e coleções” de forma a positivar a nação que se formara nos trópicos como legatária e continuadora da antiga civilização europeia.<sup>424</sup> O primeiro livro de síntese da História do Brasil publicado por Pedro Calmon denota o esforço de constituir uma narrativa a respeito da nacionalidade brasileira eficaz para fundamentar a condição de civilização e motivar admiração e esperança no progresso da jovem nação.

A escrita de sua história nacional deveria se adequar ao seu público-alvo, entretanto também se caracterizava por uma erudição peculiar, característica da escrita da história do século XIX, mas afeita aos critérios de cientificidade das primeiras décadas do século XX. A noção de documento, bem como sua utilização e propósitos passam a servir à construção do passado nacional.<sup>425</sup> As fontes são usadas como provas do que se quer afirmar, na medida em que identificadas, atestada a sua cientificidade, coligidas e anotadas tornam-se testemunhos de que os traços da embrionária nação brasileira já se faziam presentes no período colonial.

Na luta discursiva para definir o que estaria na origem e seria próprio da “civilização brasileira”, Calmon caracterizou os costumes indígenas e negros como bárbaros. Em sua concepção, os valores africanos deveriam ser subsumidos no

---

<sup>422</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p. 38. e REIS, José Carlos. *Civilização Brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo): Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira*. REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 33-86. p. 86

<sup>423</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. p. 36

<sup>424</sup> SERPA, Élio Cantalício e CAMPIGOTO, José Adilçom. Filologia da Civilização Brasileira: a proposta de Afonso Arinos de Melo Franco. *Art Cultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 199-216, jan.-jun. 2010. p. 202

<sup>425</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. pp. 114-138. p. 116



amálgama cultural que constituíra a nacionalidade brasileira. O Brasil só prosperaria se fosse aceito como “mamaluco, mestiço, harmonioso, na aparente confusão étnica, afinal equilibrado e (...) quase homogêneo”.<sup>426</sup> Para isso, as línguas indígenas e africanas teriam que ser apagadas em prol da língua portuguesa, as religiões de matriz africana e indígena deveriam se curvar à religião católica, pois não passavam de superstições, até mesmo os ritmos que guardavam em suas origens raízes africanas, como o samba não seriam adequados para representar o país no exterior, uma vez que lembravam o “perfil sombrio da senzala”.<sup>427</sup>

O autor aponta em suas *Memórias* que no ano de 1931 preconizou a “reforma da história” realizada por Gilberto Freyre, julgando como “erro de método” a maneira de fazer história em voga até então. Segundo ele, “sem a antropogeografia, sem a antropologia, sem o exame das manifestações artísticas e literárias, sem a apreciação do ‘espírito’, em suma, não estudaremos a história do Brasil que nos interessa”.<sup>428</sup> E que história do Brasil interessava a Pedro Calmon no início dos anos 1930?

Ricardo Benzaquen de Araújo, ao tratar da originalidade da obra de Gilberto Freyre nos anos 1930 e particularmente de *Casa Grande & Senzala*, mostra que a obra se diferenciou em relação às duas posições anteriormente existentes no que dizia respeito à mestiçagem. A primeira delas foi impulsionada por autores que visitaram o país no século XIX, como Agassiz e Gobineu e defendia a inviabilidade do país em virtude da miscigenação.

A segunda inverte completamente a primeira, transformando a miscigenação em um instrumento de salvação do país, na medida em que vislumbrava o “branqueamento” da população em um futuro próximo. Em um período preestabelecido, os caracteres negros e em menor medida, os indígenas, estariam erradicados na população brasileira.<sup>429</sup> Os escritos de Silvio Romero inauguram a segunda vertente em fins do século XIX e suas ideias foram difundidas pelos intelectuais reunidos em torno da escola de pensamento surgida a partir da Faculdade de Direito de Recife.

Araújo afirma que ambas as visões avaliavam negativamente a herança negra e que Freyre inaugura uma terceira posição, ao distinguir raça de cultura e reconhecendo como igualmente válidas as contribuições dos elementos negro e português e, em menor

<sup>426</sup> Grifo meu. CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. op. cit. p. 31

<sup>427</sup> CALMON, Pedro. Samba e batuque. *A noite*, 17 de junho de 1939, p. 2 *apud* VALE, Nayara Galeno do. Ele quer acabar com o samba. op. cit. p. 54

<sup>428</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. op. cit. p. 192

<sup>429</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz*. op. cit. p. 28

escala, do elemento indígena. Ao considerar a obra de Gilberto Freyre, em suas *Memórias*, Calmon afirma que ela “virou pelo avesso a compreensão do país” e que depois de sua contribuição não se poderia mais “manter fechada a porta que dava para a *senzala*”.<sup>430</sup>

Vale notar que apesar de louvar retrospectivamente a obra de Gilberto Freyre, ao que parece, nos anos 1930 Pedro Calmon ainda desejava manter tal porta bem fechada, escrevendo uma HCB consoante com uma determinada perspectiva pedagógica e moral sobre a homogeneidade da nação desde os primórdios da ocupação da terra pelos portugueses, que admite a contribuição dos indígenas e negros para a constituição étnica da população, mas nega considerar suas contribuições culturais como válidas para a formação da nacionalidade. Uma nação que, uma vez que conseguisse apagar a presença negra em sua população, em benefício do surgimento de uma genérica raça brasileira, teria como percurso natural o caminho da civilização.

### 3.3 O “espírito” da História Social do Brasil

Em 2002, por ocasião do centenário de Pedro Calmon, algumas de suas obras foram reeditadas. A editora Martins Fontes publicou a reedição da *História Social do Brasil* em três volumes reunidos na Coleção “Temas Brasileiros”. O primeiro volume, intitulado *Espírito da Sociedade Colonial*<sup>431</sup>, havia sido originalmente publicado como o número 40 da coleção da Brasiliana, em 1935. Naquele momento, a subsérie continuava bastante produtiva, mostrando que se firmara no mercado editorial brasileiro. Em carta datada de 26 de abril de 1934, Fernando de Azevedo escreve a Pedro Calmon notificando que recebera com grande alegria a informação de Octalles Marcondes Ferreira – diretor da CEN, que viajara para o Rio de Janeiro – de que chegara “mais um livro de Pedro Calmon, para a Brasiliana”. Azevedo ainda informa que já havia providenciado a inclusão do volume na série V da Biblioteca Pedagógica Brasileira, e “na lista das obras que devem ser anunciadas desde logo”. Se despede com um “afetuoso abraço”.<sup>432</sup>

Devido ao sucesso de HCB, a notícia de que um segundo livro de Calmon estava a caminho foi objeto de entusiasmo e deveria ser anunciada o quanto antes, de forma a

<sup>430</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 193

<sup>431</sup> Doravante intitulado ESC.

<sup>432</sup> Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 26 abr 1934. Código: PC 17113. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

despertar as expectativas por parte dos potenciais leitores. Entretanto, o processo de publicação se mostrou mais moroso que o esperado. Pedro Calmon escreveu a Fernando de Azevedo em 28 de setembro de 1934. Não tive acesso a essa carta, entretanto, a partir da resposta de Azevedo, datada de quatro de outubro do mesmo ano, posso inferir que cobrava a publicação, uma vez que o remetente informa que “já providenciara para que não seja retardada a publicação de seu livro ‘Espírito da Sociedade Colonial, no prelo desde Julho’”.<sup>433</sup>

Azevedo escreve novamente a Calmon no dia quatro de dezembro do mesmo ano, informando que já havia providenciado a pronta publicação do livro. Diz ainda que falara a Octalles sobre a publicação da segunda edição de HCB para ser lançada não no período de férias, como queria Pedro Calmon, “mas em momento em que à Comp. parecer oportuno”.<sup>434</sup> Apesar de se despedir de Calmon “afetuosamente”, Fernando de Azevedo é enfático ao ressaltar que a Companhia é que decidiria o melhor momento para lançar a segunda edição do livro. Soa como uma advertência a Calmon: por mais que seus livros estivessem vendendo bem, as questões editoriais deveriam ser decididas pela editora.

Pedro Calmon afirma em suas *Memórias* que a HCB seria um esboço preliminar a ser “completado em 1935 pela *História Social do Brasil*. (1.º volume)”.<sup>435</sup> Utilizando-se das *Memórias* publicadas em 1995, para “buscar as origens” de um livro publicado em 1935, Edivaldo M. Boaventura, no Prefácio à edição de 2002 de *Espírito da Sociedade Colonial*, afirma que Calmon publicou sua *História Social* em seguida à *História da Civilização Brasileira*. Reitera assim, o propósito teleológico do autor de conferir uma organicidade aos seus escritos.<sup>436</sup>

Talvez o fato de querer publicar junto com *Espírito da Sociedade Colonial* a segunda edição do seu primeiro volume da *Brasiliana* fizesse parte desse esforço de forjar uma aparência de continuidade para a sua obra. Apesar de o autor pretender afirmar o caráter ampliatório de sua produção, não existe nenhum indício nas cartas enviadas por Fernando Azevedo em 1934 de que o livro, a ser publicado no ano seguinte, fosse integrar uma série particular dentro da *Brasiliana*. Isso só se configurou

---

<sup>433</sup> Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 4 out 1934. Código: PC 11924. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>434</sup> Acordo entre a Companhia Editora Nacional e Pedro Calmon para publicação dos livros: *Espírito da Sociedade Colonial* e a segunda edição da *História da Civilização Brasileira*. Data: 4 dez 1934. Código: PC 15071. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>435</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 191

<sup>436</sup> BOAVENTURA, Edivaldo. Prefácio à *História Social do Brasil*. In: CALMON, Pedro. *Espírito da Sociedade Colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. XIII.

mais tarde, quando foi relançado como o primeiro volume da tríade *História Social do Brasil*.

Calmon justifica em sua “Explicação” à primeira edição do volume que resolveu restringir o ensaio ao período colonial

considerando que nos três primeiros séculos a vida social entre nós adquiriu as definitivas características, elaborando, com o mais variado material humano, no espantoso meio tropical, um tipo inconfundível de família, de povo, de nação.<sup>437</sup>

Ao que tudo indica, não existia intenção de estender o seu estudo aos períodos imperial e republicano, uma vez que no período colonial é que tinham se delineado as principais características da nação brasileira. Entretanto, dois anos depois de sua publicação *O Espírito da Sociedade Colonial* foi relançado em segunda edição, como o primeiro tomo da série *História Social do Brasil*, seguido de *Espírito da Sociedade Imperial* (1937) e *A época Republicana* (1939), formando assim uma trilogia.

Em 1936, Gilberto Freyre publicara *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural no Brasil como o volume 64 da *Brasiliana*, aspirando a continuar o trabalho de interpretação iniciado com *Casa Grande & Senzala*, “de certos aspectos mais íntimos da história social da família brasileira (...) dentro do mesmo critério e da mesma técnica de estudo”.<sup>438</sup> Anos mais tarde, em 1957, Freyre fechou a trilogia com a publicação de *Ordem e progresso*, que tratava da transição do período monárquico para o período republicano. Rodrigo Alves Ribeiro, ao investigar as diversas edições de *Casa Grande & Senzala*, aponta que apenas em 1946, por ocasião da quinta edição do livro, se manifestou o desejo de Freyre de conceber tais volumes como integrantes de uma trilogia.<sup>439</sup>

Não quero dizer que Pedro Calmon com a publicação de sua tríade de livros intitulada *História Social do Brasil*, na década de 1930, quisesse imitar ou competir por determinada fatia do mercado editorial com Gilberto Freyre. A partir das minhas pesquisas não encontrei nenhuma indicação de que o intento de Pedro Calmon fosse esse. Meu objetivo é demonstrar que tal como ocorreu com Freyre, que *a posteriori*

---

<sup>437</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*: Espírito da Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 7

<sup>438</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 11. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/363/sobrados-e-mucambos> (Acesso em 8 jan 2018)

<sup>439</sup> RIBEIRO, Rodrigo Alves. “*Releve, pois, a falta de minhas respostas...*”: interfaces entre as cartas e os livros de Gilberto Freyre [1933 – 1978]. Tese (Doutorado em História Social). 417f. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2015. p. 74

buscou se representar como escritor e autor a partir do recurso à trilogia<sup>440</sup>, Pedro Calmon buscou também representar sua trilogia como uma ampliação de seu livro anterior (HCB) e como um esboço para as suas grandes obras intituladas *História do Brasil* que foram publicadas pela Companhia Editora Nacional, na Brasileira e pela Editora José Olympio posteriormente. A primeira nota de ESC referencia *Casa Grande & Senzala*, o que mostra o diálogo que Calmon estabeleceu com a obra de Freyre.

Em um curso realizado no ano de 1998, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Francisco Falcon analisou brevemente o conteúdo da série *História Social do Brasil*. No seu entender, o “social” nessas obras dizem respeito a um tipo de movimento no sentido da sociologia e da psicologia social, em detrimento da história puramente política e administrativa. O primeiro tomo seria assim o que mais conseguiu realizar uma história precisamente social na perspectiva do próprio Calmon, na medida em que toca em conteúdos e pontos ainda pouco explorados pela historiografia da época, como a vida das mulheres, o ciúme, a criminalidade, o individualismo, a instrução e a vida privada.<sup>441</sup>

O segundo tomo é estruturado a partir de referências, sobretudo, econômicas e políticas, contendo poucos tópicos identificados por Falcon como de história social e poucas temáticas, a seu ver, inovadoras. É curioso que, embora o primeiro e o segundo tomos sejam intitulados respectivamente “*Espírito da Sociedade Colonial*” e “*Espírito da Sociedade Imperial*”, o último volume se intitula “*A época republicana*”. Na “Explicação” para o terceiro tomo, citada por Falcon, Calmon afirma que o método adotado nos outros dois volumes não poderia ser aplicado ao período republicano, pois “a proximidade dos fatos prejudica-lhes o julgamento”.<sup>442</sup>

Ao analisar os livros publicados na seção de História da Brasileira, dentre eles os livros de Pedro Calmon referidos na análise aqui desenvolvida, Eliana Dutra afirma que embora o autor não consiga se esquivar de uma história eminentemente política e administrativa, deseja ser reconhecido a partir da perspectiva sociológica asseverada em seus prefácios.<sup>443</sup>

Dutra afirma que a menção à sociologia e à antropologia e o diálogo com autores considerados autoridades nessas áreas, tais como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna,

<sup>440</sup> RIBEIRO, Rodrigo Alves. “*Releve, pois, a falta de minhas respostas...*” *op. cit.* p. 74

<sup>441</sup> FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. *op. cit.* p. 22

<sup>442</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil: A época republicana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 7. *Apud* FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. *op. cit.* p. 21

<sup>443</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *História e Historiadores na Coleção Brasileira*. *op. cit.* p. 64

Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, são expressivos do desígnio de conferir legitimidade aos seus escritos. Tais referências evocavam uma autoridade científica para os volumes publicados na coleção Brasileira.<sup>444</sup> Essa autoimagem foi reforçada por alguns dos resenhistas, que ao comentarem a obra em importantes periódicos como a *Revista do Brasil* e a *Revista Fon-Fon* a referiram como uma “obra de sociologia e cultura”.<sup>445</sup>

Nos anos 1930, as Ciências Sociais se institucionalizam como formação acadêmica e profissão a partir da criação de cursos universitários. Entretanto, nas décadas anteriores, a sociologia era percebida como um referencial que se fazia presente nos escritos ensaísticos que buscavam dar conta de conhecer a realidade brasileira e dos quais os sociólogos de formação tentavam a todo custo se diferenciar. André Botelho define como marco desse tipo de produção o livro de Oliveira Vianna *Populações meridionais do Brasil*, publicado em 1920 e depois reeditado em 1933 na Brasileira.<sup>446</sup>

À história, auxiliada pelo instrumental conceitual oriundo da sociologia, cabia deslindar o processo de formação das características nacionais, daquilo que nos tornaria singulares e a partir dessa compreensão, guiar a busca de caminhos que viabilizassem a solução de problemas e a modernização do país. Nesse contexto, a diferenciação entre ensaio e obra histórica não era evidente e as fronteiras entre os campos de conhecimento se mostravam fluidas.<sup>447</sup>

Para Calmon o desígnio de apreender o sentido da formação brasileira se traduz na busca do que seria uma pretensa essência brasileira gestada no processo de colonização, a partir de uma escrita sintetizadora. O autor afirma que se em sua HCB fizera a “síntese da evolução brasileira”, no volume ESC almejava estudar “os diversos aspectos da formação nacional”.<sup>448</sup> A partir desse estudo, Calmon almejava elucidar – conforme afirma Dutra, à maneira dos românticos – o que seria o “espírito” da sociedade colonial brasileira. O período colonial geralmente foi caracterizado nas análises dos ensaístas como marco de gestação da nação brasileira.

Ao discutir comparativamente os processos brasileiro e argentino de institucionalização da sociologia, os sociólogos Luiz Carlos Jackson e Alejandro Blanco

---

<sup>444</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. História e Historiadores na Coleção Brasileira. *op. cit.* p. 53; p. 66

<sup>445</sup> *Ibidem*, p. 66

<sup>446</sup> BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 22, n.1. pp. 47-66, 2010. p. 47

<sup>447</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. História e Historiadores na Coleção Brasileira. *op. cit.* p. 52

<sup>448</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 7

mostram que os “homens de letras” dos dois países adotaram “mitos de origem” diversos. Enquanto na Argentina, o ano da independência foi adotado como marco originário da nação, no Brasil, tal fundamento foi recuado ao período colonial. A explicação aventada pelos sociólogos é que no caso argentino a independência teve um caráter revolucionário, enquanto no caso brasileiro prezou pela continuidade.<sup>449</sup>

ESC traz uma bibliografia referenciando os livros e fontes mencionados ao longo das suas 486 notas e faz questão de ressaltar a consulta de documentação inédita, ainda que, como na HCB, o uso de documentação proveniente de publicações seja mais expressivo. O livro organiza-se em quatro partes temáticas: “A Sociedade”, “O Homem”, “A Organização” e “O Espírito”. As três primeiras são descritivas do que o autor julga serem “as origens do Brasil (..) com a preocupação da verdade, a crítica das fontes, a avaliação e a comparação dos fatos, a curiosidade dos movimentos e a explicação das forças”.<sup>450</sup>

Calmon inicia a parte intitulada “A Sociedade”, com um capítulo nomeado “Perfil de uma civilização”, no qual traça as linhas gerais do que entende ser o desenvolvimento da civilização brasileira. Reforça a ideia, já veiculada na HCB, de que a América Portuguesa foi sempre una e homogênea e que a “imagem tropical da metrópole, apoderara-se do espírito do colono desde as primeiras viagens”. Para reforçar a sua hipótese se utiliza do mesmo argumento mobilizado no livro de 1933, o de que, apesar das diferenças de clima e dos obstáculos naturais que os isolavam, os indígenas falavam uma “língua geral” que os uniformizava.<sup>451</sup>

A despeito da anunciada “homogeneidade” natural, Calmon afirma o desenvolvimento de duas civilizações diferentes “num meio físico próprio, com fatores étnicos distintos, em condições sociais antagônicas”.<sup>452</sup> Essas civilizações são denominadas pelo autor de “litorânea” e “mamaluca” e, em torno dessa dicotomia, são descritos aspectos das vidas e dessas sociedades coloniais paralelas baseando-se essencialmente no relato de cronistas. Exemplo dessa oposição constitutiva de sua obra é quando Calmon afirma que

---

<sup>449</sup> JACKSON, Luiz Carlos e BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho: Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 60, Nota 24

<sup>450</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. *op. cit.* p. 7-8

<sup>451</sup> *Ibidem*, p. 19

<sup>452</sup> *Ibidem*, p. 20

A sociedade colonial divide-se em duas camadas: a da rede – que é mamaluca – e a da cama – que é litorânea. Aquela é pastoril, do interior do país; a outra, a agrícola da região europeizada. A dormida caracteriza a raça e a economia.<sup>453</sup>

Baseando-se em uma perspectiva determinista, o autor estabelece correspondências entre aspectos étnico-raciais e características psicológicas.<sup>454</sup> Essa tendência fica mais clara na segunda parte do livro, intitulada “O Homem”. Em ESC, Calmon elogia o pioneirismo e a disposição dos portugueses de fundar uma civilização agrícola nos trópicos: “Nenhum outro povo conquistador se identificou, como este, à sua missão econômica. Não se isolou em elite branca, extreme e bloqueada: enobreceu pelo cruzamento, as raças dominantes e deu ao Brasil uma população brasileira.”<sup>455</sup> Para Calmon, a história nacional remete à formação do que chama de “tipo brasileiro” e à uniformização da população, sendo o Brasil um dos países em que “a homogeneização social se processou mais rápida e completamente”.<sup>456</sup>

Tal homogeneização, entretanto, não se fez combinando igualmente características dos troncos “céltico”, “negróide” e “aborígene”, que segundo ele, se conjugaram para formar o “tipo brasileiro”. Calmon estava preocupado em refutar teorias que apregoavam que o Brasil estava fadado ao fracasso em virtude da mestiçagem:

Antropologicamente, desmentiu o Brasil o pessimismo de Buckle e tornou irrisória a profecia de Lapouge, quando julgou que nos transformaríamos num Congo. Gobineau tem razão, quanto á predominância do *espírito branco*. A uniformização da raça faz-se por cima, na orientação dos seus elementos nobres; não por baixo, de acordo com os seus elementos inferiores. A fusão dos povos num só povo lhe resumiu, no Brasil, as qualidades positivas do seu tronco europeu: o esforço inconsciente da nossa evolução consiste na diluição dos tipos primitivos-puros (caboclos e negroides), vinculados ao tipo predominante-mixto pelas condições igualitárias da nossa civilização.<sup>457</sup>

No trecho acima, Calmon confronta alguns dos principais teóricos do determinismo dito científico. Henry Thomas Buckle (1821-1862) foi um autodidata e viajante inglês que se tornara célebre e respeitado nas últimas décadas do século XIX. Ficou conhecido por seu empenho em conquistar para a História um *status* de cientificidade. O que, em parte, explica a difusão das ideias de Buckle, em relação à sua

<sup>453</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. *op. cit.* p. 69

<sup>454</sup> FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. *op. cit.* p. 23

<sup>455</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. *op. cit.* p. 161-162

<sup>456</sup> *Ibidem*, p. 158

<sup>457</sup> *Ibidem*, p. 158. Nota 282. Grifo do autor.



recepção no país é o fato dele ter dedicado algumas páginas à explicação do caso brasileiro. Os autores ligados ao “pensamento social brasileiro”, em sua maioria se dedicaram a dialogar com os modelos evolucionista e cientificista – e autores como Buckle, Lapouge e Gobineau, citados por Calmon - refutando alguns de seus aspectos ou ratificando-os.<sup>458</sup>

Buckle advogava em prol de um discurso determinista geográfico, segundo o qual a evolução cultural de uma nação estaria condicionada pelo meio. Tais ideias foram difundidas no Brasil antes mesmo da primeira tradução nacional do livro, publicada em 1900. Os principais difusores da obra de Buckle no Brasil foram Silvio Romero e Tobias Barreto, que a partir da negação das explicações metafísicas abriram caminho para a entrada no ensino de Direito de jargões evolucionistas. O Direito se constrói como uma disciplina “científica” associado a uma “biologia evolutiva”, às ciências ditas naturais e à “antropologia física”.<sup>459</sup>

Em sua busca por escrever história de maneira científica, Pedro Calmon se mirou em Silvio Romero, que nas palavras de Lilia Schwarcz, “procurou de forma quase doentia orientar sua vida tal qual um ‘homem de sciencia’”.<sup>460</sup> As proposições de Sílvio Romero no que diz respeito à questão racial podem ser, grosso modo, resumidas na afirmação da existência de características intrínsecas a cada grupo étnico com a presumida superioridade do ariano.<sup>461</sup>

Para Romero a população brasileira era constituída em sua maior parte por mestiços e a presença dos elementos puros, tais como negros africanos e indígenas tenderia a diminuir. Logo, prevaleceria a população branca ou branqueada pelas vagas de imigração europeia que chegavam ao país. Embora a mestiçagem caracterizasse o país e fosse distintiva da identidade nacional, o mestiço ideal era “branqueado” e a explicação para isso era de que o elemento “superior”, o branco, suplantaria étnica e culturalmente o “inferior”, os elementos indígena e negro.<sup>462</sup>

Pedro Calmon ao escrever na década de 1930 dialoga com esse passado recente do Direito informado por sua formação e atuação. Citando o missionário jesuíta, viajante e cronista espanhol do século XVII, Cristóbal de Acunã, atribui características como a preguiça aos habitantes do sertão valendo-se como explicação de sua

---

<sup>458</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. op. cit. p. 35

<sup>459</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. op. cit. p. 148-149

<sup>460</sup> *Ibidem*, p. 153

<sup>461</sup> MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Silvio Romero: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 69

<sup>462</sup> *Ibidem*, p. 70

ascendência indígena: “Atribue-se, talvez com razão, a visível preguiça e a rusticidade dos habitantes á circunstância de serem eles em grande parte ‘tapuiada’, isto é, de procedência indígena”.<sup>463</sup>

Ao elemento africano, sobretudo às mulheres africanas, atribui a sensualidade, que levava à desmoralização dos costumes e a corrupção dos “moços”.<sup>464</sup> Tudo que se associava ao elemento africano era visto como corruptor, indigno e temível, porque em sua concepção ameaçava a predominância europeia. A alta incidência de africanos na colônia foi enxergada como uma “infestação” chegando a “ameaçar de extinção a raça europeia” na colônia.<sup>465</sup>

A terceira parte de ESC, intitulada “Organização”, discorre sobre a administração portuguesa na colônia, sem se ater fixamente a balizas cronológicas, embora trate, em seu último tópico da independência. Mesmo nessa parte, que se propõe a seguir um enfoque mais político e administrativo, são tratadas temáticas incomuns como “A urbanização” e “Sociabilidade”, esta última se referindo às lojas e estabelecimentos onde “os brasileiros palestravam sobre os assuntos políticos”.<sup>466</sup>

A última parte, curiosamente intitulada de “O Espírito” é constituída por impressões de uma viagem que Calmon fez às cidades históricas de Minas Gerais. Descreve de maneira essencialmente literária as suas impressões da viagem às cidades de Ouro Preto, Mariana e Sabará. Nessa parte são utilizadas poucas referências e não são mencionados documentos de arquivo. A justificativa é que houve o abandono consciente da “contribuição arquivística e livresca, para ler a escrita de pedra dos monumentos religiosos de Minas Gerais”.<sup>467</sup>

Escrevendo na coluna “Femina” do Jornal do Brasil em 2 de agosto de 1933, Maria Eugênia Celso, escritora, descrevia uma viagem feita por um numeroso grupo à cidade de Ouro Preto. Composto por figuras ilustres, o grupo congregava membros que foram pessoalmente escolhidos pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, para acompanhar o general Protógenes Guimarães, Ministro da Marinha. Seus integrantes, segundo notícia do jornal *A Noite*, estavam representando instituições, além de órgãos da imprensa. Maria Eugênia Celso representava o Instituto

---

<sup>463</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. *op.cit.* p. 208

<sup>464</sup> *Ibidem*, p. 165

<sup>465</sup> *Ibidem*, p. 96

<sup>466</sup> *Ibidem*, p. 280

<sup>467</sup> *Ibidem*, p. 8

Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição presidida por seu pai, o Conde Afonso Celso.<sup>468</sup>

Dentre as figuras ilustres, uma delas se destaca no relato de Maria Eugênia por tomar notas apressadas, empunhando infatigavelmente o lápis. A figura era Pedro Calmon, representando o Instituto dos Advogados. Suas notas de viagem pretendiam levar o leitor não somente a se deslocar metaforicamente pelo espaço descrito, mas também através do tempo, pois segundo ele nas cidades históricas visitadas “a paisagem colonial conserva as suas tintas seculares”.<sup>469</sup>

O relato não é feito com o objetivo de descrever determinado roteiro seguido pelo autor, mas sim de causar no leitor um experimento sensorial que o fizesse transportar-se para o século XVIII. Calmon pretende não somente relatar a seus leitores, tudo o que viu e ouviu em suas viagens às cidades históricas, mas também, sobretudo, o que sentiu.<sup>470</sup> Traçando uma descrição profundamente impressionista das cidades históricas de Minas Gerais, Calmon se distancia do *modus operandi* que a seu ver caracterizava toda sua produção historiográfica. Para ele, sua escrita estava sempre informada pelos elementos que obtinha em pesquisas de arquivo ou bibliografia.<sup>471</sup> Reiterando esta tendência, a parte *O Espírito* conta com 10 notas de rodapé, enquanto que as partes precedentes contam com respectivamente 255 (A Sociedade), 126 (O Homem) e 95 (A Organização).

Em suas *Memórias* o autor afirma que percebeu que a escrita de sua *História Social do Brasil* carecia de um elemento: Minas Gerais. Essa percepção teria ocorrido em uma viagem feita a convite do ministro de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde. Segundo o relato de Calmon, Capanema precisava de alguém que o representasse em uma recepção a ser feita no estado e Calmon aproveitou a viagem para visitar as cidades antigas de Minas, sobretudo, Ouro Preto.<sup>472</sup> Ora, Capanema só assume o cargo de Ministro da Educação e Saúde em julho de 1934, logo, o ministro não era ele e sim Washington Pires, conforme noticiou o jornal *A noite*, de 10 de julho de 1933.<sup>473</sup>

Em 11 de agosto de 1934, o jornal *A noite* noticiou Calmon mais uma vez fora a Minas Gerais, na condição de secretário do MHN, desta vez representando o ministro

<sup>468</sup> CELSO, Maria Eugênia. Trechos dum diário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 ago 1933. p. 12. (Coluna Femina) Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 8 jan 2018)

<sup>469</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. *op. cit.* p. 293

<sup>470</sup> *Ibidem*, p. 293

<sup>471</sup> *Ibidem*, p. 8

<sup>472</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. *op. cit.* p. 199

<sup>473</sup> A visita do Ministro da Marinha a Minas Geraes. *A noite*. Rio de Janeiro, 10 jul 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 8 jan 2018)

Gustavo Capanema, que não pôde comparecer à inauguração do Seminário de Mariana.<sup>474</sup> Nessa data, como sabemos a partir da correspondência de Fernando de Azevedo, o livro de Pedro Calmon já se encontrava no prelo. Portanto, mesmo que afirme em suas *Memórias* que tal viagem deu a dimensão do que faltava na escrita de sua História Social, tal idealização é engendrada ulteriormente, de forma que pareça que ele teve um *insight*, uma iluminação a partir da viagem. Talvez seu interesse por Ouro Preto a ponto de incluir um capítulo de impressões de viagem acerca da cidade em seu livro, possa ser mais bem explicado por seu pertencimento aos quadros do MHN.

Em 1933 a cidade havia recebido o título de Monumento Nacional.<sup>475</sup> Em 1935, Gustavo Barroso apresentara a Capanema um plano de restaurações que previa a conservação e restauração de monumentos na localidade, incluindo duas igrejas, alguns chafarizes e pontes da cidade.<sup>476</sup> A cidade de Ouro Preto é concebida por Gustavo Barroso, diretor do museu e criador do projeto da Inspetoria de Museus Nacionais, como o “berço da nação”.<sup>477</sup> O *Espírito da Sociedade Colonial* traz 13 ilustrações, que reproduzem em sua maioria aquarelas de Alfredo Norfini, desenhista, aquarelista e pintor que viveu no Brasil em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX.<sup>478</sup> A coleção de aquarelas de Arnolfini pertencente ao MHN, da qual é proveniente a maior parte das ilustrações do ESC, foi adquirida pelo museu em 1934, como documentação iconográfica a respeito dos monumentos a serem restaurados pela Inspetoria de Museus Nacionais.<sup>479</sup>

Para Barroso, a cidade deveria ser preservada como relíquia autêntica que conservaria intocadas a história e a tradição nacionais. Seu plano de restauração de monumentos históricos buscava preservá-los de forma a fazer o passado reviver por meio dessas construções. A sensibilidade antiquária de Barroso envolvia o desejo de preservar cada vestígio do passado que julgava estar presente em Ouro Preto, de modo a sacralizar o lugar. A cidade histórica mineira deveria ser conservada de modo a provocar em quem a visitasse uma experiência sensorial com o passado que evocava.<sup>480</sup>

<sup>474</sup> A inauguração do Seminário de Mariana. *A noite*. Rio de Janeiro, 11 ago 1934. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 8 jan 2018)

<sup>475</sup> Por meio do Decreto Federal 22.928, de 12 de julho de 1933.

<sup>476</sup> OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória*. op. cit. p. 97

<sup>477</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...* op. cit. p. 89

<sup>478</sup> <http://www.ufrgs.br/acervoartes/artistas/n/norfini-alfredo> (Acesso em 3 set 2017)

<sup>479</sup> <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e-700.htm> (Acesso em 3 set 2017)

<sup>480</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...* op. cit. p. 89

Com a descrição da referida viagem, Calmon buscava evidenciar a persistência de um pretense “espírito” que a um só tempo era resultante e constitutivo da sociedade colonial.<sup>481</sup> Para isso, se utilizava de um estilo literário, repleto de figuras de linguagens como metáforas e hipérboles, que já havia aplicado em HCB.<sup>482</sup>

No discurso de Calmon podemos perceber a importância de se preservar as pontes, as fontes e as igrejas, uma vez que tais construções seriam capazes de testemunhar sobre uma era de prosperidade e riqueza. Assim, Ouro Preto (em seu relato, Vila Rica) era como um organismo, cuja vivacidade ficara no passado, nos tempos coloniais dos quais a cidade dava testemunho. Ao longo de sua narrativa, o autor que assumira anteriormente o tempo verbal passado passa a empregá-lo no futuro de forma a antecipar a ruína da cidade sobre a qual “o silêncio descerá” e “o mugre das ruínas cobrirá as fachadas nobres das mansões”.<sup>483</sup>

Apesar da ruína, concluída ainda no período colonial, o brilho da sociedade que florescera no século XVIII se conservava em suas construções. Tais construções, em suas palavras eram como maravilhosos sarcófagos e como “túmulos de uma era” e como tal deveriam ser preservadas, pois em tais construções teria se acolhido “para meditar a sua longa agonia, o espírito da sociedade colonial”.<sup>484</sup>

Por fim, falta esclarecer de que forma essas partes se relacionam entre si, já que a parte final intitulada “Espírito” parece deslocada em relação às outras. Tal desarticulação é notada por Falcon, que afirma a “surpresa” enquanto leitor de descobrir que tal parte não se tratava de “uma exposição sistemática, analítica, do ‘espírito da sociedade colonial’” e sim de impressões de viagem. E protesta que “ao fim e ao cabo, se o leitor não tiver logrado perceber o ‘espírito da sociedade colonial’, paciência!”<sup>485</sup>

Para Calmon, entretanto, as partes da obra talvez não parecessem desajustadas, uma vez que em sua concepção o Brasil não poderia ser explicado a partir de uma estratificação social, mas de épocas:

Se na costa, ou nas regiões intensamente cultivadas, freme a mesma atividade dos países possuídos pelas maquina, na faixa agrícola o trabalho ainda tem aspectos do século XVIII, nos campos pastoris a sociedade tem ainda traços do século XVIII, e o século XVI sobrevive nas florestas do oeste, onde o drama da catequese e do aldeamento dos índios continua a desdobrar-se, à imagem do dia

<sup>481</sup> FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. *op. cit.* p. 23

<sup>482</sup> WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 164 (420): 87-91, jul./set. 2003. p. 91

<sup>483</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. *op. cit.* p. 320

<sup>484</sup> *Ibidem*, p. 320

<sup>485</sup> FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. *op. cit.* p. 23

primeiro da colonização. (...) É por isso que a história da civilização brasileira, indistintamente desce, no tempo, e se estende, no espaço, encontrando, á medida que se insinua no passado, e também invade o sertão, os fatos da evolução colonial.<sup>486</sup>

Por isso, a seu ver não seria tão descabido apresentar o relato de uma viagem, que poderia ser repetida imaginariamente pelos leitores, de forma a enfatizar a persistência de tal “espírito” colonial no tempo.<sup>487</sup> Pensando que o lema da coleção Brasileira era “descobrir o Brasil aos brasileiros”, a seu modo, Pedro Calmon talvez acreditasse estar seguindo esse lema, ao publicar suas impressões de viagem, tal como os naturalistas dos séculos anteriores.<sup>488</sup> Imaginava estar ligando o presente a um passado, que ainda se fazia visível nas cidades históricas mineiras, sobretudo Ouro Preto, pensada como relíquia autêntica e preservada de um período colonial, que a seu ver, já era nacional. Essa perspectiva de adentrar o interior do país como um deslocamento ao passado esteve presente em *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Dessa forma, a viagem ao interior do país assume uma dupla dimensão: espacial e temporal.<sup>489</sup>

No discurso de recepção a Pedro Calmon na Academia Brasileira de Letras, Gustavo Barroso enfatiza o sucesso de ESC, que em suas palavras “se tornou livro obrigatório na estante de qualquer brasileiro, é o panorama, não só da vida, mas das almas, dos nossos avós”. Se tal sucesso foi real não temos como mensurar, pois foge aos objetivos deste trabalho. No mesmo discurso, Barroso afirma que um dos grandes méritos de Pedro Calmon, como um “bacteriologista da história”, seria o de denunciar os bacilos que “provocam febres, decrepitudes e decomposição, paralisias ou convulsões, velhice, invalidez e morte...”.<sup>490</sup>

Barroso utiliza uma metáfora biológica. O discurso biológico também é mobilizado por Calmon quando ele afirma que os negros eram uma “infestação” na colônia, chegando a “ameaçar” a raça europeia. Ao proceder tal diagnóstico, Pedro Calmon, assim como Gustavo Barroso acreditavam estar contribuindo para sanar as causas dos males brasileiros. Acreditavam estar trabalhando pelo bem da pátria, embora

<sup>486</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. *op. cit.* p. 208-209

<sup>487</sup> FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. *op. cit.* p. 23

<sup>488</sup> DUARTE, Regina Horta. Panoramas litorâneos, fronteiras e interiores brasileiros. *op. cit.* p. 281

<sup>489</sup> NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. *Revista Brasileira de História* [online]. 2016, vol.36, n.73 [Acesso em 2018-02-06], pp.89-110. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882016000300089&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000300089&lng=en&nrm=iso)>. p. 91

<sup>490</sup> BARROSO, Gustavo. Discurso de Recepção ao Acadêmico Pedro Calmon. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6818&sid=213> (Acesso em 18 ago 2013)

estivessem mobilizando e perpetuando um discurso racista e racista já muito disseminado nos meios intelectuais das primeiras décadas do século XX.

### **3.4 Livros que dizem muito**

Decerto os livros de Pedro Calmon aqui analisados disseram muitas coisas aos leitores no contexto em que foram publicados. Tentei, a partir desse capítulo, recuperar não só o que eles disseram em sua época, mas também o que queriam dizer. Seus livros pretendiam criar uma imagem da evolução do país e da composição do povo brasileiro.

Tanto a HCB quanto o ESC foram publicados como volumes da subserie Brasileira da Companhia Editora Nacional, sob a coordenação de Fernando de Azevedo. Propunham-se a veicular um conhecimento tido como científico.

Apesar de se utilizar de documentos de forma a validar suas interpretações, Calmon escolheu cuidadosamente obras e autores que corroboravam seus pontos de vista. Dessa forma, o autor não tinha como horizonte a neutralidade em seus escritos, pois pretendia a partir deles engendrar uma nação que foi desde os seus primórdios una, coesa, mamaluca e pacífica, tendo se formado a partir da colonização portuguesa de forma espontânea, naturalmente. Os elementos indígena e negro teriam sucumbido de maneira quase automática diante do elemento superior português, como se consentissem que o melhor para o país em formação era o seu desaparecimento como “raça”.

Tais ideias estão presentes nas duas obras analisadas nesse capítulo. Entretanto, na segunda delas, ESC, Calmon apresenta o pensamento que dá conta da existência de um “espírito” que teria se constituído no período colonial e perpassava todas as épocas da formação da nação, chegando ao seu presente. Tal “espírito” justifica a sua teoria de que o território brasileiro do início da década de 1930 se apresentava como uma estratificação de épocas. Portanto, seria possível apreender o “Espírito da Sociedade Colonial” visitando as cidades históricas mineiras, que deveriam ser preservadas como relíquias que conferiam acesso direto ao passado na qual tiveram, em sua concepção, o seu esplendor.

Apesar de não restringir o público-alvo de seus livros aos estudantes e professores do ensino secundário, o primeiro livro analisado neste capítulo, a HCB alcançou um grande sucesso dentre os partícipes desse nível de ensino, tornando o nome de Pedro Calmon reconhecido como um autor didático, embora seus livros não fossem

propriamente escolares. Ao se imbuírem de uma finalidade didática, os livros de Pedro Calmon se encontravam com os propósitos da subsérie Brasileira ao servirem à constituição de uma “pedagogia”, a partir do fomento ao patriotismo e da promoção da crença em uma nacionalidade brasileira gestada desde o seu princípio sem conflito e violência. Como um rio que seguia o seu curso natural, a sociedade brasileira deveria seguir o caminho da mestiçagem, que subsumiria os elementos tidos como inferiores em prol do caminho da civilização.



## Capítulo 4 - Coleção como estratégia de consagração: as histórias do Brasil em muitos volumes

Roger Chartier, ao tentar responder à questão “O que é um livro?” cita Kant, que em *A Metafísica dos Costumes* (1796) postula uma diferença entre o livro como *opus mechanicum*, isto é, “como objeto material que pertence à pessoa que o adquire” e o livro como “discurso endereçado ao público, que permanece propriedade do seu autor”.<sup>491</sup> Uma publicação no formato livro é um móvel de expectativas por parte de seu autor, que pode lhe conferir determinado significado em sua trajetória editorial.

Considero que a relação que o autor estabelece com cada um de seus livros é pautada pelo complexo “sistema de relações sociais” originado de sua posição no interior do campo intelectual e no mercado de livros. Nesse sentido, quando Alfredo Wagner Berno de Almeida fala em “obra anterior” referindo-se à produção de Jorge Amado, afirma que essa pode ser “entendida como a relação entre o conjunto do que foi produzido pelo ‘criador’ anteriormente, em termos cronológicos, à sua produção mais recente e as respectivas interpretações e/ou julgamentos referentes a esta produção”.<sup>492</sup> A “obra anterior” cria e fortalece os vínculos do autor com os editores, o público e os críticos.

Adaptando as ideias de Alfredo Wagner Berno de Almeida, a respeito do que o mesmo caracteriza como “a trajetória intelectual de um produtor literário”, posso dizer o livro *História do Brasil* de Pedro Calmon, publicado pela editora José Olympio (1959) foi concebido como sua “obra prima” e assim o autor o idealizou em sua trajetória editorial. Tal construção fez com que todos os seus livros de síntese da história do Brasil<sup>493</sup> fossem vistos como “obras anteriores”, em relação à sua máxima realização.<sup>494</sup> Luiz Henrique Dias Tavares, como biógrafo de Pedro Calmon, reproduziu tal concepção em seu texto de homenagem.<sup>495</sup>

<sup>491</sup> CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014. p. 30

<sup>492</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado. op.cit.* p. 23

<sup>493</sup> Entendo como livros de síntese, as obras que tinham por objetivo conter um resumo de toda a história do Brasil e que foram assim designadas por Pedro Calmon, talvez como parte do esforço classificatório para suas publicações aqui descrito.

<sup>494</sup> *Ibidem*, p. 163

<sup>495</sup> Luís Henrique Dias Tavares afirma que *História da Civilização Brasileira* foi a obra o que preparou terreno para a publicação da *História Social do Brasil*. Tavares sugere como “chave” para a compreensão da obra histórica de Pedro Calmon a percepção de que ela formaria um todo. Assim, a *História do Brasil* em cinco volumes, publicada pelo autor entre os anos de 1939 e 1956 pela Companhia Editora Nacional, seria preparatória para a *História do Brasil* em sete volumes lançada em 1959 pela José Olympio Editora. TAVARES, Luís Henrique Dias. *Pedro Calmon*. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1977. p. 13

O esforço classificatório implicado em um projeto editorial pressupõe o ordenamento da produção de um autor tomada em conjunto, o que não segue necessariamente a cronologia de suas publicações. No caso de Pedro Calmon, o ordenamento de sua produção e sua trajetória editorial ganham sentido linear, na medida em que suas obras são colocadas como resultado de um esforço cumulativo e ampliatório do autor rumo à escrita de sua grande *História do Brasil* em sete volumes.

Para além das disposições autorais, é oportuno considerar também que nos processos de produção e publicação de um livro existem diferentes atores envolvidos e que os textos não existem fora dos suportes materiais que os informam.<sup>496</sup> Recompilar as circunstâncias de elaboração e de possibilidade de um escrito significa inserí-lo no contexto em que foi produzido, atentando para suas interlocuções com outros escritos, pressupondo determinado público leitor. Chartier aponta que o interesse renovado dos historiadores pelos textos levou-os a considerar as fontes de pesquisa não apenas como fornecedoras de informações, mas também como objetos de estudo em si. Passou-se a observar as suas condições de produção, seus usos e sua composição discursiva e material.<sup>497</sup>

As ações editoriais efetuadas nos textos destinam-se a torná-los legíveis para o público leitor. As configurações dos livros são orientadas a partir das possibilidades de leitura e presumidas expectativas dos leitores.<sup>498</sup> O aspecto material pode conferir identidade a uma fórmula editorial. Tais fórmulas podem ser utilizadas, por exemplo, em coleções, como a Brasiliana da Companhia Editora Nacional, que foi abordada no capítulo anterior.

Este capítulo, embora continue se referindo aos livros de Pedro Calmon publicados na Brasiliana mostra que, de alguma forma, o autor conseguiu se tornar um nome autônomo dentro da subsérie, publicando uma série de livros, uma “coleção dentro da coleção” intitulada “*História do Brasil*” (1939-1954) em cinco volumes. Apresento ainda a segunda *História do Brasil* publicada em sete volumes, pela editora José Olympio. Esta obra tinha por intento ser completa, como uma enciclopédia ricamente ilustrada a respeito da história do Brasil.

---

<sup>496</sup> CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 61-62

<sup>497</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chintonni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 13

<sup>498</sup> CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora UnB, 1999. p. 21

O sentido de integralidade da obra é reforçado por Calmon ao considerá-la uma obra madura, que levou cerca de vinte anos para ser produzida e também pelo recurso de venda a domicílio e à prestação, o que garantia que fosse comercializada como um conjunto. A editora José Olympio possibilitou assim que Pedro Calmon publicasse a sua própria coleção. Aquela que era considerada por ele como a sua obra mais acabada a respeito da história do Brasil e que a seu ver completava a sua trajetória editorial. Sua “obra prima”, designada por ele como “obra maior”.<sup>499</sup>

Não cuidarei em apresentar as referidas coleções na integralidade de seu conteúdo, pois não seria possível nos limites desse trabalho, desenvolver uma reflexão alentada sobre questões presentes em doze volumes textuais. O intento é analisar uma parte da produção editorial de Pedro Calmon, sua compreensão em relação a ela e as relações intelectuais e editoriais que estabeleceu em torno de seus livros. Tais relações o classificaram e tomando-as como referencial, ele se posicionou e se definiu como historiador.<sup>500</sup>

#### **4.1 “A revisão integral da história brasileira”: a História do Brasil na Brasileira**

“Já é possível a revisão integral da história brasileira”. Com essa frase, Pedro Calmon abre a “Explicação” do primeiro volume de sua *História do Brasil*<sup>501</sup>, lançada como o número 176 da Brasileira, expondo também o objetivo principal de sua série particular de livros lançada no interior da coleção.

O primeiro tomo, subtítulo “As Origens” (176 na Brasileira) foi publicado em 1939 e tinha por aspiração cobrir do ano de 1500 ao ano de 1600. O segundo tomo, subtítulo “A formação” (176 A) foi publicado ainda em 1941 e pretendia dar conta dos acontecimentos e processos de 1600 a 1700. O terceiro tomo, subtítulo “A Organização” (176 B), foi publicado em 1943 e pretendia abarcar de 1700 a 1800. O quarto tomo, subtítulo “O Império” (176 C) foi publicado em 1947 e abrange de 1800 a 1889. Por fim, um quinto tomo intitulado “A República” (176 D) foi publicado no ano de 1954, abrangendo de 1889 a 1930.

O primeiro tomo, tem 476 páginas e 778 notas. Uma média de 1,6 notas por página. Os volumes não contam com bibliografia separada, mas com índice onomástico

<sup>499</sup> CALMON, Pedro. *Memórias. op. cit.* p. 271

<sup>500</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado. op. cit.* p. 21

<sup>501</sup> Doravante intitulada HB (CEN).

que contabiliza as referências a autores e personagens indicando as páginas de suas respectivas menções. O plano inicial da obra deixava de fora o período republicano. A “Explicação” do primeiro volume, dizia que a obra seria lançada em quatro volumes, um para cada século da história brasileira, até 1889. Contrariando o projeto originário presente na “Explicação” acima referida, em 1954 foi produzido um quinto volume compreendendo o período republicano e abrangendo as balizas cronológicas de 1889 até 1930.

Não encontrei documentação que me fornecesse informações sobre o que pode ter motivado a mudança no primeiro traçado da obra, dando origem a um novo volume sete anos depois da publicação do suposto último tomo da HB (CEN). Posso inferir, entretanto, que em 1939, seria muito ousado cogitar o lançamento de um livro que tratasse eventos da história do Brasil ocorridos há menos de dez anos. Distanciamento esse que foi possibilitado com o lançamento do último volume apenas em 1954.

Na “Explicação” de HB (CEN), tomo quatro, Calmon adota um tom de conclusão. Para o autor, ao longo da história do Brasil teria se formado a consciência nacional, do “espírito brasileiro original”. Tal consciência fora completada com o advento do Império. Portanto, a “coleção dentro da coleção” estaria consolidada com o lançamento do quarto volume em 1947:

Se a história do Brasil pode confundir-se com a biografia do seu espírito, do espírito brasileiro original e inassimilável, temos de reconhecer que o adivinhou o século XVI, nas "origens", esboçou-o o XVII, na "formação", fixou-o o XVIII, na "organização", e o século XIX, com o "Império", lhe concluiu os traços vigorosos.<sup>502</sup>

A Brasileira chega à década de '40 comemorando, em 1941, seu décimo aniversário e o lançamento do seu ducentésimo título. Como parte das comemorações a CEN organizou um plano cuidadoso de divulgação da coleção. Foram envidados esforços que, segundo Dutra, demonstram a aceitação da Brasileira nas esferas intelectual, científica e política brasileira, sua notoriedade e seu alcance nacional.<sup>503</sup> Foi feito o envio de uma circular com catálogo especial da coleção anexo a todos os diretores, professores de escolas secundárias, normais e ginásios oficiais e às principais universidades, aos cuidados dos seus reitores, diretores de institutos, professores e

---

<sup>502</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. Tomo 4 (O Império). p. 11

<sup>503</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: Tradição e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30. *op. cit.* p. 19

bibliotecas. A expectativa era de que a coleção circulasse em todos os ambientes educacionais do país, de forma a cumprir a função pedagógica idealizada pelo seu editor Fernando de Azevedo, que dirigiu a *Brasiliana* até o ano de 1946.<sup>504</sup>

Calmon e Azevedo desenvolveram a partir da relação autor/editor uma amizade duradoura. No arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), onde está guardado o acervo pessoal de Fernando de Azevedo, encontrei correspondências entre os dois intelectuais datadas de 1950 até o ano de 1972, dois anos antes da morte do titular do arquivo. Quando Fernando de Azevedo tomou posse na Academia Brasileira de Letras, em 24 de setembro de 1968, pediu a Calmon que lesse seu discurso, pois se encontrava impossibilitado em virtude de um problema de vista.<sup>505</sup> O pedido foi prontamente acolhido por Pedro Calmon em carta datada de 25 de agosto de 1968. Em suas palavras:

e aqui estou, para lhe dizer que fico TOTALMENTE às suas ordens. Conte com os meus fracos e afetuosos préstimos. Sou seu amigo dos tempos longínquos em que começávamos o caminho, eu, estreante e ambicioso, sempre a lhe dever a compreensão estimulante e o auxílio cheio de simpatia.<sup>506</sup>

Na ocasião, os papéis tinham se invertido e o estreante era Fernando de Azevedo, que aos 74 anos adentrava um cenáculo no qual Calmon era um veterano, pois entrara para o círculo de membros da ABL no longínquo ano de 1936, com apenas 34 anos. Sem dúvida, a “compreensão estimulante” de Azevedo foi importante para que Calmon levasse adiante o seu ambicioso projeto de produção de uma *História do Brasil* em quatro volumes (que depois viraram cinco), configurando uma série à parte na *Brasiliana*, como também fora a *História Social do Brasil*.

A diferença é que o novo projeto de Calmon dizia respeito a lançar no interior da coleção, uma história do Brasil, nos moldes das monumentais obras de Varnhagen e Rocha Pombo, tomadas como exemplo por ele, por serem grandes histórias gerais do Brasil.<sup>507</sup> Sem dúvida era um empreendimento corajoso, tendo em vista as críticas que a obra de Varnhagen suscitara por parte de Capistrano de Abreu e outros historiadores e a

<sup>504</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. *op. cit.* p. 20

<sup>505</sup> Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 27 ago 1968. Código: FA-CA-Cx4, 76. Fundo Fernando de Azevedo. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo.

<sup>506</sup> Carta de Pedro Calmon a Fernando de Azevedo. Data: 25 ago 1968. FA-CP-CX6, 89. Fundo Fernando de Azevedo. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo.

<sup>507</sup> Em conferência proferida por Pedro Calmon, na qual discorre sobre seu livro *História do Brasil* publicado pela editora José Olympio em 1959, Calmon afirma que a obra só pode ser comparada às *Histórias do Brasil* de Varnhagen e Rocha Pombo, ambas, segundo ele desatualizadas, e à sua *História do Brasil* publicada pela Companhia Editora Nacional.. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

pequena repercussão que a imensa obra de Rocha Pombo em 10 volumes ricamente ilustrados (mais de 500 páginas cada um) alcançara.<sup>508</sup>

Não era fato desconhecido que Capistrano de Abreu se esquivara o quanto pode da tarefa de escrever uma grande história do Brasil, tendo produzido obras de proporções e pretensões modestas. Seus escritos frustraram as expectativas daqueles que esperavam uma produção monumental daquele que foi considerado ainda em vida o maior historiador brasileiro. Os motivos para o fato de Capistrano ter se recusado a produzir uma ampla e volumosa história do Brasil foram cogitados por seus amigos e por seus críticos. As respostas dão conta de que Capistrano achava que ainda faltavam muitos pontos obscuros a esclarecer para que fosse possível a escrita de uma história geral do Brasil.

Mário de Alencar – amigo e correspondente – afirma que Capistrano sempre respondia às perguntas sobre a escrita de uma história do Brasil dizendo que “ainda não chegara o tempo, ainda lhe faltava muita coisa.”<sup>509</sup> Pedro Calmon ao iniciar a Explicação de sua HB (CEN) com a afirmação de já ser possível fazer tal revisão integral, certamente o fazia em resposta à declaração de impossibilidade de tal feito. Respondia a Capistrano, embora não se reportasse diretamente a ele.

Segundo Capistrano, a história do Brasil seria como “uma casa edificada sobre a areia”, pois faltavam as fontes necessárias para alicerçá-la de maneira eficiente.<sup>510</sup> Antes se fazia necessário coletar os documentos, estudá-los, anotá-los, cotejá-los com o que já havia sido escrito, para só então escrever uma história do Brasil bem fundamentada. Para a produção de tal obra grandiosa, uma vida apenas não seria suficiente, deixando Capistrano a cargo das futuras gerações tal tarefa.

No famoso necrológio que escreveu por ocasião da morte de Varnhagen, em 1878, Capistrano critica o fato de Varnhagen ter ignorado ou desdenhado “o corpo de doutrinas criadoras que se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social.”<sup>511</sup> Ricardo

---

<sup>508</sup> SANTOS, Ivan Norberto. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social). 195f. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. p. 107

<sup>509</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). 183f. PortoAlegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. p. 130

<sup>510</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>511</sup> ABREU, Capistrano. *Ensaio e estudos (I.ª série)*, Livraria Briguiet, Rio de Janeiro, 1931. *Apud* ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Ronda noturna: narrativa crítica e verdade em Capistrano de Abreu*.

Benzaquen de Araújo aponta que as fontes eram imprescindíveis para o estabelecimento dos fatos, entretanto, isso se constituía no pensamento de Capistrano como uma primeira etapa do fazer historiográfico. Os fatos coletados precisavam de interpretação à luz dos referenciais oriundos da sociologia.<sup>512</sup>

Pedro Calmon defende a sua empreitada de escrever uma história geral do Brasil, a despeito de tal propósito ir contra as recomendações capistraneanas, afirmando ser:

preferível o resumo às vezes estreito, constringindo em áreas escassas períodos longos tão ricos em pormenores saborosos, porém compreensível, algo didático, principalmente inteligível nas suas linhas nítidas, do que a descosida monotonia das divagações, os painéis secundários e prolixos, o luxo das meias-tintas...<sup>513</sup>

Pedro Calmon na “Explicação” para o primeiro volume de sua HB (CEN), lançado em 1939, afirma que sua obra tinha a ambição – modesta segundo ele – de conjugar “a inquieta restauração das ‘fontes’, o balanço desordenado ou a classificação dos papéis que testemunharam os grandes momentos do Brasil e a serena coordenação destes”.<sup>514</sup> Calmon dá a entender que ao tentar coordenar elementos que caracterizariam a escrita da história ideal para Capistrano, tais como pesquisas recentes de arquivo com a “copiosa bibliografia desigualmente distribuída por as zonas culturais do país” e os “conceitos sociológicos” que influenciaram “a arte da descrição do passado nacional”, arriscava-se a descurar “da obra do conjunto que nos restituísse a imagem completa da Pátria – através de sua larga evolução”. Calmon expõe na “Explicação” do primeiro volume da HB (CEN) sua aspiração de fazer uma “revisão integral” da história do Brasil.<sup>515</sup>

A pátria como algo uno e indiviso desde a sua origem aparece em sua justificativa para a obra. Eliana de Freitas Dutra afirma que a busca pela unidade é algo que implica na anulação do conflito social e na apreciação da harmonia, pressupondo a consolidação do poder instituído e das instituições.<sup>516</sup> A autora afirma a existência entre os anos de 1935 e 1937 de um “entendimento estratégico (...) entre as diversas forças

---

Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-54, jan. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1936>>. Acesso em: 11 Jan. 2018. p. 34

<sup>512</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna. *op. cit.* p. 34

<sup>513</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. 16

<sup>514</sup> *Ibidem*, p. 15

<sup>515</sup> *Ibidem*, p. 15

<sup>516</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político nos anos 1930*. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 161

sociais em direção ao modelo de uma sociedade totalitária”.<sup>517</sup> Tal entendimento fazia parte do pensamento de empresários, integralistas, políticos, intelectuais e religiosos em torno de um consenso a respeito de temáticas como ordem, família, pátria, moral e trabalho.

Nesse sentido a defesa do passado e da tradição seria um dos pilares importantes dessa construção, embora não fosse qualquer passado que deveria ser valorizado. Apenas aquele que reforçasse a categoria de um “destino compartilhado”, que uniria todos os brasileiros à pátria e confirmaria o lugar de cada um na história. A conservação de determinado passado histórico conduziu à manifestação da nacionalidade, a partir da qual se afirmou a unidade espiritual brasileira.<sup>518</sup> Unidade que já estaria, segundo Calmon, imaginada pela existência, antes mesmo da chegada dos portugueses, de uma língua geral, que já fora mencionada na *História da Civilização Brasileira* e no *Espírito da Sociedade Colonial*.

No primeiro tomo de sua HB (CEN), Pedro Calmon afirma sobre a língua tupi ou *nhengatu*, por ele denominada de "abeneenga"<sup>519</sup>, que os indígenas que a falavam eram

naturalmente brandos, sociáveis, obedientes e estoicos. Características de madureza racial, de pacifismo obtido à custa de cruéis experiências, em todo caso contrastavam com a agitação instintiva e bárbara dos povos antropófagos e lutadores da costa, menos polidos e ensinados por sua evolução social...<sup>520</sup>

Reitera que mesmo tendo desaparecido, o índio teve influência decisiva na adaptação do europeu ao novo meio, se fazendo presente “nos costumes que ensinou, e na língua e herança inextirpável”.<sup>521</sup> Minora a violência da conquista a partir do pressuposto de que os indígenas contribuíram com a colonização europeia. Mesmo a língua indígena não tendo sobrevivido e se tornado língua oficial, para Calmon o “vencido sobreviveu no seu vestígio verbal, por onde agora podemos avaliar-lhe o vigor da civilização destruída”.<sup>522</sup>

---

<sup>517</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário. op. cit.* p. 24

<sup>518</sup> *Ibidem*, p. 181

<sup>519</sup> “Designação dada pelos índios tupis e guaranis à sua própria língua. "abanheenga". Disponível em: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on line], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/abanheem> (Acesso em 01 nov 2017)

<sup>520</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. 330

<sup>521</sup> *Ibidem*, p. 330

<sup>522</sup> *Ibidem*, p. 335



As palavras indígenas, segundo ele, permearam a língua colonial desde os primeiros tempos da colonização, tendo sobrevivido nos topônimos conferidos pelos “sertanistas mamalucos”, que falavam mais tupi que português.<sup>523</sup> A unidade da língua indígena teria possibilitado a unidade territorial brasileira, que já era possível se entrever desde os tempos coloniais:

Essa circunstância providencial, de terem idioma comum (apesar das divergências dialectais) as tribos costeiras de norte a sul, deu aos portugueses ensejo de estabelecerem as mesmas ligas com o gentio nas zonas setentrional e meridional, e considerar a colônia um todo unido, sem as diferenças substanciais que, na América espanhola, a fragmentaram em múltiplos Estados sobre a base de outras tantas raças dominadas. É a uniformidade da língua indígena (tupi-guarani) que determina, pré-historicamente, a unidade brasileira.<sup>524</sup>

Fundamenta ainda tal unidade nos escritos de Frei Vicente do Salvador, que refere uma lenda tupinambá que representa o Brasil como um pássaro cujo coração ficava na Bahia e do padre Nóbrega que teria declarado ter a terra “mil léguas”.<sup>525</sup> Tais lendas haviam sido utilizadas em seus livros publicados anteriormente para referendar a unidade brasileira desde o início do período de colonização, em oposição à América Espanhola, cujas populações indígenas eram muito diferentes entre si.

Quanto aos negros, Calmon continua enfatizando o seu papel apenas como força de trabalho, negando sua função de elemento civilizatório, pois “o Brasil carecia de braços”.<sup>526</sup> Mesmo em relação às designações e terminologias, o africano não pode fornecer sua contribuição, pois “chega quando o nome de utensílios, de árvores, de bichos, de lugares, já tinham sido dados pelo índio ou pelo neto mamaluco. Vem daí a profusão de denominações tupis que nos enriquecem a linguagem...”<sup>527</sup> Os nomes africanos, assim como os portugueses e asiáticos, “caem nas cousas que não são próprias da terra: o mais que encontraram aqui, foi batizado com palavras indígenas”.<sup>528</sup> Calmon encara o elemento africano como exógeno, logo, tudo o que dele provém não pode ser estabelecido como brasileiro.

Elogia a habilidade dos portugueses de trazer para a colônia negros de nações diferentes para que “não conluiassem nas ‘senzalas’”. Desta perspicácia teria dependido a permanência do empreendimento colonial. Assim como os indígenas, os negros teriam

<sup>523</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. 336

<sup>524</sup> *Ibidem*, p. 320

<sup>525</sup> *Ibidem*, p. 320

<sup>526</sup> *Ibidem*, p. 339

<sup>527</sup> *Ibidem*, p. 335

<sup>528</sup> *Ibidem*, p. 335

se curvado rapidamente à superioridade portuguesa e “à maneira dos habitantes primitivos do Brasil, preferiam servir ao branco, e sofrer-lhe os maus tratos, a unir-se entre si, quando os separavam velhos ódios de religião e casta...”<sup>529</sup>

Para Calmon, a submissão dos negros teria sido voluntária à civilização representada pelos portugueses. O entusiasmo pela colonização portuguesa é perceptível em muitos momentos de sua escrita, o que pode vir do estreitamento de suas relações com autores e instituições portuguesas. O autor havia viajado pela primeira vez a Portugal apenas dois anos antes da publicação do primeiro volume da HB (CEN). De seu ponto de vista, as origens do Brasil passavam por Portugal, por isso, o primeiro tópico do primeiro tomo, intitulado “Quando a Europa não bastou” é dedicado a tratar dos antecedentes portugueses da conquista.

Uma das principais diferenças em relação aos livros analisados no capítulo anterior é que no primeiro volume da HB (CEN), Calmon referencia muitas obras de autoria de portugueses, o que mostra a proficuidade de suas pesquisas em Portugal. Cita também muitos livros em francês, o que pode evidenciar que de alguma maneira possuía uma rede de colaboração no exterior que propiciava o envio de tais obras, ou mesmo os conseguia a partir de livreiros brasileiros. Apesar dessas referências a autores estrangeiros, o cronista do século XVI Frei Vicente do Salvador, continua sendo o autor mais mencionado no primeiro volume da HB (CEN), com 87 referências, seguido de Varnhagen, com 73 referências, Rodolfo Garcia, com 47 referências e Capistrano de Abreu com 35 referências.

O propósito de fazer um resumo completo da história brasileira é reiterado nos outros volumes da obra, lançados respectivamente em 1941, 1943, 1947 e 1954. Em cada volume Calmon escreve uma “Explicação” de modo a orientar a leitura, introduzir os assuntos tratados e reiterar a finalidade da obra como uma empreitada a serviço do país: “É modesta, naturalmente despretensiosa, e patriótica.”<sup>530</sup> A despretensão, é aliada a outra característica, o patriotismo.

Para Calmon, o fato de se lançar a fazer um trabalho de conjunto “procurando refazer nas suas linhas típicas a historiografia brasileira” deveria ser motivo de encômio, pois se fazia necessária a superação de “tantas inverdades agasalhadas nos manuais de ensino”. Sua tarefa “se justifica portanto, e escusa-se, pela conveniência didática que o

---

<sup>529</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. 345

<sup>530</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943. Tomo III (A organização). p. 14

inspirou”<sup>531</sup> e pela crítica aos manuais de ensino, considerados inexatos e incompletos. Calmon acreditava-se a pessoa mais qualificada para corrigir tais falhas e restaurar a “verdade” histórica prejudicada no processo de transformação do conhecimento erudito em escolar. Giovanne José da Silva ao tratar da trajetória intelectual de Jonathas Serrano, afirma que Serrano se mostra um “intelectual-mediador pleno”, pois reafirma o seu papel de “traduzir” para um público não especializado o conhecimento histórico.<sup>532</sup>

Acredito as aspirações de Calmon de empreender tais práticas de mediação nem sempre estiveram presentes em seus livros, tornando-se mais claras nas obras analisadas neste capítulo. Ele se propõe a fazer uma “mediação”, de forma a produzir livros que pudessem ser utilizadas como obras de referência acerca da história do Brasil. A qualidade de mediação também marca a diferença dos livros analisados no capítulo anterior, que não se propunham a serem exclusivamente livros de conteúdo didático, também tencionavam explicar o caráter brasileiro, sua essência, seu “espírito” gestado a partir de sua história. Já os livros analisados nesse capítulo reforçam sua característica de resumo da história do Brasil em sua integralidade, conferindo ênfase a tal totalidade como sua principal virtude.

Ao reiterar nas “Explicações” de seus volumes a aplicabilidade didática de sua obra, mesmo que seus volumes não pudessem ser considerados rigorosamente livros escolares, e o patriotismo de suas intenções, Calmon reafirma a crença que estava subjacente ao projeto da Brasiliana: a de que a edição de livros era uma iniciativa civilizatória. Eliana de Freitas Dutra afirma que, alinhado ao empenho comercial para vender livros, Fernando de Azevedo buscava constituir na CEN uma dupla tradição: editorial, a partir da qual seus livros fossem reconhecidos por sua qualidade técnica e pedagógica e o compromisso com o “nacionalismo cultural”, a partir do engajamento na formação de uma civilização brasileira por meio da educação do povo.<sup>533</sup>

A CEN, por meio de suas coleções, acreditava poder colaborar ou mesmo direcionar o processo de formação brasileira acima descrito. Os livros da subsérie “História” da Brasiliana conceberam narrativas da constituição da nacionalidade brasileira e representações do passado nacional, visando em larga medida reforçar os vínculos do patriotismo. Para tal, empenharam-se no exame da gênese racial e cultural

---

<sup>531</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943. Tomo III (A organização). p. 14

<sup>532</sup> Faz isso inclusive a partir da produção de programas de rádio. SILVA, Giovanne José. *O batismo de Clio*. *op. cit.* p. 296-297

<sup>533</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: Tradição e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30. *op. cit.* p. 15

do povo brasileiro, buscando identificar seus problemas, suas particularidades e suas virtudes. Os autores imbuíam-se para isso de um discurso de legitimidade científica, acreditando estar conferindo um sentido correto à história do Brasil, colocando-a no seu eixo.<sup>534</sup>

No caso da HB (CEN), a ideia de lançar um volume para cada século visava uniformizar uma escrita da história do Brasil que tinha por intento combinar uma ampla gama de materiais dispersos na escrita de um resumo fluido e didático. A organização cronológica confere homogeneidade e organicidade ao projeto. Calmon subordina as proporções da obra à sua organização cronológica, afirmando na Explicação do primeiro tomo ser cabível, a um empreendimento que se propunha a tão desafiador encargo, conter um volume para cada um dos quatro séculos da história brasileira.

A destinação da obra não é explicitada na “Explicação” do primeiro tomo. Entretanto, na “Explicação” do segundo tomo da HB (CEN) é reiterado o seu propósito de fazer uma

Síntese de fatos e também - informativa - da bibliografia que se lhes refere, a descrição não pode sobrecarregar-se de minúcias. O sentido do livro é o balanço das fontes, a utilização de profuso material esparso, a cautelosa revisão do que corre impresso e afinal a versão, que se nos afigura verdadeira e sincera, do passado nacional.<sup>535</sup>

Oferecer uma versão verdadeira e sincera do passado nacional para quem? Certamente para estudantes e professores que tivessem interesse em uma obra de fácil consulta, contendo índice onomástico de cada volume, mas que também fosse bem documentada com fontes e atualizada em relação à bibliografia corrente. Em HB (CEN) primeiro tomo, são citados livros publicados no ano do lançamento da obra (1939).

A escolha do título “História do Brasil” certamente não é casual. A Reforma de Ensino de Francisco Campos havia mudado a organização disciplinar nos currículos do secundário, extinguindo as disciplinas de História Universal e História do Brasil e substituindo-as pela cadeira de História da Civilização, integrando os conteúdos das duas disciplinas. Durante o período de vigência da Reforma Campos, várias instituições e pessoas se posicionaram contra a extinção da cadeira de História do Brasil nos currículos do ensino secundário. O IHGB foi uma das principais instituições engajadas

<sup>534</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. História e Historiadores na Coleção Brasileira. *op. cit.* p. 55

<sup>535</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. 15

na resistência, e expediu oficialmente um documento a Gustavo Capanema (que assumiu o ministério em 1934) pedindo a restauração da cadeira de História do Brasil.<sup>536</sup>

Durante a realização do Terceiro Congresso de História Nacional promovido pelo IHGB, em outubro de 1938, formalizou-se uma moção que reivindicava a reabilitação da disciplina de História do Brasil no curso secundário.<sup>537</sup> Segundo os membros do IHGB, fazia-se necessário conferir um conteúdo nacional à educação e padronizá-la. O ensino de História não poderia ficar de fora do projeto de construção da nacionalidade.

Luís Reznik mostra que a recomposição da História do Brasil como disciplina autônoma nos currículos do curso secundário foi sendo efetivada a partir dos protestos dos nacionalistas. Em 1939 é expedida pelo Ministério da Educação e Saúde uma portaria determinando o oferecimento de aulas separadas de História do Brasil em todas as séries do curso secundário fundamental e na primeira série do curso complementar pré-jurídico. Em novembro do mesmo ano o Colégio Militar se antecipa e restabelece oficialmente a cadeira de História do Brasil em seus currículos. Em 02 de fevereiro de 1940, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, anuncia em um pronunciamento no Colégio Pedro II a reimplantação da cadeira de História do Brasil no ginásio, diretriz consolidada pelos programas da reforma que levou seu nome, expedidos dois anos depois.<sup>538</sup>

Em 1939 também foi instituída a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil. O curso para a formação de professores de História passou a ser oferecido juntamente com o de Geografia. A disciplina “História da Civilização no Brasil”, existente na extinta Universidade do Distrito Federal foi substituída por “História do Brasil”. A crítica que a denominação anterior manifestava a um tipo de História voltada para a exaltação de eventos, à memorização de datas e o culto aos “grandes personagens” perdeu o sentido. Paralelamente, contrariando a orientação que prevalecia na UDF de privilegiar a história universal, a carga horária destinada ao estudo da história do Brasil aumentou consideravelmente na FNFi.<sup>539</sup>

---

<sup>536</sup> REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã. op. cit.* p. 75

<sup>537</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu. op. cit.* p. 190

<sup>538</sup> REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã. op. cit.* p. 106-117

<sup>539</sup> Para uma análise dos currículos dos dois cursos Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício. op. cit.*

Hélio Vianna se tornou catedrático interino da cadeira de História do Brasil. Seu currículo foi enviado por Alceu de Amoroso Lima a Capanema.<sup>540</sup> Ele não era um nome de expressão no meio intelectual e até então havia publicado apenas o um pequeno livro *Formação Brasileira* (1935), pela editora José Olympio.<sup>541</sup> Sua produção mais expressiva era formada por artigos veiculados em periódicos, sobretudo, a revista *A Ordem*, ligada à intelectualidade católica e ao Centro Dom Vital e textos irradiados no programa “Hora do Brasil” do Departamento Nacional de Propaganda.<sup>542</sup>

Diferentemente da Universidade do Distrito Federal – universidade na qual Pedro Calmon assumiu por um curto período a cadeira de História da Civilização no ano de 1935 – que empregava seus professores sob o regime de contrato, na Faculdade Nacional de Filosofia, as cátedras formavam sistemas fechados. Cada catedrático tinha “liberdade” para determinar o conteúdo a ser estudado no interior de sua cátedra e a metodologia de ensino a ser utilizada.<sup>543</sup>

Hélio Vianna exercia um controle estrito sobre o ensino da História do Brasil na FNFi. Em seu estudo sobre o curso de História e Geografia da FNFi, Marieta de Moraes Ferreira afirma a inclinação de Vianna a conferir importância excessiva a fatos e datas ligados a um enfoque político, de forma que seus cursos eram monótonos e não continham nada de inovador em seu formato e conteúdo. A autora mostra que diferentemente do projeto da UDF, na FNFi predominava a ideia de que a formação de professores não pressupunha a prática de pesquisa. Quiçá, o plano de Pedro Calmon de escrever uma história do Brasil, visava fornecer material para os futuros professores em formação e para os alunos do curso secundário que voltariam a ter a disciplina em sua grade curricular. A intenção era fazer uma compilação de informações, de forma a disponibilizar um resumo o mais completo possível, com um volume para cada século da história brasileira.

Calmon se sentia habilitado para fazer tal apanhado e afirma claramente seus propósitos totalizantes na Explicação de HB (CEN) 2.º tomo:

---

<sup>540</sup> Cf. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV – GC g 1936.01.18 *Apud* FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício. op. cit.* p. 140

<sup>541</sup> Sobre Hélio Vianna ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício. op. cit.* pp. 42-47 e VALE, Nayara Galeno. *Hélio Vianna e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil*. Monografia. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

<sup>542</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício. op. cit.* p. 140

<sup>543</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1968): o projeto possível*. Rio de Janeiro: PROEDS/UFRJ, s/d. p. 6

reduzir a volume as pacientes retificações que corrigem os velhos cronistas, a nova documentação, que lhes abona ou destrói a narrativa, tudo o que se divulgou acerca das atividades colonizadoras no período largo, que vai da jornada do Ceará, com franceses no Maranhão, até o começo do ciclo do ouro.<sup>544</sup>

No fundo de Pedro Calmon encontrei poucas correspondências de Fernando de Azevedo e nenhuma especificamente a respeito da publicação de HB (CEN). No fundo de Fernando de Azevedo chamou-me a atenção uma carta de Calmon datada de três de janeiro de 1950, na qual pede “os bons officios, sempre decisivos” de Azevedo junto à Companhia Editora Nacional para que o primeiro e o segundo volumes de HB (CEN) fossem reeditados, pois estavam esgotados “há cousa de 6 ou 7 anos”. A missiva é finalizada com o reforço do pedido: “Estimaria que a respeito falasse ao nosso caro amigo Octalles e me desse uma palavra, que desde já e efusivamente agradeço.”<sup>545</sup>

Azevedo assumira a posição de um mediador entre os interesses do autor e os interesses da editora personificados na pessoa de Octalles Marcondes Ferreira. Calmon também se mostra nos anos 1950 em uma posição bem mais favorável para demandar que seus interesses fossem atendidos pela editora, do que na década de 1930. Não tive acesso à resposta de Fernando de Azevedo ao seu pedido, entretanto, por uma carta de Pedro Calmon enviada ao editor e amigo ficamos sabendo que tal resposta chegou no dia 10 de janeiro de 1950, contendo más notícias. Azevedo comunicara a Calmon seu desligamento da direção da *Brasiliana* e afirma que só está ao seu alcance se solidarizar com as angústias editoriais do amigo. Calmon, por sua vez, afirmou ser sensível e evidente a ausência do amigo/editor na subsérie, nos últimos tempos.<sup>546</sup> Decerto, as expectativas de Calmon em relação às reedições dos volumes em questão seriam alteradas em virtude da saída de Azevedo da tarefa de organizador da coleção, que tinha ocorrido alguns anos antes.

A *Brasiliana* resistiu à sua saída das fileiras da CEN continuando ativa até o ano de 1993. Em sua “segunda fase” foi dirigida por Américo Jacobina Lacombe a partir de 1956.<sup>547</sup> Até o volume 304, datado de 1958, a *Brasiliana* fazia parte da Biblioteca

---

<sup>544</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Tomo 2 (A formação). p. 15

<sup>545</sup> Carta de Pedro Calmon a Fernando de Azevedo. Data: 3 jan 1950. Código: FA-CP-CX6, 87. Fundo Fernando de Azevedo. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo.

<sup>546</sup> Conforme exposto, Eliana Dutra afirma que o desligamento de Azevedo da direção da *Brasiliana* se deu em 1946, entretanto, ele só comunica o fato a Calmon quatro anos depois. Não se sabe o motivo da demora. Carta de Pedro Calmon a Fernando de Azevedo. s/d. FA-CP-CX6, 88. Fundo Fernando de Azevedo. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo.

<sup>547</sup> VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasiliana & História Geral da Civilização*

Pedagógica Brasileira, mas a partir desse número passou a se configurar como uma coleção independente.<sup>548</sup>

O recurso a Azevedo era a cartada final do autor para tentar que os volumes fossem reeditados, pois outras tentativas tinham sido empreendidas anteriormente. No arquivo de Pedro Calmon encontrei carta enviada pelo diretor de produção da Companhia Editora Nacional (que na identificação do arquivo consta apenas como “Rocha”), datada de 11 de dezembro de 1946, em resposta à correspondência mandada pelo destinatário em sete do mesmo mês. A resposta afirma a impossibilidade de providenciar imediatamente as reedições do primeiro e segundo volumes de HB (CEN) nos próximos cinco meses, pois nesse período as oficinas estariam “tomadas para a produção de nossos livros escolares”.<sup>549</sup>

A demora na reedição foi de bem mais que cinco meses. No arquivo de Pedro Calmon encontrei também uma carta de remetente não identificado escrita em papel timbrado da CEN. O remetente da carta, que se reporta ao titular como “Prezado amigo Dr. Pedro Calmon”, afirma ter ciência do conteúdo de uma missiva enviada pelo destinatário no dia 3 de janeiro de 1949. O conteúdo de tal carta é desconhecido, entretanto, a informação dada pelo remetente em resposta a ela é a da impossibilidade de reeditar o primeiro volume de HB (CEN). O correspondente ainda afirma seu compromisso em reeditar o volume em questão juntamente com o 5.º volume.<sup>550</sup> Muito provavelmente a carta foi redigida por uma pessoa com poder de decisão no quadro funcional da editora, talvez o próprio diretor de produção.<sup>551</sup>

Não tenho informações sobre o tamanho da tiragem da primeira edição do primeiro e segundo tomos de HB (CEN), entretanto, pela correspondência descrita acima se pode inferir que eles não foram sucesso imediato de vendas como as obras anteriores de Calmon publicadas na Brasiliana. Em 1946 tinham se passado sete anos desde o lançamento do primeiro volume e cinco desde o lançamento do segundo e não havia interesse em reeditá-los.

A carta de remetente desconhecido, enviada em sete de janeiro 1949, mostra que o projeto de lançamento do 5.º volume de HB (CEN) data de muito antes da efetiva

Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. pp. 05 - 23. p. 7-8

<sup>548</sup> VENANCIO, Giselle. Prefácios de Vianna na coleção Brasiliana. *op. cit.* p. 53, nota 10.

<sup>549</sup> Carta do Diretor de Produção da Companhia Editora Nacional. Data: 11 dez 1946. Código: PC 17363. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>550</sup> Carta de remetente não identificado a Pedro Calmon. Data: 7 jan 1949. Código: PC12099. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>551</sup> A missiva não se encontra assinada.



publicação, em 1954. A missiva do diretor de produção da CEN (Rocha), por sua vez, corrobora o que é apontado por Gustavo Sorá: a progressiva especialização da CEN na produção de livros didáticos, o que pode ter contribuído, ao longo dos anos 1940, para a diminuição no volume de novas edições e reedições da *Brasiliana*.<sup>552</sup>

Mesmo com a saída de Fernando de Azevedo as reedições ocorreram. Pelo menos a do primeiro volume. Um demonstrativo de lançamentos feitos na conta de Pedro Calmon pela Companhia Editora Nacional, datado de 11 de setembro de 1951, dá conta do depósito do valor referente a 10% sobre a segunda edição de seu livro “HISTÓRIA DO BRASIL, 1.º volume, num total de 2000 exemplares”. A tiragem modesta, em relação às tiragens de 10.000 exemplares que HCB alcançou em sua primeira e segunda edições, mostra que a expectativa em torno da vendagem da reedição do livro não era das melhores. Como se pode ver, a promessa em torno da reedição do primeiro volume ser feita conjuntamente com o lançamento do quinto volume só se cumpriu em parte, pois este último só seria efetivamente publicado três anos depois.

Pode-se dizer que com o lançamento do quinto volume a HB (CEN) completou-se para Calmon, que afirma na Explicação do 5.º tomo ter cumprido “a promessa do 1.º, há 15 anos”. Tal compromisso, projetado no passado, consistia em escrever a história do Brasil “dividida pelos séculos em que se desdobra”.<sup>553</sup> Ainda assim, o cunho de completude que almejava para a obra quedava ameaçado, pois, apenas o primeiro volume chegou a ser reeditado. Em carta a Pedro Calmon datada de 1956, Wilson Accioly de Azevedo pede auxílio do autor para localizar o 2.º e o 3.º volumes. Afirma ter percorrido várias livrarias procurando-os sem sucesso. Conclui: “Naturalmente estão meio esgotados” e pede a ajuda do autor, pois em suas palavras “seria desagradável e triste ficar com tão extraordinário trabalho incompleto”.<sup>554</sup>

Acreditando na qualidade do seu trabalho, Pedro Calmon mostrava-se insatisfeito com o quadro que se configurava na CEN em meados da década de 1950. Fernando Azevedo deixara a direção da *Brasiliana* e sua mais recente obra publicada

---

<sup>552</sup> Carta de remetente não identificado a Pedro Calmon. Data: 7 jan 1949. Código: PC12099. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia e Carta do Diretor de Produção da Companhia Editora Nacional. Data: 11 dez 1946. Código: PC 17363. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia. e SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp/ComArte, 2010. p. 360

<sup>553</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. Tomo V (A República). p. 7

<sup>554</sup> Carta de Wilson Accioly de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 3 nov 1956. Código: PC 13033 Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

pela editora estava sendo preterida em prol da edição de livros com caráter mais didático. Apesar de se mostrar como um livro destinado ao público escolar, a HB (CEN), até mesmo por suas dimensões não se configurava propriamente como uma obra para ser utilizada em sala de aula. Fazia-se necessário reelaborá-la, recriá-la, reescrevê-la, reinventá-la. Entretanto, isso não seria feito no interior da Companhia Editora Nacional, voltada para o filão do mercado didático, muito menos da Brasiliana. Tudo que foi exposto reforça impressão de que, nos anos 1950, a Brasiliana já não era mais uma prioridade da CEN.

A coleção, que iniciou em 1956 uma nova fase sob a direção de Américo Jacobina Lacombe, publicou entre os anos de 1957 e 1961, 22 novos títulos, em média cinco por ano. Giselle Venancio afirma que tal incremento na produção foi expressivo da boa fase que viveu a indústria editorial brasileira, possibilitada, sobretudo por leis que favoreciam o desenvolvimento do mercado nacional.<sup>555</sup> Entretanto, pelo que se pode constatar das cartas enviadas a Pedro Calmon, os esforços da CEN estavam voltados, principalmente, para a produção de livros didáticos e de inéditos que provinham principalmente dos novos espaços universitários. E mesmo as reedições dos livros de Calmon na Brasiliana estavam sendo negligenciadas. Quadro muito diferente daquele dos anos 1930, quando a coleção tinha grande importância cultural. Na segunda metade da década de 1950 a José Olympio se mostrou para Calmon como uma nova possibilidade de ascensão editorial.

## 4.2 A “nossa casa”: Pedro Calmon e a José Olympio

Nos anos 1930, enquanto a coleção Brasiliana da CEN estava em seu apogeu, um empreendimento nos mesmos moldes foi levado adiante por outra editora que lutava para se firmar no mercado editorial: a José Olympio. Seu proprietário e diretor, José Olympio Pereira Filho havia migrado para o Rio de Janeiro em 1934 após um curto período de atividades em São Paulo. Ao longo da década de 1930 a editora foi se consolidando como um espaço de encontro de escritores, reunidos em torno da amizade e das relações pessoais que mantinham com o diretor. Tornou-se assim a “casa” à qual os autores das mais variadas posições ideológicas acorriam para participar de debates e

---

<sup>555</sup> VENANCIO, Giselle Martins. Brasiliana segunda fase: percurso editorial de uma coleção que sintetiza o Brasil (1956-1993). In: DUTRA, Eliana de Freitas. (Org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 109-126. p. 111

conversas sobre variadas temáticas.<sup>556</sup> Não é possível saber se Pedro Calmon frequentava a José Olympio, mas creio que, assim como Fernando Azevedo, o editor tenha se tornado seu amigo a partir das relações tecidas em torno da publicação de livros. A editora chegou à década de 1940 em uma condição privilegiada no campo das edições. Tal importância foi possibilitada, em grande medida, em virtude da utilização dos recursos e benesses estatais intensificados durante o Estado Novo como forma de ter uma maior ingerência sobre a cultura. Por outro lado, nesta década foram mobilizadas pela editora estratégias de diversificação no sentido de privilegiar gêneros economicamente mais rentáveis. A “casa” passou a privilegiar os projetos de livros mais baratos e métodos de produção e divulgação dirigidos para o alcance de um crescimento patrocinado, fosse esse patrocínio estatal ou não.<sup>557</sup>

A coleção Documentos Brasileiros foi a brasileira da editora José Olympio entre 1936 e 1989. Teve como diretor, em seus primeiros anos, Gilberto Freyre, que selecionava autores e obras a serem lançados com o selo da coleção. Quando do lançamento do volume 22 da Coleção Documentos Brasileiros, primeiro título de Calmon no empreendimento editorial, intitulado *História da Casa da Torre*, Freyre não estava mais à frente da direção da coleção – que estava sendo coordenada por Otávio Tarquínio – embora se possa supor que ele tenha articulado a sua publicação.

O livro se enquadra em uma orientação conferida pelo primeiro editor à coleção que ambicionava tornar o Nordeste uma referência cognitiva fundamental para a “brasilidade”. O livro de Calmon parte do estudo de uma família patriarcal da colônia que ao longo de três séculos desempenhou um papel fundamental para o conhecimento, conquista e defesa do território no sertão baiano como mote para o estudo da história brasileira.<sup>558</sup>

Desde o volume 19, a coleção tinha passado a trazer a inscrição “dirigida por Octavio Tarquínio de Sousa”.<sup>559</sup> O convite tendo sido feito por Freyre ou Tarquínio, fato é que Calmon, em 1939, estava muito distante da figura de um iniciante no mundo das letras e dos estudos brasileiros. Era visto como um nome já referendado como historiador por sua atuação profissional e por seus livros publicados.

---

<sup>556</sup> SORÁ, Gustavo. *Brasilianas. op. cit.* p. 167 e MARIZ, Ana Sofia. *Editora Civilização Brasileira: o design gráfico de um projeto editorial (1959-1970)*. Dissertação (Mestrado em Artes e Design). 180f. Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005. p. 39

<sup>557</sup> SORÁ, Gustavo. *Brasilianas. op. cit.* p. 359

<sup>558</sup> PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As ruínas da tradição*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. p. 42. [Recurso eletrônico]

<sup>559</sup> FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras. op. cit.* p. 104; 120.

Pedro Calmon ao fim dos anos 1940 tinha cinco títulos publicados pela José Olympio. São eles: *O Rei do Brasil* (1935), *História da Casa da Torre* (1939) pela referida coleção Documentos Brasileiros, *Brasil e América – História de uma política* (1943), *A bala de ouro* (1947) e *História de Castro Alves* (1947).<sup>560</sup> De uma maneira geral, como se pode perceber pelos títulos, os livros publicados por Calmon com o selo da José Olympio fundamentam-se em uma criteriosa pesquisa documental. Diferem dos seus livros publicados pela Companhia Editora Nacional, pois são livros que tratam de problemáticas mais restritas e não da história do Brasil em sua integralidade, sendo fartamente documentados.

Ao considerar a *História da Casa da Torre*, Fábio Franzini afirma que tal obra juntamente com outras da coleção Documentos Brasileiros, tais como, *A Grande Vida de Fernão Dias Paes* (1955), de Afonso d'Escagnolle Taunay e *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)* (1956) de Rodolfo Garcia, expressariam “o alto grau de especialização de historiadores já profissionais”.<sup>561</sup> Em suas palavras, tais historiadores incorporados a instituições de ensino e pesquisa, faziam “do estudo, do ensino e da divulgação do passado o seu trabalho” e eram publicamente reconhecidos por ele. As obras desses historiadores, segundo Franzini, eram afinadas com uma linha teórica e metodológica preconizada por Capistrano de Abreu, apoiando-se em “rigorosa pesquisa e farta documentação”.<sup>562</sup>

Apesar de concordar em parte com Fábio Franzini, questiono o fato do autor defender que por apresentarem algum grau de especialização, tais autores poderiam ser considerados “já profissionais”. Bem como, a atribuição de uma modernização da historiografia a tais autores, pelo fato de “seguirem” os ensinamentos de Capistrano de Abreu. Calmon, como já aponte, se rebela contra alguns dos princípios capistraneanos, reforçando a necessidade de se escrever a história do Brasil, a despeito da escassez de monografias ou documentos e não se considerava menos “moderno” por isso. Acreditava ser capaz de escrever uma história do Brasil segundo os princípios de Capistrano baseado no avanço das monografias e pesquisas em arquivos.

Apesar do reconhecimento como historiador, Calmon ficou marcado por sua atuação como professor do curso de Direito, a partir do qual ascendeu à reitoria da

---

<sup>560</sup> DOYLE, Plínio. Biobibliografia de Pedro Calmon. *op. cit.*

<sup>561</sup> FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História). 220f. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 188

<sup>562</sup> *Ibidem*, p. 188.

Universidade do Brasil. Portanto, a produção de livros de História e o ensino da disciplina, eram para ele, atividades secundárias. Taunay e Rodolfo Garcia também se destacaram à frente dos cargos de direção do Museu Paulista e da Biblioteca Nacional, respectivamente. Não viveram apenas de seus escritos e aulas de História.

Ângela de Castro Gomes analisa o suplemento “Autores e Livros”, publicado entre os anos de 1941 e 1945, e afirma que os historiadores eram vistos como “eruditos”, exercendo profissionalmente as funções de diplomatas, professores e jornalistas.<sup>563</sup> Essa visão a respeito da figura do historiador demoraria a se modificar. Calmon, no final da década de 1940, decerto era enxergado como um experiente erudito, um grande “homem de letras”. Mas não foi por essa qualidade que ele foi primeiramente contatado por José Olympio, mas na condição de possível patrocinador.

Em 13 de janeiro de 1949 José Olympio escreve a Pedro Calmon pedindo algo inusitado: apoio financeiro para um projeto que julgava inovador. As primeiras frases já revelam que o teor da missiva poderia causar surpresa: “Você vai estranhar a natureza dessa carta. Mas não repare. Peço-lhe [ilegível], pois ela é ditada pela simpatia; e por confiança.” A ajuda consistia no pagamento por Calmon de uma promissória de 100 contos, que seriam devolvidos em janeiro de 1950. O projeto, segundo José Olympio contaria ainda com a colaboração de mais nove amigos, que ajudariam cada um com um empréstimo de 100 contos. O ousado plano consistia na criação de um departamento de vendas à prestação na editora, que Olympio chama de “nossa casa”.<sup>564</sup>

As relações profissionais entre Calmon e José Olympio provavelmente se estreitaram a partir do mundo da edição. Como se pode ver em relação ao conteúdo da carta, em fins dos anos 1940, os dois pareciam próximos. Do contrário, o editor não teria pedido a colaboração do autor com seu projeto. Ao que parece, José Olympio apostava suas fichas na criação do novo departamento, pois finaliza a missiva a Pedro Calmon reiterando o apelo já feito e procurando novamente envolver Calmon, atribuindo a ele parte na “casa” compartilhada por ambos: “Se v. quiser ajudar-me a construir algo grande em nossa casa eu lhe agradeceria. Espero poder contar com você. Seu amigo. J. Olympio”.<sup>565</sup>

A estratégia de venda de obras completas à prestação fora posta em prática no Brasil pela primeira vez pela WM Jackson Company, editora de origem norte-

---

<sup>563</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores. op. cit.* p. 99

<sup>564</sup> Carta de José Olympio a Pedro Calmon. Data: 13 jan 1949. Código: PC 16587. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>565</sup> *Ibidem.*

americana, estabelecida em São Paulo, em 1911. A editora ficou conhecida pela edição e venda da *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, coleção em 20 volumes lançada em 1914, contando com a colaboração de autores brasileiros e portugueses. Dispunha de um permanente serviço de funcionários treinados para realizar a venda “de porta a porta”, que ofereciam suas obras no padrão de edição luxuoso, semiluxuoso e popular.

Outras editoras, tais como a Martins e a Brasiliense iniciaram-se no mercado de publicação de obras completas, enciclopédias e coleções, em vistosas edições de capa dura para decorar as estantes de famílias que, não tinham por hábito frequentar livrarias.<sup>566</sup> Em 1946, o Estado havia autorizado o sistema de vendas domiciliares a crediário. Sorá afirma que no final desta década a editora José Olympio privilegiou bastante em seu catálogo as reedições em detrimento dos lançamentos. O proprietário homônimo atraía para o seu rol autores e obras que obtiveram sucesso ao serem lançados inicialmente por outros selos, como Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto. Diversos autores tiveram suas próprias coleções de obras completas publicadas pela editora.<sup>567</sup>

Além da reunião da obra de autores da literatura brasileira já consagrados, como Jorge Amado, Érico Veríssimo, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, a editora passou a investir também na reunião das obras de historiadores e ensaístas, como Gilberto Freyre e Otávio Tarquínio de Souza. No caso do último, seus escritos foram reunidos e ampliados para dar origem à coleção *História dos Fundadores do Império*, em dez volumes.<sup>568</sup>

Não encontrei nenhum convite formal de José Olympio a Pedro Calmon para que produzisse uma obra capaz de movimentar o negócio das vendas à prestação. Entretanto, segundo um contrato de 1953, encontrado no fundo da José Olympio<sup>569</sup>, da mesma forma que a obra monumental de Tarquínio, a *História do Brasil* de Pedro Calmon deveria ser relançada em dez volumes, reunindo suas obras *História da Civilização Brasileira*, *História Social do Brasil* e a *História do Brasil* anteriormente

---

<sup>566</sup> SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*. *op. cit.* p. 390

<sup>567</sup> *Ibidem*, p. 417-419

<sup>568</sup> *Ibidem*, p. 420. Sobre a História dos Fundadores do Império Cf. GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço*. *op. cit.*

<sup>569</sup> A coleção encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Nacional e é constituído por mais de 6.000 itens dentre livros, originais, provas e contratos, além de diversas edições de livros publicados pela “casa”. Foi doada em 2006 pela família do editor, mas seu material só se tornou disponível para consulta no ano de 2017. Os documentos utilizados como fontes para este trabalho foram consultados na seção de Manuscritos da instituição. Informações do Blog da Biblioteca Nacional. <https://blogdabn.wordpress.com/page/19/> (Acesso em 12 jan 2018)

publicada pela Companhia Editora Nacional.<sup>570</sup> Não se sabe por qual motivo, o autor e editora desistiram da reunião das obras completas e se resolveu pela publicação de uma obra inédita em sete volumes, ao invés de uma compilação.

Na “Introdução” presente no primeiro volume da *História do Brasil* editada pela José Olympio<sup>571</sup>, Pedro Calmon agradece “os entusiasmos do editor audaz e idealista que é José Olympio”, dando a entender que o incentivo para produzir uma obra inédita partira do editor.<sup>572</sup> Talvez isso tenha se dado porque, diferentemente da obra de Otávio Tarquínio, que reunia em grande parte livros já publicados pela José Olympio Editora, os livros de Pedro Calmon a serem reunidos na coleção tinham sido editados pela Companhia Editora Nacional. Segundo os termos do contrato assinado em 1953, a editora José Olympio se comprometia a dividir igualmente com o autor as despesas advindas da compra de exemplares das obras contratadas:

No caso de haver necessidade de adquirir das casas editoras exemplares ainda existentes das obras ora contratadas – exemplares que serão inutilizados afim de ficarem fora do mercado livreiro – ficarão as despesas divididas entre o AUTOR e a LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA.<sup>573</sup>

No contrato firmado em 1953, é mencionado que os direitos autorais e propriedade literária seriam pertencentes ao autor, portanto, a José Olympio não teria que pagar à CEN pela aquisição dos direitos de publicação, mas sim pela aquisição dos exemplares a serem inutilizados no mercado editorial.

A partir de carta do Diretor de Produção da CEN a Pedro Calmon, datada de 18 de janeiro de 1960, sabe-se que o acordo de aquisição dos exemplares foi firmado entre o autor e Octalles Marcondes Ferreira. A carta dá conta de uma quantidade de 259 exemplares sobressalentes em estoque da HB (CEN) vol. 1, 254 exemplares de HB (CEN) vol. 4 e 2015 exemplares de HB (CEN) vol. 5, que deveriam ser comprados por Pedro Calmon e pela editora José Olympio.<sup>574</sup> Por esse total de livros é possível cogitar que os exemplares do quinto volume, lançado apenas em 1954, provavelmente

<sup>570</sup> Contrato. Data: 29 de setembro de 1953. 81,02,06 n.º 128. In: Dossiê de documentos administrativos e jurídicos relativos à obra *História do Brasil* de Pedro Calmon. Coleção José Olympio. Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>571</sup> Doravante designada e referenciada como HB (JO).

<sup>572</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. LXIV

<sup>573</sup> Contrato. Data: 29 de setembro de 1953. In: Dossiê de documentos administrativos e jurídicos relativos à obra *História do Brasil* de Pedro Calmon. Código: 81,02,06 n.º 128. Coleção José Olympio. Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>574</sup> Carta do Diretor de Produção da Companhia Editora Nacional a Pedro Calmon. Data: 18 jan 1960. Código: PC 15058 Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

“encalharam” nas prateleiras da CEN. Não se sabe, entretanto, se o motivo pode ter sido o anúncio do lançamento futuro de uma obra pretensamente mais completa pela José Olympio ou mesmo a falta de interesse dos possíveis leitores.

Em resposta, em 22 de janeiro de 1960, Pedro Calmon envia carta endereçada a Ênio Silveira, diretor da CEN. O autor explica que: “quando se tratou de editar a História conforme os planos da casa José Olympio, assumi espontaneamente o compromisso de comprar os exemplares porventura sobejantes da obra ‘reimpressa’”.<sup>575</sup> Entretanto, segundo ele, os planos de reedição se modificaram inteiramente e em vez de reeditar a obra, optou por fazer um livro novo.

O autor defende que a obra publicada pela José Olympio não é uma reedição, embora afirme que no “3.º, 4.º e 5.º volumes foram grandemente aproveitados os anteriores, nem sendo possível ou razoável escrever na sua totalidade uma obra de tal vulto”.<sup>576</sup> Entretanto, afirma que a obra foi reelaborada, sobretudo em seus volumes 1, 6 e 7. Apela ainda para a apresentação muito diferente do formato da Brasiliense: “formato grande, perto de 1.000 ilustrações, introdução, índices, atualização bibliográfica, etc”. Sem chegar a uma conclusão a respeito, Calmon afirma que restava a ele “considerar o caso de seu ângulo jurídico. E levar o assunto à apreciação de José Olympio.”<sup>577</sup>

Passaram-se seis anos desde a assinatura do primeiro contrato, em 1953, e o efetivo lançamento da História do Brasil da José Olympio, tempo durante o qual o autor recebeu uma espécie de “bolsa”. Baseando-se em relato de Plínio Doyle, advogado, amigo de José Olympio e colecionador de livros<sup>578</sup>, Sorá afirma que o editor estabeleceu uma espécie de bolsa no valor de 25 mil cruzeiros para que professores como Herman Lima, Otávio Tarquínio de Sousa e Pedro Calmon se dedicassem à produção de suas grandes obras.<sup>579</sup>

A partir da carta de Pedro Calmon, pode-se vislumbrar que ele reforça a superioridade da apresentação da obra editada pela José Olympio sobre a anterior editada pela CEN e também de seu conteúdo. O argumento utilizado para demonstrar que são obras diferentes é o de que a obra da José Olympio representa uma evolução em relação à obra da CEN. Apesar do declínio das grandes coleções de estudos

<sup>575</sup> Carta de Pedro Calmon a Ênio Silveira. Data: 22 jan 1960. Código: PC 15058. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>576</sup> *Ibidem*.

<sup>577</sup> *Ibidem*.

<sup>578</sup> Sobre Plínio Doyle cf. RANGEL, Rosângela Florido. *Sabadoyle: uma academia literária alternativa?* 147f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais). 140f. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2008.

<sup>579</sup> SORÁ, Gustavo. *Brasilienses. op. cit.* p. 420



brasileiros, Calmon conseguira publicar a sua própria coleção, que, para ele, não representava uma simples reunião de seus escritos, mas uma obra original em grande formato e ricamente ilustrada.

O aspecto material da obra foi muito destacado pela propaganda da José Olympio. Um folheto publicitário de 1963 afirmava a necessidade de todos os lares e de todos os brasileiros possuírem a coleção, por ser “a única História do Brasil que abrange os nossos dias; vem das caravelas de Cabral a Brasília. Traz a famosa carta de Pero Vaz de Caminha, e a Constituição Brasileira.”<sup>580</sup>:

Caracteres tipográficos escolhidos para fácil leitura. ENCADERNAÇÕES - luxuosas em pecalina especial, cor ouro-velho. PAPEL - ilustração extra-fino especialmente importado da Finlândia. Côr branco-mate. ILUSTRAÇÕES - 970 (fotos - mapas - desenhos - quadros célebres, etc) DESENHOS ESPECIALMENTE FEITOS - pelo pintor J. Wasth Rodrigues: 59 desenhos inspirados em fatos históricos. ILUSTRAÇÕES COLORIDAS - 8 gravuras a cores ornam a coleção.<sup>581</sup>

O catálogo de divulgação ricamente ilustrado que foi encontrado no arquivo da José Olympio disponibilizado ao público recentemente na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional é datado de 1963 e pode ter sido confeccionado para divulgar a segunda edição da obra. A confecção gráfica é enaltecida como “primorosa” e por todos os motivos acima, o folheto conclui que a coleção “é um patrimônio de família”.<sup>582</sup> Como se pode perceber, a propaganda é focada não apenas na qualidade do texto, mas na integralidade do conteúdo, em seu caráter de completude, na apresentação material e gráfica e também no fato de ser uma obra a ser utilizada por toda a família.

A coluna do crítico José Condé, no jornal Correio da Manhã de 18 de fevereiro de 1960, afirma que “o historiador Pedro Calmon recebeu vinte milhões de direitos autorais pela publicação (recente) de sua ‘História do Brasil’ em sete volumes”. Encerra-se com o seguinte questionamento: “Qual escritor, no Brasil, que já ganhou tamanha bolada com livros e, o que é mais importante ainda, de uma só vez?”<sup>583</sup>

<sup>580</sup> Folheto para a obra História do Brasil de Pedro Calmon. s/d. Código: 80, 05,06 n.º 54. Coleção José Olympio. Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>581</sup> *Ibidem*.

<sup>582</sup> *Ibidem*.

<sup>583</sup> CONDÉ, José. Escritores e Livros. Correio da Manhã, 18 fev 1960. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.6.1. A coluna Escritores e Livros foi mantida no jornal entre os anos 1952 e 1969. O intuito principal da coluna era a divulgação de eventos literários e principalmente de livros. Pela sua rede de relações no meio literário da época, José Condé obtinha informações privilegiadas sobre obras e originais, antecipando lançamentos, projetos de livros e até mesmo a possível vendagem e receptividade do público. COSTA, Edson Tavares. *A construção e a permanência do nome do autor: o caso José*

Em um documento encontrado em seu arquivo, Calmon desmente a afirmação no que parece ser o fragmento de uma entrevista. Em resposta à pergunta “Sobre os direitos autorais?”, o autor replica:

Corre por aí que a obra rendeu 20 milhões para o autor, pagos adiantadamente. Há nisto qualquer coisa de fantasioso, pois não sei se nos próprios centros de cultura mais adiantados do mundo poder-se-ia pensar em empreendimentos editoriais nessa base. Ora, a primeira tiragem foi de 5.000 exemplares, e sendo a obra vendida a prestação evidentemente a parte do Autor nem de longe alcançaria tal cifra. É claro, isto sim, que o Brasil cresce, terá em 20 anos 100 milhões de habitantes, a História da pátria deve circular por todas as mãos, mensagem dos tempos endereçada a cada brasileiros consciente da terra, fiel à terra, querendo-lhe conhecer as origens, mais amigo do Brasil, porque não lhe ignora glórias e vicissitudes...<sup>584</sup>

Os números relativos aos direitos autorais de 29 de junho de 1960, efetivamente não dão conta da quantia de 20 milhões de cruzeiros<sup>585</sup>, mas evidenciavam recebimento por parte do autor da quantia de treze milhões, cento e trinta e um cruzeiros.<sup>586</sup> Ainda assim, uma quantia considerável tratando-se do recebimento de direitos autorais. O demonstrativo não aponta o recebimento de nenhum tipo de “bolsa” para o autor, mas essa, se de fato existiu, deve ter sido paga para além dos direitos autorais, conforme afirmou Plínio Doyle.

Para se ter um parâmetro de comparação, André Carlos Furtado, em seu trabalho sobre a coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), empreendimento da editora Difel, coordenado por Sérgio Buarque de Holanda, traz uma informação mencionada em uma carta de Rubem Lima, diretor de produção da CEN, a Américo Jacobina Lacombe, datada de 28 de outubro de 1957. A carta dá conta de que os autores que colaborassem com elaboração de textos para a referida coleção, receberiam a remuneração de 225 cruzeiros por página datilografada e teriam que ceder

---

Condé. 295f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

<sup>584</sup> Entrevista de Pedro Calmon. s/d. Código: PC 13450. Arquivo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>585</sup> Juntando os pagamentos realizados em setembro de 1953, em dezembro de 1959 e de janeiro a junho de 1960, somados aos direitos autorais da primeira edição de 15.000 exemplares (14.800 exemplares descontados os 200 exemplares retirados para a crítica e distribuição e não de 5.000 exemplares como Calmon colocou na entrevista acima referida), somando-se os direitos autorais de 3.300 exemplares ainda não vendidos.

<sup>586</sup> DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE DIREITOS AUTORAIS DO DR. PEDRO CALMON RELATIVAMENTE À VENDA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE QUINZE MIL EXEMPLARES DE SUA OBRA “HISTÓRIA DO BRASIL”, EM 7 VOLUMES. Data: 29 jun 1960. In: Dossiê de documentos administrativos e jurídicos relativos à obra História do Brasil de Pedro Calmon. Código: 81,02,06 n.º 128. Coleção José Olympio. Setor de Manuscritos. Fundação Biblioteca 800 exemplares descontados os 200 exemplares retirados para a crítica e distribuição e não de 5.000 exemplares como Calmon colocou na entrevista acima referida. Nacional.

definitivamente os direitos autorais sobre seus textos.<sup>587</sup> Guardadas as devidas proporções, uma vez que os autores da referida coleção produziram textos breves sobre temas pontuais da história do Brasil, a remuneração recebida por Pedro Calmon da José Olympio referente a direitos autorais se mostra muito vantajosa.

A partir de documentação encontrada no arquivo da editora José Olympio, pode-se perceber que as expectativas em torno da vendagem da obra eram muito altas. Era previsto o pagamento de trinta e cinco milhões e trinta e um mil cruzeiros ao autor, referentes aos saldos dos direitos autorais da primeira até a sexta edição da obra. O contrato assinado pelo autor e editora em 29 de junho de 1960, que tornava inválido o contrato firmado anteriormente, em 1953, quando a obra efetivamente ainda não existia, era extremamente favorável ao autor, na medida em que estabelecia o pagamento de cinco milhões de cruzeiros como remuneração de direitos autorais relativa a cada tiragem de dez mil exemplares. De acordo com o mesmo contrato, a editora estaria obrigada a publicar a partir da segunda edição até a sexta uma tiragem mínima de 10.000 exemplares.<sup>588</sup>

As expectativas de vendas extraordinárias a partir do sistema de prestações não se concretizaram plenamente. A segunda edição só veio a público em 1963 e não em 1961, como estava inicialmente prevista. Em 1970, o contrato mais uma vez foi revisto para o lançamento da terceira edição que teve uma tiragem limitada de 4.000 exemplares. Por ocasião dessa edição o autor recebeu uma quantia bem mais modesta de vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro cruzeiros, pagos dez mil, setecentos e cinquenta e quatro cruzeiros no ato da assinatura do contrato e “os restantes 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) em 15 prestações mensais e sucessivas de 1.000,00 (um mil cruzeiros)”.<sup>589</sup> A HB (JO) ainda teve uma quarta edição em 1981, sobre a qual não encontrei nenhuma informação nos acervos da José Olympio ou do autor.

Fábio Franzini identifica no final dos anos 1950 um ponto de inflexão tanto no mercado quanto no campo intelectual, motivado pela ascensão de novas editoras e novos empreendimentos editoriais. Dentre esses empreendimentos temos a já mencionada *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), que diferentemente dos

---

<sup>587</sup> FURTADO, André Carlos. *As edições do cânone. op. cit.* p. 110.

<sup>588</sup> Contrato. Data: 29 jun 1960. In: Dossiê de documentos administrativos e jurídicos relativos à obra História do Brasil de Pedro Calmon. Código: 81,02,06, n.º 128. Coleção José Olympio. Setor de Manuscritos. Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>589</sup> Contrato. Data: 1970. In: Dossiê de documentos administrativos e jurídicos relativos à obra História do Brasil de Pedro Calmon. Código: 81,02,06 n.º 128. Coleção José Olympio. Setor de Manuscritos. Fundação Biblioteca Nacional.

volumes de coleções como a *Brasiliana* e a *Documentos Brasileiros*, ou das grandes obras editadas pela José Olympio, que tinham autoria única, se propunha a ser uma coletânea de textos a respeito da história do Brasil, produzidos por diversos colaboradores. Os autores, em sua maioria, eram ligados a instituições de ensino superior. Ainda que alguns deles fossem vinculados a Institutos Históricos e academias de letras, tais autores se identificavam no interior da coleção, em sua maioria como professores universitários.<sup>590</sup>

Giselle Venancio aponta que em fins dos anos 1950 a universidade estava referendada como espaço próprio para a formação de profissionais de história. Essa consolidação se fez gradativamente a partir do reconhecimento cada vez maior da produção dos cursos universitários criados na década de 1930.<sup>591</sup> Mas isso não quer dizer que a historiografia universitária não tenha coexistido com uma historiografia não-universitária que a precedeu e continuou a existir.

A HB (JO) decerto enfrentou a concorrência de coleções produzidas em novos moldes como a HGCB, entretanto, mesmo que sua vendagem não tenha correspondido às expectativas iniciais, não se pode dizer que ela foi um fracasso editorial, do contrário não teria sido reeditada até a década de 1980. Também não se pode dizer que no final dos anos 1950, Pedro Calmon, apesar de representar uma escrita da história empreendida fora dos meios universitários e referendada em sua atuação e pertencimento ao IHGB e à ABL, não poderia ser considerado um historiador legitimado por sua trajetória profissional e editorial.

Em 10 de janeiro de 1960, a coluna *Escritores e Livros* de José Condé mencionava que a Comissão Municipal de Bibliotecas da Secretaria Geral de Educação da Prefeitura do Distrito Federal concedeu o prêmio Paula Brito de 1959 a diversas personalidades em várias categorias como Arte, Biografia, Conjunto da obra, Crítica, Ensaio, História e Romance e Teatro. A comissão formada pelo bibliotecário Antônio Caetano Dias, pelo filólogo e lexicólogo Aurélio Buarque de Holanda, pelo militar Hélio Machado, pelo jurista Hermes Lima e pelo diretor da Rádio Escola Municipal e professor de física Francisco Gomes Maciel Pinheiro, definiu como vencedor na categoria História, a HB (JO) de Pedro Calmon. A tese de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, apresentada em 1958 ao concurso da cadeira de História da

---

<sup>590</sup> FURTADO, André Carlos. *As edições do cânone: da fase Buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). 248f. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014. p. 115.

<sup>591</sup> VENANCIO, Giselle Martins. *Prefigurações da paisagem historiográfica*. *op. cit.* p. 436-437.

Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foi premiada na categoria Ensaio.<sup>592</sup>

A partir do que foi exposto acima, pode-se considerar que, no fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, Pedro Calmon estava estabelecido em relação ao seu papel como historiador autorizado a escrever a respeito da história do Brasil. Questionamentos em relação à sua posição poderiam aparecer, provenientes dos meios universitários, mas o seu eco não tinha força para transcender os limites desses meios. Para um público menos especializado e para homens como os que compunham a comissão julgadora era inegável que Pedro Calmon era um historiador, e dos bons.

Considero que existiam diferentes projetos em disputa a respeito da escrita da história do Brasil e o projeto de Pedro Calmon era um deles. Ao considerarmos como Fábio Franzini a existência dada de uma pretensa “modernização” nos escritos de alguns historiadores, corremos o risco de estar aceitando apressadamente a ideia que eles tinham de si mesmos. Afinal, Pedro Calmon também justificava os seus escritos e os diferenciava de tudo o que havia sido escrito até então se baseando em uma perspectiva que julgava ser moderna, embora se apoiasse na tradição. Para ele, tradição e modernidade não se opunham, mas se completavam.

A coluna Escritores e Livros, publicada pelo crítico José Condé no jornal Correio da Manhã e datada de 18 de fevereiro de 1960, afirma que, segundo informações recebidas, o editor José Olympio não teria enviado a coleção para a maior parte “dos críticos e dos colunistas a quem costuma remeter suas edições, porque julga desnecessária qualquer publicidade em torno da obra. Não é preciso chamar a atenção do público para ela.”<sup>593</sup> Apesar de José Condé afirmar que o editor José Olympio não contava com a crítica, pois em seu entender, a venda da obra estaria garantida pelo sistema de prestações<sup>594</sup>, o demonstrativo dos direitos autorais recebidos por Pedro Calmon mostra uma tiragem de 15.000 exemplares para a primeira edição, dos quais 200 foram reservados para serem distribuídos “entre o autor, a crítica e pessoas gradas”.<sup>595</sup>

---

<sup>592</sup> CONDÉ, José. Escritores e livros. *Correio da Manhã*, 10 de janeiro de 1960. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 29 out 2017)

<sup>593</sup> CONDÉ, José. Escritores e livros. *Correio da Manhã*, 18 fev 1960. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.6.1

<sup>594</sup> *Ibidem*.

<sup>595</sup> Dossiê de documentos administrativos e jurídicos relativos à obra História do Brasil de Pedro Calmon. Código: 81,02,06 n.º 128. Coleção José Olympio. Fundação Biblioteca Nacional.

No arquivo da José Olympio, encontrei escrito à mão e datilografado, fragmento da coluna de Raquel de Queiróz em *O Cruzeiro* sobre a HB (CEN). Provavelmente, esse trecho pode ter sido utilizado para divulgação na imprensa ou outro meio:

O livro se lê como um romance. Não lhe cai o interesse nunca (...) Riqueza que se derrama, inclusive na maravilhosa documentação gráfica, na reprodução de mapas e gravuras raríssimas. Só como álbum ilustrado da História do Brasil essa monumental edição já seria uma preciosidade. RACHEL DE QUEIROZ<sup>596</sup>

O fragmento acima dá conta da ênfase que continuava sendo dada na divulgação à configuração gráfica da obra. Destaca também a facilidade de leitura, a despeito da composição em sete grandes volumes. Como o nome da coluna de Rachel de Queiroz informa, suas crônicas foram publicadas na “última página” da revista semanal *O Cruzeiro*, por quase 30 anos ininterruptos (1945-1975). Pedro Calmon também foi colunista de *O Cruzeiro* tendo substituído Gustavo Barroso, morto em dezembro de 1959 na seção intitulada “Segredos e revelações da História do Brasil”. Calmon ficou um curto período à frente da coluna (de janeiro de 1960 a dezembro de 1961).<sup>597</sup> Portanto, no período em que Raquel escreve sua crônica sobre a HB (JO), Calmon também escrevia para a revista semanal.

Para Raquel França, a designação Última Página trazia a “última palavra”, a opinião definitiva, a derradeira reflexão sobre um assunto escolhido pela autora.<sup>598</sup> A crônica de Rachel de Queiroz, publicada na última página da revista do dia 28 de maio de 1960, foi encontrada no arquivo Pedro Calmon, anexada a uma carta do Padre Aloysio Vianna Martins. Na referida missiva, o remetente, que se identifica como vigário na cidade de Mata Grande, Alagoas, questiona o autor a respeito do nome da editora que estaria vendendo a sua obra em sete volumes, “à qual se refere a escritora Rachel de Queiróz”.<sup>599</sup>

<sup>596</sup> QUEIROZ, Rachel de. A História do Brasil de Pedro Calmon. Coluna Última Página. *O Cruzeiro*. Edição 033. 28 de maio de 1960. p. 141. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira. <http://memoria.bn.br> (Acesso em 17 out 2017)

<sup>597</sup> COUTINHO, Amélia. Pedro Calmon. *op. cit.* e BARROSO, Gustavo e CALMON, Pedro. Segredos e revelações da história do Brasil Tomos I, II, III e IV. Brasília: Senado Federal, 2013. Informações disponíveis em: <http://livraria.senado.leg.br/colecao-segredos-e-revelacoes-da-historia-do-brasil-tomo-i-ii-iii-e-iv.html> (Acesso em 18 out 2017)

<sup>598</sup> FERREIRA, Raquel França dos Santos. *A “Última Página” de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*. 284f. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. p. 75

<sup>599</sup> Carta do Padre Aloysio Vianna Martins a Pedro Calmon. Data: 18 de outubro de 1960. Código: PC 3730. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

Mesmo com todo o investimento na venda domiciliar, a partir do sistema de prestações e em propaganda, a editora José Olympio não conseguiu alcançar todos os rincões do país, como era o intuito de seu proprietário. Tal alcance, no caso em questão, foi proporcionado pela crônica de Rachel de Queiroz, que ainda assim, não cumpriu plenamente a função propagandista, pois não mencionava o nome da editora, mas dizia ter recebido dela a caixa com os sete volumes para sua apreciação.

A autora recomenda aos estudantes a obra de Pedro Calmon, afirmando sua qualidade baseando-se em dois fatores: “primeiro aquela abstinência de julgamentos e paixões pessoais que lhe caracterizam o estilo de narrar; segundo, a abundância, a riqueza, o quase excesso da documentação de que se vale o mestre para escora de sua narrativa.”<sup>600</sup> A partir desse instrumental tinha esperança de que os alunos percebessem que “até mesmo a nossa curta e familiar História do Brasil é, na verdade, um romance magnífico, mais fascinante que as novelas de capa-e-espada, ou qualquer aventura de super-homem”.<sup>601</sup> Conferia assim legitimidade aos escritos de Calmon qualificando-os no domínio que ela própria estava consagrada: o do romance.

Além de difundir a obra, a crônica de Rachel de Queiroz buscava também promover o seu autor, mais que isso, defendê-lo, testemunhar a seu favor, como em suas palavras poderia fazê-lo “todos nós que atingimos a idade adulta, de 1930 para cá”. Ela expressa tal defesa afirmando que “o Sr. Pedro Calmon pode usar o título de historiador até no cartão de visitas, pois ele é seu por direito pleno”.<sup>602</sup> Daí deduz-se que, se Calmon precisava de testemunhas que corroborassem sua capacidade de usar o título de historiador, mesmo que essas não fossem especialistas em crítica histórica, como Rachel de Queiroz não era, essas se baseariam no conhecimento acerca de sua pessoa, fundamento em uma trajetória e em uma produção exemplares, construídas desde a década de 30.

Ninguém melhor do que uma conhecida romancista para atestar que a obra era capaz de aliar o rigor da uma pesquisa científica a uma escrita fluida e descomplicada. E Rachel de Queiroz certificava a partir de sua crônica que ninguém era mais capacitado que Pedro Calmon para fazer a transformação da história científica para uma “história romance”, que fosse capaz de alcançar um público amplo.

---

<sup>600</sup> QUEIROZ, Rachel de. A História do Brasil de Pedro Calmon. Coluna Última Página. *O Cruzeiro*. Edição 033 de 28 de maio de 1960. p. 141. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira. <http://memoria.bn.br> (Acesso em 18 out 2017)

<sup>601</sup> *Ibidem*.

<sup>602</sup> *Ibidem*.

### 4.3 “Um retrato inteiriço e harmônico da nação”

A HB (JO) é constituída por 2629 páginas, incluindo bibliografia e o índice remissivo em sete volumes cronologicamente organizados.<sup>603</sup> Ao invés de uma “Explicação” modesta no início de cada volume orientando a sua utilização, como na HB (CEN), Pedro Calmon assina, no primeiro volume da HB (JO) uma grande “Introdução”. Recorrendo à sua erudição traça um amplo panorama sobre a “História e Verdade”, sobre a escrita da história no Brasil, justifica a sua escolha pelo modelo de síntese e discorre mais especificamente sobre o livro. Explica que sua intenção inicial era ampliar os cinco tomos da HB (CEN) “com a completa atualização documental, para que constituísse, consolidada em seu terreno crítico, um retrato inteiriço e harmônico do Brasil, desde a sua raiz selvática até os dias que correm.”<sup>604</sup>

Na sua Introdução, Calmon afirma que sua História do Brasil:

engloba na sua unidade descritiva, os aspectos especiais e confluentes da formação nacional. Narrativa e metódica – para ser correntemente a História Geral do país – quisemos entremeá-la com as notícias complementares do desenvolvimento cultural (em que se elabora a consciência do povo), dos interesses econômicos (que lhe fizeram os traços diferenciais), do meio físico e das raças coligadas, tracejando, em vez de sínteses sobrecarregadas de nomes e datas, uma informação, quanto possível analítica, dos “fatos” desdobrados no seu ambiente, na sua sequencia, no seu próprio e bizarro colorido.<sup>605</sup>

Pode-se perceber que ao invés de “história integral”, como na HB (CEN), o autor fala em “História Geral do país”, com letras maiúsculas. Ao requerer para o seu trabalho tal qualificação, Calmon se afiliava conscientemente à tradição de escrita da história do Brasil inaugurada por Varnhagen, que pretendia a narração dos fatos em sua totalidade, ordenando o tempo.

No Fundo Pedro Calmon encontrei um documento intitulado “Conferência do professor Pedro Calmon”, datado de 15 de setembro de 1959. A mencionada conferência foi realizada na referida data na Editora José Olympio como parte das atividades de capacitação dos vendedores, ao que tudo indica, foi escrita para ser

---

<sup>603</sup> Utilizai aqui da primeira edição (1959) que faz parte do acervo do setor de Referência da Biblioteca Nacional, que faz parte da Coleção José Olympio.

<sup>604</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. LXIV

<sup>605</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. LXIV



publicada. Anexo ao texto datilografado há um bilhete de Gabriel Athos Pereira, irmão de José Olympio e um dos diretores da editora, pedindo ao “Magnífico Reitor” uma leitura rápida. Gabriel Athos cumpria as funções de cuidar das finanças, das vendas, da logística e da divulgação na empresa.<sup>606</sup> O texto também se encontra com algumas correções feitas à mão. Neste item trabalharei com o mencionado documento, pois ele mostra um esforço de Calmon de orientar a recepção de sua obra, por meio das instruções dadas aos vendedores.

O texto se divide em duas partes, que são expostas por Calmon logo no início: na primeira ele faz uma exposição a respeito da obra, “exposição de que os Srs. se valerão para poder convencer os interessados”; na segunda parte o autor responde às perguntas dos vendedores, que na transcrição, são sempre alcunhados de “um vendedor”.<sup>607</sup> Conforme se pode constatar, na ocasião da palestra, o livro ainda não se encontrava finalizado, estando ainda o sétimo volume em processo de produção. No entanto, a partir da pergunta de um dos vendedores sabe-se que a obra já estava sendo amplamente divulgada “em filmes, discos, quadros, televisão, etc.”<sup>608</sup>

Calmon aponta que seu livro “é único no país (...) É inteiramente diferente e completamente novo.” Aponta a existência de apenas dois trabalhos como o seu, o de Varnhagen (Edição Melhoramentos) e o de Rocha Pombo (Editora Jackson). Afirma que a primeira é um livro monumental, mas trata apenas do período colonial. Em relação à obra de Rocha Pombo, aponta que é “um livro de compilação. Não tem a parte da República. É arcaica, não tem a categoria de um trabalho moderno de pesquisa. O texto já está, como se diz em linguagem popular, superado.” Nas anotações manuscritas toda essa parte é riscada, exceto a frase “É arcaica, não tem a categoria de um trabalho moderno de pesquisa.” Nas anotações, o texto é suavizado “A História do Brasil de Rocha Pombo é livro magistral, mas envelhecido em seu método e na sua documentação. É arcaica...”<sup>609</sup>

Calmon afirma que seu livro vem preencher uma lacuna, pois “não havia nenhuma História do Brasil em grandes dimensões abrangendo o Século XIX e o Século XX”. Afirma ainda que quando se propôs a produzir a HB (CEN) tinha em vista “fazer

<sup>606</sup> SORÁ, Gustavo. *Brasilianas. op. cit.* p. 251

<sup>607</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro História do Brasil. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 2 Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>608</sup> *Ibidem*, p. 21

<sup>609</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro História do Brasil. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 2 Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

do século XIX o que Varnhagen fez dos séculos XVII e XVIII”.<sup>610</sup> À maneira de Varnhagen, Calmon busca o equilíbrio de sua narrativa, de forma a não se deter sobre temas sobre os quais havia abundância de documentação e garantir proporções harmoniosas para sua obra.<sup>611</sup> Aponta: “era tempo de perpetrar a síntese complexa e orgânica, sem espírito de campanário e sem ênfase comemorativa”.<sup>612</sup> Por “espírito de campanário”, entendo que quer dizer sem se deter em particularismos, ou regionalismos.

A harmonia deveria ser buscada não apenas no conteúdo, mas também em sua forma para que a obra cumprisse a sua função didática. Em contraposição a Rocha Pombo, que fez uma obra “sem notas porque o texto foi tesourado e colado”, o autor se vale da bibliografia de 70 páginas e dos cerca de 7000 autores citados para atestar que fez um trabalho, diferente do autor do início do século, um trabalho moderno e original, mas baseado em muitas referências.<sup>613</sup>

Em sua Introdução, Calmon mais uma vez faz menção ao “ceticismo respeitável de Capistrano de Abreu”<sup>614</sup> a respeito da possibilidade de se produzir uma síntese da história do Brasil, enquanto não existisse uma quantidade suficiente de estudos particulares. Apesar da rejeição, em relação à convicção de Capistrano, que o levou a frustrar as expectativas de que produziria uma grande história do Brasil, Calmon nunca deixa de se reportar ao historiador. Acredita sinceramente que teria as condições de levar a cabo a empreitada recusada por Capistrano, pois vivia em um tempo em que existia uma quantidade considerável de trabalhos monográficos e as pesquisas de arquivos brasileiros e portugueses tinham avançado. Como historiador também acreditava ser capacitado por sua trajetória dedicada às pesquisas e à escrita da história do Brasil e pelas suas obras anteriores, que haviam lhe fornecido condições para a produção dessa obra que acreditava ser sem precedentes.

A postura de Calmon entra em conflito com a ideia de produção defendida por outros historiadores, como, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda. Em artigo publicado em 1951, denominado “O pensamento histórico no Brasil nos últimos

---

<sup>610</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro *História do Brasil*. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 3 Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>611</sup> NICOLAZZI, Fernando. *Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro*. Op. Cit. p. 91.

<sup>612</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. LXV

<sup>613</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro *História do Brasil*. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 6 e 7. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>614</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens). p. LXV.

cinquenta anos”, Sérgio Buarque deu a entender que os estudos históricos no país apontavam cada vez mais para o privilégio de análises mais diretas e pormenorizadas, em detrimento de grandes ensaios e sínteses.<sup>615</sup> É importante salientar que tal proposta era uma dentre outras possíveis em disputa naquele momento. Ao publicar, em 1959, uma grande síntese da história do Brasil, Pedro Calmon apresentava uma proposta que ia contra a de Sérgio Buarque de Holanda, mas que se apresentava como um encaminhamento possível e igualmente válido no contexto de definição do presente e futuro dos estudos e da escrita da história do país.

Calmon, em contraposição a Capistrano e a Sérgio Buarque, afirma que era chegado o tempo da síntese. Não fazia sentido esperar para se fazer a síntese apenas quando se tivesse o conhecimento das minúcias a respeito da história do Brasil, pois desde o seu início existiria um sentido de continuidade em sua história e uma ideia de unidade. A nação estaria destinada a tornar-se grande desde seus primórdios.

Ainda na Introdução, encontra-se uma reprodução do frontispício da *História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos de Brasil*, de Pero Magalhães Gandavo, publicada pela primeira vez em Lisboa (1576) e uma reprodução do frontispício da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador (1627), descrita como “a primeira história do Brasil escrita por brasileiro”. Na parte III da Introdução, intitulada “Retrato da terra e do povo”, Calmon aponta que desde os primeiros anos haveria uma “noção divinatória da unidade”, citando autores como Caminha, Nóbrega, Gabriel Soares de Sousa, Frei Vicente do Salvador e o próprio Gandavo para defender que tais autores e escritos vislumbraram uma predita unidade.<sup>616</sup>

Cada um dos volumes se inicia com a reprodução de uma imagem em folha dupla, tamanho grande e dobrável.<sup>617</sup> A imagem presente no primeiro volume é a

<sup>615</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 50, p. 27-78, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34649>>. Acesso em: 12 jan. 2018. p. 46

<sup>616</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1959. Vol. 1. p. XXXVIII

<sup>617</sup> Vol 1 – A primeira missa no Brasil. Quadro a óleo de Vítor Meireles. Pintado entre 1859 e 1961. Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro; Vol 2 – Batalha dos Guararapes. Quadro a óleo de Vítor Meireles. Pintado entre 1871 e 1877. Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro; Vol 3 – A Partida da monção – Quadro a óleo de Almeida Júnior. Pintado em 1897. Museu Paulista – São Paulo ; Vol.4 – A ceia do senhor. Conjuntos de figuras (de tamanho natural) talhadas em cedro – Escultura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Parte do todo de 66 figuras – Executadas por volta de 1800. Congonhas –MG.; Vol. 5 – Independência ou morte. Quadro a óleo de Pedro Américo. Pintado em 1880. Museu Paulista – São Paulo; Vol.6 – A Transfiguração. Quadro a óleo de Cândido Portinari, Pintado especialmente para a igreja matriz da cidade de Batatais, estado de São Paulo. s/d; Vol. 7 – A cidade do Rio de Janeiro vista do alto (aspecto da Zona Sul). Fotografia da ENFA, colorida à mão. s/d.

reprodução do quadro de Vitor Meirelles, “A primeira missa no Brasil”, contendo uma pequena biografia do pintor e o indicativo de que pertence ao acervo do Museu Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro.

No índice do primeiro volume de HB (JO) destaca-se no tópico V – O Brasil a menção, em letras caixa alta à página em que aparece a “CARTA DE PEDRO VAZ DE CAMINHA” [sic]. A carta está transcrita na íntegra e é ilustrada por um fac-símile de sua primeira página, com menção de que o original se encontrava no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. O fac-símile é uma reprodução da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, volume II, obra de 1923, publicada no Porto por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, professora de Filologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Conforme se fica sabendo por meio de HB (JO), a referida professora atualizou a linguagem da carta. Paulo Roberto Pereira afirma que Carolina Michaëlis de Vasconcelos teria aproveitado as lições de João Ribeiro sobre o documento, contudo, sem citar o filólogo brasileiro.<sup>618</sup>

Segundo o comentário que antecede a publicação na carta nas páginas de HB (JO), o documento é referido como “o começo da história escrita do Brasil”. O autor se utiliza ainda do epíteto de “magno documento”, tal como referido por Rodolfo Garcia. Ainda, por meio da legenda ao documento, ficamos sabendo que foi descoberto apenas em 1793 por Juan Batista Muñoz, guarda-mor da Torre do Tombo, e foi publicado pela primeira vez apenas em 1817 pelo padre Manuel Aires de Casal, em seu livro *Corografia Brasílica*, no Rio de Janeiro.<sup>619</sup>

Segundo Calmon, a inclusão da carta na íntegra foi ideia do “Sr. Daniel”. Acredito se tratar de Daniel Pereira, irmão de José Olympio e produtor editorial da companhia. A Daniel cabia receber os textos, negociar detalhes com autores, supervisionar a revisão de textos e cuidar da feição visual dos livros.<sup>620</sup> A justificativa dada por Calmon para a inclusão do documento na íntegra é a de que seria um “documento do qual todo mundo fala, sem que ninguém o tenha lido. Por quê? Por que não está escrito na História”.<sup>621</sup>

<sup>618</sup> PEREIRA, Paulo Roberto. (Org.) *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999. p. 62

<sup>619</sup> PEREIRA, Paulo Roberto. (Org.) *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Op. Cit. p. 61 e CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens), p. 64

<sup>620</sup> SORÁ, Gustavo. *Brasílicas*. op. cit. p. 251

<sup>621</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro *História do Brasil*. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. PC 19423. p. 4. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

Como aponta Jorge Coli: “A descoberta do Brasil foi uma invenção do século XIX”. O documento de Caminha ganha ares de “certidão de nascimento” do país, inscrito em um propósito teleológico que concebe no oitocentos a nacionalidade brasileira como inscrita já nos idos de 1500. Além da descrição dos episódios que são considerados o exórdio da nacionalidade, como a primeira missa celebrada em solo “brasileiro”, a carta de Caminha também contém o relato do primeiro contato entre portugueses e indígenas, elementos considerados no século XIX como ascendentes genuínos para a futura nação, reunidos em torno da religião católica.<sup>622</sup>

Seguindo essa linha, o comentário da HB (JO) à carta de Caminha é que ela conteria em si o destino da futura nação:

“Palavras profética! O destino da colonização da América Portuguesa aí ficou, nessas linhas de correspondência, delineado com perfeição. Terra de trabalhar-se, ‘querendo-a aproveitar’, isto é, de lavoura exótica (“dar-se-á nela de tudo”), não de planta própria. Sem minas de ouro e prata, porém rica de rios e árvores. Escala de navegação da Índia, antes que se fizesse dela cenário amplo de catequese de índios. Esta, o ‘melhor fruto’ (como 49 anos depois se provou), para justificar a santa invocação Vera Cruz, e a primeira e amável impressão deixada por aqueles mansos indígenas. Ares lavados e confortáveis – para o povoamento português: e enquanto não viessem colonos, que não bastavam para as empresas, mais lucrativas, do Oriente, se regenerariam neles os desterrados, que a justiça apartara da metrópole e, na colônia remota, serviriam de intermediários entre nativos e navegantes. Para começar, ficariam dois naquelas praias. Terra de transplantação, de mulheres formosas, portanto de renovação racial, de agricultura, de residência e de conversão: não país onde, por força, se angariassem riquezas extraídas e exportadas, mas de instalação, de criação, de perseverança, de adaptação e vida liberta...”<sup>623</sup>

O pintor Vitor Meireles incumbiu-se de traduzir em óleo sobre tela as cenas descritas por Caminha. O quadro “A primeira missa no Brasil”, foi apresentado pela primeira vez em 1861 no Salon Parisiense, tornando-se, nas palavras de Coli, “a verdade visual do episódio narrado na carta”.<sup>624</sup> Naturalmente que a HB (JO) ao trazer a carta de Caminha também trazia em destaque a representação imagética do episódio síntese fundador da nacionalidade: a primeira missa em solo “brasileiro”. Os dois documentos, o textual e o imagético colocados lado a lado no primeiro volume reforçam a ideia de que a nação brasileira teria uma “certidão de nascimento” e um retrato de sua gênese, simbolizada no episódio da primeira missa.

<sup>622</sup> COLI, Jorge. Primeira missa e a invenção da descoberta. In: NOVAES, Adauto. (Org.) *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 107- 121. p. 107-109

<sup>623</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1959. Tomo 1 (As origens). p. 62

<sup>624</sup> COLI, Jorge. Primeira missa e a invenção da descoberta. *op. cit.* p. 115

Como epígrafe do primeiro volume está uma citação de trecho do *Tratado Descritivo do Brasil*, escrito em 1587, por Gabriel Soares de Sousa que diz: “Está capaz para se edificar nelle hum grande imperio o qual com pouca despeza destes reynos se fará tão soberano que seja hum dos estados do mundo”<sup>625</sup>

É interessante pensar que a escolha das imagens e da epígrafe não se deu de maneira aleatória. A epígrafe compõe juntamente com a reprodução do quadro “A primeira missa no Brasil” a enunciação de um porvir, de um destino aos quais nem a natureza – representada pela imagem do pau-brasil –, nem os indígenas hostis – classificados a partir da abrangente categoria de “tapuias” – seriam capazes de impedir. Esse porvir era a formação de um grande país a partir da colonização portuguesa. Curioso que as categorias de “tupis” e “tapuias” tenham sido utilizadas largamente por Gabriel Soares de Sousa, bem como por outros autores quinhentistas.<sup>626</sup>

Assim como a carta de Caminha, o *Tratado Descritivo* havia circulado inédito e anônimo até o século XIX. Antes circularam apenas cópias manuscritas. Varnhagen identificou e confrontou diversas cópias presentes em arquivos da Europa com vistas a publicar uma “edição definitiva”. A primeira edição impressa de uma das cópias manuscrita foi feita pela Real Academia de Ciências de Lisboa, em 1825. Varnhagen, inconformado com a inconsistência da publicação, resolveu empreender uma crítica histórica pioneira e completa publicada em 1851, confirmando a autoria dos documentos como de Gabriel Soares de Sousa.<sup>627</sup>

Como mostra Gabriela Soares de Azevedo, Gabriel Soares de Sousa produziu dois manuscritos: o *Roteiro Geral com largas informações de toda a Costa do Brasil e o Memorial e a Declaração das Grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem*, que foram reunidos por Varnhagen sob o nome de *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Varnhagen reuniu os dois escritos e renomeou a parte intitulada “Declaração do que contém esse caderno” como “Proêmio”.<sup>628</sup>

<sup>625</sup> Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587 (Proêmio)*. In: CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1959. Tomo 1 (As origens). p. XVII.

<sup>626</sup> MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Varnhagen. *Revista de História*, São Paulo, n. 149, p. 109-137, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18967>>. Acesso em: 12 jan. 2018. p. 116

<sup>627</sup> MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios. *op. cit.* p. 123

<sup>628</sup> AZEVEDO, Gabriela Soares de. *O avesso da costura: uma análise dos escritos de Gabriel Soares de Sousa (c. 1540-1591)*. Tese (Doutorado em História). 264f. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. p. 40

Do “Proêmio”, Pedro Calmon retirou o fragmento utilizado como epígrafe do primeiro tomo da HB (JO), fragmento ao qual confere um cunho profético. Calmon utilizou como referência a edição que se proclamava definitiva de Varnhagen. O próprio Varnhagen se utilizou largamente dos escritos de Gabriel Soares de Sousa, para a escrita de sua *História Geral do Brasil*, considerando-os um “verdadeiro monumento histórico”.<sup>629</sup> Nas palavras de Temístocles César, Gabriel Soares de Sousa é para Varnhagen “o paradigma de uma fonte histórica”, o escrito que revela de maneira objetiva o que era o Novo Mundo.<sup>630</sup> Da mesma forma, Pedro Calmon se utiliza da carta de Caminha, materializada na pintura de Vitor Meireles e do fragmento de Gabriel Soares de Sousa.

É curioso que embora Calmon afirme que “não se podia escrever sem isto”, referindo-se às monografias, ensaios, coleções documentais e documentos de arquivo e diga que desde 1939, quando concebeu a primeira versão da sua história do Brasil, materializada na HB (CEN), “muito se publicou no Brasil e no estrangeiro, a merecer pronta leitura”, a obra que recebe o maior número de menções na sua HB (JO) é justamente a de Varnhagen, com 265 menções. A ele se segue Rodolfo Garcia, com 210 menções, de Afonso de E. Taunay, com 155 menções e o próprio Pedro Calmon, que é autorreferenciado 131 vezes. Capistrano aparece abaixo, com 91 menções. Rocha Pombo aparece com apenas 10 menções. Autores contemporâneos como José Honório Rodrigues, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre receberam respectivamente apenas 7, 6 menções e 5 menções. A partir de tais autores Calmon traça a sua genealogia intelectual, partindo de Varnhagen, passando por Garcia e Taunay e chegando a ele. Calmon afirma querer alcançar

não a História que serve a determinada corrente de opinião, a certa política ou a um estado particular de exaltação coletiva: mas composta e serena como um depoimento antigo, que trouxe da distância e do silêncio a sua autoridade tranquila.<sup>631</sup>

O autor menciona a distância como uma virtude e referencia seus escritos em autores que escreveram há muito tempo como Varnhagen como forma de garantir que escreveria “sem paixão nenhuma, escrevendo com um critério científico”, de forma

<sup>629</sup> AZEVEDO, Gabriela Soares de. *O avesso da costura. op. cit.* p. 68.

<sup>630</sup> CEZAR, Temístocles. “Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica”. *Anos 90*. Porto Alegre, nº11, pp. 38-53, jul. 1999. p. 49-50

<sup>631</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1959. Tomo 1 (As origens). p. LXV

isenta.<sup>632</sup> Portanto, cumpre a aspiração verbalizada na conferência que ministrou aos vendedores de atualizar a obra de Varnhagen.

Diferente dos outros livros de Calmon analisados neste trabalho, que guardavam certo distanciamento temporal, a HB (JO) cobre acontecimentos ocorridos em um passado recente em relação ao tempo em que foi lançada, portanto, era uma obra muito atualizada temporalmente. A construção da nova e moderna capital era o coroamento perfeito para a história íntegra e harmoniosa de um país que trilharia o caminho da modernidade. Uma história da qual estariam expurgados os conflitos e tensões. Uma história para ser contada para toda a família como um romance no qual no final o bem prevalece. Uma história ricamente ilustrada para enfeitar a estante dos lares brasileiros.

Calmon faz questão de marcar a diferença entre a obra de José Olympio e a “obra anterior”, publicada pela Companhia Editora Nacional, afirmando que no primeiro volume da HB (JO) “pela primeira vez na História do Brasil se começa um livro pelo povo português”. Afirma que os portugueses são “a raiz histórica” da História do Brasil e por isso fez “o estudo da raça portuguesa no capítulo introdutório”. As cinquenta primeiras páginas da HB (JO) são dedicadas à História de Portugal. O autor afirma que, essa é uma novidade em relação às suas obras anteriores, que se iniciavam a partir do descobrimento.<sup>633</sup> Como apontei no tópico anterior, remeter as origens do Brasil a Portugal já havia sido feito por Calmon na HB (CEN), embora de maneira mais ligeira e sucinta.

Em relação às raças, sua abordagem reforça a questão da miscigenação, afirmando que “somos o produto de três raças: o português, o índio e o preto que ajudou a colorir a nossa gente”.<sup>634</sup> A HB (JO), diferentemente dos livros de Pedro Calmon anteriormente analisados, não destina um capítulo à formação do “homem” brasileiro, estando tal ideia diluída na narrativa da colonização. Talvez isso tenha se dado pela disposição do autor de seguir à risca a organização cronológica, embora, como ele afirma, digressões sejam feitas para compor panoramas a respeito da cultura e da sociedade.

---

<sup>632</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro História do Brasil. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 13. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>633</sup> *Ibidem*, p. 3-4

<sup>634</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro História do Brasil. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 3. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.



Para reforçar a diferença entre a HB (JO) e a HB (CEN), relegada à condição de “obra anterior”, Calmon afirma em resposta a “um vendedor” que a HB (CEN) “é uma história, digamos, que envelheceu. Abandonei a obra, não a reeditei.” Tal abandono, como foi apontado no tópico anterior, não foi fruto apenas de sua disposição, mas de circunstâncias editoriais. O autor tentou, a partir da edição do quinto volume, em 1954, manter a obra atualizada, mas não conseguiu reeditar os volumes, prejudicando a integralidade pretendida. Apesar de ressaltar a superioridade da HB (JO) em relação à HB (CEN), Calmon afirma sempre a continuidade entre elas, evidenciando e o caráter evolutivo de sua produção.

No documento datado de 15 de setembro de 1959, Calmon justifica que sua obra tinha uma finalidade didática, embora não exclusivamente escolar. Afirma que nos colégios, os alunos tinham que se limitar aos livros didáticos, “pequenos volumes escolares”. O professor, a seu ver, não tinha onde estudar, pois não poderia se contentar com os textos escolares e “tinha de fazer um trabalho próprio, atrás de ler monografias, livros de pormenor, sem a visão de conjunto”. Para ele, a obra não se encaixava nessa descrição, se opunha aos livros escolares e aos “livros de pormenor”, tendo por função ser “original, nova e com sentido enciclopédico”, uma “enciclopédia histórica”.<sup>635</sup>

Embora a “Nota da Editora” presente no primeiro volume da HB (CEN) aponte “Traços biográficos” de Pedro Calmon de maneira detalhada, seus títulos em destaque no rodapé de seu nome são “Professor catedrático de História do Colégio Pedro II”, “Professor Catedrático da Universidade do Brasil” e “da Academia Brasileira de Letras”. O pertencimento à ABL continuava conferindo-lhe notoriedade, embora se valesse também do título de “professor de História” conquistado, mas nunca exercido no Colégio Pedro II.

Não se faz menção imediata ao fato de que Calmon era o reitor em exercício da Universidade do Brasil e nem se menciona que era catedrático de Direito. Creio que seu prestígio como professor de História pudesse ser objeto de questionamento, pois mesmo estando na universidade, Calmon exercia há mais de dez anos um cargo administrativo, que, embora fosse o mais importante na hierarquia universitária, não o credenciava como historiador. Em um contexto no qual as universidades se firmavam como lugares privilegiados para a formação do historiador e para a escrita da história do Brasil, o

---

<sup>635</sup> *Ibidem*, p. 16.

Colégio Pedro II se mantinha como uma instituição cujo pertencimento conferia prestígio a seus docentes.

Embora mencione alunos e professores, o intento era de que a obra não se restringisse aos meios escolares, pois “todo brasileiro deve conhecer o livro se quiser conhecer o seu País, porque fora dela [sic] não terá uma visão completa, sistemática e, sobretudo, verídica de toda a evolução, desde 1500, até 1959”.<sup>636</sup> Era um livro que a seu ver “deveria estar em cada lar, em cada casa onde houvesse um pai de família interessado em educar filhos que querem aprender. Serve também para as senhoras em horas de ócio.”<sup>637</sup>

Deveria ser, portanto, uma leitura “autorizada”, de forma a educar e instruir segundo os valores do patriotismo não apenas as crianças em idade escolar, mas todos que fizessem parte da família. Um livro para se ter na casa da família brasileira. Não era um livro considerado completo apenas por abarcar toda a história do Brasil em sua dimensão cronológica, mas também por se propor a abordar os fatos não apenas em seu espectro político. Segundo Calmon, o livro se divide em “história e narrativa”: “a narração é feita de acordo com o correr dos tempos” e “é a história econômica, social e cultural”.<sup>638</sup>

Para o autor, os acontecimentos estavam dispostos em uma ordem narrativa “tradicional”, mas o que diferenciava o seu livro era o fato de conter diversas histórias que se integravam para formar não apenas uma história do Brasil, mas a *História do Brasil*. Isto é, de trazer um panorama a respeito de diversos aspectos não considerados da História, tais como a História Econômica, a História da Literatura, a História das Artes, a História da Religião, a História Militar, a História das Relações Exteriores, a História Científica, a História do Direito e da Medicina. Daí o livro interessar “ao professor, ao estudante, ao homem de negócio, ao português como ao brasileiro, ao cientista, ao militar, ao político, ao economista, ao diplomata e ao eclesiástico”.<sup>639</sup> Em suma, a todos os brasileiros.

Em suas primeiras páginas, a obra conta ainda com um aviso da editora que pretende chamar a atenção do leitor que não estivesse familiarizado para o índice

---

<sup>636</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro *História do Brasil*. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 3. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>637</sup> *Ibidem*, p. 15

<sup>638</sup> *Ibidem*, p. 7

<sup>639</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro *História do Brasil*. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 16. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

remissivo no volume VII: “quando quiser localizar rapidamente qualquer assunto ou personagem relativos À História do Brasil – naturalmente tratados pelo Prof. Pedro Calmon na presente obra – consulte, no 7.º volume o INDICE REMISSIVO.”<sup>640</sup>

Tal recurso já estava presente nos volumes da HB (CEN), não se constituindo como uma novidade nas obras do autor. Entretanto, talvez não fosse usual nos livros editados pela José Olympio, por isso a necessidade do aviso. Pelo fragmento acima, pode-se perceber que a intenção era que os livros da HB (JO) tratassem de todos assuntos referentes à história do Brasil, funcionando como uma espécie de enciclopédia. Dessa forma, fazia-se necessário tornar os assuntos mais facilmente “encontráveis” a partir do índice.

Em suas palavras a obra era “realmente a história da civilização brasileira e com documentos gráficos, com ilustrações adequadas”.<sup>641</sup> Não se sabe se aqui ele se contrapõe ao mencionado empreendimento editorial que estava sendo produzido pela editora Difel, sob a coordenação de Sérgio Buarque de Holanda, a *História Geral da Civilização Brasileira*, ou se está se reportando ao fato da HB (JO) ser uma evolução do seu livro *História da Civilização Brasileira*, publicado em 1933. Seja como for, a menção é significativa de uma autoridade que Calmon julga ser portador, de forma a produzir uma “verdadeira” e total história da civilização brasileira.

A autoridade de sua síntese vem do tempo e trabalho investidos nela: quase 30 anos se contarmos desde a *História da Civilização Brasileira* (1933) e vinte anos contados a partir da “primeira” *História do Brasil*, editada pela CEN (1939). O valor dela não estava condicionado à existência de monografias ou documentos que esclarecessem os pormenores e particularidades da história do Brasil, mas do amadurecimento do próprio autor e de sua obra e do aporte fornecido por José Olympio e pela equipe da editora.

A respeito do quadro de Portinari intitulado “A Transfiguração”, cuja reprodução em tamanho grande estampa o sexto volume da obra, Calmon afirma que tal quadro se encontra em Batatais. “Ninguém a não ser José Olympio sabe onde fica Batatais. Lá se encontra a magnífica tela. Só isto, que vale?... É a contribuição da

---

<sup>640</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1959. Tomo 1 (As origens). p.VI

<sup>641</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro *História do Brasil*. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. PC 19423. p. 9. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

casa”.<sup>642</sup> Presta honrarias ao editor que acreditou em seu projeto e mostra que a HB (JO) é um projeto individual, mas também coletivo, já que não existiria sem a contribuição de José Olympio. O aspecto visual é o destaque da propaganda em torno da obra e foi possível pela qualidade gráfica conferida pela editora, personificada na figura de seu proprietário.

Em sua exposição são apontadas outras aquisições inéditas da obra, muitas delas obtidas pelo próprio autor, por conta de sua influência pessoal nas instituições que trabalhou e nos cargos que ocupou. Exemplos disto são: as “fotografias absolutamente inéditas [de gerais da Guerra do Paraguai] que encontrei num mapa antigo no Museu Histórico”; “esta fotografia [da convenção do Partido Democrático em 1928] me foi oferecida por Evaristo de Moraes Filho”; “Marechal Mascarenhas de Moraes num retrato que me ofereceu”.<sup>643</sup>

Diferente da posição que se encontrava em relação à equipe editorial da CEN, quando estava à mercê das limitações e condicionamentos editoriais, em relação à equipe da José Olympio, Pedro Calmon parecia se encontrar em um patamar de igualdade no que dizia respeito às decisões a respeito da obra. Assim, apresenta o seu livro como um mosaico que foi estruturado a partir de suas experiências e de suas obras anteriores. Bem como, da contribuição fundamental do desenhista Wash Rodrigues e da equipe editorial. Nas palavras de Calmon o desenho de Wash era a “completa restauração da verdade histórica”.<sup>644</sup> Os desenhos complementavam o texto, que tinha também por intuito promover tal restauração.

Para transformar o seu livro na “enciclopédia da nacionalidade” que ele almejava e para que a HB (JO) representasse o coroamento adequado para sua trajetória editorial, não bastava apenas o texto. Era necessário a transformação do texto em livro. Para isso, a contribuição de José Olympio foi fundamental. Por outro lado, para que o livro fosse o sucesso de vendagem esperado pela “casa” não era conveniente que o autor fosse um desconhecido. Fazia-se necessário que o público tivesse confiança de que o nome em questão era qualificado para produzir sua própria coleção a respeito da história do Brasil.

---

<sup>642</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro História do Brasil. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 13. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

<sup>643</sup> *Ibidem*, p. 12-15.

<sup>644</sup> Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro História do Brasil. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 4. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

#### 4.4 O que é um livro?

Neste capítulo procurei apresentar as grandes séries de livros de Pedro Calmon a respeito da História do Brasil como obras em suas múltiplas dimensões. Para isso não me utilizei apenas do conteúdo material, mas busquei documentação que me informasse a respeito das práticas que transformaram os textos originais concebidos pelo autor em mercadorias capazes de disputar espaço no mercado editorial.

Para além do discurso do autor a respeito de sua obra, busquei na documentação editorial compreender de que forma Pedro Calmon construiu juntamente com José Olympio aquela que gostaria que fosse considerada a sua “obra prima”, a História do Brasil ricamente ilustrada em sete volumes. Percebo que se Calmon escolheu José Olympio como editor para aquela que deveria ser considerada a sua obra maior, também foi escolhido por ele. Afinal, em um contexto de especialização crescente, quantos historiadores seriam considerados nomes legítimos para escreverem sozinhos uma “enciclopédia” a respeito da história do Brasil?

Dessa forma, Pedro Calmon foi capaz de fazer a sua própria coleção e a partir dela adentrar os lares brasileiros. Se o objetivo dos livros da Companhia Editora Nacional era educar a partir de livros que estariam presentes em todas as escolas e universidades, a *História do Brasil* de José Olympio pretendia transpôr as barreiras institucionais, se propondo a ser um empreendimento editorial para todas as famílias, para todos que se julgassem brasileiros.

Ao fazer tal escolha, Calmon renunciou a ser reconhecido como um autor de livros didáticos em prol de ser um autor visto como alguém que escrevia a todos os brasileiros. Tal investimento não foi bem sucedido a longo prazo. Embora seu nome tenha continuado célebre por sua trajetória consolidada e pelo sucesso de seus escritos anteriores, a HB (JO) não alcançou a repercussão almejada. Ao contrário do que o autor esperava, a *História da Civilização Brasileira* uma de suas primeiras obras e portanto, vista por ele como um esboço de suas produções mais elaboradas foi a que alcançou maior número de edições.

Embora a vendagem da HB (JO) não se tenha feito conforme o esperado, a expectativa de Calmon de legar à nação brasileira uma história que fosse harmônica e inteiriça se propagou durante décadas ainda, sendo o seu livro reeditado até a década de

1980. No próximo capítulo, busco saber quais foram as circunstâncias e condicionamentos dessa continuidade, dado que outras possíveis maneiras de escrever história do Brasil já se apresentavam para disputar espaço no mercado editorial e nos meios institucionais.

### Parte III – Identidade do historiador

Rebeca Gontijo, ao abordar a identidade do historiador, afirma que o reconhecimento se constrói em torno de dois exercícios de legitimação: individual e o coletivo. O primeiro corresponde aos investimentos feitos pelo próprio historiador no interior de um campo de possibilidades que a ele se apresentam naquele momento e o segundo resulta da atuação dos pares, para situar o historiador em uma determinada tradição intelectual.<sup>645</sup>

Nas partes anteriores tratei, sobretudo, dos esforços individuais empreendidos por Pedro Calmon para situar-se como historiador, embora suas ações estivessem profundamente condicionadas às possibilidades que se apresentavam a ele nos momentos em que tais investimentos foram feitos e às relações que teceu ao longo de sua trajetória intelectual. Nesta terceira parte do trabalho, constituída por apenas um capítulo, busco compreender de que forma Pedro Calmon foi lido por aqueles que se julgavam aptos a definir quem deveria ser reconhecido como historiador nas décadas de 1950 e 1960.

A maior parte das publicações de Pedro Calmon é reconhecida como pertencente à área de História, sejam os seus livros classificados como história do Brasil, biografia ou literatura histórica. Evanildo Bechara observa que nos livros de Pedro Calmon que são fruto de raras incursões do autor nos domínios da literatura<sup>646</sup>, “o que fica é o cenário em que História e criação se entrelaçam”. Para o conhecido gramático e filólogo brasileiro, o principal interesse de Pedro Calmon era escrever história, visto que, “por trás do literato sempre esteve o historiador”.<sup>647</sup>

Para Raquel Glezer, Calmon poderia ser definido como um “historiador por vocação”. Em sua classificação os historiadores brasileiros a partir dos anos 1930, poderiam ser divididos em dois grupos: “historiadores por vocação” e “historiadores por formação”. Os “historiadores por vocação” são aqueles que apesar de formados em outras áreas de conhecimento, dedicaram-se à História. Segundo a autora, esse primeiro grupo foi responsável pela criação da história nacional. O segundo grupo, o dos

---

<sup>645</sup> GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano*. op. cit. p. 23

<sup>646</sup> Pedro Calmon publicou três livros no gênero: o livro de contos Pedro D’Aguiar (1923) e as novelas O tesouro de Belchior (1928) e Malês (1935). Ver: BECHARA, Evanildo Cavalcante. Pedro Calmon e a Literatura. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 164 (420): 125-128, jul./set. 2003. p. 125.

<sup>647</sup> *Ibidem*. p. 126.

“historiadores por formação”, teria se formado após o estabelecimento dos cursos universitários de História e Geografia, instituídos no Brasil a partir da década de 1930. A autora afirma que o primeiro grupo precedeu o segundo e continuou a existir concomitantemente aos cursos universitários.<sup>648</sup> Discordo do título dado a Glezer a historiadores como Pedro Calmon, pois, ao definir que tais historiadores escreviam história “por vocação” corre-se o risco de aceitar de maneira apressada suas próprias justificativas para o fato de terem se tornado historiadores, como Bechara faz para o caso de Pedro Calmon, definindo que ele estava “destinado” a escrever história.

Além disso, os autores não escreviam história guiados por algum tipo de aspiração inata. Eles o faziam mediante escolhas e escolhiam investimentos que os possibilitava tornarem-se historiadores. O convívio entre intelectuais também pode ser entendido como uma espécie de formação e se mostra fundamental para o desenvolvimento de ideias e sensibilidades. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes, o intelectual, para compor suas obras “precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo situa-o no mundo cultural e permite-lhe interpretar o mundo político e social de seu tempo”.<sup>649</sup> Sua produção é, dessa forma, sempre inspirada pela atuação em associações e em uma série de “lugares de sociabilidade”, como revistas, participação em manifestos e abaixo-assinados.<sup>650</sup> Os intelectuais vão sendo levados a escolher tais e quais caminhos a partir dos intercâmbios que realizam com seus pares e pela necessidade de se situar em relação às apreciações dos mesmos.

Em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, Pedro Calmon era um historiador reconhecido entre os seus pares por sua trajetória intelectual e por suas publicações. Era membro de instituições notáveis no campo intelectual da cidade do Rio de Janeiro. Nesta década já se faziam sentir os reflexos do reconhecimento de uma produção oriunda dos primeiros cursos universitários de História, criados na década de 1930. Conforme aponta Giselle Venâncio, na década de 50 os intelectuais brasileiros estavam imbuídos do propósito de instituir uma “moderna” escrita da história do Brasil. Tais intelectuais buscavam se afirmar como expoentes dessa “nova” história do Brasil, em contraposição a uma produção vista como amadora e autodidata.<sup>651</sup>

---

<sup>648</sup> GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese (Doutorado em História). 241f. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1976. p. 88.

<sup>649</sup> GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Em Família*. *op. cit.* p. 12.

<sup>650</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>651</sup> VENANCIO, Giselle Martins. *Prefigurações da paisagem historiográfica*. *op. cit.* p. 437-438.



É de se supor que diante de tal quadro, o nome de Pedro Calmon, seguido das qualificações “do IHGB” ou “da Academia Brasileira de Letras” estampadas na capa de um livro, embora ainda tivessem grande valor, já não garantissem aceitação imediata para a obra. As razões para isso é que o mercado editorial, e os mecanismos de legitimação no campo do ensino e da escrita da história do Brasil estavam se modificando.

Francisco Falcon ao tratar da historiografia brasileira na década de 1960, afirma que ela é fortemente marcada pela dicotomia da tradição e da inovação e que o recurso a tal divisão se faz presente nas principais análises sobre o tema. Em suas palavras, a tradição estaria ligada ao “empirismo positivista ou metódico”, aplicado na escrita por historiadores autodidatas, que necessitavam apenas da validação de seus pares para serem reconhecidos como historiadores.<sup>652</sup>

A inovação, por outro lado, estaria ligada à publicação das clássicas obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior e à criação das primeiras faculdades de filosofia, que possibilitaram a vinda de professores franceses para o país. Ainda assim, Falcon aponta que os impactos dessas iniciativas foram sentidos muito lentamente no domínio da escrita da História, sendo preciso ainda duas décadas para se consolidar, mesmo nos cursos universitários, entendidos como lugares por excelência da inovação.<sup>653</sup>

Falcon afirma que como a pesquisa não se encontrava institucionalizada, o combate entre os partidários da tradição e da inovação se deu no ensino de História, e que a visão tradicional foi beneficiada pelo meio repressor que se instituiu a partir do golpe de 1964. O autor aponta que até a década de 1980, ainda era possível distinguir dois tipos ou duas identidades bem delimitadas para os historiadores: o tipo tradicional e o tipo inovador ou moderno. A partir daí as abordagens teriam se diversificado.

Concordo com Falcon quando ele afirma que no ensino de História prevaleceu uma orientação a favor que abordagens já consolidadas, como a de Pedro Calmon, baseadas na promoção do patriotismo e da conformidade nacional, muito por conta do autoritarismo vigente. Entretanto, esta parte do trabalho visa mostrar que embora existisse um claro desejo de demarcar as fronteiras entre o tradicional e o novo no que

---

<sup>652</sup> FALCON, Francisco. A identidade do historiador. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, jul. 1996. p. 8 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2014/1153>>. Acesso em: 19 Jan. 2018.

<sup>653</sup> *Ibidem*, p. 9

diz respeito à escrita e ao ensino da História do Brasil, não era de forma alguma consenso o que esse novo significava.

Havia uma valorização da obra de Capistrano de Abreu, vista como capaz de estabelecer um elo entre a historiografia do início do século XX e a historiografia reconhecida como “inovadora” dos anos 1930 e 1940. Rebeca Gontijo nos mostra que tal enaltecimento da obra de Capistrano foi edificado a partir de investimentos de Capistrano e de seus pósteros, afirmando que a historiografia também está sujeita ao trabalho da memória.<sup>654</sup>

Pedro Calmon ao marcar sua posição de forma contrária a Capistrano, constrói ele mesmo sua identidade como historiador. Um historiador que queria ser reconhecido como um autor não apenas de livros a respeito da História do Brasil, mas de toda a História do Brasil.

Talvez Pedro Calmon marcasse sua posição como um autor tradicional, mas para ele, nem de longe ser tradicional implicava em demérito. A tradição estava ligada a legado, a transmitir às novas gerações uma narrativa que enaltecesse a continuidade da herança portuguesa, da religião católica e o sentimento nacionalista, em um tempo que se via como de mudança e progresso.

Considerando que os ecos de tais interpretações reverberaram até muito recentemente nos livros didáticos para o ensino de História do Brasil, penso que Pedro Calmon foi bem sucedido. Claro que para a vitória de suas interpretações, a posição consolidada como um intelectual e os altos cargos aos quais ascendeu na administração federal foram cruciais, bem como o fato de ocupar posições em importantes instituições do campo intelectual brasileiro e português e pertencer a uma família tida como nobre.

Espero, nesta última parte da tese mostrar que a concepção de Pedro Calmon, nos anos 1950 e 1960, longe de ser uma posição derrotada, era uma posição possível, dentre outras que emergiam e se colocavam em disputa. Sabemos que Pedro Calmon foi derrotado nas “batalhas da memória”<sup>655</sup> *a posteriori* e uma indicação disto é que seus livros não são conhecidos pelo público, nem lidos nos cursos de História atualmente. As reedições mais recentes de seus trabalhos foram empreendidas a partir de um esforço

---

<sup>654</sup> GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano. op. cit.* p. 326-327.

<sup>655</sup> Sobre a noção de “batalhas da memória” cf.: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 08 Fev. 2018.

memorialístico.<sup>656</sup> Entretanto, no período em questão isso ainda não se afigurava de maneira muito clara.

Penso que posicionando Pedro Calmon nas discussões que tiveram lugar nas páginas de balanços historiográficos publicados nas décadas em questão, nos espaços destinados a debates a respeito do ensino da História do Brasil no Rio de Janeiro e no Primeiro Simpósio de Professores Universitários de História, ocorrido na cidade de Marília, em 1961, pode-se ter maior clareza de que embora estivesse sofrendo questionamentos e oposições, suas interpretações ainda eram percebidas como válidas. Pedro Calmon poderia ser reconhecido como um historiador tradicional, ainda assim era reconhecido como um historiador e ainda seria algum tempo.

---

<sup>656</sup> Em 2002 alguns de seus livros foram reeditados por ocasião da comemoração do centenário de seu nascimento.

## Capítulo 5 – Histórias gerais, histórias particulares

Neste capítulo, trato de como Pedro Calmon buscou reforçar suas posições historiográficas nos anos 1950 e início da década de 1960. No quarto capítulo deste trabalho pude perceber que o historiador defendeu a necessidade de produzir livros que condensassem informações a respeito da história do Brasil, abarcando todo o seu desenvolvimento, tendo lançado pela editora José Olympio uma *História do Brasil* que acreditava ser comparável apenas às monumentais obras de Varnhagen e Rocha Pombo e que considerava o coroamento de sua produção editorial.

Ao longo dos anos 1950 se fortaleceu nacionalmente a tendência a valorizar as formações universitárias, criadas na década de 1930, como fundamentais para o desempenho do estudo e da escrita da história. Havia um entendimento de que era necessário superar a produção amadora e erudita por meio do estabelecimento de uma escrita especializada, baseada no domínio de conceitos, metodologias e técnicas.<sup>657</sup>

A história precisava se definir disciplinar e intelectualmente de maneira a demarcar os fundamentos que diferenciavam o seu exercício de outras atividades intelectuais. As discussões giravam em torno da consideração das especificidades da disciplina histórica e do reconhecimento de que suas práticas requeriam o aprendizado de conhecimentos singulares e especializados a serem desenvolvidos no interior dos cursos universitários.<sup>658</sup> Ao lado da consciência da necessidade de definir os critérios para o exercício do ofício do historiador, subsistia, no entanto, a figura do erudito, formado em outros cursos, sobretudo o de Direito, e atuante em institutos como o IHGB e seus congêneres estaduais e academias como a ABL.

A *intelligentsia* brasileira de meados do século XX se idealizou de maneira antagônica em relação às gerações anteriores. A imagem de uma sociedade em movimento caracterizou o Brasil nessa década. Tal imagem encontrou nos artistas, cientistas, escritores e outros, seus representantes mais aguerridos. Dessa maneira, a sociedade buscava elidir o seu passado, que em muitos aspectos ainda se fazia vivaz no seu presente.<sup>659</sup>

---

<sup>657</sup> VENANCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica. *op. cit.* p. 436

<sup>658</sup> *Ibidem*, p. 436-437

<sup>659</sup> BOTELHO, André. “Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação”. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai e VILLAS BÔAS, Gláucia. (orgs.). *O moderno em questão: A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 15

Deve-se atentar que o “antes” e o “depois” de toda sequência são também parâmetros normativos, que regulam condutas e concepções políticas, “cujos significados são extraídos tanto do que se nega quanto do que se busca afirmar sobre continuidades e rupturas”.<sup>660</sup> Em meio às disputas para a demarcação do sentido do “novo”, os litigantes buscam legitimar suas próprias causas, propósitos e classificações. Tal perspectiva é válida, também para as avaliações acerca da escrita da história do Brasil.

A maior parte dos trabalhos que se dedicou a analisar a produção historiográfica brasileira representa a sua trajetória de forma esquemática e teleológica. Entretanto, é necessário perceber que durante décadas a produção proveniente do ambiente universitário coexistiu com uma historiografia anterior externa à universidade e empreendida por indivíduos com formação e atuação em outras áreas.

Investigarei neste capítulo que tensões e diálogos a respeito dos rumos do ensino e da escrita da História tiveram lugar nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Buscarei perceber em que medida o fato de ocupar um cargo relevante e ser um autor reconhecido conferiam a Calmon uma aceitação entre aqueles que considerava seus pares.

Investigo os balanços historiográficos publicados nas décadas de 1950 e 1960 buscando compreender de que forma a obra de Calmon foi lida pelos intelectuais que almejavam estabelecer os parâmetros de uma historiografia que fosse ao mesmo tempo inovadora e moderna. Procuo perceber quais debates estavam em voga nas décadas em questão a respeito do ensino de História e como a perspectiva veiculada por Pedro Calmon, em seus livros, se relaciona com tais discussões.

Comparo a compreensão de Pedro Calmon acerca do ensino e da escrita da história do Brasil, defendidos em sua conferência, com outros projetos e concepções que estavam em discussão no Primeiro Simpósio de Professores Universitário de História, realizado na cidade de Marília, em 1961. Dessa forma, busco perceber como as ideias e a produção de Calmon foram recebidas nas décadas de 1950 e 1960 por historiadores que buscavam “modernizar” a escrita da História, pelos alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, da qual, como vimos, Calmon era reitor e dos professores universitários reunidos em Marília, em 1961.

---

<sup>660</sup> BOTELHO, André. “Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação”. *op. cit.* p. 18

## 5.1 A historiografia brasileira nos anos 1950 e 1960: balanços e perspectivas

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela realização de diversos balanços historiográficos por intelectuais que tinham por intuito demarcar os limites entre o “antigo” e o “novo” no que diz respeito à escrita da história do Brasil. Os autores desses balanços buscavam definir a partir de seus escritos o que julgavam ser uma “nova” historiografia, em oposição ao que fora produzido anteriormente.<sup>661</sup> Nesse tópico, busco perceber como os escritos de Pedro Calmon foram referidos nesses balanços e também se foram ignorados, pois os silêncios também são significativos.

Sérgio Buarque de Holanda foi um destes autores e hoje ocupa um lugar de destaque como um “cânone” da historiografia universitária brasileira. Seus escritos constituem leituras privilegiadas nos programas de curso da maior parte das universidades do país, bem como “Raízes do Brasil” é considerado um livro obrigatório para se entender o Brasil e está atualmente na sua 26.<sup>a</sup> edição pela Companhia das Letras.<sup>662</sup>

Em seu artigo “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos” (1951), incluído no suplemento comemorativo de cinquenta anos do jornal *Correio da Manhã*, Buarque censurou a produção de sínteses “onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de uma ilusória visão de conjunto”. Para o autor, o avanço da historiografia estaria condicionado à realização de trabalhos produzidos por especialistas que se dedicassem a épocas e problemas determinados.<sup>663</sup>

Sérgio Buarque atribuiu a Capistrano de Abreu o desenvolvimento da historiografia Brasileira no período analisado. A obra capistraneana representava, na sua opinião, o marco inicial de um novo rumo nos estudos históricos. Esse novo rumo seria marcado pela negação das sínteses baseadas na explanação cumulativa dos fatos. A esse modelo, o autor contrapunha os trabalhos sobre conteúdos específicos a respeito da

---

<sup>661</sup> VENANCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica. *op. cit.* p. 438

<sup>662</sup> Sobre essa visão ver FURTADO, André Carlos. *As edições do cânone*. *op. cit.* p. 20

<sup>663</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 50, p. 27-78, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34649>>. Acesso em: 12 jan. 2018. p. 77

história do Brasil concebidos a partir de uma perspectiva teórica que lhes conferisse relevância.<sup>664</sup>

Para ele, existiria uma tendência que se reflete nas obras das décadas de 1930 e 1940, nas quais “a interpretação pessoal, endereçada a um alvo determinado, cede espaço ao puro esforço de elucidação”. Tais obras não deveriam ser consideradas como pertencentes *stricto sensu* à literatura historiográfica.<sup>665</sup> Sérgio Buarque menciona alguns dos trabalhos de Pedro Calmon como representativos de tal tendência.<sup>666</sup>

O artigo de Sérgio Buarque, como apontam Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristóvão dos Santos, pode ser lido como uma apologia à especialização e um pedido a favor da institucionalização dos estudos e da escrita da história do Brasil. Estes autores compreendem que na concepção buarqueana os trabalhos monográficos se aproximavam mais do que verdadeiramente poderia ser considerado como História. Dessa forma, no início dos anos 1950, já não haveria lugar para os ensaios e obras genéricas, como as produzidas por Pedro Calmon.<sup>667</sup>

A partir da posição de Sérgio Buarque, Pereira e Santos apontam a mudança que se anunciava no campo dos estudos históricos, mas sustentam que o artigo expressava “uma forma de intervenção em um projeto aberto, em disputa, inconcluso e em construção”.<sup>668</sup> A concepção de Sérgio Buarque, apesar de ter se mostrado vitoriosa *a posteriori*, naquele momento se apresentava como um posicionamento em meio a outros possíveis, como o de Pedro Calmon.

Se o objetivo era a especialização, fazia-se necessário apontar os caminhos, organizar a bibliografia de modo a fornecer referências aos neófitos em determinados assuntos. Os manuais bibliográficos despontam como guias, cujo intuito era selecionar da massa da produção historiográfica os autores e obras que mereciam ser lidos e considerados.<sup>669</sup>

---

<sup>664</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história. *op. cit.* p. 43-44

<sup>665</sup> *Ibidem*, p. 76

<sup>666</sup> Os trabalhos mencionados são a *História da Casa da Torre* (1939), a *História do Brasil* (Companhia Editora Nacional, 1939-1956) e a *História Social do Brasil* (1937-1939).

<sup>667</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história. *op. cit.* p. 46

<sup>668</sup> *Ibidem*, p. 34

<sup>669</sup> Astor Diehl ressalta que de forma geral, os estudos de historiografia até os anos 1960, foram originados em resposta a uma preocupação imediatista por ocasião de eventos e projetos específicos, sem levar em conta a compreensão de um pretenso desenvolvimento evolutivo da produção e as continuidades e discontinuidades no pensamento histórico. Diferentemente de Diehl, acreditamos que tais inventários não são produto de uma postura neutra ou descuidada de quem os confecciona, mas constituem determinada memória disciplinar carregada de valoração ao estabelecer uma lista de autores e obras que

O propósito de organizar uma bibliografia básica sobre o Brasil foi o mote do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, dirigido por Rubens Borba de Moraes e William Berrien. O primeiro era subdiretor de Serviços Bibliotecários da ONU e o segundo, norte-americano, professor da Universidade de Harvard.<sup>670</sup> O projeto original foi concebido em 1939 por ocasião da Conferência Bibliográfica do Instituto de Estudos Latino-Americano, ocorrida na Universidade de Michigan, quando se constatou a necessidade de produzir um guia para o estudo das origens e do desenvolvimento da cultura brasileira.<sup>671</sup>

O traçado original da obra passou por diversas modificações. Em virtude da guerra, que dificultou a movimentação e o intercâmbio com colaboradores estrangeiros, e de problemas relativos a financiamento, foi feita a incorporação de redatores brasileiros e optou-se pelo português como língua do manual. O trabalho abrangeria as seguintes áreas: Arte, Direito, Educação, Etnologia, Filologia, Folclore, Geografia, História, Literatura, Música, Sociologia e Teatro.

A área de História ficou assim subdividida a cargo dos seguintes autores: a Rubens Borba de Moraes e Alice Canabrava couberam as partes de obras gerais e bibliografia; Sérgio Buarque de Holanda ficou responsável pela parte de Período Colonial; Octávio Taquínio de Sousa se ocupou das partes relativas à Independência, Primeiro Reinado e Regência; a Caio Prado Júnior coube a redação da parte de Segundo Reinado; Gilberto Freyre ficou responsável pela parte de República; Alice Canabrava redigiu a parte de Bandeiras; a José Honório Rodrigues coube o resumo sobre Os holandeses no Brasil; Rubens Borba de Moraes se ocupou das Viagens e finalmente, a Caio Prado Júnior coube a redação da parte de Assuntos especiais.<sup>672</sup>

Nas bibliografias referentes às partes de História, organizadas por Alice Canabrava e Rubens Borba de Moraes alguns dos livros de Pedro Calmon são comentados e indicados, mas não suas obras de síntese da história do Brasil. Foram referenciadas algumas biografias e trabalhos que se ocuparam de períodos mais

---

devem ser lidas, em detrimento de outras que são esquecidas ou omitidas. DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira (década de 1930 aos anos 1970)*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999. p. 238. Cf. também GUIMARÃES, Manoel Salgado. Historiografia e cultura historiográfica: notas para um debate. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005. pp. 31-47. p. 33

<sup>670</sup> MORAIS, Ruben Borba de e BERRIEN, William. (Orgs). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. 2 vols.

<sup>671</sup> FREIXO, André de Lemos. *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. 417f. p. 101-102

<sup>672</sup> *Ibidem*, p. 103



circunscritos da história nacional.<sup>673</sup> Pode-se perceber que há uma tentativa de incorporar os escritos de Pedro Calmon que mais se adequavam à orientação de uma história mais especializada e monográfica, enquanto os seus livros de síntese eram preteridos.

A despeito da omissão do nome e dos livros de Pedro Calmon no texto da parte de História do manual, o professor de Sociologia e Antropologia Social da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, Donald Pierson, autor do ensaio sobre Sociologia do Manual, inclui Pedro Calmon dentre os “historiadores sociais” juntamente com Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Pandiá Calógeras e Caio Prado Júnior. Tais autores, segundo Pierson, não se limitaram a dar atenção à história política e administrativa, investigando a dinâmica social e cultural representada na “‘história natural’, dos movimentos sociais e instituições”.<sup>674</sup>

Em seu ensaio, Pierson busca marcar uma diferenciação entre a Sociologia e outras disciplinas como a História, a Geografia, a Antropologia Física, a Etnologia, a Linguística, o Direito e a Educação. Para ele, o material sociológico no Brasil estaria disperso em diferentes obras publicadas sob a rubrica dessas outras disciplinas, o que demonstrava a necessidade de especialização no campo das Ciências Sociais. Assim, os folcloristas, viajantes, romancistas e historiadores sociais são por ele citados também como pioneiros da Sociologia.<sup>675</sup> Na bibliografia de Sociologia é mencionado o livro de Pedro Calmon, *História Social do Brasil* “como um trabalho pioneiro de História Social” que tornava acessível “muito material valioso, descritivo e analítico”<sup>676</sup>

Fábio Franzini e Rebeca Gontijo mencionam tais afirmações de Pierson como claro sinal de que em fins da década de 1940 “uma nova historiografia e novos historiadores já se afirmavam como o diapasão que afinava os nossos estudos

<sup>673</sup> São referidos os seguintes trabalhos na bibliografia de Obras Gerais da parte de História: Bittencourt, Pedro Calmon Moniz de. *Gomes Carneiro o general da República*. Rio de Janeiro, Guanabara, s.d. 187 p.; Bittencourt, Pedro Calmon Moniz de. *O Marquês de Abrantes*. Rio, Guanabara, 1933. 304 p. Na bibliografia referente à parte de Independência, Primeiro Reinados e Regência é referido o seguinte trabalho: Bittencourt, Pedro Calmon Moniz de. *História da independência do Brasil*. (Separata da Rev. Inst. Hist. Geo. Bras., tomo 94, vol. 148. Rio, 1927). 239 p. Na bibliografia referente à parte de Bandeiras são referidos os seguintes trabalhos: Bittencourt, Pedro Calmon Moniz de. *A conquista*. História das bandeiras baianas. (Tese de concurso à Cadeira de História do Brasil da Escola Normal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929. 229 p.; Bittencourt, Pedro Calmon Moniz de. *História da Casa da Torre*. Uma dinastia de pioneiros. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1939. 210 p. ilus.

<sup>674</sup> PIERSON, Donald. Sociologia. In: MORAIS, Rubens Borba de e BERRIEN, William. (Orgs.) *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. pp. 1157-1170. p. 1166.

<sup>675</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 23, pp. 35-48, 1.º semestre de 1987.

<sup>676</sup> MORAIS, Rubens Borba de e BERRIEN, William. (Orgs.) *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. op. cit. p. 1230

históricos”.<sup>677</sup> Quando se observa que Pedro Calmon, foi considerado por Pierson como pertencente a uma corrente inovadora, percebe-se que tal diapasão registrava tonalidades dissonantes, pois o que os autores dos anos 1950 apontavam como “novo” não era consensual.

Ao assumirem tal perspectiva Fábio Franzini e Rebeca Gontijo parecem tomar o que delimitam como seu objeto – a “memória acerca de um domínio definido como ‘moderna historiografia brasileira’” – como fidedigna. Assumem essa memória e o discurso dos autores que a constroem, como o próprio Pierson, como genuínos, sem considerar a polifonia das vozes que estavam em disputa.<sup>678</sup>

Outro balanço historiográfico que merece ser considerado é o de Nelson Werneck Sodré, militar de carreira e intelectual de orientação marxista. *O que se deve ler para conhecer o Brasil* foi publicado pela primeira vez em 1945, com o propósito de oferecer ao público um guia de leituras para estudo da história e historiografia nacionais.<sup>679</sup>

Na Introdução da primeira edição, Sodré afirma que não pretendia obter concordância com os livros indicados, mas sim “facilitar ao leitor brasileiro e estrangeiro um acesso mais suave à compreensão das nossas coisas e do nosso povo”.<sup>680</sup> Sua obra divide-se em três partes: “Desenvolvimento histórico”, “Estudos especiais” e “Evolução da cultura”. Cada uma dessas partes se subdivide em capítulos compostos de uma introdução do autor à temática e duas listas bibliográficas, nas quais as fontes são agrupadas em “Fontes principais” e “Fontes subsidiárias”.

O critério para a escolha dessa bibliografia indicada foi a facilidade de acesso aos livros e a avaliação de sua utilidade ao iniciante, pois, de acordo com Sodré, “nem sempre a obra mais inteligente é a mais útil a quem começa a conhecer, a quem desconhece o assunto.”<sup>681</sup> Sodré manifesta a dificuldade de empreender tal trabalho, pois, no que diz respeito aos estudos brasileiros, haveria um acúmulo de livros narrativos e escassez de livros interpretativos.

---

<sup>677</sup> FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel [et. al.] (Org.) *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 141-160. p. 149.

<sup>678</sup> *Ibidem*, p. 142

<sup>679</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Leitura, 1945. Na primeira edição nenhuma obra de Pedro Calmon é mencionada.

<sup>680</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 1

<sup>681</sup> *Ibidem*, p. 2

A introdução da segunda edição, datada de 1960, afirma que o texto original foi totalmente alterado. Percebe-se um aumento significativo na quantidade de livros indicados como “fontes principais” e “fontes subsidiárias”. Se na primeira edição foram indicados 228 livros como fontes principais e 168 como fontes subsidiárias, na segunda edição esses números passam para 546 e 1105 respectivamente.<sup>682</sup> Optei por consultar a terceira edição, revista e ampliada, datada de 1967.

No capítulo intitulado “Estudos históricos”, Nelson Werneck traça um sucinto panorama dos estudos históricos empreendidos no Brasil, desde o século XVI. No “século da Independência” surgiram os primeiros historiadores brasileiros, destacando-se Varnhagen e os estrangeiros que visitaram o país, como Robert Southey e John Armitage. Varnhagen é chamado “pai da história” por ter prestado importantes serviços à historiografia no que se refere à investigação. Antes dele, “não havia nenhuma [obra] que apresentasse em conjunto a vida colonial brasileira”.<sup>683</sup> Varnhagen representava o esforço do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para o conhecimento do passado.

Com a aproximação do fim do século XIX, configuram-se duas tendências que segundo Sodré “desfiguram” a escrita da história do Brasil no oitocentos:

Na segunda metade do século XIX (...) a historiografia assinala a tendência, que não era peculiar ao Brasil, de ver na História um gênero literário, apropriado ao discurso, à homenagem cívica. Ao aproximar-se o fim do século, a tendência é neutralizada em parte por outra, que leva à erudição, à pesquisa detalhista, ao exame dos documentos, à consulta de arquivos, à controvérsia minuciosa, destinada a regular pontos obscuros e dúvidas de pessoas e lugares acumuladas em quatro séculos. Os exemplos quanto à primeira tendência são numerosos. Quanto à segunda, o típico é Capistrano de Abreu, que faz escola.<sup>684</sup>

Sodré não partilha do entusiasmo de seus pares a respeito da obra de Capistrano. Ao comentar os Capítulos de História Colonial, afirma que

a rigor, Capistrano não acrescenta ao tratamento da história brasileira nenhum elemento fundamental, não a ilumina pela aplicação de um método, não a esclarece pela revisão de fatos, quanto ao conteúdo destes. Há mesmo em sua obra melhor, preconceitos, distorções, repetições de velhos julgamentos, omissões lamentáveis.<sup>685</sup>

<sup>682</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 5

<sup>683</sup> *Ibidem*, p. 216

<sup>684</sup> *Ibidem*, p. 216-217.

<sup>685</sup> *Ibidem*, p. 221.

De acordo com Sodré, os esforços na escrita da história do Brasil tinham se dado “mais em superfície que em profundidade”, o que acarretava a existência de “um acúmulo enorme de livros narrativos e uma falta alastrada de livros de interpretação”.<sup>686</sup> Capistrano era dotado de qualidades que o permitiriam empreender a passagem de uma história narrativa a uma escrita da história interpretativa, mas não o fez. Apesar das críticas, elogia em Capistrano “a amplitude de seus conhecimentos, a capacidade de apreciar detalhes e para situá-los no conjunto, o conhecimento da documentação de arquivos, a pesquisa paciente e demorada”.<sup>687</sup>

Nelson Werneck Sodré justifica a importância de produzir um manual bibliográfico afirmando que ainda havia setores nos quais não existia uma obra de sùmula, “capaz de servir de base ao estudo de iniciação, nem mesmo para situar os problemas, deixando a outros a tarefa de desenvolvê-lo [sic]”.<sup>688</sup> Destarte, podemos perceber que para ele, as sínteses ainda se faziam pertinentes, pois trabalhos mais especializados e circunscritos, como os de Capistrano, não garantiriam a qualidade interpretativa, que atestava a marca da “novidade” no que diz respeito à escrita da história.

Sodré indica o livro de Pedro Calmon *História Social do Brasil*, volume um (Espírito da Sociedade Colonial) dentre as fontes principais de um de seus capítulos, como “razoável fonte de estudos.”<sup>689</sup> O livro *História Social do Brasil*, volume dois (Espírito da Sociedade Imperial) também está arrolado entre as fontes principais de outro capítulo e, em suas palavras, trazia “levantamento que proporciona boa informação a respeito do assunto”.<sup>690</sup> A *História do Brasil*, de Pedro Calmon, em sete volumes, aparece dentre as fontes subsidiárias recomendadas no tópico “Estudos históricos”. Podemos perceber que os elogios que Sodré dirige à obra de Calmon estão relacionados apenas à qualidade da informação que ela poderia propiciar ao leitor e não ao fato de se tratar de obras de interpretação.

É significativo que Nelson Werneck enalteça Capistrano pelos seus notáveis conhecimentos, embora credite à erudição a desfiguração da história que se pretendia escrever. Nelson Werneck, por outro lado, julgou Capistrano pela forma com a qual a erudição foi empregada, a seu ver, de maneira cumulativa e frívola. Quiçá, Sodré

---

<sup>686</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 3.

<sup>687</sup> *Ibidem*, p. 221

<sup>688</sup> *Ibidem*, p. 3

<sup>689</sup> *Ibidem*, p. 120

<sup>690</sup> *Ibidem*, p. 154

considerasse a obra de Pedro Calmon como caudatária do que chama de “tendências desfiguradoras”, embora, não pudesse prescindir de indicar seus livros como materiais de estudo aos iniciantes. Sua opinião sobre as obras de Calmon mudou ao longo do tempo. Na sexta edição de *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, publicada em 1988, as referências a todos os livros de Pedro Calmon foram suprimidas.

Um outro caminho possível para se compreender a recepção da obra de Pedro Calmon nos anos 50, é por meio da leitura dos periódicos científicos especializados em História, entre os quais se destaca a Revista de História, da Universidade de São Paulo. Surgida no ano de 1950, o periódico fundado por Eurípedes Simões de Paula no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha por projeto fixar os limites entre o que era produzido pelos cursos universitários e o que era realizado fora destes no que dizia respeito à escrita da História.<sup>691</sup> Giselle Venancio aponta que a revista “pode ser considerada um dos resultados concretos dos processos de reconfiguração do campo intelectual”.<sup>692</sup> Sua ascensão concorria com a existência de revistas mais antigas no campo das ciências humanas, como a Revista do IHGB (publicada continuamente desde 1839) e a Revista Brasileira (publicada pela ABL desde 1941).

Em seu segundo ano (1951) a revista publicou o artigo de Astrogildo Rodrigues de Mello, professor da cadeira de História da Civilização Americana da USP. Intitulado “Os estudos históricos no Brasil”, o artigo salienta no que diz respeito às pesquisas históricas “a predominância de um espírito ‘universitário’”, que no seu entender norteava “um progressivo incremento das pesquisas históricas calcadas em preciosos subsídios dos arquivos”.<sup>693</sup>

Para ilustrar essa tendência cita as pesquisas sobre o bandeirismo realizadas por Afonso de Escagnolle Taunay, Alfredo Ellis Jr., Basílio de Magalhães, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Pedro Calmon, Alberto Lamego, “e muitos outros historiadores regionais, cujas memórias engrossaram grandemente a caudal dos estudos modernos sobre a matéria”.<sup>694</sup> Por esse fragmento, pode-se perceber que a modernização na concepção de Mello passava também pela especialização e pelo

---

<sup>691</sup> VENANCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica. *op. cit.* p. 448.

<sup>692</sup> *Ibidem*, p. 449

<sup>693</sup> MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os Estudos Históricos no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 381-390, junho 1951. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35004>>. Acesso em: 13 jan. 2018. p. 386

<sup>694</sup> *Ibidem*. p. 386

recorte de temáticas e períodos específicos, como o bandeirismo. E Pedro Calmon figura como um dos autores que empreendiam tal produção moderna.

Dez anos depois, Pedro Moacyr de Campos, Professor-adjunto da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, também produziu o seu balanço historiográfico. Intitulado “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”, o texto aponta os “sinais de uma renovação dos estudos de história no Brasil”. Ao mencionar a Revista do IHGB, Campos afirma que se tratava de um “órgão do nosso principal centro de estudos de História durante quase um século, até a instituição de Faculdades de Filosofia no país”.<sup>695</sup> A partir da perspectiva de Campos, a existência do IHGB era uma etapa superada no que dizia respeito à historiografia brasileira, uma vez que as Faculdades de Filosofia representavam a evolução da produção historiográfica no país.

Sobre Pedro Calmon, Campos afirma que possui uma obra “vasta”, abarcando desde

trabalhos sobre a expansão baiana passando pelas pesquisas em arquivos portugueses, até uma grande **História do Brasil** e uma **História Social do Brasil**, campo em que também se ilustrou Nelson Werneck Sodré, com a **Formação da Sociedade Brasileira**.<sup>696</sup>

A despeito da diferença de perspectivas entre Pedro Calmon e Nelson Werneck Sodré, Campos acredita que os dois são comparáveis, pois escreveram “histórias sociais”. Talvez o que os unisse era o fato de que ambos estavam fora da universidade, portanto, seus escritos não poderiam, do ponto de vista de Campos, ser considerados modernos.

A última obra que aponto neste breve balanço final é o livro de José Honório Rodrigues, *História e historiadores do Brasil*, publicado em 1965. Embora não possa ser reputado propriamente como uma análise historiográfica, o livro objetivava elaborar uma chave de leitura e definir o signo da novidade no que diz respeito à historiografia brasileira.

José Honório Rodrigues é considerado um autor pioneiro dos estudos de historiografia no Brasil por ter publicado diversos livros sobre o tema. Trabalhou no Instituto Nacional do Livro (1938-1944), foi Diretor da Divisão de Obras Raras e

<sup>695</sup> CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de História*, São Paulo, v. 22, n. 45, p. 107-159, junho 1961. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120194/117397>>. Acesso em: 13 jan. 2018. p. 115

<sup>696</sup> *Ibidem*, p. 158 Grifos do autor

Publicações da Biblioteca Nacional (1946-1958) e Diretor do Arquivo Nacional (1958-1964). Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>697</sup>

*História e historiadores do Brasil* é uma reunião de artigos, ensaios e conferências publicados nas décadas anteriores e costurados por um prefácio, no qual o autor enuncia sua proposição acerca da historiografia brasileira. Em seu prefácio José Honório enuncia que as histórias gerais escritas de Varnhagen a Pedro Calmon ignoravam os sucessos populares, dando as costas ao sertão. Tais histórias teriam caráter mais político que científico. Segundo ele, tal visão “deformada” da nossa história vinha sendo revista por Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, de forma a ajustá-la à realidade nacional e conferir a ela um caráter menos saudosista e colonialista, que valorizasse o presente em detrimento do passado.

A tarefa que esperava as novas gerações, segundo José Honório era “retificar as interpretações de nossa historiografia, oficial e acadêmica, pô-la a serviço do povo e da Pátria”. A História, de acordo com ele, deveria ser um “instrumento legítimo de defesa das aspirações nacionais e de emancipação da pátria”.<sup>698</sup>

José Honório faz uma crítica à escrita de “histórias gerais” traçando uma linha que liga diretamente Varnhagen a Pedro Calmon, sem fazer menção aos outros pontos pelos quais ela passa. Segundo ele tais escritos produziram uma “visão deformada da nossa história”, pois continham um “sentido colonialista e saudosista, valorizador do passado contra o contemporâneo”.<sup>699</sup> Tais trabalhos seriam caudatários de uma tradição portuguesa presente na colonização.<sup>700</sup> Em sua concepção tais histórias:

não compreendem os sucessos populares, nem julgam as danças elitistas; malsinam as insurreições, evitam ou condenam as revoltas, dão as costas ao sertão; seus heróis são apenas as elites muitas vezes alienada a interesses antinacionais; <<biografisam>> a história para personalizá-la em <<estadistas>> que não valem alguns heróis do sertão abandonado; evitam as controvérsias e têm, pelo seu próprio partidarismo e oficialismo, um caráter mais político que científico.<sup>701</sup>

Pode-se perceber que a crítica de José Honório se expressa a partir da denúncia de um conteúdo político dos escritos dos autores de histórias gerais, como Pedro

<sup>697</sup> Ver IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 55-78, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1934>>. Acesso em: 13 Jan. 2018.

<sup>698</sup> RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. p. 10.

<sup>699</sup> *Ibidem*. p. 10

<sup>700</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *op. cit.* p. 36

<sup>701</sup> RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. *op. cit.* p. 10

Calmon. Embora Calmon declarasse o intento de fazer uma história “neutra”, uma vez que referendada em documentos e desprendida de classificações teóricas, José Honório considera que seus escritos mostram um claro posicionamento político. Entretanto, da mesma forma que não se pode adotar a escrita de Calmon como portadora de neutralidade, também não se pode tomar a de José Honório. A essa escrita colonialista e saudosista, José Honório contrapõe uma historiografia “contemporânea” que tinha Capistrano de Abreu como precursor.

Deve-se atentar para o fato de que nos anos 1950, a leitura da obra de Capistrano foi configurada a partir de uma leitura produzida pelo próprio José Honório Rodrigues. O autor conquistara uma posição relevante na Sociedade Capistrano de Abreu, instituição à qual se atribuiu a responsabilidade de editar e difundir a obra capistraneana.<sup>702</sup>

A agremiação fora criada em 1927, ano da morte do historiador, por seus amigos, pupilos e admiradores, com o objetivo de resguardar e divulgar a memória de seu patrono para as gerações vindouras. Congregando expressivos nomes dentre políticos e intelectuais brasileiros e estrangeiros, durante os 42 anos em que se manteve ativa, a sociedade foi responsável pela conservação da biblioteca, da correspondência, dos objetos pessoais e pela organização de sua obra. Além disso, também preservou o espaço no qual Capistrano viveu seus últimos anos.<sup>703</sup>

Ítala Byanca Morais da Silva a partir da análise das atas da Sociedade identifica na fase inicial da instituição, as décadas de 1930 e 1940, a predominância de uma percepção de Capistrano construída por meio de discursos laudatórios dos “sócios fundadores” da agremiação. Tais sócios privaram da companhia de Capistrano e foram seus correspondentes. Por meio de tais discursos, Capistrano era lembrado como “mestre” dos estudos de história, geografia e etnografia brasileiros. Tais narrativas foram construídas coletivamente.<sup>704</sup>

---

<sup>702</sup> VENANCIO, Giselle Martins e SILVA, Ítala Byanca Morais da. Um tal João, um tal Francisco: disputas intelectuais e monumentalização da produção intelectual de Capistrano de Abreu e Oliveira Viana nos anos 50. In: PEREIRA, Mateus. et. al. (Orgs.) *Contribuições à História da Historiografia Luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2013. pp. 389-424. p. 391. Sobre a Sociedade Capistrano de Abreu cf. SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Les morts vont vite: A Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)*. Dissertação (Mestrado em História Social). 358 f. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

<sup>703</sup> VENANCIO, Giselle Martins e SILVA, Ítala Byanca Morais da. Um tal João, um tal Francisco. *op. cit.*, p. 399

<sup>704</sup> *Ibidem*, p. 400



Nos anos 1950, com as comemorações do centenário de Capistrano de Abreu (1953), a autora reconhece que os discursos dos “sócios fundadores” passam a ser obscurecidos pela perspectiva crítica e historiográfica do sócio José Honório Rodrigues a respeito de Capistrano de Abreu. Tal visão se consolidou dentro da instituição no final dos anos 1960, década em que a agremiação encerrou suas atividades.<sup>705</sup>

A diferença de Rodrigues para os chamados “sócios fundadores” é que aquele dialoga com as proposições de Capistrano, questionando-as, opondo-se a elas e por vezes chegando a conclusões diferentes. Rodrigues buscava equilibrar os cerimoniais memorialísticos tradicionais da Sociedade com as recentes demandas do campo intelectual.<sup>706</sup> O grupo de sócios que se formou posteriormente, congregado em torno de José Honório Rodrigues e contraposto ao dos sócios fundadores, era formado em sua maioria por professores das universidades brasileiras fundadas há apenas duas décadas.<sup>707</sup>

Em 1954, a Sociedade Capistrano de Abreu publicou em parceria com o Instituto Nacional do Livro uma edição comemorativa do principal livro de Capistrano, *Capítulos de história colonial*, com prefácio e anotações que vinham sendo preparadas há mais de cinco anos por José Honório Rodrigues. As anotações passaram pelo crivo de outros membros da Sociedade. A publicação foi uma importante conquista para Rodrigues, uma vez que foi rompido o monopólio da Sociedade sobre a obra de Capistrano a partir da parceria com o Instituto Nacional do Livro.

As edições realizadas pelos “sócios fundadores” não eram acompanhadas de anotações e prefácios, pois objetivavam manter a integridade do texto. A partir de 1954, as edições dos livros de Capistrano passaram a ser introduzidas por José Honório. Tais escritos foram importantes para que o prefaciador pudesse estabelecer um lugar para si por meio dos cerimoniais comemorativos em torno da figura de Capistrano.<sup>708</sup>

Ao buscar fundamentar a profissão do historiador e instituir a crítica historiográfica como campo de estudos, José Honório Rodrigues mobilizou a figura de Capistrano como um modelo ideal a ser seguido. Rodrigues recuperou a produção historiográfica de Capistrano de Abreu como um referencial adequado às demandas de

---

<sup>705</sup> SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Les morts vont vite. op. cit.* p. 73

<sup>706</sup> VENANCIO, Giselle Martins e SILVA, Ítala Byanca Morais da. Um tal João, um tal Francisco. *op. cit.* 405

<sup>707</sup> SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Les morts vont vite. op. cit.* p. 73

<sup>708</sup> SILVA, Ítala Byanca Morais da. Anotar e prefaciador a obra do mestre. In: *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 03, pp. 83-105, setembro 2009. p. 98-100

estudo e da escrita da história na segunda metade do século XX.<sup>709</sup> Tal conhecimento remetia ao que se estava se produzindo nas universidades e era pensado retrospectivamente como um processo evolutivo, do qual Capistrano era o referencial.<sup>710</sup>

Ao se voltar para a defesa de uma história destinada a atender as necessidades do presente, José Honório Rodrigues conferia considerável atenção à questão da emancipação brasileira, que julgava ainda incompleta. Capistrano, segundo ele, seria o mais nacional dos historiadores porque mostrava uma “consciência nacionalista” ao rejeitar a ênfase sobre as origens europeias e centrar sua temática nas “origens autônomas do Brasil novo”.<sup>711</sup>

Ao alçar Capistrano de Abreu ao patamar de “maior historiador brasileiro”, José Honório Rodrigues, além de desenvolver um exercício de crítica historiográfica que tinha sido supostamente iniciado pelo próprio Capistrano, busca também estabelecer uma cronologia de obras e autores expressivos da disciplina. Tal exercício é descrito por Rebeca Gontijo como memorialístico, pois com essa operação, José Honório se afigura como alguém interessado em edificar uma tradição historiográfica na qual ele próprio pudesse se inserir como um historiador que a exemplo de Capistrano foi capaz de sistematizar o legado da escrita da História no Brasil e apontar os rumos para novas pesquisas.<sup>712</sup>

José Honório ao inventariar a produção historiográfica brasileira pleiteia para si a função de “guardião da memória” em relação à escrita da história brasileira.<sup>713</sup> A crítica historiográfica de José Honório expressa a aspiração de constituir um catálogo de autores que deveriam ser lembrados e cujas obras deveriam ser estudadas, em detrimento de outros autores e obras que poderiam ser suplantados ou mesmo esquecidos. Além disso, Rodrigues, por meio de sua atuação na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional empenhou-se para fazer dos arquivos os “lugares por excelência da escrita histórica nacional”<sup>714</sup>, a despeito das figuras que se esforçavam por erigir a universidade e os espaços a ela pertencentes como esse lugar.

Apesar de todos os autores que consideramos apontarem a sua época como a do surgimento do “novo” na história do Brasil, o que marcaria a novidade no que diz respeito à escrita da história do Brasil para cada um deles não é tão evidente. Também,

---

<sup>709</sup> *Ibidem*, p. 90

<sup>710</sup> SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Les mortes vont vite*. *op. cit.* p. 73

<sup>711</sup> GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano*. *op. cit.* p. 331

<sup>712</sup> *Ibidem*, p. 331-332.

<sup>713</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *op. cit.* p. 37

<sup>714</sup> VENANCIO, Giselle Martins. *Prefigurações da paisagem historiográfica*. *op. cit.* p. 457

percebemos que não é incontestável o nome de Capistrano de Abreu como precursor da historiografia identificada como “nova”. Apesar de que referendando ou refutando suas posições, seu nome é incontornável a quem pretende tratar da historiografia brasileira.

Pelo exame dos balanços historiográficos podemos constatar que a produção historiográfica brasileira representa sua própria trajetória como linear e orientada para a busca da cientificização, daí ser recorrente, nessas análises, o emprego de dicotomias como tradicional-moderno e atraso-renovação<sup>715</sup> tendo como ponto de partida a obra de Capistrano e culminando na historiografia universitária. Tal produção historiográfica tendeu a obliterar os trabalhos não identificados com o meio universitário, ou com as regras de produção tidas como inovadoras.

Fato é que tanto os autores de balanços historiográficos, quanto Pedro Calmon, nas décadas aqui tratadas, estavam envolvidos em projetos editoriais, produzindo obras a respeito da escrita da história do Brasil, para as quais queriam conquistar um espaço de circulação e recepção.<sup>716</sup> Pedro Calmon estava no interior da universidade, mas não como professor de História. Não produzia sua *História do Brasil* sancionado pelo magistério universitário. Sendo assim era pertinente que sua produção procurasse se compatibilizar com alguns critérios estabelecidos nas referidas décadas para uma escrita da História tida como “moderna”, embora não tenha abandonado a convicção da pertinência dos livros de síntese da História do Brasil apontando a necessidade de fornecer aos estudantes resumos apropriados para seus estudos.

As instituições às quais pertencia (IHGB e ABL) ou buscou pertencimento (Colégio Pedro II), eram tidas como locais que reuniam “amadores” e “homens de letras” não especializados, em oposição à universidade, que se queria firmar como um espaço “moderno”. Calmon não julgou também ser preferível a escrever uma grande história do Brasil, produzir sobre períodos e assuntos mais circunscritos. Por esses motivos e outros, sua obra foi julgada ultrapassada, embora, como uma análise dos balanços acima deixe entrever, isso ainda não se delineava de maneira evidente.

Acredito que ao aceitar apressadamente as noções de “antes” e “depois” concebidas pelos trabalhos que se propunham a analisar a historiografia nos anos 1950 e 1960, estamos sujeitos a considerar consolidada uma memória disciplinar que, naquele momento, se encontrava em franca disputa. Tais classificações estão longe de serem

---

<sup>715</sup> FREITAS, Itamar. Itinerários do ensino superior de História (primeiras leituras). In: FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p. 13

<sup>716</sup> VENANCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica. *op. cit.* p. 457

rigorosas, mas foram apropriadas por uma historiografia contemporânea sem ser objeto de análises mais apuradas. Talvez por isso, Fernando Novais tenha certa vez afirmado que “às vezes o que se quer dizer com tradicional é que simplesmente tradicionais são os outros”.<sup>717</sup>

## 5.2 Ensino de História, mediação e inovação

Pode-se entender que com o intuito de produzir grandes sínteses a respeito da história do Brasil, Pedro Calmon expunha o seu propósito de realizar uma mediação do que se produzia entre os historiadores a um público mais amplo, sobretudo, professores e estudantes. Ao acompanhar a sua produção dos anos 1930 aos anos 1950 nos capítulos anteriores, percebi que existia a intenção de direcionar os seus livros a públicos cada vez mais diversos, com o objetivo de transpor os limites da utilização pedagógica por alunos e professores em um sentido estrito. Sua última obra analisada, a HB (JO), foi propagandeada como uma obra adequada à família e de leitura indispensável a todos os brasileiros.

A categoria de “mediadores” culturais foi pensada por Jean-François Sirinelli, sendo diferenciada e complementada pela de “criadores” culturais.<sup>718</sup> Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen afirmam que a perspectiva que embasa seu livro tem por propósito romper uma “dicotomia muito sólida que separa e hierarquiza dois processos culturais e duas figuras neles envolvidos”.<sup>719</sup> Esses processos são o de criação e mediação cultural, sendo as figuras envolvidas os criadores e mediadores, tais como indicados por Sirinelli. Os primeiros são entendidos como “autores”, “artistas”, “inventores”, “cientistas”, enquanto os segundos são enxergados como “vulgarizadores”, “divulgadores”. Tais termos expressam, na visão das autoras, a hierarquização presente na citação, sendo os “mediadores” tidos como intelectuais menores.<sup>720</sup>

---

<sup>717</sup> NOVAIS, Fernando. *Aproximações: Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naïf, 2005. p. 296

<sup>718</sup> SIRINELLI, Jean François. Intelectuais. IN: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Pp. 231-269. p. 242

<sup>719</sup> GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia. Apresentação. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 7-37. p. 13

<sup>720</sup> *Ibidem*, p. 13

Não assumo aqui que Pedro Calmon se coloque como um mediador cultural. Acredito que nas décadas em questão ele foi considerado um “criador”, um “autor”. Não era visto como um intelectual menor, mas pleno, guardados os devidos cuidados com a polissemia que a categoria encerra. Porém, nesta parte do capítulo, objetivo chamar a atenção para as “práticas de mediação cultural” também desenvolvidas por Pedro Calmon, mais que atribuir classificações para a sua produção.<sup>721</sup>

Conforme colocado no capítulo anterior, parto da hipótese de que Calmon a partir da publicação de sua *História do Brasil* publicada pela Companhia Editora Nacional (1939-1956) pôs ênfase nas práticas de mediação desenvolvidas, se propondo a produzir uma síntese bem fundamentada, que pudesse ser utilizada por estudantes e professores do curso secundário. Em sua *História do Brasil* (1939) editada pela José Olympio, essa aspiração se expandiu para abarcar a todos os brasileiros.

Os autores dos balanços mencionados no item anterior desejavam por meio de seus escritos assinalar os “criadores”, diferenciando-os dos divulgadores no que diz respeito à escrita da história. Em geral se utilizavam de um fundamento que consideravam evolutivo, culminando com a criação dos cursos universitários. Dessa forma, com algumas exceções, os conteúdos produzidos por figuras atuantes no ensino universitário eram tidos como proeminentes em relação ao que era produzido fora desse espaço. Em relação ao ensino secundário, atribuiu-se um lugar de inferioridade, uma vez que os professores atuantes nesse nível de ensino eram vistos como generalistas e autodidatas.

Nesse contexto também se discutia a necessidade de delimitar o ensino de História como um domínio restrito aos formados pelas faculdades de filosofia. Um hiato de quase cem anos separa a instituição da História como disciplina escolar, no Colégio Pedro II e a criação dos primeiros cursos universitários para a formação de professores. Os professores da disciplina por décadas foram provenientes de outras formações, como o curso de Direito, já mencionado. Mesmo nos anos 50 do século XX, passadas duas décadas do estabelecimento da formação universitária, ainda não se tinha conseguido delimitar o ensino de história no curso secundário como território exclusivo dos licenciados pelas faculdades de filosofia.<sup>722</sup>

---

<sup>721</sup> , Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia. Apresentação. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores. op. cit.* p. 9.

<sup>722</sup> RODRIGUES, Thiago Nascimento. O primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961): currículo e formação de professores. *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.1, p.286-304, jan.-abr. 2017. p. 289.

Alguns dos primeiros cursos criados uniam as formações em História e Geografia, habilitando o licenciado a atuar como professor das duas disciplinas no ensino secundário. A lei federal n.º 2.594, de oito de setembro de 1955 dispôs sobre o desdobramento dos cursos de História e Geografia nas faculdades de filosofia e prescreveu a separação das duas áreas, até então unidas nos cursos universitários, em formações independentes.<sup>723</sup> Tal mudança é expressiva da consideração das especificidades dos campos disciplinares e do reconhecimento de que suas práticas requeriam o aprendizado de conhecimentos singulares e especializados a serem desenvolvidos no interior dos cursos universitários.<sup>724</sup>

Uma leitura dos anais do Primeiro Simpósio de Professores Universitários de História, do qual tratarei neste item, mostra que mesmo que a separação dos cursos tenha sido estabelecida por lei, nem todas as Faculdades de Filosofia davam cumprimento ao dispositivo.<sup>725</sup> Os anais também informam que estava em vigência a portaria n.º 478, de 8 de junho de 1954, que permitia aos licenciandos de Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais o registro também de professores de História.<sup>726</sup> Os professores envolvidos no evento argumentavam que a especialização cumpriria um papel fundamental no aprimoramento do sistema educacional, tentando delimitar um espaço de atuação para os formados em cursos universitários de História.

Um levantamento quantitativo feito por Marieta de Moraes Ferreira e Norma Lúcia da Silva mostra que na década de 1930 foram criados apenas quatro cursos de História, enquanto na década de 1940 foram criados 14 novos cursos e na década de 1950 esse número duplicou, com a criação de 28 novos cursos de História em instituições públicas, totalizando 46 cursos universitários de História em funcionamento no país no início da década de 1960.<sup>727</sup>

---

<sup>723</sup> LEI Nº 2.594, DE 8 DE SETEMBRO DE 1955. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955-361157-publicacaooriginal-1-pl.html> (Acesso em 21 jul 2015)

<sup>724</sup> VENANCIO, Giselle. *Prefigurações da paisagem historiográfica*. *op. cit.* p. 437

<sup>725</sup> Uma leitura da moção nove, encaminhada ao I Simpósio por Cecília Maria Westphalen (Universidade do Paraná) e Antonio Camillo de Faria Alvim (Universidade de Minas Gerais), aponta que em 1961, nem todas as Faculdades de Filosofia davam cumprimento à lei federal vigente. In: *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. São Paulo: FFCL-USP, 1962. p. 291

<sup>726</sup> A moção dez, encaminhada por 26 professores de instituições públicas e privadas de diversos estados brasileiros, reivindica a revogação da portaria. In: *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. *op. cit.* p. 292

<sup>727</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes e SILVA, Norma Lucia da. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011. p. 300

Embora a história dos cursos universitários ainda seja pouco investigada, alguns trabalhos têm se dedicado a compreender a conformação dos primeiros cursos de História, sobretudo o curso criado na Universidade de São Paulo (1934) e os cursos criados na referida Universidade do Distrito Federal (1935-1939) e na também mencionada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939). A respeito do curso paulista, destaca-se o trabalho de Diogo da Silva Roiz<sup>728</sup> e sobre os cursos criados no Rio de Janeiro, destacam-se os trabalhos de Marieta de Moraes Ferreira.<sup>729</sup>

Alguns trabalhos produzidos a respeito das experiências universitárias dos cursos de História tenderam a ver na experiência uspiana a consolidação de uma tradição de pesquisa diferenciada no decorrer dos anos 1950 e 1960, considerando os demais cursos aquém das condições de produção histórica que se configuravam na universidade paulista. Por estarem voltadas para a formação de professores secundários, as demais instituições não foram consideradas nessas análises.<sup>730</sup> Aqui considerarei melhor o curso da FNFfi da Universidade do Brasil ao qual Pedro Calmon estava ligado ainda que indiretamente, na condição de reitor da universidade.

Não havia um comprometimento com a introdução à pesquisa nas disciplinas dos cursos de História e Geografia da Universidade do Brasil. A formação voltava-se exclusivamente para a preparação de professores, tomando-se como princípio que tal exercício não pressupunha o desenvolvimento de pesquisas. Entretanto, Marieta de Moraes Ferreira mostra que os professores do curso publicavam de maneira profícua e para isso, baseavam-se em investigações<sup>731</sup> realizadas como atividades particulares ou em outras instituições às quais eram vinculados, como o IHGB.

Com a separação das formações em História e Geografia (1955), Ferreira enxerga novas perspectivas e mudanças expressivas na estruturação do curso de História da FNFfi. No mesmo ano, o professor da cadeira de História Moderna e Contemporânea, Delgado de Carvalho se aposentou. Maria Yedda Linhares, sua assistente, foi cogitada como sua substituta, tendo realizado concurso para catedrática em 1957. Segundo Ferreira, a professora modificou a estrutura engessada da cátedra, tornando-a um espaço

---

<sup>728</sup> ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino*. Curitiba: Apriis, 2012.

<sup>729</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício*. op. cit.

<sup>730</sup> Exemplos dessa tendência são os trabalhos de SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A pesquisa histórica no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 45-50, jan. 1983. e CAPELATO, Maria Helena Rolim, GLEZER, Raquel e FERLINI, VERA Lúcia Amaral. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1984.

<sup>731</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício*. op. cit. p. 47

destinado a pôr em prática uma nova concepção de formação de professores de História, aptos ao debate de temáticas contemporâneas.<sup>732</sup>

Em 1958 foi criado na FNFfi o Centro de Estudos de História, órgão estudantil apoiado pela direção da faculdade e pela maioria dos professores, que publicou até 1963 sete números do Boletim de História. O periódico nasceu a partir de um projeto de fornecer orientação didática aos professores secundários, mas tornou-se, ao longo do tempo um espaço de crítica e questionamento ao curso de História da forma como era concebido na Universidade do Brasil e de debates de questões sociais mais amplas, como discussões a respeito da estrutura universitária e sugestões de novas perspectivas a respeito da escrita e do ensino da história do Brasil. No que diz respeito ao curso secundário, as propostas se faziam no sentido de romper com os fundamentos de um ensino de História entendido como eurocêntrico, antiquário, passadista e patriota.<sup>733</sup>

Um texto publicado no Boletim no ano de 1960 – que originalmente era parte de uma tese produzida pelo Centro de Estudos de História para ser debatida no Congresso de Universitários de História, ocorrido no mesmo ano em São Paulo – intitulou-se “O livro didático no curso secundário de História” e tece críticas aos materiais didáticos para o ensino da disciplina caracterizando-o a partir dos fundamentos acima mencionados.<sup>734</sup>

No cenário internacional, as colônias africanas lutavam pela descolonização e o ponto de vista manifestado pelo Boletim era o de que o ensino de História não poderia continuar a reproduzir uma mentalidade dependente e subordinada, que promovia a exaltação da colonização portuguesa. Para Mesquita a orientação seguida pelo Boletim era a de alertar para a necessidade de um ensino de História feito do ponto de vista brasileiro, o que não significava um ensino patriótico, que despertasse um nacionalismo agressivo e exaltasse os heróis e instituições nacionais.<sup>735</sup> Para mudar o ensino de História, fazia-se necessário mudar os livros didáticos e a formação ofertada nos cursos universitários.

---

<sup>732</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A cadeira de História Moderna e Contemporânea: um espaço de crítica e renovação do ensino da História. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João. (Orgs.) *Escritos sobre história e educação: Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001. pp. 553-568. p. 553

<sup>733</sup> MESQUITA, Daniel Pereira. *Boletim de História: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia. 1958/ 1963*. Dissertação (Mestrado em História) 114f. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1998. p. 1.; p. 11

<sup>734</sup> *Ibidem*, p. 16

<sup>735</sup> *Ibidem*, p. 20



Também Pedro Calmon em sua conferência aos professores universitários reunidos no Primeiro Simpósio de Professores Universitário de História, na cidade de Marília, em 1961, defendeu o papel pedagógico que a história deveria desempenhar para os estudantes secundários, o de fomentar a consciência nacional. Embora em sentido distinto daquele desenvolvido no *Boletim de História*, Calmon estimulava uma escrita da História para além dos arquivos e das fontes bibliográficas. Segundo ele, a história nacional e mesmo o futuro poderiam ser vislumbrados na própria configuração geográfica do país:

Quem quiser ver o século XXI vá a São Paulo de hoje ou Brasília. Quem quiser ver o século XX contente-se em frequentar aquela aldeia deliciosamente paisagística, que nós com saudade e emoção sempre evocamos, o Rio de Janeiro. O século XIX está em São Luís do Maranhão. Visitando São Luís do Maranhão eu me encontrei de repente no século XIX, e em algumas ladeiras velhas da minha querida cidade da Bahia, capital dêste império sutil que eu costumo classificar de imperialismo baiano, tão dignamente representado nesta assistência. O século XVIII está mumificado em Minas Gerais. Quem quiser ver o século XVIII, mas não apenas o aspecto arquitetônico, as técnicas de trabalho, a conservação dentro de casa dos processos de vida, vá a uma velha cidade mineira como Sabára e Ouro Preto. O século XVII, o século bandeirante, ainda encontramos, quem sabe, nesse oeste distante. O século XVI com o índio, o padre e o sertanista, ainda é um aspecto militante da igreja missionária, onde há tribos indígenas, no Acre, em Mato Grosso, no Brasil Central e alhures.<sup>736</sup>

Calmon mostrou-se preocupado em defender a escrita de uma história que possibilitasse seguir o desenvolvimento do que chama de “sentido geral da História do Brasil” ou “enredo da civilização brasileira”, que em sua concepção era unívoco. A história regional para ele não se mostrava capaz de deslindar esse sentido porque mesmo que cada região estivesse em um estágio de desenvolvimento diferente, todas seguiriam a mesma linha ou roteiro de civilização. O todo seria responsável pelo desenvolvimento do particular e não o contrário.

A história do Brasil deveria manifestar a integralidade nacional, pois cada uma de suas partes exprimiria uma fração do passado ainda possível de ser vislumbrado quando se adentrava o território nacional. Calmon defendia que cada parte do território brasileiro era uma relíquia que dava acesso direto a determinado momento do passado nacional ainda vivo. Por esse motivo, não faria sentido ensinar a história do Brasil a partir do presente, pois o presente se explicaria a partir do passado e não o contrário.

---

<sup>736</sup> CALMON, Pedro. História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo. In: *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. São Paulo: FFCL-USP, 1962. pp. 35-47. p. 43

Seu entendimento exprime uma perspectiva antiquária combatida pelos estudantes que publicavam o Boletim.

Calmon apropria-se da compreensão suscitada pelo Museu Histórico Nacional, que visava evocar o passado a partir de relíquias de personalidades e acontecimentos que simbolizassem princípios e tradições.<sup>737</sup> Transforma assim, em sua fala, as próprias regiões do território nacional em relíquias, capazes de evocar a época do passado que lhes caberia no conjunto da história do Brasil. É como se o desenvolvimento nacional fosse uma peça de teatro no interior da qual cada região desempenharia o seu papel dos primórdios da colonização ao presente e o Estado, primeiro português e depois brasileiro, fosse o diretor do espetáculo.

A interpretação defendida por Pedro Calmon em sua conferência mostrava que, era possível seguir o roteiro da civilização brasileira perseguindo a história do Estado. Segundo ele, os primeiros autores portugueses já tinham em vista uma noção de Brasil. Em sua concepção: “O Brasil é um caso raro de um país que idealmente surge da cabeça de Júpiter, armada e adulta na visão e previsão dos seus primeiros cronistas.”<sup>738</sup> Júpiter era Portugal. Na concepção calmoniana, à margem da referência do estado, a História do Brasil se reduziria a uma “cartilagem plástica e amorfa, sem a qual não teríamos a visão do desenvolvimento brasileiro”.<sup>739</sup>

Para referendar o seu argumento, o autor recua até os primeiros tempos da colonização e cita Pero de Magalhães Gandavo, Rocha Pita e Frei Vicente do Salvador, que escreveram respectivamente “História da Província de Santa Cruz, ou Terra do Brasil”, “História da América Portuguesa” e “História do Brasil”. “Quer dizer, nem da Bahia, nem de Pernambuco, história do conjunto brasileiro.”<sup>740</sup> Novamente, vemos em suas produção, fontes coloniais serem utilizadas para projetar no passado um retrato da nação brasileira que começa a se constituir apenas no século XIX.

O escrito de Frei Vicente é uma referência importante para as obras de Calmon, pois a seu ver, referenda a ideia de um Brasil uno e indiviso desde os primeiros tempos da colonização. O trabalho do historiador deveria ser o de relatar a história do país, que estava destinado a se tornar grande desde os primórdios da colonização e conferir-lhe

---

<sup>737</sup> FARIA, Ana Cristina Gelmini de. *O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o curso de Museus e a construção de uma matriz para os museus brasileiros* (Rio de Janeiro, 1922-1958). Dissertação (Mestrado em Educação). 234f. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. p. 169

<sup>738</sup> CALMON, Pedro. História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo. In: *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. op. cit, p. 44

<sup>739</sup> *Ibidem*, p. 45

<sup>740</sup> *Ibidem*, p. 44

uma “consciência histórica”, que só poderia ser adquirida com o vislumbre do “sentido da síntese explicativa do desenvolvimento nacional”.<sup>741</sup>

O pensamento de Pedro Calmon é representativo de uma forma de conceber a formação histórica da nacionalidade que tem o Estado centralizado como principal personagem. Bruno Franco de Medeiros e Valdeí Lopes de Araújo asseveram que tal modelo de história geral se mostrou eficiente ao equilibrar as demandas eruditas de crítica e acúmulo de documentos. Tais documentos embora fossem percebidos como pedras fundamentais para a escrita da história, serviam para corroborar uma concepção pré-existente, como a da centralidade do Estado no desenvolvimento brasileiro apregoada por Pedro Calmon.<sup>742</sup>

Em seu entender seria impossível visualizar a história brasileira separada de Portugal, ou mesmo de uma forma crítica ao papel português na colonização, na medida em que o desenvolvimento brasileiro se explicaria a partir desse processo. Nos primeiros livros analisados neste trabalho (HCB e ESC), Calmon busca esclarecer a formação do “caráter” brasileiro e em sua narrativa prevalece a constituição do povo. Embora o papel do estado também estivesse presente, o povo aparece com certo protagonismo. Nas duas *Histórias do Brasil* tal compreensão é obliterada na narrativa em prol do vislumbre de um “sentido” que já estaria antevisto desde os primórdios da colonização portuguesa, sendo determinado pelo Estado.

Retornando às considerações feitas pelos idealizadores do Boletim, as críticas se faziam também no sentido de que o ensino de História reforçava uma visão de história brasileira como pacífica e harmônica, que privilegiava a conciliação, em detrimento dos conflitos e enfrentamentos. Em suma, o privilégio do ensino de História, que, segundo Daniel Pereira Mesquita, era uma herança do período do Estado Novo.<sup>743</sup> No mesmo período, também se consolidara a noção de mestiçagem baseada na ideia de conagraçamento entre as raças, muito presente também nas obras de Pedro Calmon

---

<sup>741</sup> *Ibidem*, p. 39

<sup>742</sup> ARAÚJO, Valdeí Lopes de e MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.63, p.22-37, 2007. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/A\\_historia\\_de\\_Minas\\_como\\_historia\\_do\\_Brasil.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/A_historia_de_Minas_como_historia_do_Brasil.PDF)>. Acesso em: 10 set. 2013. p. 28

<sup>743</sup> MESQUITA, Daniel Pereira. *Boletim de História. op. cit.* p. 19

analisadas nos capítulos anteriores deste trabalho e que na década de 1950 sofreu fortes críticas.<sup>744</sup>

O contexto externo de libertação das colônias africanas em fins dos anos 1940 e na década de 1950 ensejou o questionamento da obra de colonização empreendida pelos portugueses que até então se acreditava ser menos fundamentada no racismo e mais na tolerância e conciliação de diferentes culturas.<sup>745</sup> Passou-se a questionar o quanto as habilidades de harmonização praticadas pelos portugueses no processo de colonização não estariam permeadas pela violência. Simone Meucci afirma que nos anos 1950 enquanto o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre era bem recebido em Portugal, no Brasil sofria fortes críticas por parte de cientistas sociais que o acusavam de pactuar com o autoritarismo da ditadura de Salazar.<sup>746</sup>

Atuando em um período democrático, ainda que recente, considerando a duração e a proeminência do Estado Novo, os estudantes reunidos em torno do Boletim de História almejavam guiar o professor de ensino secundário, em seu trabalho de ensinar a disciplina de modo que tal ensino fosse capaz de fortalecer a convivência democrática.<sup>747</sup> Paralelamente, se estabelecia uma crítica contra a história erudita, que se esgotava em si mesma e não dava conta dos problemas contemporâneos.

Pelo menos é assim que Daniel Pereira Mesquita enxerga a participação de Pedro Calmon no número de 1961. Neste número, Pedro Calmon tece comentários introdutórios a um documento publicado na seção “Inéditos Valiosos”. No número de 1963, além da referida seção foi publicada outra intitulada “Documentos do Boletim”. Segundo Mesquita tais seções expressariam a existência de duas concepções diferentes acerca do papel do historiador, pois o documento da seção “Inéditos” comentados por Calmon teria o seu valor conferido por uma perspectiva de “erudição”, de “culto ao documento”, enquanto a outra seção referida marcaria um posicionamento dos alunos, direcionado por uma expectativa de suscitar questões do presente. Para Mesquita as duas seções marcam o posicionamento de Pedro Calmon, historiador e reitor da UB e, em oposição, o dos alunos.<sup>748</sup>

---

<sup>744</sup> GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. IN: SOIHET, Rachel e ABREU, Martha. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. pp. 55-79. p. 61-62

<sup>745</sup> MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese (Doutorado em Sociologia). 319f. Campinas – SP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2006. p. 286

<sup>746</sup> MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil*. op. cit. p. 284

<sup>747</sup> MESQUITA, Daniel Pereira. *Boletim de História*. op. cit. p. 40

<sup>748</sup> *Ibidem*, p. 41

Não fica claro, entretanto, em que medida Calmon tinha espaço no periódico por ser o reitor da universidade. O intervalo entre os números do Boletim parecem ser expressivos das dificuldades financeiras que os alunos enfrentavam para publicar o periódico, arcando sozinhos com as despesas decorrentes da publicação. Ferreira aponta que o último número, publicado em 1963, teve sua circulação possibilitada pela ajuda do diretor da FNFi, Eremildo Vianna e do reitor da UB, Pedro Calmon. Parece ter sido difícil para os alunos manterem uma publicação independente que veiculasse suas ideias a respeito do ensino da História e da maneira pela qual o historiador deveria se posicionar a respeito dos problemas contemporâneos.

Os alunos tinham suas próprias ideias acerca da história do Brasil que acreditavam que deveria ser ensinada pelos professores de ensino secundário a seus alunos. Acreditavam não estar sendo preparados de maneira adequada como professores para colocar em prática o ensino que desejavam. Acreditavam estar, por meio do Boletim e de outras iniciativas como o Congresso de Universitários de História, contribuindo para diminuir as diferenças entre a história do Brasil que era ensinada na Universidade do Brasil e a que consideravam ideal. Buscavam um ensino de História renovado, mesmo que julgassem que nos limites do curso de História da Universidade do Brasil, tal renovação não fosse possível. Francisco Falcon aponta que em fins da década de 1950 e início da década de 1960 predominava entre os estudantes um grande descontentamento em relação ao ensino de História e à formação de futuros professores.<sup>749</sup>

Se nos limites do curso de História da FNFi era difícil pôr em prática iniciativas que fossem julgadas como inovadoras, um grupo de alunos e ex-alunos da FNFi ligado ao Boletim de História encontrou no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) o ambiente propício para produzir uma coleção que julgavam capaz de modernizar o ensino da história nacional. Liderados pelo professor do Iseb, Nelson Werneck Sodré produziram a coleção intitulada *História Nova*, que foi publicada e distribuída pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Campanha de Assistência aos Estudantes (Cases). O objetivo da Cases era enviar os livretos a todos os professores de história do ensino de grau médio do país.<sup>750</sup>

---

<sup>749</sup> FALCON, Francisco José Calazans. Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959-1969 -1968-1969. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, DE FREIXO, Adriano, VENTAPANE, Jacqueline (Orgs.) *Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, Contraponto, 2008. pp. 37-61. p. 49.

<sup>750</sup> Ministério da Educação e Cultura, “Portaria nº 50 de 04 de fevereiro de 1964. Diário Oficial.

O Decreto n.º 53.583, datado de 21 de fevereiro de 1964 estabeleceu que os livros publicados pelo MEC deveriam ser “obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries.”<sup>751</sup> Tal medida aceleraria a adoção da *História Nova* nas escolas médias de todo o país<sup>752</sup>, conferindo-lhe condições para disputar espaço no mercado editorial com livros já consagrados.

A coleção, que previa inicialmente dez títulos pensados como monografias que abordassem temáticas da história do Brasil, teve cinco de seus números publicados no ano de 1964 e defendia que a história do Brasil deveria ter como personagem principal “o povo” – em detrimento dos “grandes personagens”. Ainda entre os objetivos da coleção estavam a promoção da integração da história brasileira à história mundial – de forma a buscar explicação para o subdesenvolvimento do país – e a necessidade de contemplar o tempo presente.<sup>753</sup>

Diferentemente da escrita da história do Brasil que se fazia nas universidades, considerada “erudita” e apegada a minudências, a *História Nova do Brasil* se propunha, conforme era um objetivo também do Boletim de História, a compreender a realidade do país a partir de seu passado. Dispunha-se ainda a auxiliar no rápido processo de transformação pelo qual se acreditava estar passando a sociedade brasileira, em virtude dos planos desenvolvimentistas e das reformas de base.<sup>754</sup>

Para alcançar tais objetivos a coleção se fundamentava nas interpretações de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e do próprio Nelson Werneck Sodré, visando conferir uma “significação” à história do Brasil que apontasse para caminhos efetivamente independentes. No entender dos autores da coleção, a independência do Brasil em relação ao exterior teria se dado apenas de maneira formal em 1822, perdurando a

Brasília, 12 de fevereiro de 1964, Seção I Parte I, p. 1346 *apud* GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da história pátria: o projeto da história nova do Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 149, p. 235-251, dez. 2003. p. 244 Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18971>>. Acesso em: 16 jan. 2018. Os autores eram Joel Rufino dos Santos, Mauricio Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré. Cf. LOURENCO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. *Revista Brasileira de História*. [online]. 2008, vol.28, n.56, pp.385-406. p. 386 e MESQUITA, Daniel Pereira. *Boletim de História. op. cit.* p. 92

<sup>751</sup> Decreto n.º 53.583, de 21 de Fevereiro de 1964. Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53583-21-fevereiro-1964-393853-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acesso em 16 jan 2018).

<sup>752</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da história pátria. *op. cit.* p. 245

<sup>753</sup> LOURENCO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. *op. cit.* p. 394. e MESQUITA, Daniel Pereira. *Boletim de História. op. cit.* p. 94

<sup>754</sup> MESQUITA, Daniel Pereira. *Boletim de História. op. cit.* p. 95

dependência e sua condição de subalternidade, da qual decorreriam os problemas brasileiros.<sup>755</sup> Portanto, longe de elogiar a colonização portuguesa, os textos da coleção atribuíam a ela os “males de origem” do país.

Alvo de polêmica, a coleção, com a ascensão dos militares ao poder, foi interrompida. Sua distribuição e venda foram proibidas em todo o território nacional, tendo sido os seus produtores cassados e presos, o Iseb extinto e sua sede destruída. A virulência das reações contra a coleção e seus idealizadores colocou o IHGB e alguns de seus membros no centro de uma polêmica. Um parecer elaborado por Américo Jacobina Lacombe – à época diretor da Brasiliana da Companhia Editora Nacional e da Casa de Rui Barbosa – sobre a coleção e endossado pela comissão de História da instituição foi apontado por Nelson Werneck Sodré como motivador da perseguição dos autores envolvidos na produção da *História Nova*.<sup>756</sup>

Sobre a participação de Pedro Calmon em tal processo, não encontrei indicações de que tenha colaborado com a elaboração do parecer publicado na Revista do IHGB, embora, ao investigar documentação do fundo do DEOPs em São Paulo, Lucileide Costa Cardoso cita documento que afirma que o “Governo nomeou uma comissão presidida pelo professor Pedro Calmon, para dar parecer sobre a referida *História Nova*”.<sup>757</sup> Não encontrei outras menções a tal comissão.

Nelson Werneck Sodré não menciona a participação de Calmon no processo de censura da *História Nova* nos livros de memórias em que dá a sua versão acerca dos eventos que sucederam à publicação e censura da referida obra.<sup>758</sup> Também não encontrei no Fundo Pedro Calmon da Fundação Cultural da Bahia nenhuma referência que ligue Calmon a repressão à coleção que teve lugar após o golpe de 1964. Não se pode descartar, entretanto, a possibilidade de sua participação, uma vez que ele continuou à frente da reitoria da universidade, era uma figura de autoridade nos meios

---

<sup>755</sup> *Ibidem*, p. 95

<sup>756</sup> LOURENCO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. *Revista Brasileira de História*. [online]. 2008, vol.28, n.56, pp.385-406. p. 394. e MESQUITA, Daniel Pereira. *Boletim de História*. *Op. Cit.* p. 405. Nota 16. e LACOMBE, Américo Jacobina. “História Nova”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 263, pp. 283 – 302, abril-junho/1964.

<sup>757</sup> Não tive acesso a esse documento, pois não é objetivo deste trabalho se aprofundar nessa questão. Fundo DEOPS/SP/Série Dossiês. Pasta 50-Z-130-1439. *Apud* CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 237-267, jul. 2013. p. 251

<sup>758</sup> Os livros são SODRÉ, Nelson Werneck. *A Fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. e SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

educacionais e com interesses no mercado de livros escolares e decerto apoiaria a posição e o julgamento do IHGB em relação à obra.<sup>759</sup>

O parecer emitido pelo IHGB é apontado por Sodré como destinado “apenas a aumentar a documentação, pretensamente autorizada, para a calúnia”, pois em suas palavras “o IHGB jamais fora chamado a opinar sobre livros quer de História, quer de Geografia”. Fazia-o, agora, não com propósito científico ou educativo, mas com propósito político, acumpliciando-se com o golpe em preparo”.<sup>760</sup> Segundo Sodré, outros pareceres foram também elaborados pelo Estado Maior do Exército, chefiado pelo general Humberto Castelo Branco e por uma Comissão Nacional do Livro Didático.<sup>761</sup>

Uma das críticas mais frequentes contidas nesses pareceres, para Sodré, se fazia no sentido de apontar que a *História Nova* caluniava os “heróis da pátria” e depreciava suas tradições. Sodré argumenta que tais apreciações não passavam de calúnias e que os comentadores haviam escrito “de ouvir falar”, sem sequer se dar o trabalho de ler os fascículos da coleção.<sup>762</sup> Duas concepções políticas e de ensino de história do Brasil divergentes estavam em disputa para saber qual prevaleceria no futuro no ensino secundário no país.

As reações desproporcionais do governo militar contra a *História Nova* e seus autores tornaram-na um modelo de resistência. Mesmo estando seus autores sob forte ameaça, em 1965 foi publicada pela editora Brasiliense uma segunda edição, na qual a obra passava a se chamar *Nova História do Brasil*. Esta edição também foi impedida de circular e teve seus exemplares apreendidos. Em 1993 foi publicada uma edição comemorativa de 30 anos, contendo depoimentos dos autores sobre a obra e a censura em torno dela. Para Lúcia Paschoal e Nanci Leonzo a organização dessa edição da coleção se deu para transformá-la em um “lugar de memória”.<sup>763</sup>

Na interpretação das autoras a polêmica que se desenvolveu em torno da obra tratava-se de uma disputa entre “direita” e “esquerda”, entre setores marxistas e antimarxistas, um “duelo entre duas histórias oficiais”. Uma das visões era sustentada

---

<sup>759</sup> No ano de 1960, Calmon lançou com apoio do Ministério da Educação e Cultura uma *Introdução à História do Brasil*, de forma que os livros da *História Nova* poderiam ser concorrentes dessa produção. Cf. Anexo 2 deste trabalho.

<sup>760</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A Fúria de Calibã*. *op. cit.* p. 109

<sup>761</sup> Não encontrei informações a respeito da referida comissão e portanto, não sei se a participação de Pedro Calmon se deu em seu interior.

<sup>762</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A Fúria de Calibã*. *op. cit.* p. 110

<sup>763</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da história pátria. *op. cit.* p. 239



pelo Ministério da Educação e Cultura do governo Jango e outra sancionada pelo IHGB, que se criara sob a proteção do estado monárquico, defendendo que a transição da condição colonial para a de nação independente se fizera de maneira espontânea e natural.<sup>764</sup> Enfim, era o conflito entre uma história do Brasil combativa que se queria afirmar e uma história do Brasil que buscava a conciliação e que se recusava a morrer.

Pedro Calmon certamente se beneficiou de sua posição como um intelectual reconhecido e reitor para perpetuar a sua concepção no ensino de História. Apesar de o golpe ter desarticulado temporariamente a luta estudantil e provocado a perseguição a autores e obras enxergados como subversivos<sup>765</sup>, em relação à escrita e ao ensino da História a perspectiva de Pedro Calmon já dava mostras de estar esgotada nos anos 1950 e 1960 por outros que a vinham refutando e qualificando-a como ultrapassada.

### **5.3 Professores universitários de História: O Primeiro Simpósio (1961)**

No início dos anos 1960 engajados nos debates acerca do ensino, da profissionalização da disciplina histórica e das relações entre o ensino e a pesquisa, professores universitários dos cursos de História de todo o Brasil reuniram-se na cidade de Marília, em 1961, para o Primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior.<sup>766</sup> A atividade historiográfica se modificara e o meio universitário empenhava-se em se converter em um ambiente de troca de ideias, de renovação do conhecimento e de discussão acerca dos currículos dos cursos superiores.

A identidade do profissional de História que se pretendia constituir a partir dos cursos universitários era objeto de disputa. Discutia-se qual seria a configuração curricular mais adequada para “treinar” pesquisadores capazes de aperfeiçoar os estudos históricos, sem descuidar a formação dos professores secundários. Rivalidades perpassaram os debates a respeito da construção de um currículo mais adequado à formação do futuro profissional de História. Tais discussões diziam respeito a um modelo que se buscava afirmar no início da década de 1960.

A edição dos anais foi empreendida pela Comissão Executiva do encontro, que era formada pelos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília,

---

<sup>764</sup> *Ibidem*, p. 246.

<sup>765</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959-1969-1968-1969. op. cit.* p. 50

<sup>766</sup> Doravante intitulado I Simpósio. Cf: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício. op. cit.* p. 72

José Roberto do Amaral Lapa (História do Brasil), Olga Pantaleão (História Moderna e Contemporânea), Oswaldo Elias Xidieh (Noções de Sociologia) e Uacury Ribeiro de Assis Bastos (História da América). Tais professores foram encarregados de registrar para a posteridade as discussões que tiveram lugar na cidade de Marília naqueles dias de outubro do ano de 1961.<sup>767</sup>

Logo na Introdução é ressaltado pela Comissão Executiva que a tarefa de editar os anais foi “árdua e ingrata”, principalmente pela diversidade de assuntos tratados no evento. Segundo os organizadores, haviam sido “postos em questão, senão todos, ao menos uma grande parte dos problemas que enfrenta o ensino de História, no Brasil”.<sup>768</sup> A despeito da convicção expressa nessa colocação, os autores em seguida demonstram uma suposta despretensão ao afirmar que o maior mérito do evento podia ser expresso na criação de condições, antes inexistentes, “para um primeiro desbastamento do espesso feixe de problemas relativos ao ensino da História”.<sup>769</sup>

Por meio do registro nos anais, os organizadores buscam expressar o caráter de novidade do encontro no que concerne às discussões a respeito do ensino de História. O discurso introdutório aos anais desqualifica a experiência de instituições e eventos anteriores que serviram como cenário para debates acerca do ensino e da escrita da História.<sup>770</sup> Era importante para os professores envolvidos a afirmação de que estavam criando algo novo, uma vez que se fazia necessário diferenciar o que estava sendo produzido na universidade da produção empreendida em outros espaços.

Os anais do I Simpósio registram também a criação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), que viria mais tarde se chamar Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) e a eleição de sua primeira diretoria. A instituição se constituiu como espaço para legitimação dos profissionais da área de História e do saber histórico. Criada nos meios universitários, a APUH buscou associar a representação do profissional ideal de História ao professor

<sup>767</sup> *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. op. cit. p. 16.*

<sup>768</sup> *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. op. cit. p. 9*

<sup>769</sup> *Ibidem*, p. 9

<sup>770</sup> Uma primeira interlocução nacional entre professores de História havia ocorrido entre 12 e 18 de julho de 1959, Semana de Estudos Americanos. O evento teve lugar na Universidade do Brasil e reuniu representantes de instituições como a PUC-RJ, o Colégio Pedro II, a Faculdade Nacional de Filosofia, a USP, a Universidade de Pernambuco, a Universidade da Bahia e ainda catorze professores norte-americanos. Cf. PEREIRA, Ludmila Gama. *O historiador e o agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). 152f. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2010.p. 73

universitário – produtor de conhecimento – em oposição à imagem do professor do ensino secundário – reproduzidor dos conhecimentos tecidos nos cursos universitários.<sup>771</sup>

O Regulamento do I Simpósio estabelecia que, uma vez considerado que o evento tinha em vista “apenas o aprimoramento do ensino de História no Brasil”, os participantes deveriam comprometer-se a seguir rigorosamente o regimento e a colaborar para o bom andamento das discussões.<sup>772</sup>

Paulo Thiago Gonçalves da Silva identifica nos anais uma tentativa de “domesticar” a memória de forma a restringir vozes discordantes e em desarmonia com a orientação que os professores da Universidade de São Paulo desejavam conferir ao evento. O autor assinala a existência de posições marcadas e contrárias entre um grupo de professores de São Paulo e do Rio de Janeiro.<sup>773</sup>

Os primeiros, segundo Silva, buscavam evitar que debates mais abrangentes como a questão da Reforma Universitária, as polêmicas a respeito do regime de cátedras e a adequação dos currículos à realidade brasileira viessem à tona sob a alegação de que fugiam ao propósito de debater o currículo dos cursos de História.<sup>774</sup> Os professores do Rio de Janeiro, por outro lado, foram identificados como defensores de uma história “crítica” e “engajada”, mais próxima, segundo Silva dos “diálogos com a classe estudantil”, com a qual compartilhavam uma visão da disciplina histórica e de sua prática como recursos para a produção de transformações na sociedade brasileira e não apenas de observação de realidades.<sup>775</sup>

Tal leitura foi apropriada do texto escrito por Francisco Falcon para a edição do último número (o de número sete) do Boletim de História, publicado em 1963. Falcon afirma que no I Simpósio os “professores do Rio” foram enxergados pelos organizadores como “subversivos” e “desejosos de fazer política”. Sua crítica diz respeito à superficialidade das discussões e a dissociação destas da realidade brasileira. Segundo ele, a imposição dos organizadores do Simpósio era discutir as bases do

<sup>771</sup> SILVA, Paulo Thiago Gonçalves da. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico. (1961-1977)*. Tese (Doutorado em História). 334f. Brasília, Universidade de Brasília, 2014. p. 313

<sup>772</sup> *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. op. cit.* p. 30

<sup>773</sup> *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. op. cit.* p. 313.

<sup>774</sup> O regime de cátedras estabelece o professor catedrático como o primeiro na hierarquia docente e define como exigência para o provimento no cargo concursos públicos de títulos e provas. Os demais professores eram “auxiliares”. Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento. Anais da 23ª Reunião Anual da ANPED. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF> (Acesso em 15 out 2015).

<sup>775</sup> SILVA, Paulo Thiago Gonçalves da. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. op. cit.* p. 205

“currículo ideal”, sem contudo, fazer menção aos reais problemas que as universidades enfrentavam.<sup>776</sup>

Deve-se atentar para o fato de que o texto de Francisco Falcon não pode ser tomado como portador de neutralidade, mas como um escrito produzido por alguém que também buscou marcar uma posição no contexto do Primeiro Simpósio e da fundação da APUH. Se os anais do Simpósio portam as marcas das seleções empreendidas pela Comissão Executiva, que ficara responsável por sua elaboração, também o relato de Falcon carrega o “olhar” do autor sobre o evento e suas indicações acerca do que seria relevante tratar na ocasião. Sua exposição do encontro criou uma dualidade expressa nas posições dos “professores do Rio”, que buscavam discutir o projeto de universidade que se buscava construir a partir de um debate mais amplo acerca da reforma universitária e dos “professores de São Paulo”, afeitos a uma discussão vazia do currículo pelo currículo. Tal dualidade foi reproduzida nos trabalhos que tomaram os anais do I Simpósio como fontes.<sup>777</sup>

Faz-se necessário que nos aprofundemos na discussão dos anais do I Simpósio para verificarmos em que medida a discussão do “currículo pelo currículo” encetava questões e disputas a partir do que seria importante ensinar. Longe de serem neutros, os currículos traduzem processos de seleção e organização de conteúdos. Também são espaços de disputas, uma vez que são construídos a partir de enfrentamentos e discussões entre diferentes propostas e posicionamentos defendidos por grupos sociais. A partir de tais disputas os currículos são concebidos e colocados em prática.<sup>778</sup>

O I Simpósio teve como convidados três conferencistas: o “Magnífico Reitor” da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, o professor da Sorbonne Michel Mollat e o professor Arthur Cezar Ferreira Reis, que não compareceu ao evento, mas enviou o texto de sua conferência para compor os anais. Não sei ao certo por quem foi feito o convite a Pedro Calmon para participar do evento proferindo uma conferência, mas seu

---

<sup>776</sup>PEREIRA, Ludmila Gama. PEREIRA, Ludmila Gama. *O historiador e o agente da História. op. cit.* p. 74

<sup>777</sup> Como exemplo o referido trabalho de SILVA, Paulo Thiago Gonçalves da. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico.* (1961-1977). *op. cit.*

<sup>778</sup> Concepção de currículo baseada nos pressupostos do teórico inglês Ivor Godson. apud BOCLIN, Beatriz. *O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1979 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica. op. cit.* p. 10-11

irmão Jorge Calmon participou do evento representando a Universidade da Bahia e fez parte da primeira Diretoria da APUH.<sup>779</sup>

Além das conferências, sete sessões deveriam tratar de temáticas previamente estabelecidas pela organização do evento. Cada uma das temáticas havia sido discutida anteriormente e os produtos de tais discussões foram relatórios elaborados por relatores escolhidos pela organização do evento. Tais relatórios foram lidos e debatidos pelos presentes nas sessões do encontro.

Pedro Calmon defendeu sua proposta acerca do estudo e da escrita da história nacional na referida conferência intitulada “História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo”.<sup>780</sup> Referendado por sua produção e por sua trajetória, afirma que não almejava fazer naquele momento uma conferência e sim participar de uma conversa com intimidade. Defende o uso do tom confidencial como corolário de sua longa experiência. Sentia-se reconhecido entre os pares para fazer revelações e suscitar algumas controvérsias, embora não fosse reputado por seus pares propriamente como um polemista.

Por outro lado, temos com a realização do I Simpósio, a união de diversas figuras ligadas ao ambiente universitário em prol da demarcação de fronteiras disciplinares e da consolidação do ofício do historiador como algo a ser aprendido a partir de uma formação conferida nos cursos de História. Esse esforço é paralelo à luta pela demarcação dos territórios de atuação do licenciado na área. Nesse sentido, o Primeiro Simpósio se realiza como uma expressão dessa mobilização em prol da fixação dos critérios que qualificariam alguém como historiador.

Pedro Calmon participa desse movimento como uma figura auxiliar. Ele não atua como professor universitário nos cursos de História, mas sua trajetória intelectual ligada à área e posição de reitor foram reconhecidas por seus pares por meio do convite para proferir a conferência de abertura no evento.

Olhando retrospectivamente para a sua trajetória, Calmon afirma que desde a juventude tinha aspirações de escrever uma síntese da História do Brasil. Com o propósito de justificar a sua propensão à escrita de uma história que fosse “global, sem desvios de especialização”, se reporta a um suposto encontro que teve com o já idoso Capistrano de Abreu em sua juventude. O “admirável septuagenário” o teria

---

<sup>779</sup> Ao lado de Eremildo Luiz Viana (RJ), Cecília Maria Westphalen (PR), Sérgio Buarque de Hollanda (SP), Alice Piffer Canabrava (SP), Antônio Camilo Faria Alvim (MG), Armando Souto Maior (PE) e José Roberto do Amaral Lapa (SP).

<sup>780</sup> CALMON, Pedro. História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo. *op. cit.* p. 35-47

desencorajado a escrever sobre a História do Brasil, afirmando que isso só seria possível dali a um século (o encontro teria se dado em 1927).<sup>781</sup>

O “velho” Capistrano, como descreve Calmon, o teria desanimado a escrever uma História do Brasil afirmando que qualquer desígnio de se lançar na empreitada resultaria naquele momento em uma história discursiva e retórica. Para Capistrano era imperioso organizar primeiro os materiais por meio de reedição crítica de fontes e do trabalho nos arquivos, a exemplo do que estava fazendo Afonso de E. Taunay em São Paulo. Publicar documentos naquele momento era compreendido como disponibilização de novas peças a partir das quais seria possível a composição dos “mosaicos da História”. De acordo com Karina Anhezini, para Afonso Taunay – e para Capistrano de Abreu –, quanto mais monografias se escrevessem a partir dessas peças, mais próximo da verdade estaria o historiador.<sup>782</sup>

Entretanto, Pedro Calmon não estava disposto a contribuir com mais peças para o mosaico e não almejava fazer uma história com um enfoque regionalista, a exemplo de Taunay, pelo menos não naquele momento. Tampouco tencionava esperar a publicação dos documentos e monografias que faltavam para elaborar uma história nacional. Ele não seguiu o conselho do “mestre” Capistrano, tendo posteriormente escrito e publicado livros de síntese acerca da História do Brasil. Na visão de Pedro Calmon, o que de fato faltava na historiografia brasileira nos idos dos anos 1930, quando sua geração “se apresentou valentemente para disputar o seu lugar ao sol” era “o sentido da síntese explicativa do desenvolvimento nacional”.<sup>783</sup>

Calmon afirma ter contestado Capistrano se era justo permitir que os estudantes continuassem com os compêndios de Macedo e Mattoso “velhos epítomes enebados de pedagogia do Pedro II do século XIX, e nós que podemos, ou Vossa Excelência que pode escrever uma História do Brasil, nos recusemos a este serviço”.<sup>784</sup> Ele falava dos compêndios de lições de Joaquim Manoel de Macedo e Luís de Queiroz de Mattoso Maia. Ambos eram professores do Colégio Pedro II e produziram suas *Lições de História do Brasil* para utilização pelos alunos do colégio na segunda metade do século XIX.

Macedo utilizou como fonte básica para o seu trabalho a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, que por muito tempo serviu como referencial para a elaboração de

---

<sup>781</sup> *Ibidem*, p. 37

<sup>782</sup> ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira*. *op. cit.* p. 158-159

<sup>783</sup> CALMON, Pedro. História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo. *op. cit.*, p. 39.

<sup>784</sup> *Ibidem*, p. 38

livros didáticos. Capistrano havia criticado o compêndio de Mattoso Maia afirmando que cometera um equívoco ao basear-se excessivamente no compêndio de Macedo.<sup>785</sup> Ao fazer alusão aos manuais de Macedo e Mattoso Maia, Pedro Calmon faz uma crítica a Capistrano por não ter conseguido escrever uma síntese que pudesse ser usada como manual pelos alunos do Colégio Pedro II. Capistrano de Abreu, como professor do colégio de 1883 e 1889, foi criticado por não ter escrito um compêndio quando seria o mais capacitado para fazê-lo.<sup>786</sup>

Ao se referir ao relato de Frei Vicente, Calmon afirma em sua conferência que por ocasião do encontro com o já idoso Capistrano de Abreu, pensou que ele não tinha “grande autoridade para falar de arquivos”, pois não tinha ido à Torre do Tombo e publicara com “erros graves o apógrafo da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, perpetrando o equívoco de enxertá-lo com capítulos de Frei Antônio de Santa Maria”.<sup>787</sup>

Podemos perceber que nos anos 1960, Pedro Calmon se sente referendado a defender a sua concepção de história contrapondo-se a Capistrano de Abreu, que vinha sendo considerado um “mestre” e um modelo no que dizia respeito ao processo de renovação da escrita da história, mesmo sem o reconhecido historiador ter publicado uma síntese da história do Brasil. Apesar de rechaçar o conselho do ilustre septuagenário e fazer críticas ao seu desconhecimento a respeito da documentação portuguesa, Pedro Calmon não pode deixar de se reportar à sua figura e aos seus escritos, uma vez que a edição anotada da obra de Frei Vicente, feita por Capistrano é uma das principais referências utilizadas por Calmon em seus escritos da década de 1930.<sup>788</sup> A oposição de Capistrano à possibilidade da escrita de sínteses fundamentadas está presente na escrita calmoniana como um horizonte, uma barreira a ser rompida.

Ao que parece, Calmon a partir do relato do encontro com Capistrano buscava respaldar a sua escrita da história do Brasil assentada, sobretudo, na produção de sínteses, de histórias gerais do Brasil. Essa necessidade se verifica nos anos 1960, momento em que a produção de grandes sínteses era questionada em prol da especialização.

---

<sup>785</sup> GASPARELLO, Arlete Medeiros. *Construtores de identidades. op. cit.* p. 134

<sup>786</sup> *Ibidem*, p. 153

<sup>787</sup> CALMON, Pedro. História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo. In: *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. op. cit.* p. 38

<sup>788</sup> Cf. capítulo 3 deste trabalho.

Naquele momento, o nome de Capistrano de Abreu figurava na historiografia brasileira como um “marco fundamental”. Os anos 1950 marcaram a edificação da obra de Capistrano e sua introdução no cânone da historiografia brasileira que estava em processo de reorganização. O historiador cearense era enxergado como um elo entre a historiografia das primeiras décadas do século XX, percebida como uma continuidade da historiografia oitocentista e uma “nova” historiografia em ascensão. Capistrano era representado como “precursor de uma história social no Brasil”.<sup>789</sup>

O autor contou com a consideração dos seus contemporâneos e dos seus pósteros. Sua “quase (?) unanimidade”<sup>790</sup> no conjunto da história da historiografia brasileira é indicada por Francisco Falcon, que também afirma que quando sua obra foi alvo de críticas, estas foram dirigidas ao que ele poderia ter produzido e não o fez.<sup>791</sup> Pode-se perceber que ao questionar o posicionamento de Capistrano, contrapondo-se a ele, Pedro Calmon movia-se em um terreno perigoso. Embora não possamos afirmar que tal encontro tenha de fato ocorrido, o fato de Calmon mobilizá-lo no momento em que pronuncia a conferência de abertura do Primeiro Simpósio é significativo, pois denota que Calmon tinha confiança para se contrapor a Capistrano e defender a pertinência de se escrever sínteses a respeito da História do Brasil em um momento em que o estudo e a escrita da História mais especializados se firmavam nos meios universitários.

No II Simpósio dos Professores Universitários de História, realizado na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, em 1962, Calmon não foi convidado como conferencista e sim como presidente de uma das sessões do encontro. Em comunicação proferida na sessão presidida por Calmon, o professor Brasil Pinheiro Machado, Catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, faz menção à conferência do ano anterior, afirmando estar diante de um “emérito pesquisador”, que era também “autor da mais recente história geral do

---

<sup>789</sup> Cf. VENANCIO, Giselle Martins e SILVA, Ítala Byanca Moraes da. Um tal João, um tal Francisco. *op. cit.* p. 390; p. 420

<sup>790</sup> A interrogação presente no texto original dá a entender que essa unanimidade não era tão evidente. Em nosso trabalho citamos Nelson Werneck Sodré, que não entende Capistrano como um modelo de historiador a ser seguido.

<sup>791</sup> FALCON, Francisco José Calazans. As idéias e noções de 'moderno' e 'nação' nos textos de Capistrano de Abreu: os Ensaios e estudos, 4a série - comentários. *Acervo*, [S.l.], v. 12, n. 1-2, Jan-Dez, p. 5-26, dez. 2011. ISSN 22378723. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/196/196>>. Acesso em: 13 Jan. 2018. p. 6



Brasil”.<sup>792</sup> Machado não se contrapõe diretamente ao discurso do reitor, entretanto, sente-se impelido a se opor à perspectiva de Calmon de modo a defender a pertinência do trabalho que apresentava: um tópico de história regional.

O professor afirma que na obra dos historiadores brasileiros já haviam sido delineadas teorias gerais da história do Brasil, mas essas teorias deveriam “sofrer mais elaboração por meio de trabalhos empíricos de investigação histórica”. Tais teorias, não deveriam ser vistas como doutrinas, “devendo ser testadas pelos historiadores monográficos”.<sup>793</sup>

José Ferreira Carrato, professor da Faculdade de Ciências e Letras de Assis comenta a comunicação de Brasil Pinheiro Machado anunciando que não entraria no mérito da contestação de Pedro Calmon a Capistrano de Abreu, mas indagava aos presentes “onde fica o surto historiográfico moderníssimo da ‘micro-história’ da historiografia nacional?”<sup>794</sup> O reitor, por sua vez, ao tomar a palavra, reafirma o “ceticismo” de Capistrano de Abreu acerca da história geral e defende a pertinência de se produzirem sínteses científicas, “afim de que os jovens estudantes não corram o perigo de conviver com textos apressados e sem probidade”.<sup>795</sup>

Apenas a comunicação de Brasil Pinheiro Machado foi reproduzida na íntegra nos anais. As intervenções de Carrato e Calmon à comunicação foram apenas sintetizadas, de modo que não podemos concluir se as palavras utilizadas na ocasião foram as relatadas nos anais. Entretanto, pode-se perceber uma tensão entre as posições de Carrato e Calmon. Carrato julga o ponto de vista de Calmon distanciado das principais tendências que se anunciavam no que concerne ao estudo e à escrita da história e se utiliza da palavra “moderníssimo” para qualificar a orientação que se entrevia como propensa a tornar-se preeminente em sua contemporaneidade.<sup>796</sup>

---

<sup>792</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 2., 1962, Curitiba. *Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, [1963]. p. 129-155. p. 129

<sup>793</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *op. cit.* p. 130

<sup>794</sup> SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 2., 1962, Curitiba. *Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, [1963]. p. 183

<sup>795</sup> SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 2., 1962, Curitiba. *Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, [1963]. p. 183

<sup>796</sup> *Ibidem*, p. 183

Simone Meucci ao tratar dos anos 1950 afirma que os produtores culturais dessa época estavam mais interessados na ruptura que na continuidade e dessa forma não se viam como legatários de nenhuma tradição.<sup>797</sup> Em relação à historiografia, pode-se perceber que tal iconoclastia esbarrava em um nome que era objeto de disputa, o de Capistrano de Abreu, considerado o precursor de uma prática e de uma escrita da História “moderna” no Brasil.

A renovação na escrita passava por se filiar a uma pretensa tradição inaugurada por Capistrano. Pedro Calmon achava que Capistrano de Abreu poderia ter modificado o ensino de história do Brasil produzindo uma síntese e assim não fez. Diminui Capistrano como autor e historiador para avolumar sua própria importância como um historiador que fez o que no seu entender deveria ter sido feito pelo historiador cearense, a produção de sínteses acerca da história do Brasil.

Desde o I Simpósio, os professores universitários discutiam os rumos para a renovação do ensino de História. Os representantes do Rio de Janeiro ficaram responsáveis pela relatoria do temário III, dividido em duas partes: 1. Matérias complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte do estudo da História (parte relatada por Eremildo Luiz Vianna) e 2. O lugar das disciplinas pedagógicas no Curso de História (parte relatada por Maria Yedda Linhares).

Em sua exposição, Maria Yedda Linhares aponta as deficiências da formação dos professores do ensino secundário. Afirma que nas condições em que se encontravam, as faculdades de filosofia vinham conseguindo formar “autodidatas”. Ressalta ainda a falta de articulação dos cursos universitários com o ensino secundário:

somente pela ação isolada de um ou outro licenciado em Faculdade de Filosofia tem-se exercido alguma influência sobre o ensino da História nos cursos de nível médio, raramente porém, no sentido de determinar uma mudança radical de orientação de currículos e programas.<sup>798</sup>

Embora os professores universitários se esforçassem para pensar conjuntamente a História como um domínio comum ao ensino universitário e às escolas secundárias, percebe-se claramente pela fala de Linhares que as últimas eram reduto de autodidatas não necessariamente formados em cursos universitários. Esse quadro ainda levaria muitas décadas até ser modificado. Os professores reunidos em Marília não tinham

<sup>797</sup> MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil*. op. cit. p. 242

<sup>798</sup> *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. op. cit. p. 171

embasamento para responder pelo ensino secundário ministrado em inúmeras escolas dispersas por todo o território nacional, portanto, seus esforços se concentravam em discutir os rumos que seriam tomados pelo ensino superior.

De especial interesse para tal discussão é o tema II, que tinha por título “O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação”. A equipe responsável por debater a temática era formada pela relatora do tema, a professora da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, Alice Piffer Canabrava, os professores de São Paulo, Astrogildo R. de Melo, Eurípedes Simões de Paula, José Roberto do Amaral Lapa, Leda Maria Pereira Rodrigues, Olga Pantaleão e Uacury Ribeiro de Assis Bastos e pelo professor do Rio de Janeiro, Manuel Maurício de Albuquerque, que não compareceu ao I Simpósio.

Ao explicar a definição do problema a partir da consideração da existência de um ensino tradicional existente no curso superior, que deveria ser suplantado por um ensino renovado, a relatora explica que tais termos foram assim definidos pela Comissão Organizadora. A equipe que discutiu o tema sugeriu que fosse feito um apelo para que se desse nas Faculdades de Filosofia preferência nos estudos de História do Brasil e da América à “História da Cultura e não propriamente à História Política, à História Administrativa, à História Biográfica”.<sup>799</sup>

A autora afirma que o apelo da equipe de História do Brasil e da América do Simpósio é uma ressonância daquele que foi formulado pelos diretores dos *Annales* em 1929, Bloch e Febvre. Tal apelo, segundo ela, seria “colocar a História entre as outras ciências, fazer da História uma disciplina enquadrada nas conquistas intelectuais do nosso tempo”.<sup>800</sup>

Para haver a renovação do ensino era essencial que a História dialogasse com outras ciências. Assim, a autora dá o exemplo de Afonso de E. Taynay como um historiador “cuja formação intelectual se prende à tradição do século XIX”. Ao se questionar sobre o que seria possível encontrar em sua mesa de trabalho, a autora afirma que certamente seria possível encontrar “coletâneas de documentos, obras de cronistas e de historiadores, muitos exemplares das revistas dos Institutos Históricos do país, principalmente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Por outro lado, na mesa

---

<sup>799</sup> *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. op. cit. p. 121.*

<sup>800</sup> *Ibidem, p. 122.*

de Lucien Febvre, segundo ela encontrar-se-iam publicações e autores pertencentes a outras áreas das ciências sociais e não apenas à História.<sup>801</sup>

Os dois historiadores personificavam, segundo a autora, épocas distintas, na história da historiografia: a história puramente narrativa, ou *évènementielle* ou historizante e a “reflexão histórica alargada e aprofundada com o concurso de outras ciências”.<sup>802</sup> Taunay fora um “metódico à brasileira”.<sup>803</sup> A partir dessa perspectiva, sua produção, entendida como própria de diletantes congregados em torno de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deveria ser superada.

Não se pode observar o relatório de Alice Piffer Canabrava como manifestação fidedigna do estado da arte a respeito da escrita da História do Brasil nos anos 1960, sob o risco de aceitar apressadamente uma leitura teleológica do processo de renovação de tal escrita. Segundo tal leitura, as transformações na história da historiografia se verificam a partir da passagem da predominância de determinado movimento intelectual a outro.<sup>804</sup> Diogo da Silva Roiz e Jonas Rafael dos Santos mostram que amparado nas manifestações de procedimentos de pesquisa apresentados como inovadores, existia um “projeto político” que visava obliterar os aportes de projetos historiográficos anteriores ou mesmo coetâneos.<sup>805</sup> Sabe-se que essa orientação foi vitoriosa posteriormente, demonstrando a boa aceitação que as temáticas e referenciais da Escola dos Annales encontraram nos meios universitários brasileiros.

Porém, no início dos anos 60, a exposição de Alice Piffer Canabrava não foi recebida de maneira pacífica. Hélio Vianna, catedrático de História do Brasil da Universidade do Brasil, questionou o fato da relatora ter apontado Afonso de E. Taunay como “um historiador do século XIX” por este ter sido, segundo Vianna, “o primeiro que criticou o uso errôneo de métodos da historiografia típicos deste século”. O professor afirma que em uma primeira fase de atividades Afonso de E. Taunay deteve-se mais na análise do que na síntese, mas justifica afirmando que “estávamos na época da análise e não da síntese”. Vianna afirma que posteriormente Taunay resumiu seus numerosos volumes em valorosos livros de síntese.<sup>806</sup>

---

<sup>801</sup> *Ibidem*, p. 124

<sup>802</sup> *Ibidem*, p. 124

<sup>803</sup> ANHEZINI Karina. *Um metódico à brasileira*. *op. cit.*

<sup>804</sup> ROIZ, Diogo da Silva. e SANTOS, Jonas Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leitura e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 19

<sup>805</sup> *Ibidem*, p. 56

<sup>806</sup> *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. *op. cit.* p. 128

A fala de Vianna tinha uma importância significativa, visto que, como demonstra Marieta Ferreira, ele “controlava com mão de ferro o ensino da História do Brasil” na FNFi da UB.<sup>807</sup> Sua conduta era avessa a qualquer tipo de mudança no que dizia respeito à forma como conduzia o ensino da disciplina, pautado na memorização de fatos e datas e no enfoque e no relato linear e cronológico de eventos da história política e administrativa.

É necessário diferenciar a compreensão de História do Brasil veiculada por Hélio Vianna em seus livros e apresentada em seus cursos da noção de Pedro Calmon, que pode ser vista por alguns como análoga. As visões são semelhantes no sentido exposto por Ferreira, isto é de que Vianna dispunha sua narrativa de forma a destacar os fundamentos da unidade nacional<sup>808</sup>. Entretanto, diferentemente de Vianna, a perspectiva de Calmon, apesar de estar respaldada na consideração do Estado como baluarte da formação nacional, não se limitava à narrativa de eventos políticos. Conforme exposto nos capítulos anteriores alguns de seus livros conferem ênfase na formação social do país.

Em resposta à exposição de Hélio Vianna, Alice Piffer Canabrava busca um consenso ao afirmar que haveria entre ela e o primeiro apenas um pequeno desentendimento. A autora destaca que o fato de considerar Taunay um historiador do século XIX, “não o diminui, nem diminui o valor da sua obra monumental”, demonstrando como as tensões entre os historiadores presentes ao encontro não minimizavam o desejo de se constituir uma comunidade de especialistas legítimos e aptos ao debate.<sup>809</sup>

O debate empreendido na sessão mencionada anteriormente se conecta ao debate realizado por ocasião do tema IV, que tinha por título “Matérias complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte no estudo de História”. Foi discutido por uma equipe formada pelos professores do Rio de Janeiro Eremildo Luiz Vianna (relator do tema), Flecha Ribeiro e Guy de Hollanda e pelos professores de São Paulo José Roberto do Amaral Lapa, Maria Clara R. T. Constantino, Maria Conceição Vicente de Carvalho, Oswaldo E. Xidieh e Ubaldo Puppi.

---

<sup>807</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício. op. cit.* p. 43

<sup>808</sup> *Ibidem*, p. 44

<sup>809</sup> *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. op. cit.* p. 134

Na conclusão de seu relatório, Eremildo Vianna assevera que independente das escolhas de técnicas e matérias auxiliares e complementares da História para integrar o currículo, o cuidado que se deveria tomar era

não sobrecarregar inutilmente a formação do professor” e nem “transformar os professores de História em filósofos, sociólogos ou geólogos, desviando-os da opção inicial, ao se matricularem nos cursos das Faculdades de Filosofia.”<sup>810</sup>

A intervenção de Pedro Calmon ao relatório faz coro com as proposições de Eremildo Vianna, afirmando que em relação às matérias complementares dever-se-ia “persistir no programa de restrição em favor da maior compreensão, ensinar menos para ensinar melhor”.<sup>811</sup> Em resposta às críticas sobre a história *evenementielle* ou historizante, defende que a história deveria ser “narrativa, explicativa, descritiva e interpretativa”. Em suas palavras “a História deveria ser histórica”.<sup>812</sup>

Pode-se perceber que as críticas como aquelas feitas por Alice Canabrava, de que a história deveria alargar suas reflexões a partir do estabelecimento de conexões com outras ciências, são recebidas por Pedro Calmon com receio, pois, para ele, existia o risco da História perder a sua identidade. A especificidade da História, para Calmon, assim como para Hélio Vianna residia na narração dos acontecimentos, que poderia ser obliterada em prol da utilização de instrumentais de outras ciências. Pedro Calmon e Hélio Vianna fazem uma defesa da concepção narrativa da História, que estava sendo alvo da crítica de Alice Canabrava, pois entendiam que sua forma de produzir história, herdeira da forma de Taunay, encontrava-se ameaçada.

Em seus livros, Pedro Calmon faz um movimento que vai nos anos 1930 da aspiração de descobrir o sentido da história do Brasil a partir da perspectiva da História Social, ao desejo de englobar toda história do Brasil nos anos 1940 e 1950, aumentando a quantidade de referências e recorrendo a fontes cada vez mais numerosas e a um modelo narrativo que recusava a utilização de referenciais de outras ciências. Pensava estar tornando assim a história mais “histórica”. Nesse sentido ia na contramão das novas tendências que apregoavam o maior diálogo com outras disciplinas.

Os professores universitários reunidos em torno do I Simpósio buscavam delimitar o ensino de História como espaço para os formados em História nas faculdades de filosofia e propunham a abertura a instrumentais teóricos e metodológicos

---

<sup>810</sup> *Ibidem*, p. 147

<sup>811</sup> *Ibidem*, p. 151

<sup>812</sup> *Ibidem*, p. 151

de outras áreas. Isso pode ter sido enxergado por Pedro Calmon e outros presentes como uma contradição. Para Calmon, a história deveria ser feita com documentos, deveria ser narrativa, deveria em suas palavras “ser histórica”. Para isso, necessitava ser produzida a partir de fontes e documentos, por meio da utilização de técnicas metódicas.

A implantação da ditadura militar impactou fortemente o movimento dos docentes do ensino superior. O terceiro simpósio da APUH que estava previsto para se realizar em 1964, na cidade de Salvador foi adiado para 1965 e realizado em Franca. Era só prelúdio das perseguições docentes que teriam lugar nas universidades brasileiras nos primeiros anos do regime.<sup>813</sup>

#### 5.4 Uma história do Brasil histórica

Ao se reportar a Capistrano de Abreu, Pedro Calmon contesta sua autoridade se referindo justamente ao desconhecimento da documentação histórica. Um historiador que se prezasse, deveria ter profundo e amplo conhecimento dos arquivos e utilizá-lo para fundamentar os seus escritos. Dessa forma, fez escolhas que levaram sua obra a estar fora dos padrões aspirados por historiadores que intentavam ditar o novo, fosse por meio da escrita de balanços historiográficos, das demandas dos estudantes que buscavam um ensino mais consonante com problemáticas do presente ou das intenções de parte dos professores universitários reunidos no I e II Simpósios da APUH.

Se a posição de Pedro Calmon como reitor da Universidade do Brasil talvez tenha lhe garantido um convite para pronunciar a conferência de abertura do evento, não garantia uma aceitação imediata de suas ideias. Entretanto, seus livros foram editados até a década de 1980 e seu nome ainda se faz presente em edifícios na cidade do Rio de Janeiro. As interpretações de Calmon estiveram filiadas a uma tradição que delineou um entendimento que se prolongou durante muito tempo nos estudos da história do Brasil tanto no plano científico, quanto no ensino fundamental e médio.<sup>814</sup> Em grande medida, essa continuidade se deu por imposição dos militares que ao ascender ao poder em 1964, sufocaram iniciativas que promoviam contestações a essa concepção, como a referida *História Nova*. Nesse sentido, era interessante aos militares que o ensino de

---

<sup>813</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959-1969-1968-1969. op. cit. p. 50.*

<sup>814</sup> WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 164 (420): 87-91, jul./set. 2003. p. 87; 91

História do Brasil continuasse calcado no patriotismo e na promoção dos heróis nacionais e as obras de Pedro Calmon serviam bem a esse propósito.

Estudar a trajetória e as obras de Pedro Calmon permite conceber a trajetória da disciplina histórica de forma plural e abre a possibilidade de compreender de que forma a perspectiva presente em suas obras se perpetuou por tanto tempo no ensino de História, ainda se fazendo presente nos livros didáticos utilizados na década de 1990, quando eu comecei a frequentar a escola. É compreender que quando se trata do ensino de História não existe perspectiva neutra e que toda compreensão e interpretação tem ela mesma uma história.

Pode-se perceber que nos anos 1950 e 1960 muitas propostas de “renovação” da escrita e do ensino de História disputavam espaço. Muitas delas iam contra as proposições de Pedro Calmon para a escrita e o ensino de história do Brasil, vistas como tradicionais e antiquadas. Essas propostas se tornaram vencedoras, embora naquele contexto fossem apenas concepções possíveis, dentro de um leque de possibilidades em disputa. Reconhecer a historicidade da própria historiografia é compreender a existência de uma “verdade poliédrica”<sup>815</sup> acerca da história do país e não de apenas um fluxo possível, o da história universitária em busca da cientificização. A interpretação de Pedro Calmon torna-se válida, desde que considerada “em sua época, perspectiva e circunstância”.<sup>816</sup>

---

<sup>815</sup> REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 18

<sup>816</sup> *Ibidem*. p. 18



## **Considerações finais**

Só há uma coisa mais difícil que começar uma tese, terminar uma tese. A pesquisa pode continuar, mas a tese necessita de um ponto final. É custoso encerrar algo a que me dediquei pelos últimos quatro anos. Quando se considera que uma trajetória é marcada por continuidades e mudanças, por aproximações e distanciamentos, vejo que esta tese reflete os meandros, desvios e sucessões do meu próprio percurso acadêmico e profissional.

Ela é fruto de um aprofundamento em relação ao mestrado, no qual me dediquei também em relacionar a trajetória de um intelectual e a publicação de livros didáticos no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Bem como também é fruto de um esforço de explorar melhor a história dos livros e das edições, aspecto que foi apenas tangenciado no mestrado. Por outro lado, ela também enseja um empenho na direção de compreender melhor a historiografia brasileira, a escrita da história do Brasil no período considerado. Esse direcionamento me desviou dos caminhos da história do ensino da História, privilegiada no mestrado e aqui somente invocada quando era imprescindível para o entendimento do contexto no qual os livros analisados foram publicados.

Por outro lado, torna-se impensável, para alguém que tem se dedicado pelos últimos oito anos à prática docente de História nos ensinos fundamental e médio, considerar os livros de Pedro Calmon sem refletir sobre o ensino da disciplina.

Atualmente, diversos projetos de lei que tramitam em diferentes estados e municípios brasileiros tentam implementar as propostas do programa “Escola sem Partido”. O movimento propõe a neutralidade absoluta do ensino na educação básica. Docentes e instituições educacionais responsáveis por esse nível de ensino não poderiam expressar em sala de aula princípios contrários aos valores defendidos e transmitidos pelas famílias dos alunos.

Os docentes da educação básica não devem realizar discussões ou atividades que, na concepção dos idealizadores do movimento, se caracterizariam como “doutrinação política e ideológica”, a exemplo de tratar de assuntos da atualidade, temáticas ligadas às relações de gênero, racismo ou intolerância religiosa. Devem se limitar a lecionar os conteúdos de suas disciplinas e transmitir o conhecimento a respeito dos assuntos em questão, podendo sofrer penalidades caso desrespeitem tais orientações. Os idealizadores do movimento defendem a existência de uma suposta neutralidade no ensino das disciplinas.

Espero ter demonstrado, a partir do caminho percorrido nesta tese, que a concepção de história do Brasil que se perpetuou por muito tempo no ensino e nos livros didáticos e que, de certa forma, ainda encontra reflexo nos currículos do ensino fundamental e médio, longe de ser uma perspectiva neutra, se consolidou a custa de embates e disputas intelectuais, editoriais, historiográficas ou mesmo políticas. Tais embates se deram em tempos em que a escrita da História não se encontrava completamente apartada do ensino da disciplina.

Como aponte na Introdução deste trabalho, a trajetória de Pedro Calmon, sua obra publicada ou não e seus arquivos pessoal e institucional suscitam muitas outras possíveis abordagens que não foram possíveis nos limites desta tese. Para o exame do que foi de fato alcançado cabe retomar algumas das reflexões empreendidas ao longo do trabalho.

O objetivo principal era investigar a interpretação da história do Brasil veiculada em livros publicados por Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985) entre as décadas de 1930 e 1950 e a partir dessa apreciação analisar a conformação de uma identidade intelectual individual e coletiva constituída por meio de uma carreira e de uma obra dedicadas ao estudo e à escrita da História. Objetivava também por

intermédio de sua trajetória e obra discutir que modelos de historiador estavam em disputa na época.

Pedro Calmon ambicionou, por meio de sua obra, veicular uma autoimagem de historiador incansável e empenhado em constituir uma interpretação que intentava ser definitiva da história, uma vez que fora continuamente reescrita ao longo de sua vida com base em pesquisa de documentos inéditos. Tomei como fio condutor o princípio de que tanto na estruturação de suas concepções acerca da escrita da história do Brasil, quanto na obtenção de êxito na veiculação de tais concepções e de sua imagem como um historiador profícuo e próximo às fontes documentais, a consideração de sua origem familiar e alguns investimentos em sua trajetória intelectual foram fundamentais. Essa origem e investimentos foram trabalhados na primeira parte da tese.

A segunda parte trata da escrita da história do Brasil de Pedro Calmon manifesta em seus livros de síntese, publicados em importantes coleções do período nas décadas de 1930 a 1950. A maior parte desses livros foi publicada pela coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional e se coadunaram ao empreendimento de difusão de uma “pedagogia da nacionalidade”.<sup>817</sup> Para levar adiante tal pedagogia, baseada na promoção do Estado português e depois da Independência, brasileiro, como fio condutor, o autor buscou se basear em fontes que acompanharam o tipo de interpretação que se propõe a construir, uma vez que a maior parte da documentação utilizada é proveniente de registros oficiais e de cronistas que, segundo ele, “prognosticaram” a existência do Brasil com os contornos atuais ainda no período colonial. Mesmo a difusão de uma apreciação da história do Brasil harmônica e estável por Pedro Calmon estava baseada na projeção da imagem de um país arquitetado a partir da uma tradição portuguesa, mas que já se anunciava grande em seus primórdios.

Calmon realizou um esforço para escrever e divulgar uma história do Brasil que ao mesmo tempo fosse “ensinável”, que difundisse uma visão da história do Brasil harmônica e estável, avessa a polêmicas e controvérsia. Tal visão obliterava a participação dos elementos negro e indígena na conformação nacional em prol da constituição de uma população que fosse mestiça etnicamente e culturalmente e alcançou credibilidade, pois se embasava na realização de profícua pesquisa documental.

---

<sup>817</sup>DUTRA, Eliana. Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e cultura no Brasil dos anos 30. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf> (Acesso em 21 jun 2015)

Nos seus livros intitulados *História do Brasil* seu esforço em prol de capturar uma suposta essência brasileira foi superado pelo empenho de recobrir toda a história nacional das origens à contemporaneidade, preconizando a formação do país desde o seu nascimento e o destino que ele deveria cumprir de se tornar uma nação grande e harmoniosa. Embora o papel pedagógico almejado para suas obras não tenha sido elidido, ele muda de figura quando seus livros de síntese, antes publicados pela Companhia Editora Nacional, passaram a ser publicados pela editora José Olympio. Nasceu assim a *História do Brasil* ilustrada, em sete volumes, que é considerada pelo autor sua “obra prima”, tornando todas as outras “obras anteriores” ou preliminares em sua percepção a respeito de suas próprias publicações. Essa percepção foi sempre que possível questionada ao longo do meu trabalho.

Dessa forma, as obras de Pedro Calmon deixam de fazer parte de uma coleção, a Brasileira, tornando-se por si só uma coleção. Pedro Calmon e a José Olympio editora queriam conferir à *História do Brasil* ares de enciclopédia. Seu nome na capa era como uma declaração de que ele era capaz de por si só escrever uma obra completa de síntese a respeito da história do Brasil que tinha como público alvo não apenas professores e alunos dos cursos secundários, mas todos os brasileiros. Uma obra patriótica por excelência, para ser apreciada por todas as pessoas que quisessem saber mais a respeito não de uma determinada interpretação da história do Brasil, mas da “verdadeira” história do Brasil. Sua obra tinha por propósito instituir uma visão da história do Brasil que fosse percebida como neutra, isenta, apartidária e nesse ponto foi bem sucedida.

Tal concepção se reproduziu e perdurou no ensino de história do Brasil por muitas décadas e é defendida como neutra até hoje por aqueles que não são capazes de perceber o seu viés político, ou que talvez justamente por o perceberem, preferem que as coisas permaneçam exatamente como estão. Tais grupos se ressentem da mudança e preferem, como Pedro Calmon, que a história do Brasil continue celebrando a harmonia e que alguns grupos e movimentos continuem silenciados.

Por fim, na terceira parte aponte que obra de Pedro Calmon associava-se a uma proposta historiográfica que foi amplamente questionada nos anos 1950 e início da década de 1960, momento em que esse campo passou por significativas modificações. O grupo que participou da organização dos primeiros cursos universitários de História contribuiu para a constituição de uma memória disciplinar que elegeu nomes a serem lembrados e outros a serem obliterados.

Dentre os nomes a serem esquecidos figurava o de Pedro Calmon, associado a uma tradição aparentemente superada, mas que foi capaz de conservar-se operante no ensino de História. Tal continuidade foi possibilitada em grande medida pela instauração da ditadura civil-militar de 1964, que garantiu que as críticas e os críticos que se insurgiam contra a visão veiculada por Pedro Calmon e por outros autores fossem silenciados, mas não ignorados. Finda a ditadura, o ignorado foi Pedro Calmon e sua obra foi relegada ao esquecimento e ao descrédito.

## Fontes

### Livros de Pedro Calmon

CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Brasiliana, vol. 14)

\_\_\_\_\_. *História Social do Brasil*. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

\_\_\_\_\_. *História da Civilização Brasileira*. 4.ª ed aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

\_\_\_\_\_. *História da Civilização Brasileira*. [apresentação Arno Wehling] 7ª ed. Brasília: Senado Federal, 2002.

\_\_\_\_\_. *História da Faculdade Nacional de Direito*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F., 1945.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Tomo 1 (As origens).

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943. Tomo III (A organização).

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. Tomo 4 (O Império).

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. Tomo V (A República).

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1959. Tomo 1 (As origens).

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

\_\_\_\_\_. *História da Civilização Brasileira*. [apresentação Arno Wehling] 7ª ed. Brasília: Senado Federal, 2002.

\_\_\_\_\_. *O palácio da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

## Documentos textuais

Acordo entre a Companhia Editora Nacional e Pedro Calmon para publicação dos livros: Espírito da Sociedade Colonial e a segunda edição da História da Civilização Brasileira. Data: 4 dez 1934. Código: PC 15071. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Antonio de Faria ao Ministro dos Negócios Estrangeiros: Data: 12 mar 1952. Código: PT/MNE/CICL/IC-1/01287/07. Documento 1. Arquivo do Instituto Camões.

Carta do Diretor de Produção da Companhia Editora Nacional. Data: 11 dez 1946. Código: PC 17363. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Carta do Diretor de Produção da Companhia Editora Nacional a Pedro Calmon. Data: 18 jan 1960. Código: PC 15058 Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 18 nov 1932. Código: PC 13799. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 26 abr 1934. Código: PC 17113. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 4 out 1934. Código: PC 11924. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 4 dez 1934. Código: PC 15071. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Pedro Calmon a Fernando de Azevedo. Data: 25 ago 1968. FA-CP-CX6, 89. Fundo Fernando de Azevedo. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo.

Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 27 ago 1968. Código: FA-CA-Cx4, 76. Fundo Fernando de Azevedo. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo.

Carta de Frank [?] a Pedro Calmon. Data: 30 jul 1950. Código: PC 3254. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia. .

Carta de José Olympio a Pedro Calmon. Data: 13 jan 1949. Código: PC 16587. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Marcelo Caetano a Pedro Calmon. Data: 26 de junho de 1938. Código: PC 4228. Arquivo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Pedro Calmon a Emílio Garrastazu Médici. Data: 14 jul 1970. Código: PC 5116. Arquivo Pedro Calmon, Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Pedro Calmon a Ênio Silveira. Data: 22 jan 1960. Código: PC 15058. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

Carta de Pedro Calmon a Fernando de Azevedo. Data: 3 jan 1950. Código: FA-CP-CX6, 87. Fundo Fernando de Azevedo. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo.

Carta de Pedro Calmon a Fernando de Azevedo. s/d. FA-CP-CX6, 88. Fundo Fernando de Azevedo. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo.

Carta de Pedro Calmon a Marcello Caetano. Data: 31 dez 1937. Código: PT/TT/AMC/12-227/00001. Marcello Caetano, cx. 19, Correspondência/CALMON, Pedro, n.º 1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Carta do Padre Aloysio Vianna Martins a Pedro Calmon. Data: 18 de outubro de 1960. Código: PC 3730. Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

Carta de remetente não identificado a Pedro Calmon. Data: 7 jan 1949. Código: PC12099. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Carta de R. Enes Ulrich a Pedro Calmon. Data: fev 1938. Código: PC 4247 Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia. Carta de remetente não identificado a Pedro Calmon em papel timbrado da Companhia Editora Nacional. Data: 4 jun 1934. Código: PC 15067. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Carta da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia a Pedro Calmon. Porto, 8 de novembro de 1937. Arquivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Reprodução feita por Patrícia Ferraz de Matos.

Carta de Wilson Accioly de Azevedo a Pedro Calmon. Data: 3 nov 1956. Código: PC 13033 Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Conferência proferida por Pedro Calmon, que discorre sobre seu livro História do Brasil. Enviada por Gabriel Athos Pereira. Data: 15 set 1959. Código: PC 19423. p. 2 Fundo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

Dossiê de documentos administrativos e jurídicos relativos à obra História do Brasil de Pedro Calmon. Código: 81,02,06 n.º 128. Coleção José Olympio. Fundação Biblioteca Nacional.

Entrevista de Pedro Calmon. s/d. Código: PC 13450. Arquivo Pedro Calmon. Fundação Cultural da Bahia.

Folheto para a obra História do Brasil de Pedro Calmon. s/d. Código: 80, 05,06 n.º 54. Coleção José Olympio. Fundação Biblioteca Nacional.

Livro de concursos. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. 1949.

*Memorandum* de O. F. da Rocha a Pedro Calmon. Data: 16 abr 1934. Código: PC 13796. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Pasta Concurso de História Geral e do Brasil (Internato). Candidatos: Mecenas Dourado, Joaquim Ribeiro e Pedro Calmon. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

Telegrama recebido pela Embaixada de Portugal em Rio de Janeiro. Expedido em 23 de Abril de 1945, Recebido em 24 de Abril de 1945. Código: ANTT PT/TT/AOS/D-J/8/9/13. Arquivo Oliveira Salazar, PC- 8C, cx. 694, pt. 2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

### **Artigos de jornais e revistas**

A inauguração do Seminário de Mariana. *A noite*. Rio de Janeiro, 11 ago 1934. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 8 jan 2018)

A visita do Ministro da Marinha a Minas Geraes. *A noite*. Rio de Janeiro, 10 jul 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 8 jan 2018)

ANDREA, José. Ecos da Morte de Pedro Calmon. *Última Hora*. 26 jun 1985. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

CALMON, Jorge. As “memórias” de Pedro. *A Tarde*. Salvador, 27 jun 1995. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

Cartas Cariocas”. *Correio Paulistano* . São Paulo, 23/04/1936. p. 02. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

CELSON, Maria Eugênia. Trechos dum diário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 ago 1933. p. 12. (Coluna Femina) Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 8 jan 2018)



CONDÉ, José. Escritores e livros. *Correio da Manhã*, 10 de janeiro de 1960. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 29 out 2017)

CONDÉ, José. Escritores e Livros. *Correio da Manhã*, 18 fev 1960. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.6.1

MATTA, Ary da. O candidato Pedro Calmon. O Globo. cinco jan de 1950. Pasta Concurso de História Geral e do Brasil (Internato). Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

No mundo dos livros. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 5 ago 1933. p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/> (Acesso em 17 ago 2014)

ORICO, Osvaldo. O Benjamim da Academia. *Careta*. Rio de Janeiro. 6 jun 1936. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

O reitor da Universidade do Brasil candidata-se a uma cátedra do Colégio Pedro II. *Diário de Notícias*, três de janeiro de 1950. Pasta Concurso de História Geral e do Brasil (Internato). Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

QUEIROZ, Rachel de. A História do Brasil de Pedro Calmon. Coluna Última Página. *O Cruzeiro*. Edição 033. 28 de maio de 1960. p. 141. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira. <http://memoria.bn.br> (Acesso em 17 out 2017)

Segunda Seção. *Diário de Notícias*, quatro jan 1950 p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 18 maio 2016)

Será o benjamim dos immortaes, *Diário da Bahia*, Salvador, 21 abr 1936. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.5.7

## Referências bibliográficas

### Anais

*Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. São Paulo: FFCL-USP, 1962.

*Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, [1963?].

CASTELO, Cláudia. Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre. *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios*, vol. 2. p. 422-444. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

FÀVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento. *Anais da 23ª Reunião Anual da ANPEd*. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF> (Acesso em 15 out 2015).

FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. In: BORGES, Jafé Teixeira. (Coord.) *Anais do curso Pedro Calmon*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1999. pp. 15-27.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. A casa de Minerva: entre a ilha e o palácio - A problemática dos discursos e lugares. *Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Fortaleza, 2009.

### **Artigos e documentos publicados em periódicos**

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-54, jan. 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1936>>. Acesso em: 11 Jan. 2018.

Assembleia geral extraordinária (2.ª convocação). Realizada aos 22 de agosto de 1931. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Número 164, 2.º de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933. p. 436.

Ata da 7.ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de outubro de 1926. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 99 (153), 1.º de 1926. p. 440-441.

BECHARA, Evanildo Cavalcante. Pedro Calmon e a Literatura. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 164 (420): 125-128, jul./set. 2003.

*Boletim da Academia Portuguesa de História*. Primeiro e segundo ano (1937-1938). Lisboa: Academia Portuguesa da História, anos 1 e 2. 1937-1938.

BORJA, Célio. Pedro Calmon e o direito. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 164 (420), p. 93-98, jul./set. 2003.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 22, n.1. pp. 47-66, 2010.

BRITO, Ricardo de. Marcelo Caetano, historiador e professor. In: “*Historiografia e Memória*”, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 307-329.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-58, jul. 1998. p. 53. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071>>. Acesso em: 03 Fev.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de História*, São Paulo, v. 22, n. 45, p. 107-159, junho 1961. ISSN 2316-9141. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120194/117397>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, GLEZER, Raquel e FERLINI, VERA Lúcia Amaral. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1984.

CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 237-267, jul. 2013.

CEZAR, Temístocles. “Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica”. *Anos 90*. Porto Alegre, nº11, pp. 38-53, jul. 1999.

CORREA, Antonio Augusto Mendes. A cultura luso-brasileira. A propósito de duas conferências de Pedro Calmon. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sociedade de Geografia de Lisboa, out./dez., 1956, pp. 347-357.

DOYLE, Plínio. Bibliografia de Pedro Calmon. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 147(351), p. 585-614, abr./jun. 1986.

FAR, Alessandra El. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 119-134, jul. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2109/1248>>. Acesso em: 03 Fev. 2018.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, jul. 1996. p. 8 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2014/1153>>. Acesso em: 19 Jan. 2018.

FALCON, F. As Idéias e Noções de ‘Moderno’ e ‘Nação’ nos Textos de Capistrano de Abreu: Os ensaios e estudos, 4a série - comentários. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 12. dez. 2011. p. 6. Disponível em: [goo.gl/uEffffa](http://goo.gl/uEffffa) (Acesso em: 02 Mai. 2015)

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2. abr.-jun., p.611-636.

\_\_\_\_\_. e SILVA, Norma Lucia da. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 98, n.º 1, pp. 20-33, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 6-15, jan -jun 2014.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-261, dez. 1991. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2323>>. Acesso em: 03 Fev. 2018.

GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 217-230, dez. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2057/1196>>. Acesso em: 03 Jan. 2017.

\_\_\_\_\_. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.º 48, p.145-170, 2004.

\_\_\_\_\_. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência. In: *Convergência Lusítada*. n.º 24. Rio de Janeiro. 2.º semestre, 2007.

\_\_\_\_\_. e LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da história pátria: o projeto da história nova do Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 149, p. 235-251, dez. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18971>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.

\_\_\_\_\_. Historiografia e cultura historiográfica: notas para um debate. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 55-78, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1934>>. Acesso em: 13 Jan. 2018.

IPANEMA, Cybelle Moreira. Pedro Calmon e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 164, n. 420, pp. 99-106, jul./set. 2003.

LACOMBE, Américo Jacobina. “História Nova”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 263, pp. 283 – 302, abril-junho/1964.

LOURENCO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. *Revista Brasileira de História*. [online]. 2008, vol.28, n.56, pp.385-406.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus. In: *Cadernos Tramas da Memória 2011*. Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto; Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - nº 1 (mai. 2011) – Fortaleza: INESP, 2011. pp. 9-27.

MAIA, Tatyana do Amaral. Uma comunidade de espírito e de cultura: a construção do ideário luso-brasileiro na Sociedade de Geografia de Lisboa (1956-1974). *Revista Maracanan*, n. 12, Julho 2015, pp.87-97.

MATOS, Patrícia Ferraz de. Um olhar sobre as relações entre Portugal e o Brasil a partir da obra de Mendes Correia: desafios, pontes e interações. *População e Sociedade*. n. 21, CESEPE, Porto, 2013. pp. 53-69.

ARAÚJO, Valdei Lopes de e MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.63, p.22-37, 2007. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/A\\_historia\\_de\\_Minas\\_como\\_historia\\_do\\_Brasil.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/A_historia_de_Minas_como_historia_do_Brasil.PDF)>. Acesso em: 10 set. 2013. p. 28

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os Estudos Históricos no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 381-390, junho 1951. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35004>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Varnhagen. *Revista de História*, São Paulo, n. 149, p. 109-137, dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18967>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. *Revista Brasileira de História* [online]. 2016, vol.36, n.73 [Acesso em 2018-02-06], pp.89-110. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882016000300089&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000300089&lng=en&nrm=iso)>.

NUNES, Lucas Araújo Barbosa. *Desmistificando o mito: Mario Pedrosa e a Missão Artística Francesa de 1816*. *Mneme – Revista de Humanidades*. Caicó, v. 16, n. 37, p. 199-214, jul/dez. 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 23, pp. 35-48, 1.º semestre de 1987.

NUNES, Lucas Araújo Barbosa. Desmistificando o mito: Mário Pedrosa e a Missão Artística Francesa. *Mneme (Revista de Humanidades)*. Caicó, v. 16, n. 37, pp. 199-214, jul/dez. 2015.

OUVRY-VIAL, Brigitte. L'acte éditorial: vers une théorie du geste. In: *Communication et langages*, n°154, 2007. L'énonciation éditoriale en question. pp. 67-82.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 50, p. 27-78, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34649>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 08 Fev. 2018.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das “Coleções Brasileiras” nas Décadas de 1930, 40 e 50. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, pp. 56-89, 2.º semestre de 1988.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. Tradução anotada, autor-tradutor invisível: Richard Francis Burton na Brasileira. *Revista Tradterm*, n.º 17, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010, p. 67-84

RODRIGUES, Rogério Rosa. Traços biográficos de João Ribeiro ou as muitas faces de João Viva a São João. *História* (São Paulo) v.32, n.1, p. 377-400, jan/jun 2013.

RODRIGUES, Thiago Nascimento. O primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961): currículo e formação de professores. *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.1, p.286-304, jan.-abr. 2017.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A pesquisa histórica no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 45-50, jan. 1983.

SEGISMUNDO, Fernando. Professores de história do Colégio Pedro II: esboço. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 152, n. 370, p. 151-192, jan./mar. 1991.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. Anotar e prefaciando a obra do mestre. In: *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 03, pp. 83-105, setembro 2009.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. O parecer de Kelsen sobre a Constituinte brasileira de 1933-1934. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, vol. 06, n. 11, p. 348-374, 2015.

VALE, Nayara Galeno do. “Ele quer acabar com o samba”: tradição, mestiçagem e história do Brasil na perspectiva de Pedro Calmon. *Revista Escrita da História*. Ano II – vol. 2, n. 3, abr./ago. 2015. pp. 54-72.

VECHIA, Ariclê e LORENZ, Karl Michel. O Collegio de Pedro II e a formação da mocidade brasileira. (1838-1889). *Cadernos de História da Educação*. v. 14, n. 1, p. 19-37, jan./abr. 2015.

VENANCIO, Giselle Martins. Prefácios de Vianna na coleção Brasiliana: estratégia de legitimação e construção da autoria. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 49-60, 2007.

VENANCIO, Giselle. Dois anos de Brasil, de François- Auguste Biard: entre o tempo da escrita e o da publicação. *Outros Tempos- Pesquisa em foco*, vol. 11, n.18, 2014 p. 264-279.

VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. pp. 05 - 23.

VILLAÇA, Antônio. Pedro Calmon: orador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro n. 393, p. 1075-1080, out/dez, 1996.

WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 164 (420): 87-91, jul./set. 2003.

## **Discursos**

BARROSO, Gustavo. Discurso de Recepção ao Acadêmico Pedro Calmon. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6818&sid=213> (Acesso em 18 ago 2013)

TELLES, Lygia Fagundes. Discurso de Posse. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/lygia-fagundes-telles/discurso-de-posse> (Acesso em 01 fev 2017).

## **Livros e capítulos de livros**

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: política e literatura: um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BARBOSA, Antônio José de Oliveira. História, memória e instituições: algumas reflexões teórico-metodológicas para os trabalhos do Projeto Memória - SiBI/UFRJ. In: BARBOSA, Antônio José de Oliveira. (Org.) *Universidade e Lugares de Memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008.

BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOTELHO, André. “Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação”. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai e VILLAS BÔAS, Gláucia. (orgs.). *O moderno em questão: A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 183-191.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed.Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. A força do Direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. pp. 209-254.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999. pp. 179-189.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial; Editora UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chintonni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.



CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora UnB, 1999.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

DARNTON, Robert. *Os Best-Sellers proibidos da França Pré-Revolucionária*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DAMASCENO, Darcy (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1970.

DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira (década de 1930 aos anos 1970)*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999.

DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*. Comissão de Atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

DUARTE, Regina Horta. Panoramas litorâneos, fronteiras e interiores brasileiros: Mello Leitão e os itinerários viajantes. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. (Org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 279-298.

DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. IN: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. FCRB, UFF/PPGCOM, UFF/LIHED. 2004.

\_\_\_\_\_. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasiliana. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 299-314.

\_\_\_\_\_. *O ardil totalitário: imaginário político nos anos 1930*. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. História e Historiadores na Coleção Brasiliana: o presentismo como perspectiva? In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. (Org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 47-76.

ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. 2. Ed. Trad. Autora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2012.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959-1969 -1968-1969. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, DE FREIXO, Adriano, VENTAPANE, Jacqueline (Orgs.) *Tempo negro, temperatura sufocante*:

estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, Contraponto, 2008. pp. 37-61.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1968): o projeto possível*. Rio de Janeiro: PROEDES/UFRJ, s/d.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920-1965). In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa (Org.) *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007. pp. 13-42.

\_\_\_\_\_. e LIMA, Helena Ibiapina. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): origens, construção e desenvolvimento. In: MOROSINI, Marília. (Org.) *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. pp. 54-80.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A cadeira de História Moderna e Contemporânea: um espaço de crítica e renovação do ensino da História. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João. (Orgs.) *Escritos sobre história e educação: Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001. pp. 553-568.

\_\_\_\_\_. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel. (Org.) *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 141-160.

FREITAS, Itamar. Itinerários do ensino superior de História (primeiras leituras). In: FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

GASPRELLO, Arlete Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 7- 24.

\_\_\_\_\_. Memória e história nos escritos autobiográficos de San Tiago Dantas. In: RAMOS, Alcides F.; PATRIOTA, Rosângela e PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *Imagens na História*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2008, v. 1, p. 181-196.

\_\_\_\_\_. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009.

\_\_\_\_\_. e HANSEN, Patrícia. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 07-37.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. IN: SOIHET, Rachel e ABREU, Martha. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. pp. 55-79.

\_\_\_\_\_. O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Trad. Enid Abreu Dobranzsky. Campinas: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

\_\_\_\_\_. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso: O sucesso da (re) inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940). In: GUIMARÃES, Lucia Paschoal. (Org.) *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. pp. 129-175.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2 ed. ver. e ampl. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

HOIRISCH, Marisa e RIBEIRO, Rosina Tevisan Martins. Palácio Universitário – Materiais e técnicas construtivas. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. (Org.) *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007. pp. 43-57.

JACKSON, Luiz Carlos e BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho: Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.

LEJEUNE, Philippe. El Pacto Autobiográfico. In: LEJEUNE, Philippe. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Madrid: Megazul-Endimion, 1986. pp. 49-88.

LIMA, Hermes. *Tobias Barreto: a época e o homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MALERBA, Jurandir. Teoria da História e da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir. *A História Escrita: Teoria e História da Historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Silvio Romero, sua formação intelectual, 1851-1880*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru SP: EDUSC, 2004.

MORAIS, Ruben Borba de e BERRIEN, William. (Orgs). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. 2 vols.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Silvio Romero: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. 2 ed. Niterói: Editora da UFF, 2012.

NOVAIS, Fernando. *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naïf, 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história: A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection: De la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIXe siècle*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1999.

PAIM, Antonio. *A Escola do Recife: Estudos complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil*. Vol. 5. Londrina: Editora UEL, 1997.

PEREIRA, Paulo Roberto. (Org.) *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As ruínas da tradição*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. p. 42. [Recurso eletrônico]

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. [eBook Kindle].

REIS, Daniel Aarão Reis. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. pp. 119-139.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Civilização Brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo): Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. In: REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 33-86.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino*. Curitiba: Apris, 2012.

ROIZ, Diogo da Silva e SANTOS, Jonas Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leitura e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

SATUÉ, Enric. *Aldo Manuzio: editor, tipógrafo, livreiro. O design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso e GOMES, Angela de Castro. (Orgs.) *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SCHUARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIRINELLI, Jean François. Intelectuais. IN: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Pp. 231-269.

SERRANO, Gisella de Amorim. *Caravelas de papel: Política Editorial do Acordo Cultural de 1941 e o Pan-lusitanismo (1941-1949)*. Lisboa: Instituto Camões; Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2014.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Marcello Caetano: confidências no exílio*. Lisboa: Verbo, 1985.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico da Bahia (1930-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. pp. 114-138.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *A Fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Pedro Calmon*. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1977.

VELOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp. 353-385.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 111-137.

\_\_\_\_\_. A utopia do diálogo: os prefácios de Vianna e a construção de si na obra publicada. In: GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pp. 173-188.

\_\_\_\_\_. Brasileira segunda fase: percurso editorial de uma coleção que sintetiza o Brasil (1956-1993). In: DUTRA, Eliana de Freitas. (Org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pp. 109-126.

\_\_\_\_\_. *Oliveira Vianna: entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

\_\_\_\_\_. e SILVA, Ítala Byanca Moraes da. Um tal João, um tal Francisco: disputas intelectuais e monumentalização da produção intelectual de Capistrano de Abreu e Oliveira Viana nos anos 50. In: PEREIRA, Mateus. et. al. (Orgs.) *Contribuições à História da Historiografia Luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2013. pp. 389-424.

\_\_\_\_\_. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 436-463.

WOOLF, Virgínia. *O sol e o peixe: prosas poéticas*. Seleção e tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

### **Monografias, dissertações e teses**

ANDRADE, Luiz Cristiano de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*. (c. 1630). Dissertação (Mestrado em História Social). 220f. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ARAÚJO, Mariele S. *A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33*. Dissertação (Mestrado em História). 155f. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

ARRUDA, Silvana Gomes de. *E agora Portugal...* O Novo Acordo Ortográfico – uma ponte entre o Brasil e Portugal ou uma batalha linguística? Trabalho de Projeto de Mestrado em Ciências da Linguagem. 122f. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 2011.

AZEVEDO, Gabriela Soares de. *O avesso da costura: uma análise dos escritos de Gabriel Soares de Sousa (c. 1540-1591)*. Tese (Doutorado em História). 264f. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

BATALHONE JUNIOR, Vitor Claret. *O cavalo de Troia da nação: tempo, erudição, crítica e método em Capistrano de Abreu (1878-1927)*. Tese (Doutorado em História). 175f. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BRÖNSTRUP, Gabriela D 'Avila. *Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). 141f. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2015.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). 362f. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2015.

CALIXTO, Carolina Fernandes. *Jorge Amado e a identidade nacional: diálogos político-culturais*. 2011. 171f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2011.

CORDEIRO, Patrícia Cavalcante. *A cidade universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Preservação da arquitetura moderna*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 196f. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015.

COSTA, Edson Tavares. *A construção e a permanência do nome do autor: o caso José Condé*. 2013. 295f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

COSTA, Lucas La Bella. *Monumentos de papel: a poética da morte nos necrológios de Manuel de Araújo Porto Alegre (1839-1857)*. Dissertação (Mestrado em História). 89f. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

COSTA, Luiz Mário Ferreira da. *Os “intelectuais-heróis” e as mitologias políticas contemporâneas: a história da produção intelectual de Alfredo Pimenta, Gustavo Barroso, Plínio Salgado e Rolão Preto*. Tese (Doutorado em História). 198f. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese (Doutorado em História). 387f. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. *O caráter educativo do Museu Histórico Nacional*. Dissertação (Mestrado em Educação), 234f. Porto Alegre: Programa da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

FERREIRA, Raquel França dos Santos. *A “Última Página” de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*. 284f. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História Social). 220f. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FREIXO, André de Lemos. *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós Graduação em História Social. Instituto de História/UFRJ, 2012.

FURTADO, André Carlos. *As edições do cânone: da fase Buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). 248f. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 241f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1976.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1912)*. Dissertação (Mestrado em História). 233 f. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2007.

LOPES, João Paulo. *A Nação (I) mortal: Identidade Nacional e Política na Academia Brasileira de Letras. (1931-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). 188f. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.



MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...* Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934 – 1937). Dissertação (Mestrado em História Social). 152f. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MARIZ, Ana Sofia. *Editora Civilização Brasileira: o design gráfico de um projeto editorial (1959-1970)*. Dissertação (Mestrado em Artes e Design). 180f. Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

MASSUNAGA, Magda R. Pantoja. *O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro: (1930-1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação). 189f. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

MATOS, Patrícia Carla Valente Ferraz de. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Tese (Doutorado em Antropologia). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

MESQUITA, Daniel Pereira. *Boletim de História: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia. 1958/ 1963*. Dissertação (Mestrado em História) 114f. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1998.

MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese (Doutorado em Sociologia). 319f. Campinas – SP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2006.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). 118f. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Das ilhas à cidade – a universidade invisível. A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). 137f. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História, 2005.

\_\_\_\_\_. *A casa de Minerva: entre a ilha e o palácio: os discursos sobre os lugares como metáfora da identidade institucional*. Tese (Doutorado em Memória Social). 353f. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). 183f. PortoAlegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

PEREIRA, Ludmila Gama. *O historiador e o agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). 152f. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2010.

RIBEIRO, Rodrigo Alves. *“Releve, pois, a falta de minhas respostas...”*: interfaces entre as cartas e os livros de Gilberto Freyre [1933 – 1978]. Tese (Doutorado em História Social). 417f. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2015.

RANGEL, Rosângela Florido. *Sabadoyle: uma academia literária alternativa?* 147f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais). 140f. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, 2008.

REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã: a história do Brasil no ensino secundário, programas e livros didáticos 1931-1945*. Dissertação (Mestrado em História). 300 f. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1992.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo Histórias e Memórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817*. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). 298f. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História). 262f. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II. A década de 1970. Entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Tese (Doutorado em Educação). 293f. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Ivan Norberto. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social). 195f. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Giovanna José. *O batismo de Clio: catolicismo, ensino de História e novas mídias em Jonathas Serrano (1908-1944)*. Tese (Doutorado em História). 345f. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2015.

SILVA, Ítala Byanca Moraes da. *Les morts vont vite: A Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)*. Dissertação (Mestrado em História Social). 358f. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Paulo Thiago Gonçalves da. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico. (1961-1977)*. Tese (Doutorado em História). 334f. Brasília, Universidade de Brasília, 2014.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. 391f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). 178f. Rio de Janeiro: Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, 2009.

SOARES, Jefferson da Costa. *Dos professores “estranhos” aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945)*. Tese (Doutorado em Educação). 281f. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

TEVISAN, Ivan Rodrigo. *Os generais ditadores (1964-1985) como presidentes de Honra do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) 150f. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. Tese (Doutorado em Educação). 295f. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de tinta e papel: Cultura e Política na produção Biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). 233f. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

VALE, Nayara Galeno. *Delgado de Carvalho e o Ensino de História: livros didáticos em tempos de reformas educacionais*. Dissertação (Mestrado em História Social). 211f. Rio de Janeiro: Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. *Hélio Vianna e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil*. Monografia. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

## Verbetes

Abranheém. Disponível em: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on line], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/abranheém> (Acesso em 01 nov 2017)

COUTINHO, Amélia. Hermes Lima. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-calmon-muniz-de-bittencourt> (Acesso em 03 fev 2018)

\_\_\_\_\_. Pedro Calmon. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-calmon-muniz-de-bittencourt> (Acesso em 03 fev 2018)

RAGO, Maria Aparecida de Paula e VIEIRA, Rosa Maria. Escola do Recife. In: ABREU, Alzira Alves. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica> (Acesso em 12 jan 2015)

### Websites – Artigos e posts

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788> (Acesso em 06 fev 2018)

Biblioteca Pedro Calmon. In: <http://biblioteca.forum.ufrj.br/index.php/institucional/historia-da-biblioteca> (Acesso em 19 nov 2017)

Coleção Brasileira UFRJ  
<http://www.brasiliana.com.br/>

Biografias de Francisco Adolfo de Varnhagen. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/francisco-adolfo-de-varnhagen/biografia> (Acesso em 03 fev 2018)

Biografia de Oliveira Lima. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/biografia> (Acesso em 03 fev 2018)

Blog da Biblioteca Nacional. <https://blogdabn.wordpress.com/page/19/> (Acesso em 12 jan 2018)

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliansa/colecao/obras/363/sobrados-e-mucambos> (Acesso em 8 jan 2018)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. <https://ihgb.org.br/ihgb/historico/as-sedes.html> (Acesso em 18 jan 2017)

KUSHNIR, Karina. Ler muda o mundo – sobre “O sol e o peixe” de Virgínia Wolf. Disponível em <https://karinakuschnir.wordpress.com/2017/12/21/ler-muda-o-mundo/> (Acesso em 30 jan 2018).

Membros. In: <http://www.academia.org.br/academicos/membros> (Acesso em 01 fev 2017)

Rodolfo Garcia. In: <http://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/biografia> (Acesso em 22 dez 2016)

Salão Pedro Calmon. In: <http://www.forum.ufrj.br/index.php/espacos-culturais/salao-pedro-calmon> (Acesso em 19 nov 2017)

Segredos e revelações da História do Brasil. <http://livraria.senado.leg.br/colecao-segredos-e-revelacoes-da-historia-do-brasil-tomo-i-ii-iii-e-iv.html> (Acesso em 18 out 2017)

## APÊNDICE A

### Cronologia de Pedro Calmon<sup>818</sup>

1902	Nasceu na cidade de Amargosa (Bahia)
1914-1919	Foi aluno do Ginásio da Bahia
1920	Entrou no curso de Direito da Faculdade de Direito da Bahia
1922	Foi para o Rio de Janeiro secretariar a Comissão Promotora dos Congressos da Independência e ingressa no curso da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro
1924	Obteve o título de bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro
1925	Nomeado conservador do Museu Histórico Nacional
1927	Eleito deputado estadual para um mandato de três anos pelo Partido Republicano da Bahia

<sup>818</sup> Baseada em COUTINHO, Amélia. Pedro Calmon. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-calmon-muniz-de-bittencourt> (Acesso em 03 fev 2018) e Biografia de Pedro Calmon. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/pedro-calmon> (Acesso em 17 fev 2019) e Perfil de Pedro Calmon. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/pcalmon.html> (Acesso em 17 fev 2019)

1931	Eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
1934	Tornou-se livre docente de Direito Público Constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro  Eleito deputado federal pela Concentração Autonomista (Bahia)
1935	Regeu por um curto período a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade do Distrito Federal
1936	Eleito membro da Academia Brasileira de Letras
1938	Tornou-se catedrático de Direito Público e Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e no mesmo ano assumiu a direção da faculdade
1939-1968	Foi orador oficial do IHGB
1941	Passou a integrar o corpo docente da recém-fundada Pontifícia Universidade Católica
1943	Passou a ser sócio benemérito do IHGB
1945	Eleito presidente da Academia Brasileira de Letras
1945	Foi delegado do Brasil na Conferência Interacadêmica para o Acordo Ortográfico, na cidade de Lisboa.
1947	Assumiu a direção do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto e foi nomeado vice-reitor da Universidade do Brasil
1948	Foi nomeado reitor da Universidade do Brasil
1950-1951	Deixou a reitoria para assumir o ministério da Educação e Saúde
1951	Reassumiu a reitoria da Universidade do Brasil
1952	Tornou-se doutor <i>Honoris Causa</i> pela Universidade de Coimbra
1954	Candidatou-se pelo Partido Social Democrático (PSD) ao governo da Bahia, mas foi derrotado por Antônio Balbino, candidato da oposição

1955	Foi aprovado em primeiro lugar no concurso para a cátedra de História Geral e do Brasil no Colégio Pedro II
1958	Passou a ser sócio grande benemérito do IHGB
1960-1961	Substituiu Gustavo Barroso, falecido no ano anterior na seção intitulada “Segredos e revelações da história do Brasil” publicada pela Revista O Cruzeiro
1966	Deixou a reitoria da Universidade do Brasil
1967- 1968	Vice-presidente do Conselho Federal de Cultura
1968	Assumiu a presidência do IHGB
1983	Recebeu o prêmio Moinho Santista pelo conjunto de sua obra na categoria História do Brasil
1985	Morreu na cidade do Rio de Janeiro

**APÊNDICE B**

**Livros de Pedro Calmon<sup>819</sup>**

<b>Ano</b>	<b>Livro</b>	<b>Editora</b>	<b>Cidade</b>
1923	Pedra D'Armas	Monteiro Lobato	São Paulo
1926	Armas floridas	Paulo Pongetti	Rio de Janeiro
	Direito de Propriedade	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro
1927	História da Bahia (das origens à atualidade)	Leite Ribeiro	Rio de Janeiro
1928	História da Independência do Brasil	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro
	Os libertadores	Imprensa Oficial do Estado	Salvador
1929	A Conquista: História das Bandeiras Baianas	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro
	Reforma Constitucional da Bahia	Imprensa Oficial do Estado	Salvador
	O Tesouro de Belchior	Melhoramentos	São Paulo
1930	José Anchieta: o santo do Brasil	Melhoramentos	São Paulo
1931	O Crime de Antônio Vieira	Melhoramentos	São Paulo
1933	A Federação e o Brasil: ramos constitucionais	Freitas Bastos	Rio de Janeiro
	Gomes Carneiro, o general da República	Guanabara	Rio de Janeiro
	História da Civilização Brasileira	Companhia Editora Nacional	São Paulo
	Malês, a insurreição das senzalas	Pro Luce	Rio de Janeiro

<sup>819</sup> Tabela baseada em DOYLE, Plínio. Bibliografia de Pedro Calmon. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 147(351), p. 585-614, abr./jun. 1986.



	O Marquês de Abrantes	Guanabara	Rio de Janeiro
	O Rei Cavaleiro	Saraiva	São Paulo
	O Rei Cavaleiro: a vida de D. Pedro I	Companhia Editora Nacional	São Paulo
1935	Espírito da Sociedade Colonial	Companhia Editora Nacional	São Paulo
	Gaspar da Silveira Martins: o homem, o tempo, a glória	A Noite	Rio de Janeiro
	O Rei do Brasil: Vida de D. João VI	José Olympio	Rio de Janeiro
1936	Intervenção Federal	Freitas Bastos	Rio de Janeiro
1937	Curso de Direito Constitucional Brasileiro	Freitas Bastos	Rio de Janeiro
	Historia de la Civilización Brasileña	Imprenta Mercatali	Buenos Aires
	História Social do Brasil Vol. 1 e Vol. 2	Companhia Editora Nacional	São Paulo
1938	Curso de Direito Público (Programa Universitário)	Freitas Bastos	Rio de Janeiro
1938	O Rei Filósofo: a vida de D. Pedro II	Companhia Editora Nacional	São Paulo
1939	História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros	José Olympio	Rio de Janeiro
	Historia Della Civilita Brasiliana	Tipografia Italiana	Rio de Janeiro
	História do Brasil Vol. 1	Companhia Editora Nacional	São Paulo
	História Social do Brasil Vol. 3	Companhia Editora Nacional	São Paulo
	Pequena História da Civilização Brasileira, para	Companhia Editora Nacional	São Paulo

	a escola primária		
	O Rei Filósofo: a vida de D. Pedro II – 2ed	Companhia Editora Nacional	São Paulo
1940	Figuras de Azulejo: perfis e cenas da História do Brasil – 2 ed	A Noite	Rio de Janeiro
	Francisco Barreto: restaurador de Pernambuco	Agência Geral das Colônias	Lisboa
	Histórias Diplomáticas do Brasil	Paulo Bluhm	Belo Horizonte
1941	História do Brasil – Vol. 2	Companhia Editora Nacional	São Paulo
	Princesa Isabel, a redentora	Companhia Editora Nacional	São Paulo
1942	Compêndio de História de la Literatura Brasileña	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro
	História da Civilização	Livraria Acadêmica	São Paulo
1943	Brasil e América: história de uma política	José Olympio	Rio de Janeiro
	Os Estados Unidos de leste a oeste: páginas de viagem	A Noite	Rio de Janeiro
	História do Brasil – Vol. 3	Companhia Editora Nacional	São Paulo
	História do Brasil na poesia do povo	A Noite	Rio de Janeiro
	A Primeira Constituição do Brasil: regimento de D. João III a Tomé de Souza	Instituto de Estudos Portugêses do Liceu Literário Português	Rio de Janeiro
1944	D. Pedro I: vida tempestuosa del imperador del Brasil	Progreso y Cultura	Buenos Aires
1944	Summary of the History of	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro

	Brazilian Literature		
1945	Direito Público e Constitucional	Gabinete Fotográfico	Rio de Janeiro
	O Estado e o Direito nos Lusíadas	Dois Mundos	Lisboa
	História da Faculdade Nacional de Direito	A. Coelho Branco	Rio de Janeiro
1947	A bala de ouro: história de um crime romântico	José Olympio	Rio de Janeiro
	Curso de Direito Público e Constitucional Brasileiro – A constituição de 1946	Freitas Bastos	Rio de Janeiro
	História de Castro Alves	José Olympio	Rio de Janeiro
	História do Brasil – Vol. 4	Companhia Editora Nacional	São Paulo
1949	História da Fundação da Bahia	Publicações do Museu do Estado	Salvador
	História da Literatura Baiana	Prefeitura Municipal de Salvador	Salvador
	História da Literatura Baiana	José Olympio	Rio de Janeiro
1950	O Segredo das Minas de Prata	A Noite	Rio de Janeiro
1952	História das ideias políticas	Freitas Bastos	Rio de Janeiro
	O palácio da Praia Vermelha (1852-1952)	Universidade do Brasil	Rio de Janeiro
	Vida de D. Pedro I, o Rei Cavaleiro	Lello & Irmãos	Porto
1957	Historia de las ideias políticas	El Ateneo	Buenos Aires
1959	História do Brasil (7 vols)	José Olumpio	Rio de Janeiro

1960	Introdução à História do Brasil	Ministério da Educação e Cultura	Rio de Janeiro
1970	Brasília, Catedral do Brasil: História Geral da Igreja	Promoções	Rio de Janeiro
	História do Ministério da Justiça 1822-1972	Imprensa Nacional	Brasília
1973	Castro Alves: o homem e a obra	José Olympio	Rio de Janeiro
	História do Brasil na poesia do povo	Bloch	Rio de Janeiro
1974	Para conhecer melhor Castro Alves	Bloch	Rio de Janeiro
1975	História de D. Pedro II (5 vols.)	José Olympio	Rio de Janeiro
1980	A Imprensa e a Literatura	Associação Baiana de Imprensa	Salvador
1981	Fraklin Dória, barão de Loreto	Biblioteca do Exército	Rio de Janeiro

### APÊNDICE C

#### Livros por década e tipo de produção

Produção	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980
Biografia	0	10	4	1	0	7	1
Direito	2	3	3	0	0	0	0
História	5	10	15	11	1	3	1
Literatura	2	1	1	0	0	0	0
Viagem	0	0	1	0	0	0	0